

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

**A RUA COMO LAR:
Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus**

NOÉLIO MARTINS COSTA

Manaus
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837r Costa, Noélio Martins

A rua como lar: Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus / Noélio Martins Costa. 2019
324 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Profº. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga

Coorientador: Profº. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues.
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia)

Universidade Federal do Amazonas.

1. Invisibilidade. 2. Marginalidade. 3. Jogo. 4. Dinâmica da cidade.
5. Trajeto. I. Braga, Profº. Dr. Sérgio Ivan Gil II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

**A RUA COMO LAR:
Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus**

Tese apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), como requisitos para obtenção do Título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação do Prof^o. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga e coorientação do Prof^o. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga (Presidente)

Prof^o Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva (Membro)

Prof^o Dr^a. Elenise Faria Scherer (Membro)

Prof^o Dr. Alvatir Carolino da Silva (Membro)

Prof^o Dr^a. Marilene Corrêa da Silva (Membro)

Prof^o Dr. Sidney Antônio da Silva (Suplente interno)

Prof^o Dr^a. Iraildes Caldas Torres (Suplente interno)

Manaus
2019

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Memorial resumido.....	6
Introdução.....	10
CAPÍTULO I – Pessoas em Situação de Rua	
1.1. Delineando o trabalho de campo	31
1.1.1. O campo: alguns vieses.....	47
1.2. Heterotopias, espaços públicos e cidade.....	63
1.3. Trabalho e formação do espaço da invisibilidade das PSR em Manaus.....	75
CAPÍTULO II – Trajetos de invisibilidade e práticas culturais das PSR no centro de Manaus	
2.1. Conceituando a ideia trajeto.....	98
2.2. Os trajetos do centro: O Grande Trajeto.....	125
2.3. O Médio Trajeto	146
2.4. O Pequeno Trajeto	156
2.5. Relações notívagas	169
CAPÍTULO III – A visão que os outros sujeitos têm da PSR; invisibilidade e marginalidade	
3.1. Quem são os outros que estão na rua?	180
3.2. A vida dos indivíduos invisíveis e o uso dos espaços públicos no centro da cidade.	198
3.3. Sobre ser invisível.....	225
3.4. Os marginais e suas marginalidades	243
3.5. Políticas nacionais para PSR.....	254

**CAPÍTULO IV- “A vida é um jogo, cada um por si e Deus contra todos...”
- Homem Primata - (Titãs)**

4.1. Entre o fantástico e as vivências marginais.....	260
4.2. Jogando o jogo da rua.....	270
4.3. Trajetos e invisibilidades.....	278
4.4. O lugar dos outros: dos invisíveis, dos marginais e seus corpos.....	283
Considerações finais.....	289
Fontes	297
Referências bibliográficas	300
Bibliografia complementar.....	312
Anexos.....	320

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui depois de muitos percalços.

Ao meu orientador e coorientador, Prof^o. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga e Prof^o. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues, pelo apoio, pela confiança, pela generosidade, pela inestimável contribuição, pela interlocução sempre estimulante, e, sobretudo, pela orientação, no melhor sentido da palavra.

Dedico esse trabalho em especial aos meus queridos filhos Ana Clara e Tiago José que são minha inspiração e razão de vida.

Agradeço a banca de qualificação composta pela Prof^o Dr^a. Elenise Faria Scherer, Prof^o Dr. Davi Avelino Leal, Prof^o Dr^a. Tatiana Schor, que indicaram preciosas contribuições.

Aos professores do PPGSCA e a todos os colegas do programa, que vivenciaram momentos de estudo, de escrita de artigo e de tensão, como o exame de qualificação, no decorrer desta jornada.

Dedico esta tese também: as minha queridas irmãs Letícia, Noelma, Patrícia e Márcia, que mesmo distantes, sempre torceram por mim, assim como eu torço sempre por elas. À minha mãe, Graça Maria – que lutou e continua lutando por uma vida melhor para todos – nunca me desamparou. As minhas mães Viviane e Maria da Graça, fundamentais na minha vida. Dedico a Silvana, Denise, Dayse, a Maria de Jesus (in memória), a Rosa Amoêdo (in memória) e Anazildes (in memória), pessoas que de alguma forma de ajudaram a crescer.

Agradeço a colaboração sempre oportuna do colega professor Dr. Gerson André A. Ferreira, Dr^a. Rosemeire Carvalho. Aos colegas Alan, Augusto, Rosimay...

As PSR do centro de Manaus que com seu modo de viver tecem suas histórias controversas. Agradeço por eles terem tido a coragem de expor sua vida a um estranho, abrindo a intimidade de sua vivência na rua.

MEMORIAL RESUMIDO

Cursar História foi uma experiência enriquecedora e apaixonante. Sempre fui contestador, principalmente dos fatos estabelecidos pelas elites dominantes do nosso país. Inquieto também com a situação com que o povo humilde sempre foi tratado no Brasil, então esse curso teve tudo para ser maravilhoso para mim. Cursando História pensei que podia resgatar a “História dos Vencidos”, a História escondida nas entrelinhas dos documentos, descortinar a História mal contada, na tentativa de mudar alguma coisa principalmente com nossos estudantes da rede pública de ensino, para que despertem para a construção das suas próprias Histórias. Quando entramos na universidade trazemos sonhos e esperanças de uma juventude que acredita nas mudanças sociais coletivas. Queríamos mudar o mundo e achávamos que poderíamos fazer isso contra tudo e contra todos, impetuosidade da juventude. Aprendi muito com as discussões na universidade, as mais diferentes visões de mundo me deixavam cada vez mais encantado e perplexo com as possibilidades que a universidade nos deu.

Minha graduação foi concluída em 2001, quando apresentei trabalho final de cursos que tinha como título: *Prazer e sobrevivência na Manaus do final do século XIX e início do XX*. Queria com esse trabalho fazer um resgate dos “sujeitos sem história”, a saber, as prostitutas, em especial as caboclas e as tapuias. Na História de Manaus da época da borracha que eu conhecia só se falava nas prostitutas polacas, francesas, inglesas. Dessa

forma surgiram questionamentos sobre onde estavam as mulheres da região. Apesar se tratar de um trabalho em sua maior parte bibliográfico, por falta de fontes primárias, consegui conhecer um pouquinho de um dos assuntos mais polêmicos em qualquer lugar do mundo, a prostituição. A temática referente às mulheres é fascinante. Percebemos que as mulheres aos poucos foram ocupando novos espaços, mesmo as invisibilizadas como as prostitutas, feiticeiras, as tidas como loucas, as feministas, dentre outras. Essas temáticas me fizeram pensar nos recursos inesgotáveis pelos quais os silêncios referentes às mulheres, dentre outros sujeitos, podem ser recuperados.

O programa de pós-graduação ao qual meu projeto se adaptava foi o PPGSCA que há anos vinha inovando nas suas temáticas estudadas, avançando em territórios delicados voltados a interdisciplinaridade como os estudos ligados a gênero, infância, música, religião, cultura, comunicação, alcoolismo, assim como sistemas simbólicos e manifestações socioculturais; redes e formas de conhecimento; processos sociais, ambientais e relações de poder, dentre outras. O PPGSCA despertou em mim consciência e percepção positiva a respeito do pensamento, principalmente amazônico, colocando os diferentes sujeitos fazendo parte de um contexto mais amplo que perpassa ele mesmo e vai além. O PPGSCA proporcionou um diálogo mais amplo com os sujeitos estudados por possibilitar múltiplas possibilidades de estudo. Acabamos visualizando o sujeito da nossa pesquisa por diferentes enfoques, como por exemplo, histórico, antropológico, sociológico, psicológico, filosófico, jornalístico, geográfico... e isso enriqueceu muito nosso trabalho. Estudar a sociedade e a cultura é algo bem complexo, pois não existe a 'sociedade' ou a 'cultura' como algo estático e imutável. Sociedade e cultura fazem parte de conceitos plurais que entram em metamorfose a medida que percorremos os caminhos intelectuais, teóricos e empíricos. As formas de ver e entender a sociedade e a cultura mudam como num caleidoscópio que a cada virada desenha formas diferentes de ver o objeto.

Finalmente em 2003 fui aprovado no PPGSCA na UFAM. Um mundo novo de conhecimentos estava se abrindo para mim. O título da minha dissertação de mestrado foi *Essa música foi feita pra mim! Relações amorosas, paixões e cotidiano presentes na música brega em Manaus*. Trabalhei com cultura popular, usando a música brega como pano de fundo para discutir questões de gênero; sensibilidade entre os sexos; as vivências na noite; agrupamentos emocionais e histórias de vida de uma gente que não se vê

representada nos estudos acadêmicos. Ao estudar história percebi que eu podia contribuir escrevendo outra história, a História Vista de Baixo, Nova História e História Cultural, expoentes da chamada Escola dos Annales. Nesse ano de 2003 também tive a maravilhosa alegria de ser pai de uma linda menina, Ana Clara, filha querida. Tiago José, meu filho, chegou em 2009, outra bênção de Deus.

O mestrado já foi um desafio hercúleo, fui o único da minha família a conseguir tal feito, mas os desafios se mostraram e eu aceitei ir mais além. Percebi que eu podia e o trabalho no Ifam, mais leve que da Seduc e Semed, me permitiu ter mais tempo para estudar. Dessa forma, a pós-graduação oferecida na Ufam Campus Parintins foi uma oportunidade única para eu continuar avançando na produção de conhecimento. Por meio de uma criteriosa seleção, fui aprovado no doutorado do PPGSCA. Mais uma vez esse programa abriu as portas para mim.

Um trabalho como esse que tentamos produzir se faz a partir de inquietações da vida cotidiana observadas com olhar mais apurado para o outro. A condição humana de existir é muito frágil frente às adversidades que nos são impostas pela vida moderna principalmente nas cidades.

Pude perceber outro universo nas ruas do centro da cidade de Manaus, outra lógica de existir que foge da formalidade proposta pela sistemática que a nossa sociedade capitalista nos impõe. Pessoas jogadas nas ruas do centro, abandonadas a sua própria sorte, inventam estratégias para continuar existindo.

Também nos propusemos a compreender como a invisibilidade do sujeito se insere na história da cidade propriamente dita, das complexas interconexões que insinuam aspectos subjetivos e ideológicos dentro dos micros guetos, interação com os demais sujeitos, propiciando organização de interesses e articulação de solidariedades, somando esforços para as lutas contra a dependência em suas diversas formas.

Este estudo aproxima-se das linhas de pesquisa cultura e representação; cultura e cidade, antropologia, porque trata da sociabilidade num determinado espaço e tempo, que dialoga com práticas de lazer, trabalho e sensibilidades. É nesta perspectiva que pretende-se identificar maneiras diferenciadas de relações subjetivas e objetivas, de ser e agir por meio de experiências boas ou más, ao mesmo tempo, rastrear atitudes de estagnação e ou mudanças de vida.

Apresentam ainda com identidades fragmentadas que tentam juntar os pedaços estigmatizados. Nesse contexto, é que nos apresentamos a tese de doutorado – A RUA COMO LAR: Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus.

INTRODUÇÃO

Se imaginarmos a experiência de permanecer apenas 24h privados de tudo que nos dá conforto, como ficaríamos? Despojados de roupas adequadas, casa, higiene pessoal, sono tranquilo, alimentação apropriada, sossego. Quem sabe essa experiência poderia despertar em nós os mais elementares instintos de sobrevivência. Por natureza, podemos deduzir, somos animais indefesos, contudo perigosos, quando nos é retirado tudo que nos mantém. Pensando nessa experiência, que desenvolvemos o estudo a seguir, acerca, em termos lato, do “morar na rua”, do “não ter nada além de si mesmo”. Nesse caminho, mergulhamos em um universo paradigmático, tanto porque nosso trabalho busca lançar foco em pessoas invisibilizadas, colocando-as em cena na história como narradoras de suas vidas, como donas de si, que se apropriam de discursos tendo em vista transformarem-se em agentes históricos.

Garantir um lugar de fala, para as pessoas em situação de rua (PSR), constitui-se como ato de reconhecimento de existência, como ato sublimador, sobretudo porque, para o discurso oficial ou não oficial, não existem as PSR, ou não são dignas de uma história própria. A prostituta, o michê, o louco, o bêbado, o mendigo, o pobre desvalido, os órfãos, os aleijados, os doentes mentais, os ex-detentos, os desempregados, dentre outros sujeitos, emergem, via de regra, como chagas da sociedade formal, como pessoas em relação às quais não se quer visibilizar. Entendemos que esses sujeitos nascem justamente de contradições inerentes à sociedade, especialmente conflitos provocados pela desigualdade social. Estudar essa parcela da sociedade, fazendo parte de um passado/presente comum,

foi também uma ação de expor feridas, de reconhecer e tentar minimamente reparar erros, de admitir direitos negados, de não negligenciar embates, mesmo que simbólicos.

Iniciamos nossa construção do problema supondo as PSR enquanto representativas de entraves sociais para as cidades, tratadas na maior parte das vezes com inferioridade, vivendo alijadas, em espaços alternativos ante a sociedade formal. Nessa atividade, foi destacado que as PSR, em suas inúmeras experiências vividas, agem no sentido de inventar o próprio mundo a partir do movimento da rua, contrapondo-se à ordem estabelecida, embate que os fazem viver no limite das forças. Lembramos, inclusive, que o indicado teve como exemplificação a narrativa de um de nossos interlocutores: “quando você está fora do sistema, entrar nele de novo é muito difícil” (Ademar, PSR, 45 anos, entrevista setembro/2016). As lutas de Ademar, assim como as lutas das outras PSR em ampla medida, são marcadas pela resistência e persistência em existir em um espaço social alternativo ao mundo do trabalho formal, da família e do Estado. Experimentaram a “liberdade” e pagam um preço por ela. Nessa condição, parecerem querer fazer o que acham certo, mesmo que para o Estado, para as leis e normativas, o certo possa ser o errado.

Intencionalidade do estudo

O trabalho teve como proposta estudar Pessoas em Situação de Rua (PSR) do centro da cidade de Manaus; se propôs a sublinhar não apenas levantamentos de dados sociais e econômicos da população delimitada, mas, sobretudo, tentar perceber modos de vida desenvolvidos no ambiente urbano e nas narrativas de pessoas que vivem na rua; bem como foi intenção observar o tempo e o espaço na rua, a situação e o comportamento das PSR, tomando a contento tentar descobrir que gente é essa e como vive.

O termo Pessoas em Situação de Rua (PSR) é usado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com base na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua¹. O estudo, portanto, assume essa conceituação tendo em vista efetivar ação de pesquisa que deseja explorar e descrever comportamentos e sentidos de pessoas que estão

¹ Pesquisa solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome instituída pela Meta Instituto de Pesquisa de Opinião em 71 cidades do Brasil, sendo auferida em abril do ano de 2008. A pesquisa revelou as características socioeconômicas, educacionais, condições de saúde, trabalho e acesso a serviços da pessoa em situação de rua.

na rua, almejando compreensões globais do problema. Foi meta, ainda, projetar análises sobre pessoas em situação de rua, considerando objetividades e subjetividades vinculadas a questões materiais e imateriais dessas pessoas. Deve-se lembrar que não usamos o termo “morador de rua” para não cristalizar todos os casos como situação crônica, definitiva ou irreversível. O termo PSR é utilizado no sentido de uma semântica que sinaliza relativização, considerando pessoas que adotam a rua como seu hábitat por escolha ou razão situacional, e não necessariamente como uma consequência estrita.

Sobre a delimitação terminológica, estudos do Governo Federal para criar um conjunto de políticas nacionais para inclusão social da população em situação de rua utilizam o conceito “pessoas em situação de rua”, a partir do qual traçam princípios norteadores para a elaboração de políticas públicas. Seguiremos usando a mesma denominação do Governo Federal. De tal modo, no trabalho adotou-se o disposto, embora existam outras denominações semelhantes para designar os mesmos indivíduos. Vieira, Bezerra e Rosa (1994) chegam a identificar três caracterizações: i) as pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial; ii) as pessoas que estão na rua – estabelecem relações duradouras; e iii) as pessoas que são da rua – aquelas que há tempos permanecem nas ruas. Na cartilha do Governo Federal acerca do tema, intitulada *SUAS e População em Situação de Rua*, dispõe-se a Instrução Operacional Conjunta SNAS e SENARC N° 07, de 22 de novembro de 2010, que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais.

A extensa legislação acerca do enfocado emprega, portanto, o termo “pessoas em situação de rua” para designar essa população. Há também termos de denominação geral, como “população em situação de rua”, definido pela cartilha² do Governo Federal como uma população heterogênea que se assemelham quanto à pobreza, vínculos familiares destruídos ou cortados, experiências de desagregação social, provocadas sobretudo pela falta de emprego e de seguridade, em moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Ainda, de acordo com os dados oficiais, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais que poderemos tratar posteriormente.

² Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília/Maio de 2008.

Nem sempre as PSR estão na rua por causa de um rompimento de laços familiares. Em verdade, elas procuram a rua como tática de escape para um mundo onde não se reconhecem, onde podem ser invisíveis. Dos diferentes tipos de pessoas que vivem nas ruas, nem todos moram na rua por terem sido vítimas de alguma causa comum; são variados indivíduos com trajetórias de vida singulares, que dividem o mesmo espaço e compartilham diferentes histórias. Boa parte fica esporadicamente na rua por necessidades momentâneas; algumas pessoas que trabalham no centro dormem na rua por conta do difícil retorno à periferia onde moram. E muito embora existam grupos heterogêneos de PSR, privilegiou-se para compor a amostra do trabalho as i) pessoas que denotavam situação de depauperamento por alcoolismo/drogadição; ii) que estavam em situação de rua por problemas familiares (notificados a partir das narrativas coletadas delas); iii) que não dispunham de habitação convencional ou regular e iv) que, sobretudo, perambulavam a partir de rotas (trajetos) satisfatoriamente definidos por eles, principalmente levando em consideração suas necessidades básicas e de lazer. Essa metodologia se deu correlata a aplicada pelo Governo Federal. A publicação de um documento pelo Governo Federal intitulado *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua* de maio de 2008³, cita como principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se dá principalmente por problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Ressaltando que dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou ser consequência do outro), (BRASIL, 2008).

Nossa premissa de estudo foi guiada pela ideia de que as PSR são levadas a essa situação por gradativo processo de falta de reconhecimento social, que geralmente começa no seio familiar (mas nem sempre aqui é determinante) e avança a partir de questões subjetivas. A falta de reconhecimento pode ter consequências advindas de fatores econômicos, mas vai além, na medida em que maximiza conflitos em relações familiares, sobretudo conflitos intrapessoais, do eu consigo mesmo, da não aceitação a situações contingenciais, situações de vida, configuram-se como causas da rualização. A perda de

³ Conferir BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Governo Federal. Brasília/DF, Maio de 2008.

controle da sua própria vida, até a desestruturação do lar, podendo ainda desdobrar-se em várias nuances, como brigas conjugais, mortes, vícios, desemprego, bem como desilusões relacionais e com a vida em família. Tudo isso fragmenta autoestimas, concorrendo para que a rua passe a ser subterfúgio. Essa fuga não é apenas física, mas sobretudo, oscila pelo lado mental, uma fuga das normas que passam a ser desconhecidas enquanto diretrizes para a vida. Outrossim, nossa premissa supôs que, retirar o reconhecimento moral e especialmente como cidadão apto a trabalho, lazer, amor e família, fomenta também a retirada, reciprocamente, do respeito a normas e condutas ante a sociedade. Essa foi a temática objetiva, não nominal, a partir da qual fez-se o recorte do trabalho.

Para nortear o estudo, delineamos como hipótese que as PSR necessitam de construir outras formas de viver a partir do lugar em que se encontram na cidade. Esse trabalho de construção envolve a percepção de novas formas de comportamentos, os quais serão caracterizados mediante vínculos afetivos cimentados nas ruas. Formulamos nossas proposições imaginando que, a partir da experiência na rua, as PSR desenvolvem estratégias para coexistir no habitat. Supomos nas nossas premissas, a nortearem a base da hipótese apontada, que a partir das múltiplas identidades criadas essas pessoas errantes conseguem minimamente estabelecer relações aceitáveis de comportamentos para com seus pares e com o meio, dentro da lógica imposta pela sua situação de rua. Relações que fogem da coerência formal, ou seja, usam um arsenal de desvios propensos à marginalidade, ao jogo, ao trabalho e ao trambique. Dessa forma, quisemos espriar em nossa hipótese não apenas o lado da compaixão estereotipada pelo “coitadismo”, mas salientar a existência concreta de um lugar de fala para as PSR, constituído mediante as expertises e vigarices necessárias aos lugares onde vivem. O intuito aqui consistiu em trazer elementos que nos ajudasse a compreender as impressões deixadas pela presença de vários agentes sociais em interação, estabelecendo contradições a partir de suas diferentes experiências sociais no centro de Manaus. Partindo dessa perspectiva, enfocamos como parte da sociedade se anestesia frente às desigualdades, especialmente no centro da cidade, e ainda tentamos no trabalho entender esse fenômeno sob uma ótica interdisciplinar, não de forma plenamente passiva, porém, buscamos perceber os constantes confrontos com os grupos heterogêneos de PSR que permeiam o centro da cidade.

Nossa amostragem foi formada por PSR, assim entendidas mediante seus *modus operandi*, que se assemelham a *modus operandi* de bandos humanos pré-históricos, como aponta Leroi-Gourhan (1984), ao qual tomamos emprestado para exemplificar as escolhas de pesquisa. A grosso modo, a metáfora se refere às habitações improvisadas e primitivas da pré-história, com semelhança a cavernas, onde se abrigavam das intempéries. Acena para o homem caçador-coletor que nas ruas sai diariamente em busca de alimentos, como seu semelhante fazia a milhões de anos, caçando e coletando na floresta. Outra analogia está no uso do fogo, como outrora, hoje ainda é usado para aquecer o bando e cozinhar alimentos. Notamos a permanência de técnicas primitivas, de organização social, estratégias de sobrevivências individuais e grupais. Essas similitudes permitem que se pense sobre o modo de vida das pessoas em situação de rua, dando-se a entender acerca da existência de correlações com a vida em tempos pré-históricos (LEROI-GOURHAN, 1984).

Além dessa delimitação em quatro pontuações estritas (entendidas, mormente como conjuntos de tipologias de pessoas em situação de rua), optou-se também por inserir uma quinta categorização, a de pessoas as quais se tinha mais fácil acesso, fosse no cotidiano da pesquisa ou nas habitualidades da procura por participantes. A categoria da acessibilidade e da conveniência é resguardada como escolha etnográfica a partir de Hammersley (1992), que aponta, juntamente com Wielewicki (2001), Peirano (1992) e Crapanzano (1986), propostas teórico-metodológicas para se observar e descrever conjuntos de “entendimentos e conhecimentos compartilhados entre populações, buscando acessar comportamentos em meio a um contexto específico” (HORNBERGER, 1994, p. 688). Hammersley propõe estudos acerca de realidade factuais, igualmente a Wielewicki. Ambos sustentam a possibilidade das descrições de fenômenos da realidade por meio da pesquisa etnográfica, como diferentes vozes que fazem parte do discurso do pesquisador e do sujeito. Peirano (1992) aposta no artesanato da pesquisa, no trabalho lento e gradual de registro de apontamentos, ou seja, nas construções observadas e bem interpretadas pelo pesquisador por datações de tempos pretéritos, como pessoa multidimensional, que busca interpretar realidades outras, além de sua própria realidade, de acordo com aportes teóricos definidos. Crapanzano aponta para as subliminaridades ou abstrações da realidade, ou seja, para aquilo que não está posto, que vive latente nas culturas. Ele propõe o desvelamento

das realidades a partir de um estilo de “não-mascaramento” da etnografia – o qual viria a ser uma sistemática adotada em trabalhos de Clifford (2002).

Descrição dos métodos de campo

Para trabalhar com grupos excluídos, marginalizados, oprimidos ou simplesmente esquecidos, trabalhadores anônimos, sem teto, imigrantes, idosos, abandonados, criminosos, fugitivos da justiça, loucos, transexuais, profissionais do sexo, desempregados, entre tantos outros grupos e subgrupos, para tentar dar voz a esses grupos, em especial as PSR, exercitamos o trabalho com a etnografia como aporte metodológico. Buscou-se fazer uma imersão e conseqüentemente uma descrição densa (GEERTZ, 1989, 1994), para se refletir acerca das múltiplas interpretações a respeito das relações entre a análise do discurso público sobre a marginalidade social e os modos específicos de vida desenvolvidos por estes chamados marginais. A descrição densa sugerida por Geertz (2008) se propõe a fazer a interpretação do discurso nativo de segunda ordem, fugindo radicalmente das descrições superficiais. A etnografia foi entendida no seu sentido clássico: como um trabalho que envolve a ida do pesquisador ao campo, o “estar lá”, de Clifford Geertz (1994). E muito mais do que a produção de textos a partir da experiência, da vivência e o diálogo, procedeu a um “tipo de esforço intelectual que ele representa [trabalho]: o risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 4). A etnografia se configura como importante instrumento de investigação. Por vezes fascinante e sedutora, há de se agir com serenidade com os interlocutores, confirmar suas narrativas, observar com frequência seu cotidiano para ter clareza em admitir os argumentos apresentados por eles. Nossa meta foi manter atualizado o caderno de campo com anotações pertinentes e assim transcrever as conversas que tivemos com as pessoas em incursões na rua, reforçando o método etnográfico. Pacheco de Oliveira⁴ (2004, p. 15) nos faz lembrar o caráter situacional e dialógico do trabalho etnográfico que se constitui primeiramente em um processo de comunicação. Acrescenta ainda:

⁴ Conferir o artigo Pluralizando tradições etnográficas: Sobre um certo mal-estar na Antropologia. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Professor Titular do Museu Nacional (UFRJ), publicado em livro editado pela ABA intitulado *Saúde dos Povos Indígenas: Reflexões sobre antropologia participativa*. Esther Jean Langdon e Luíza Garnelo (organizadoras). Rio de Janeiro. Contracapa. 2004. (pgs. 9-34).

As pesquisas de campo são delineadas para responder a uma multiplicidade de questões, que caminham de questões de natureza teórica até diagnósticos de problemas práticos e proposição de linhas de intervenção para solucioná-lo, passando por modalidades variadas de investigação empírica (refletida em censos, mapas, genealogias, redes, estudo de situação, corpus de narrativas, pesquisa histórica, biografia, registros iconográficos e sonoros, etc.) (ID., *op. cit.*, p. 15).

Dessa forma, as informações sistemáticas coletadas em campo ajudam o etnógrafo a potencializar o trabalho, confirmando ou refutando suas hipóteses, ou ainda construindo outras hipóteses. A multiplicidade de dados analisados à luz do arcabouço teórico conduz necessariamente a reflexões aprofundadas sobre o tema, compondo redes de significados cada vez mais claras que formarão a tessitura estrutural da tese. O etnógrafo com sua sensibilidade e técnica apurada de campo capta movimento das relações sociais inventadas e reinventadas, apontando contradições básicas só apreendidas no interior das comunidades estudadas, ou seja, na ação, no movimento (CLIFFORD, 2002).

Apropriamo-nos da etnografia como sistemática teórico-metodológica de investigação, onde adotamos a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, via conversas informais e com aporte da observação participante, tentando dessa forma registrar ainda áudio e fotografias como informações a serem analisadas posteriormente de forma sistemática. Valorizando sempre a fala do indivíduo como principal agente, como aponta Gohn (1984, p. 11), quando sublinha a troca efetiva em que o pesquisador apreende o universo de representações dos novos seres (antes objetos), tentando descobrir as relações, as incoerências, as subversões e as transformações sociais. Para a autora, “[...] o sujeito que conhece não é um simples espelho registrando sensações. Ele é um agente, que influi e é influenciado no processo de investigação”. A pesquisa sempre será uma tentativa possível de explicar a realidade da comunidade de rua naquele momento específico. Não pretendemos estipular como “neutra” a análise apresentada nesse trabalho, dado que carrega em si subjetividades intrínsecas, traz contribuições para o saber científico crítico — fatos novos que contribuem para entender melhor a sociedade que vivemos e transformá-la para melhor.

Ainda na discussão que tange sobre a etnografia e o trabalho do antropólogo, Oliveira (2000b, p. 18) identifica que a apreensão dos fenômenos sociais perpassa pelo “olhar, ouvir e escrever”, como etapas no exercício da pesquisa e da construção do conhecimento. Pensamos no diálogo com nossos interlocutores de uma forma igualitária,

mesmo que utópica, mas em campo tentamos dividir o poder da fala, minimizando a influência sobre o discurso do outro. Adiante faremos uma descrição do ir a campo e o estar lá com o indivíduo, nesse momento, na tentativa de ser o mais eficiente possível no trabalho de tradução dos dados, sem interferir no cotidiano das pessoas que moram nas ruas⁵. Mesmo esclarecendo as nossas intenções de pesquisar as PSR, os mesmos não se recrudesceram como objetos inertes; pelo contrário, falaram sem parar, brincaram, comeram, beberam cachaça, agindo de uma forma tão natural, como se não estivéssemos ali. Para nós, esse encontro etnográfico produziu um espaço de diálogo mútuo, com interação direta sem embates tão conflituosos com o sujeito da pesquisa. Note-se que:

Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de “observação participante”, o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação. (OLIVEIRA, 2000b, p. 24).

O fazer etnográfico se dá pela imersão em campo, no âmbito da busca pela vivência intensa do contexto social ora abordado, em uma sistemática de observação participante, pois se está *in loco*. Nessa intenção, almejamos nos colocar dentro da história, como partícipes do movimento do trabalho de campo, influenciando de alguma forma e sendo influenciados. Imaginamos ser uma das melhores formas de compreender e analisar o outro bem de perto. Enfatizamos a tentativa de diálogos mais próximos, e nesse intuito nos colocamos aparentemente no lugar do outro, dentro de uma perspectiva de alteridade (ZANELLA, 2005), abrindo assim um espaço de igualdade e confiança para conversas polifônicas, onde todas as vozes podem ser ouvidas de forma análoga. A autora fala sobre a subjetividade relativa ao outro, reconhecendo-o a partir desse pressuposto, estendendo a concepção do “outro” como parte desconecta de nós mesmos, mas integrativa no sentido do respeito a seus lugares de fala e de atividade. O desconhecido, sendo parte de si, como vemos relatado nas aventuras de Marco Polo, é aquele mesmo que busca referências para encontrar a si mesmo, e conseqüentemente sua alteridade (CALVINO, 1990). E assim,

⁵ Caracterizamo-nos de forma parecida com eles, ou seja, fomos trajados com uma bermuda bem surrada, chinelo e camiseta de propaganda, cabelos desgrenhados e barba mal feita. Dessa maneira nos aproximamos com muita facilidade e rapidamente ganhamos a confiança e afeição do grupo. Foi uma forma de tentar pertencer ao grupo, compartilhar da sua intimidade, comer da sua comida, rir, de alguma forma senti, participar ou ainda buscar contato com os seus devaneios.

tentando traduzir esse significado para nosso enfoque, vemos que se trata de uma tentativa de aproximar pesquisador e pesquisado, num espaço de diálogo sensível, de análise mútua. A pesquisa busca respeitar o outro na sua alteridade, não como um objeto a ser descrito, visto como “de fora”; como outro que possui sua identidade especificada em si mesmo, reforçando assim sua invisibilidade. Estamos pesquisando alguém, não algo, por esse motivo privilegamos o lugar da fala do sujeito, deixando-o a vontade para ser ele mesmo. E, pensamos, se invisibilizar constitui a negação da identidade do outro, colocando-o numa posição de vitimização, isso faz desaparecer o indivíduo, anulando-o em suas ações como tal, e contra isso nos posicionamos neste estudo. As PSR, frequentemente tratadas como objetos, são vista mediante o prisma da ausência de credibilidade e autonomia, ou seja, não são ouvidos nas suas próprias demandas.

Para além da invisibilidade, como problema singular que norteia a tese, a pesquisa se espalha em outros problemas próprios às pessoas em situação de rua do centro de Manaus. A invisibilidade, por um lado, é tratada aqui como violência simbólica contra as PSR, que uma vez despojadas de suas famílias e bens materiais são oprimidas e humilhadas diuturnamente. A rejeição constante e a angústia dilacerante também fazem parte do cotidiano cruel dessas pessoas. Foi o que sentimos ao olharmos nos olhos delas na aproximação que fizemos. Fomos perto o bastante para sentir nas conversas e expressões sentimentos de pessoas oprimidas por sua situação de rua. De outra maneira também tratamos a invisibilidade como tática das PSR para praticar atividades ilícitas que são os desvios.

A escolha na pesquisa se absteve de entrecruzar diferentes detalhes de maneira intrincada, sobretudo como pondera Zaluar (1985), partindo para uma situação mais concreta de definição, como o estar lá, participar da rotina, observar seu cotidiano, interagir em comunidades muitas das quais não oferecem segurança. O pesquisador é tomado pelo medo do desconhecido, principalmente em locais marginalizados e com altos índices de periculosidade. O estranhamento, o preconceito, o desconhecimento sobre a pessoa do pesquisador no campo de pesquisa, por um lado, e a desconfiança e curiosidade do outro, causa um choque natural. O trabalho, apesar dos esforços para nos aproximar das pessoas, ainda nos deixa em campos opostos, em mundos separados.

Nada ordena claramente, na nossa sociedade, o contato entre os pobres e os ricos. Ao contrário, somos instados a conviver alegremente nos estádios de futebol, nos desfiles de escolas de samba e na nossa cozinha. Mas vivemos em mundos separados, cada vez mais longe um do outro. Comecei a me dar conta, por esta forma violenta, da invisível e poderosa hierarquia (ou separação de classe) da nossa sociedade. Que não somos iguais nem perante a lei, nem perante a riqueza produzida já sabemos a muito tempo. O que eu não sabia era que havia tantos obstáculos microscópicos a entravar o contato social mais íntimo entre nós (ZALUAR, 1985, p.11).

Ao dispormos da observação direta, interagimos fortemente na interpretação do cotidiano da pessoa em situação de rua, fonte disponível, mas altamente volátil, chegando a ser, muitas vezes, pouco confiável. Se tratando de seres humanos, cambiantes no seu modo de ser, qual o compromisso de falar sempre a verdade? Por esse motivo, o etnógrafo confronta suas fontes, analisa informações, cruza dados, na tentativa de estabelecer um estudo confiável, dentro desse terreno escorregadio que é a coleta de material etnográfico em campo e a interpretação de informações. Malinowski (1976) indica que o objetivo principal da pesquisa etnográfica constitui em:

(...) apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de *seu* mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem. (MALINOWSKI, 1976, p. 37-38).

Lévi-Strauss (1996)⁶ entende que para conseguir aceitar-se nos outros, pretensão do etnólogo, assim como, conhecer o homem como objetivo principal, é preciso recusar-se em si mesmo. Confirmando que “eu é um outro”, tentativa de si ver no outro, humanizando-o e a si mesmo, comungando a ideia de fazermos parte da humanidade, ideia que em algum momento o eu se apartou do outro.

O que se colocou em jogo não foi apenas um método ou uma técnica, mas a interpretação do autor retirada do material de campo. Esse material de campo, produto

⁶ Conferir LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural dois. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 5ª Edição, 1996.

bruto resultante da inserção do pesquisador no universo definido por ele, foi elaborado a partir de nossa observação participante (MALINOWSKI, 1976) ou, adotando um ponto de vista mais crítico, a partir da participação objetivante (BOURDIEU, 2002a, 2002b), que nada mais é do que o domínio dos fins sociais que podem estar na mira dos fins científicos diretamente prosseguidos. Os dados pesquisados a partir do trabalho de campo, assim como a aplicação dos métodos e técnicas etnográficas, estão explicitados em tópico à parte, por conta da densidade de detalhes e falas dos indivíduos. Foi preciso apostar na interpretação da humanidade dos indivíduos abordados e compor uma construção inferencial, algo que, a nosso ver, configura-se como bastante fugidio hoje por ter se imbricado nas vivências cotidianas, principalmente nas grandes cidades, em função do ritmo alucinante que se imprime nas metrópoles. Ou seja, trata-se de uma vida entremeada por reconformações, as quais procuramos abarcar no estudo.

Como categorias de análise, pontuamos a *i) marginalidade*⁷ e a *ii) invisibilidade* (tópicos 3.4 e 3.3) implicadas em função de *iii) trajetos* vivenciados pelas PSR. Tomamos o suposto a partir da construção dos instrumentos de pesquisa, que passou necessariamente pela observação participante, pela vivência em campo, pelos escritos nos diários de campo, pelas gravações com os indivíduos, pelos registros fotográficos⁸, pelos diálogos (falas e silêncios, ditos e não-ditos) efetivados e pelas interpretações realizadas sobre o contexto vivido. Como fenômeno social, o problema por nós focado envolve pessoas, lugares, situações, modos de vida e expressões físicas e psíquicas. Portanto, o tema em escolha é, por si mesmo, algo de extrema subjetividade, daí a importância de se estudar o ponto de vista dos próprios indivíduos, na tentativa de se aventurar a incorporar na pesquisa os modos de pensar e de sentir das pessoas. Apreender a realidade, encapsulando-a como algo concreto a ser estudado é algo complexo, mesmo usando-se a fotografia, a entrevista e os registros de campo nessa tentativa. Mas foi nesse caminho que nos colocamos, justamente nessa seara de trabalho.

⁷ A categoria *i) marginalidade* será melhor explicado no tópico 3.4 e a *ii) invisibilidade* será tratada nos tópicos 3.3 e *iii) trajetos* será vista no capítulo II.

⁸ A fotografia tem seus métodos e técnicas próprias, assim com intencionalidades. Optamos pelo uso dos registros fotográficos sempre tendo o cuidado de preservar a identidade das pessoas envolvidas, principalmente evitando colocá-las em situações vexatórias ou constrangedoras. Fotografamos as pessoas de perfil, de costas ou por imagens distorcidas, com o objetivo de não as expor ou ridiculariza-las por conta da situação que vivem. E como não conseguimos pedir o consentimento do uso da imagem, não as identificamos, resguardando assim a sua identidade. Entendemos que as pessoas não conseguem sair da invisibilidade por via negativa, não é o objetivo desse trabalho. Dessa forma tivemos o cuidado de não expor negativamente as pessoas que estão na rua.

A invenção da fotografia constitui, na visão de Le Goff (2003, p. 39), um fato que “revolucionou a memória”. Ele relata que, a partir de seu advento, fragmentos do passado passaram a ficar registrados, impedindo de certa forma o esquecimento com o decorrer do tempo. Em contrapartida, a fotografia não deve ser pensada como verdade absoluta, devemos levar em consideração, em sua leitura, fatores como: a informação fragmentária que ela carrega, sua interpretação, manipulação, dentre outros. A fotografia tem um uso, consiste em uma técnica, um recurso descritivo da realidade, um suporte importante à etnografia. O historiador Kossoy (1989) afirma em sua obra *Fotografia e História* que a imagem captada pela fotografia é apenas um “microcenário do passado” (ID., *op. cit.*, p. 51), e como algo “micro”, é parte de um macro, logo, não reúne todo o conhecimento do passado, pelo contrário, deixa um importante universo de informações de fora. Sobre a evidência fotográfica é importante a colocação:

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaboradas dos personagens estão ali congelados na escala habitual do original fotográfico: informações multidisciplinares nele gravadas [...] apenas aguardam sua competente interpretação (ID., *op. cit.*, p. 69).

As entrevistas, bem como as observações participantes e anotações no caderno de campo, foram procedimentos técnicos de natureza qualitativa, usados para se realizar inferências sobre as pessoas do centro de Manaus. A análise foi projetada em razão do contexto de ações e reações desses indivíduos. Servimo-nos de uma multiplicidade de fontes históricas, pretendendo correlacioná-las com fontes orais, na tentativa de dialogar diretamente com os indivíduos do estudo.

Na experiência etnográfica, por conseguinte, o observador coloca-se como seu próprio instrumento de observação. Evidentemente, precisa aprender a conhecer-se, a obter de *si-mesmo*, que se revela como *outro* ao *eu* que o utiliza, uma avaliação que se tornará parte integrante da observação de outras *individualidades*. Cada carreira etnográfica tem seu fundamento nas “*confissões*”, escritas ou inconfessadas (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 43-44).

Coletamos testemunhos de pessoas que convivem nas ruas, localizadas a partir de sua frequência em praças, becos e ruas do centro. Observamos noite e dia o desenrolar da

vida das PSR do centro de Manaus. Com o intuito de anotar atividades comportamentais, o trabalho, as condutas estereotipadas, falas, gestos, trejeitos, relações jocosas, o humor, o riso, o silêncio, diferentes cenas, ações e reações – buscando suas peculiaridades – apreciamos o cotidiano dessas pessoas e fizemos registros gerais e específicos.

Em alguns momentos, poderemos correr o risco de nos desviar dos objetivos e métodos da pesquisa de campo, mas temos certeza de que a experiência de cada encontro com os PSR foi de uma riqueza antropológica e etnográfica incrível. Temos gravado e fotografado esses momentos únicos, e nesta tese vamos compartilhá-los em ampla medida, para não perder detalhes desse universo tão fugidio. A instabilidade dos indivíduos da pesquisa nos faz pensar sempre que será o último contato com aquela pessoa. Porém, as situações são singulares, sempre.

Uma das minhas incursões noturnas pelo centro da cidade começa às 18h do dia 30 de outubro de 2016. Optei em percorrer os trajetos ligados em rede a partir da Praça da Saudade, no Centro da cidade de Manaus, porque os trajetos podem também ser escolhas minhas. Percorri toda a imediação da praça para eu ter uma visão geral. Em uma das caminhadas por esse trajeto, preferi sentar em um banco da praça a uns 20 metros de um grupo de pessoas que estava em baixo de uma frondosa mangueira, na parte frontal da Praça da Saudade, em frente ao Rio Negro Clube na avenida Epaminondas, centro. Comecei a observar um grupo de 15 pessoas. Dispostas em dois semicírculos, sentadas em cadeiras quebradas, algumas deitadas em um velho colchão, outras deitadas no chão, conversavam, bebiam, discutiam, dançavam, enquanto outras dormiam. A observação, nesse âmbito, foi no sentido de aproximação para perscrutar suas narrativas em grupo.

Ao tentar a abordagem da observação participante compreendemos que podemos, dentro dessa categoria de PSR, explorar uma espécie de hierarquia por tempo de permanência na rua, entre o antigo “morador de rua” em oposição ao “novo morador”. Pouco homogênea, essa categoria pode ainda se diversificar de várias formas. Existe a diversificação por tempo de rua, sendo os novatos e os veteranos; por área de pousio, uns descansam em praças, largos e mercados, e outros em terrenos e casas abandonadas; por ocupação, guardador e lavador de carro, carreteiro, ou ainda carregador, vendedor e ambulante; todas essas diversificações tem seu grau hierárquico. A PSR recém-chegada tem todo um tempo para aprender as “manhas” da rua. A novata se depara com uma rede

de relações complexas, como em um início de carreira profissional, quando há um estranhamento inicial e um tempo de latência antes da ambientação. A PSR novata precisa inicialmente encontrar um ponto de esmola, um trabalho informal, um grupo minimamente confiável para se enturmar, bem como uma colaboração de protetores, ou ainda uma cooperação de feirantes, lojistas, voluntários e transeuntes do centro da cidade. Dessa forma, poderá ter uma longa carreira no mundo das ruas e ou das marginalidades que pressupõem sua condição. O sucesso nessa carreira significa simplesmente sobreviver.

Nesse sentido, as relações entre pares são fundamentais para a introdução no universo da rua, para o conhecimento e a tomada dos melhores pontos de repouso, de esmola e trabalho. De acordo com pessoas veteranas, há que se estabelecer estratégias e perceber os melhores momentos para as atividades do cotidiano. Por exemplo, festejos religiosos, festas populares, semana santa, época natalina, etc., quando há mais movimento do centro da cidade, e quando há momentos propícios para “manguear”⁹, trabalhar ou furtar. Os veteranos sabem o momento certo para “atacar”, geralmente movidos pelo estado de sensibilidade dos caridosos. Pode haver estranhamentos e imposição de poder no contexto da categoria das veteranas sobre as novatas, como forma de impor as regras da rua. Boa parte desse processo de aclimação do indivíduo novato na rua tende a se dar de forma violenta, com intimidações físicas e ou verbais. Algumas vezes, para entrar no jogo da rua, é necessário se colocar inicialmente em posição de submissão para evitar conflitos com esse universo desconhecido para quem está chegando. Para as novatas, percebeu-se na coleta de dados ainda a ausência de “hábitos comuns de cooperação e rituais comuns de intercâmbio social em termos gerais, que nas comunidades antigas, facilitavam as relações humanas” (ELIAS, 2000).

Apresentam-se como um grupo diversificado, homens, mulheres, idosos e crianças, difíceis de caracterizar e quantificar, uma vez que, por estranhamento, muitas vezes não se abrem; por medo, vergonha ou pela própria dor que sentem ao revelar sentimentos, algumas deixam de falar. Não têm fixidez de moradia. São grupos que, apesar de diferentes, parecem ser igualados pela indigência e pauperização em que se encontram, momentaneamente ou continuamente. No encaminhamento do trabalho, pareceu interessante ponderar acerca do tempo que os indivíduos estão em situação de rua. Até

⁹ Termo nativo, usado pelas PSR, no sentido de ludibriar, tapear, enganar.

mesmo porque quem possui mais tempo de rua é exatamente aquele que conseguiu continuar a viver, apesar das agruras próprias da existência fora de casa. Essa proposta foi fundamental para pensarmos o cotidiano dessas pessoas, dessas sobreviventes. No caso, o tempo de vivência denota, em boa monta, a resiliência perante as dificuldades. O porquê de se ter delimitado dessa forma? A delimitação se tornou necessária para interpretar modos de vida das pessoas dispostas como potenciais integrantes da amostra no cenário de nossa pesquisa, ou seja, para termos uma etnografia segura para o estudo, que indique confiabilidade aos dados. Essa projeção se justifica por uma prévia abordagem feita na rua com as pessoas pesquisadas, dado que elegemos parâmetros que destacam o tempo de rua como item promotor da integração gradativa e profunda ao meio. Ao se manterem nas ruas, desenvolvem vínculo, valores e estratégias. A rua passa a ser a referência de vida, o lugar no mundo, chegando-se a moldar a identidade a partir dela. Passam a ser pejorativamente chamados de homem de rua e mulher de rua.

E como há um universo grande de pessoas vivendo nas ruas, procuramos delimitar dessa forma para tentar conseguir indivíduos aptos a dialogar e ou responder a nossos questionamentos. Optamos em não trabalhar os diálogos de pessoas com transtornos mentais ou pessoas excessivamente drogadas ou alcoolizadas no momento de entrevista da pesquisa.

Dentro dessa aproximação inicial com as PSR, aconteceu uma situação inusitada. Uma moça que saiu do grupo e veio na minha direção. De forma bastante educada pediu para que me retirasse do banco da praça, pois queria um lugar tranquilo e solitário para orar. Fiz um acordo com ela. Depois da oração, ela iria me conceder uma entrevista, e assim ficou acertado. Cristiane, tem 37 anos, vive desde os 14 nas ruas do centro. Depois do tempo concedido à oração e das explicações iniciais sobre o trabalho, pedimos autorização para gravar e usar na pesquisa. A moça começou a falar sobre está na rua. Opinião muito próxima de outra pessoa que conversei na Praça dos Remédios:

Muitos aí, mano, vieram pra cá porque viram alcoólatras, viraram “noiados” e muitos levados pela vida. Porque a pessoa que se mete nesse centro aqui, mano, não sai mais não. Sabe porque que não sai? Porque vai ali tem comida, vai ali toma um banho, vai bem ali... tem tudo! Mesmo assim aqui não dão trabalho pra ninguém, eu mesma tô procurando um trabalho. Tenho todos os meus documentos, mas ninguém dá trabalho pra antigo morador de rua (Cristiane, 37 anos, PSR, entrevista/2016).

Buscou-se fazer um trabalho de campo que refletisse acerca das múltiplas interpretações a respeito de relações intersubjetivas contidas dentro de contextualizações de vida de pessoas em situação de rua, levando-se em conta o cotidiano daqueles que vivenciam o território¹⁰ da rua, que em verdade é o território de todos e de ninguém. A proposta foi penetrar num submundo em certa medida desconhecido, e se fala do desconhecido porque, embora seja uma mesma terra compartilhada por transeuntes, passantes, visitantes e *outsiders* (uma espécie de flâneur pós-moderno, sem dinheiro e glamour), não se configura com a mesma similaridade todo o tempo. No trabalho de prescrutar PSR há particularidades relacionadas a sons, cheiros, gostos, tônicas de mundo compartilhado, olhares, contatos físicos, sensações psíquicas e episódios não verbais ou verbais que delimitam seus movimentos. Encontramos pessoas que estabelecem seus trajetos no cenário urbano de forma errante; estabelecem suas conexões com a dinâmica da cidade; estabelecem relações com a massa efêmera que circula pelo centro da cidade de Manaus. Como o *flâneur* de Baudelaire, a PSR faz um percurso na cidade que não é inocente, apesar de errante. O perambular cambiante se propõe a estabelecer relações sociais positivas em um ambiente marcado por tensões, medos e violências física e simbólica. O centro da cidade, geralmente degradado, associa-se por definição com estados físicos e mentais de PSR, para formar um cenário interessante e instigante, que agrega os iguais, com seus modos semelhantes de vida, e afasta os diferentes como desiguais. Constitui um cenário instalado no centro da cidade que vai compor diferentes lugares, próximo a mercados, feiras, comércios atacadistas/varejistas e porto do qual fazem parte diversos personagens que compõem o cotidiano da cidade (comerciantes, donas de casa, transeuntes, PSR, trabalhadores informais “camelôs”, catadores de materiais recicláveis, catraieiros, tripulantes de navios, carregadores, carreteiros¹¹, guardadores de veículos, vendedores de passagem, vendedores ambulantes de verduras e frutas, vendedores

¹⁰ Em relação a conceituação dos termos território, lugar e espaço, escolhemos, dentre muitas possibilidades, conceituar território com o sentido de pertencimento, apropriação e dominação (TUAN, 1983); lugar nos remete a coexistência, representa uma configuração instantânea de posições, sendo “o espaço um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202); espaço, por sua vez, assumindo o sentido geográfico de amplitude de dimensões infinitas, pode também ser um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, podem configurar um pequeno recorte que possibilitam a representação de um papel efetivo na realização social (SANTOS, 1988).

¹¹ Na área do centro de Manaus, próximo ao porto, mercado e feira, a fala do senso comum esclarece que carregador equivale ao sujeito que desembarca mercadoria dos barcos para os carros e caminhões e vice-versa, alguns trabalham carregando mala e pertences dos passageiros que desembarcam no porto, inclusive credenciados pelo porto privado com crachás; já o carreteiro é aquele que ajuda a comprar e levar até o carro gêneros comprados na feira e imediações do mercado.

ambulantes de lanche, vendedores de peixe nas canoas, taxistas, moto taxistas, mendigos, prostitutas, pedintes, dentre outros). No contexto desse cenário, os personagens se juntam no centro em busca de objetivos diversos, dentre eles se destacam o ganho e o trabalho, pois no centro há farturas. Próximo às feiras e mercados, por exemplo, é corriqueiro o aproveitamento de restos da feira com o intuito de cortar a parte estragada das verduras e vender o restante: são os conhecidos sacolões de verdura.

Os sacolões representam o outro lado da realidade que se observa na rua. Há uma banda imprestável, podre, mas há resistências de outro reverso, as quais se mostram na medida em que se podam arestas, se forçam novas reconfigurações. Há o lado da abundância e da pobreza, mas não miséria. O centro é ambivalente, controverso, com dados equidistantes, positivos e negativos, e isso certamente se reflete no âmbito das PSR. Elas são degradadas, ou melhor, estão em estado de degradação. Em suma, podem ser tanto o lado podre da fruta quanto a parte boa, depende muito das circunstâncias. Representa ainda um dos vieses da dinâmica econômica da rua, idealizada no aproveitamento do que está disponível para o comércio imediato. No caso dos sacolões de verdura, sua montagem e comercialização são feitas não apenas por PSR, mas pessoas carentes que estão na feira a garimpar restos e ganhar algum trocado vendendo produtos encontrados com poucas avarias (verificar figura 52). Tudo isso faz parte, de alguma forma, da interação desses variados sujeitos com o mundo do trabalho formal e informal, pois são componentes importantes do cotidiano do centro de Manaus nos seus mercados, feiras e portos.

Na caminhada com semelhantes ou muitas vezes solitária, marca seu caminho com a experiência de quem conhece a vida cotidiana na rua. Para as PSR, a vida na cidade não pode se resumir apenas a desventuras, mas, sobretudo, a aventuras, música, poesia, afetos e inconsistências. Um lugar de quebra da monotonia, pois sempre está acontecendo algo diferente, algo que os remete a acompanhar o ritmo do centro da cidade, estabelecendo uma sintonia com sua dinâmica incessante, a qual requer desprendimento a padrões lineares de rotina, visto que não há certezas de quase nada num dia de perambulação de uma PSR. Para melhor entender os capítulos organizamos resumos que seguem:

A tese é dividida em quatro capítulos. O primeiro, *Pessoas em Situação de Rua*, analisa de que forma a rua configura-se como um meio para determinadas pessoas inventarem outros modos de vida, e define as PSR como sujeitos da pesquisa, na medida

em que se inserem no espaço urbano e aprimoram procedimentos para sobreviver nos espaços públicos do centro da cidade. Dessa forma, forjam o habitat delineando heterotopias e ou transformando, de forma subjetiva, espaços públicos em privados. Além de tecerem suas vidas, em relações íntimas, como agentes do trabalho informal, estabelecem com a atividade parâmetros para reforçar a questão da invisibilidade.

O segundo, *Trajetos de invisibilidade e práticas culturais das PSR no centro de Manaus*, procura traçar um campo conceitual que permita pensar a praticar (vivenciar) a cidade, experienciando-a e assim apreendendo nela a constituição de territórios existenciais nos contextos da rua, ou seja, nos “coiós” (DELEUZE e GUATTARI, 1972, 1976). O capítulo procura também a dinâmica que caracteriza os trajetos onde as PSR se instalam para trabalhar, se alimentar e descansar. Os trajetos, eles mesmos, irão representar o conjunto de necessidades das PSR e suas práticas na cultura da rua, imprimindo na geografia do centro os lugares percorridos por elas. Os trajetos são definidos como espacialidades específicas pelas quais a dialética da contradição se especifica. Neles, as ruas são reconfiguradas, reapropriadas e ordenadas de acordo com especificidades. Exemplificamos no tópico *relações notívagas* que ao cair da noite se configura, nas ruas do centro, outra lógica de vida, norteada justamente por regras impostas pelo poder simbólico exercido nesse horário pelas PSR.

O terceiro, *A visão que os outros sujeitos têm da PSR; invisibilidade e marginalidade*, constitui o olhar e a interação de outras pessoas com as PSR. O capítulo discorre sobre os voluntários e suas ações para ajudar a minimizar o sofrimento delas. Dando continuidade ao tópico, tratamos do contra-uso dado ao espaço público com a reapropriação feita pelos sujeitos das pesquisa e sobre as ideias de invisibilidade e marginalidade aplicadas ante as pessoas em situação de rua. Cabe salientar que no capítulo foi abordada a relação de invisibilidade como tática dos *outsiders* melhor praticarem suas formas de desvios marginais. Ao passo que também vimos a invisibilidade como anulamento do sujeito como pessoa, provocando o sentimento de vazio existencial, consequentemente aumentando o sofrimento de quem vive na rua. Desse jeito, percebemos que a pessoa parece desaparecer como ser humano, maximizando a condição de exclusão e desigualdade já existente. Embora percebamos que a invisibilidade se estabelece comumente como método de delito.

O quarto, *A vida é um jogo, cada um por si e Deus contra todos*, com título emprestado da música dos Titãs, o capítulo discorre sobre resultados e discussões referentes a narrativas encontradas na etnografia da rua, usando o jogo como ligação possível nas entrelinhas das demais atividades praticadas. Assemelhamos a vida das PSR a jogos de azar, cuja estratégias vão definir de maneira efêmera suas trajetórias tênues diariamente. No capítulo, cumpre destacar, notamos o papel desempenhado pelo jogo não apenas no âmbito do entretenimento, mas sobretudo na composição da sociabilidade e do trabalho. O jogo, de maneira lúdica, relativiza o campo de forças onde se encontram as PSR. Elas no fundo sabem que, nas jogadas da existência na rua, a moeda pode ser a própria vida. No jogo da vida do centro de Manaus, cada PSR se apresenta como jogadora singular, procurando um meio original de se inserir no espaço urbano e interagir. Os jogadores no jogo das ruas são pessoas que escaparam a cada lance, cada um à sua maneira, transitando no rol de constelações de identidade fluidas. Dizendo de outra forma, no último capítulo, para além da análise de alguns pontos dos capítulos anteriores, almejamos desenhar a interação das PSR em planos de jogo como um conjunto de astúcias e/ou artifícios para a realização de representações de mundo. Portanto, encerramos a questão do jogo do último capítulo, seguindo ideias de Goffman (2009) quando ele tenta determinar como *performances* plano de coerência expressiva de representações. Nesse caso, o jogo, estando presente no dia-dia das PSR, igualmente se mostra como uma máscara a ser usada pelos atores sociais no momento das partidas, possibilitando a cada um deles demonstrar mais uma face das suas múltiplas identidades.

CAPÍTULO I - Pessoas em Situação de Rua

1.1 - Delineando o trabalho de campo

Se tu souber que eu sou o maior *magueador*, tu tá por fora, sou cabeça, sou *magueador* profissional. Né não?! Do jeito que eu tô, eu magueio até o diabo. (Jackson, 36 anos, mecânico desempregado, PSR, 2016).

Começo com as palavras nas quais Jackson (36 anos, PSR) explicou a categoria nativa “magueador”¹², que significa “aquele que pede”, e deu exemplo: “oi rapaz, eu tô cansado de andar, não conseguir nada, me dá um dinheiro pra eu interar minha passagem”. Era o começo de uma conversa a partir da qual, aos poucos, fomos adentrando e conhecendo outro universo, o da rua, que tentaremos aqui fazer um sobrevoo.

Antes de caminharmos nesse sentido, entretanto, cabe destacar a seguinte pergunta: como surgiu a ideia de falar sobre as pessoas em situação de rua (PSR) do centro de

¹² Usado aqui como termo nativo no sentido de ludibriar. O verbo ‘maguear’, de acordo com o Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0, tem suas variações, por exemplo, no regionalismo: Rio Grande do Sul – Transitivo direto (1): guiar (gado) pelos flancos em travessia de rios, em direção às mangueiras ou a outro lugar; – transitivo direto (2): usar de artifícios, esp. para obter o que se deseja; engodar, iludir

Manaus? Em certa ocasião, me é forçoso dizer, tive que passar pelo centro de Manaus de madrugada e isso despertou minha atenção para o calçadão da Avenida Manaus Moderna. Muitas pessoas deitadas em papelões, caixas de madeira, colchões velhos, em pedaços de pano. Alguns assavam peixe em fogareiros improvisados; vendiam churrasquinhos de carne; outros bebiam cachaça; jogavam o que parecia baralho; riam de forma estridente; falavam alto palavras que não pude compreender o significado. Eu estava adentrando num mundo incógnito, numa outra lógica de existir que funcionava longe dos olhos da maioria da população. Era uma mistura de muitos sujeitos com seus diferentes artifícios, convivendo num caldo de interações intrigante, pois grande parte deles parecia invisível. Nesse contexto, o que mais chocou foi a miséria humana provocado pela pobreza urbana de uma das cidades mais ricas do país¹³. Portanto, a ideia surgida naquele momento, a de estudar aquelas pessoas, nasceu desta primeira inquietação.

O trabalho de campo foi a parte mais estimulante da pesquisa. “O estar lá” nos proporcionou uma realização, uma participação empírica, o que nos ajudou a concretizar o estudo teórico epistemológico e seus vieses etnográficos. Em campo, com as pessoas que pretendemos estudar, tudo parecia se tornar intangível, fugidio, com possibilidades bem pequenas de acontecer a mesma situação duas vezes seguidas, de forma exata, sobretudo porque encontrar os mesmos atores na mesma cena na rua se mostrou como algo muito difícil. Assim, a importância do trabalho de campo se faz por ser parâmetro norteador da pesquisa. A partir do trabalho de campo, especialmente quando se trabalha com observação participante, conseguimos orientar os caminhos da pesquisa. Apesar de toda a base teórica adquirida para atuar em campo, no caso, nas ruas de Manaus, as incertezas eram muito mais fortes e as situações adversas se apresentavam de forma real e perigosa. Não sabíamos o que nos aguardava, principalmente em meios hostis como é o universo das PSR. Rejeição das PSR; medo; violência; frustração; compaixão com o sujeito; revolta com a situação; estranhamento com o meio, etc. Foram diversos sentimentos que nos aproximaram e nos afastaram do trabalho de campo.

O pensamento que tivemos era que geralmente alguém de fora seria visto como provável ameaça, podendo ser tratado com agressividade ou indiferença, ser roubado ou

¹³ Com R\$ 67 bilhões e renda per capita de um pouco mais de quase 33 mil reais, Manaus em 2017 tem a sétima maior participação no PIB do brasileiro, segundo dados do IBGE.

agredido. E por certo eu estive diante de ameaças legítimas, principalmente no ambiente noturno do centro de Manaus, e estas tiveram de ser enfrentadas para dar andamento à pesquisa.

Para melhor pesquisar o campo e seus integrantes, as pessoas que vivem temporariamente ou permanentemente nas ruas, foram escolhidos três pontos estratégicos de concentração mais frequente das PSR, a saber: i) Praça da Saudade; ii) Rua Guilherme Moreira e iii) Praça dos Remédios. Para melhor visualização das PSR, fomos a noite, no horário de 18h as 00h, embora a coleta de dados também tenha se dado durante o dia, das 14h às 18h. Ao longo do texto, citamos entrevistas e conversas com os (as) participantes, acrescentando a hora, o dia, a estação do ano, o local, o pseudônimo do (a) participante ou o nome quando autorizado, a idade, o sexo e o tempo de rua, dentre outras características que se poderiam fazer necessárias ou que fossem relevantes ao estudo. Tivemos contato com 13 interlocutores certos, formalmente, por meio de entrevistas semiestruturadas e/ou conversas informais. Em relação a ida a campo, desde setembro de 2010 coletamos dados informalmente. Nesta data, tivemos a primeira experiência de encontrá-los dispostos de madrugada na Avenida Manaus Moderna, Centro, e assim iniciamos a observação mais atenta e a anotação em diário de campo. Dessa forma, não temos como quantificar com precisão as inúmeras vezes em que, mesmo a passeio ou como transeunte, observamos, conversamos e interagimos com as PSR e seu local provisório de morada. Mas intuímos que a inserção no contexto social das PSR tem se dado de modo efetivo.

Para se adentrar nesse universo não basta entrevista-los com perguntas prontas, há que se aproximar e ganhar a confiança deles para tentar entrar com mais profundidade no campo de pesquisa empírico dessas pessoas. Se houver suspeitas ou desconfianças quanto ao trabalho, eles simplesmente não falam ou mentem demasiadamente.

Ao dissertar sobre um sujeito social que não se vê, nos arriscaremos a penetrar num submundo desconhecido de muitos: o centro noturno da cidade de Manaus. Falamos desconhecido porque embora seja a mesma espacialidade dos transeuntes diurnos, com ritmo frenético, sons, cheiros e gostos a tônica muda de sentido quando a noite cai. Tentaremos demonstrar que espaços públicos são reapropriados, invadidos, tomados por uma profusão de outros significados. Dá medo e ao mesmo tempo fascínio ir ao centro a noite, parece mais o inferno de Dante. Procuraremos definir, no tópico 2.5 – Relações

Notívagas, esse cenário “pós-apocalíptico” que se forma com pessoas, comidas, fumaça, feira ambulante, bebidas, lixo, músicas, violências, sexo, drogas, tudo isso fazendo parte do desfecho de um dia cheio no centro da cidade. Como podemos visualizar uma parte na fotografia a seguir:



Figura 01. Esquina da rua M. de Souza com a Instalação, vida noturna no centro.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2017.

Um trabalho como esse, acreditamos, se faz a partir de inquietações da vida cotidiana, observadas com olhar apurado sobre o outro. A condição humana de existir é muito frágil frente às adversidades que nos são impostas pela vida pós-moderna, especialmente nas grandes cidades.

Partindo desse princípio, tivemos a oportunidade de perceber outros universos nas ruas do centro de Manaus, outras lógicas de existir, que fogem à formalidade proposta pela

sistemática que a nossa sociedade capitalista nos impõe. Estudaremos aqui a condição de existência de sujeitos excluídos, os quais denominamos como invisíveis, pessoas fruto de um mundo desigual. Invisíveis como cidadãos para o Estado, o que se concretiza quando, por vezes, sua existência legal desaparece pela falta de documentos de identificação. Sua invisibilidade se dá também no mercado de trabalho formal, na medida em que parecem não serem mais úteis na produção de riqueza. Para as pessoas que os ignoram nas ruas, passando por eles sem os verem e também para eles próprios, como estratégia de sobrevivência. Trataremos no tópico 3.3 – Sobre ser invisível.

Esses indivíduos nos mostram que ainda vivemos em uma sociedade que pensa acerca de pessoas que não se enquadram em padrões de desenvolvimento, progresso e comportamento. São pessoas que, diz-se, devem ser extintas, banidas, apagadas, lavadas da vida social, exterminadas do meio. Essa mesma sociedade, por vezes, ignora o outro, não querendo ver o sujeito que está posto no seu mesmo espaço, mas, geralmente, em universo de oposição. A sociedade fica caracterizada de acordo como ela trata as pessoas que mais precisam dela. As PSR podem ser pessoas que têm que se reconstituir de suas perdas (família, trabalho, amigos...), mas que, às vezes, não conseguem se refazer, pois os obstáculos são enormes. Assim sendo, enfrentam a negação do mundo que pertenciam e de si mesmo, buscando as ruas como fuga e construção de outros referenciais.

Dentre as propostas da pesquisa consiste em estudar sobre invisibilidade de pessoas em situação de risco social no centro da cidade de Manaus. Conjecturas que ocorrem em decorrência da exclusão que se apresenta para homens, mulheres e crianças que vivem a situação provisória de moradoras de rua. Buscamos inspiração no fazer etnográfico, refletindo acerca das múltiplas interpretações a respeito das relações de sujeitos contidas nesta parte de cidade, levando-se em conta o cotidiano daqueles que vivenciam tal território. Perceber o que muitos querem vai além de serem vistos e respeitados como seres humanos, querem existir.

Essa pesquisa visa também tematizar histórias de vida de pessoas que se desenrolam nos becos e ruas do centro, nas calçadas, praças, casas, barcos abandonados, no entorno dos mercados, feiras, porto, enfim, em variados matizes que ultrapassam o simples ir e vir do passeio público. Outro objetivo é perceber como esses espaços públicos são vivenciados, organizados e percebidos pelas pessoas em situação de rua (PSR) de Manaus,

levando em consideração seus desvios e marginalidades. O que trataremos no tópico 3.4 – Marginais e suas marginalidades.

O trabalho busca desvendar valores, experiências e estratégias de pessoas que estão em situação de rua. Uma das possibilidades para olharmos esse universo físico e simbólico foi adentrar no trabalho de campo com uma visão participativa, ou seja, experimentando a problemática dessas pessoas *in lócus*, para termos um recorte mais próximo do real. Observação participante, dessa forma, se formatou na interação diretamente com os sujeitos.

Quando falamos em experimentação não nos referimos à experiência científica na complexidade dos seus resultados e dentro de uma lógica empírica, mas simplesmente como ciência interpretativa com foco na etnografia. A busca por significados e não por códigos normativos de conduta foi a meta, usando, sobretudo, a etnografia de descrição densa¹⁴. Buscou-se a etnografia como opção metodológica por privilegiar a vivência do pesquisador em campo, elaborada por meio das interações como estratégia de investigação, convivências sociais, imersão nas ruas e diálogos continuados com indivíduos no cotidiano.

Esse estudo constitui, pensamos, uma forma de refletir, dialogar e avaliar a vida das pessoas em situação de rua (PSR) no centro de Manaus. Objetivando verificar suas demandas como categoria social, seus anseios existenciais urgentes, e ainda pesquisar pessoas apagadas para a sociedade formal. Tentaremos mostrar não apenas a penúria humana por eles vivida, mas, sobretudo as suas estratégias e expertises, como um dos benefícios da invisibilidade na rua. Além de tentar levar ao conhecimento da sociedade e do Estado essa problemática, para que o mesmo desenvolva políticas públicas eficientes, que contemplem esses sujeitos, na maioria das vezes, desassistidos. Grande parte da população de Manaus desconhece o universo das PSR, que se situa para além dos dramas individuais, das histórias dessas pessoas, dos conflitos grupais e/ou conjunturais. São pessoas que vivem nos umbrais do centro de Manaus, ou seja, à sombra da modernidade e do status quo vigente. Ponderamos que boa parte das PSR não quer sair das ruas por conta de uma projeção pessoal, orgânica, de defesa, preferindo essa condição ao controle Estado/Família. Assim como entrar, sair da rua fica difícil demais quando se pensa em um ato de superação solitária para os problemas. O agir coletivo, nesse caso, tende a ser o

¹⁴ Conferir em GERRTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Parte I.

melhor caminho. As PSR carregam estigmas associados à marginalidade, o que aumenta ainda mais a probabilidade de não saírem da rua.

A medida que trabalhamos na rua vão surgindo algumas questões instigantes que na medida do possível tentaremos contribuir para elucidar, como: Que cidade é essa? Onde, como e quem são essas pessoas que estão na invisibilidade? De onde vem? Como percebem a cidade? Qual é a sua importância no cenário urbano? Quais são suas esperanças? Como o poder público tenta equacionar esse problema? Qual é a raiz do problema? Quantos vivem exatamente na invisibilidade social? Por que Manaus? São inúmeras questões a serem investigadas, daí o interesse em analisar a circulação dessas pessoas com suas histórias de vida, sonhos, esperanças e estigmas. Percebermos a predominância das transformações socioculturais, adaptabilidades e resistências frente ao novo, a hostilidade e/ou receptividade dentro da cidade. Objetivamos compreender fatores sociais e históricos, perceber ainda como esses espaços públicos são vivenciados, organizados e apreendidos pelas pessoas em situação de rua (PSR) de Manaus. A pesquisa é qualitativa e a técnica metodológica que amparou a coleta de dados esteve relacionada com aportes da etnografia, privilegiando diários de campo e interpretação inferencial de narrativas coletadas.

O trabalho consiste em enveredar pela análise da relação entre o discurso público sobre a marginalidade social e os modos específicos de vida desenvolvidos por estes chamados “marginais”. Trata-se de uma população que vive principalmente nas ruas do centro de Manaus, que ora se caracteriza como marginal, mas que é vista predominante pelo público em geral como agrupamento de desclassificados, de bandidos, de desvalidos, loucos, errantes; outrora, igualmente, podem tender a ser caracterizados como dignos de compaixão, posto terem sido negligenciados pelas famílias e pelo Estado, e por isso são famintos de existência social.

Escolhi estudar esse tema por me sentir incomodado ao passar de madrugada no centro de Manaus, especialmente na Avenida Manaus Moderna e perceber a grande quantidade de pessoas dormindo na rua. Seres humanos dormindo em cima de papelões, improvisando fogareiros para fazer refeições, pessoas negligenciadas, com fome de existir. Lembrei-me na recorrência dessa situação desde o século passado quando Djalma Batista já dizia:

Nas capitais, que constituem afinal a grande meta, veem-se cada vez mais famílias deslocadas da zona rural, ou das sedes municipais, sem terem trazido, para

enfrentar as novas condições de vida, recursos materiais nem preparo intelectual: seus membros com frequência se marginalizam em Belém e Manaus. Procuram, entretanto uma saída para seu destino sem horizonte; são seres isolados, pobres, famintos, muitas vezes doentes e frequentemente tristes. Alguns chegam a vencer a carga negativa que os acompanha; mas a maioria naufraga dolorosamente (BATISTA, 1976, p. 90).

Há toda uma produção de discursividade (FOUCAULT, 1999) que tenta, ao definir uma identidade pela via negativa, ou seja, estigmatizante (GOFFMAN, 1988) enquadrá-la dentro de parâmetros controláveis e manipuláveis pelo Estado. Os autores fazem uma interessante viagem pela situação dos indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizadores da sociedade. O último autor analisa os sentimentos da pessoa estigmatizada sobre si própria e sua relação com os outros ditos “normais”.

No jogo entre invisibilidade/visibilidade do poder, exclusão econômica e inclusão marginal estão sujeitos individuais e coletivos que fazem um uso variado das ruas do centro de Manaus, principalmente à noite.

A problematização do nosso trabalho passa por algumas perguntas básicas que se ampliam para outras: Quem são sujeitos invisíveis socialmente no centro de Manaus? Como é diariamente criada e recriada a relação de pessoas em situação de rua e a sua importância ou não na dinâmica cultural e no meio social na cidade de Manaus? Quais as implicações dos órgãos públicos e entidades assistenciais nesse processo, incluindo-se os aspectos econômicos de transferência de renda (auxílios sociais disponibilizados pelo governo)? As pessoas em situação de rua estão lá porque não tem onde morar ou porque elas querem? Como essa discussão das PSR em Manaus, se insere no contexto global e nacional de PSR? Até onde negamos sua existência social e nos desresponsabilizamos? Muitas vezes desdenhamos da sua presença, só vendo o que queremos ver, só vendo a caricatura que nós projetamos, a da violência, ociosidade e marginalidade. Talvez seja uma forma de impor sua visibilidade, ser protagonista, reafirmar sua existência, se mostrar nem que seja por um momento efêmero e fugaz de violência. Nesse ponto nos inspiramos em Michel Foucault quando ele fala da vida dos homens infames,

Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava

essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção ainda por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com as suas garras, foi ele que suscitou essas poucas palavras que nos restam (FOUCAULT, 2003a. p. 207).

Esses sujeitos passam por perigos constantes, quase não tem proteção dos órgãos públicos, ou seja, não dispõe da mínima cidadania, entendendo o termo como obtenção de direitos básicos como educação, saúde, moradia. São cidadãos esses sujeitos? São sujeitos sociais esses indivíduos?

Para além dessas questões, a pesquisa visa tematizar histórias de vida de pessoas que se desenrolam nos becos e ruas do centro, nas calçadas, praças, casas, barcos abandonados, em torno dos mercados, enfim, em variados matizes que ultrapassam o simples ir e vir do passeio público. O objetivo consiste em perceber como esses espaços públicos são vivenciados, organizados e percebidos pelas pessoas em situação de rua em Manaus. Sujeitos que vivem ocupando logradouros públicos, são privados de quase tudo, principalmente de sua individualidade e liberdade. Fazem parte das tragédias cotidianas, desagregações familiares, exclusão da sociedade formal, racismo, não são ninguém, considerados pela sociedade em geral como lixo social, são reduzidos a nada.

Na rua essas pessoas ficam embrutecidas, animalizadas com o tratamento a elas dispensadas pelos ditos “cidadãos” da cidade grande e pelo poder público. A rua também é o palco de confrontos caracterizados por diferenças sociais e culturais com seus padrões “éticos” e “estéticos”, ou seja, o que prevalece é a “lei da rua”.

Se queremos uma cidade mais humana e digna para todos viverem teremos que entender as problemáticas que a envolve e tentar minimizar as mazelas que se apresentam, incorporando inclusive as soluções dos sujeitos sociais envolvidos. Porque entendemos que as dificuldades enfrentadas pelas PRS são problemas de toda a sociedade, na medida que afetam a cidade e seus cidadãos em maior ou menor grau.

O nosso recorte temporal é o do mundo contemporâneo, da vida cotidiana. Difícil trabalhar o contemporâneo estando inserido a ele, estamos cheios de vícios, clichês, modismos que acabamos impregnando no texto. No entanto, se nos afastarmos muito, perderemos detalhes, rostos, gestos, cacoetes que significam muito para o estudo etnográfico. Entretanto, quando necessário, não haverá impedimentos para recuos. Nas palavras de Ruben Oliven:

Os fenômenos que estão ocorrendo em cidades como as brasileiras se constituem num rico campo de investigação social, cujo o estudo pode permitir uma melhor compreensão da cidade enquanto processos sociais (OLIVEN, 1977, p. 50).

Optamos em analisar essas relações a partir de um olhar interdisciplinar, tendo como principais suportes a história, antropologia, etnografia, sociologia, dentre outras, pois acreditamos que a pesquisa em lentes microscópicas permite adentrar em área ainda não exploradas, fazendo emergir categorias êmicas que até agora foram silenciadas por um discurso sempre produzido do seu exterior. Nesse sentido pensamos como historiador etnógrafo, percebendo o lugar da fala de pessoas comuns na multidão, suas organizações, comportamentos e pensamentos. Como essas pessoas conseguem dialogar com um cotidiano tão excludente usando de estratégias próprias da rua.

Não há dúvidas de que o olhar sobre o tema pelo qual escolheu-se enveredar nos remete a importantes questões frequentemente debatidas na academia, a saber, cultura, crenças, tradições, sociedade, demografia, territorialidade, representação, ética, só para citar algumas. É um desafio muito grande pesquisar as manifestações de segregação em todos os âmbitos no centro da cidade de Manaus.

As categorias sociais tratadas aqui como invisíveis socialmente são fruto de um processo histórico de exclusão provocado pelo advento do capitalismo. Sobretudo a Amazônia que experimentou desde o período colonial incursões externas e internas para exploração de suas riquezas. Se no final do século XIX a Manaus do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, dentre outros, produziu exclusão e marginalização dos indesejados, como bem mostrou Edinea Mascarenhas Dias (1999), a Manaus do final do século XX, governada por Eduardo Braga, Amazonino Mendes, Gilberto Mestrinho, só para citar alguns, não deixa por menos. Deste modo, não nos reportamos ao passado apenas pelo passado propriamente dito, procuramos entender a perpetuação do lado mais nefasto que esse passado produziu, os excluídos. E compreender que Manaus continua atraindo pessoas com o sonho do *El dourado*, que pode ser traduzido pelas oportunidades aqui encontradas, ou não.

Percebemos que as Ciências Humanas, em especial a antropologia, têm dado importância hoje não só em estudar e entender as outras culturas, mas compreender a

sociedade em que vivemos e suas transformações. O estudo das sociedades contemporâneas tem avançado muito no Brasil, principalmente com a publicação de textos como de Bela Feldman-Bianco (1987). A autora aborda mudanças sociais provocadas pela industrialização, as quais conseqüentemente afetaram e aprimoraram o estudo da antropologia. Vai além quando estuda não apenas povos originários, mas processos e redes compartilhadas, sistemas homogêneos, amizades e o que ela chama de ‘quase grupos’. Fala ainda da sociedade contemporânea e suas problemáticas atuais. Dessa forma, com a orientação quanto a análise, conceitos e técnicas para se pensar o outro, contribui muito no campo de pesquisa do sujeito estudado.

Visitamos autores(as) que trabalham com o assunto e de alguma forma poderiam auxiliar em nossa compreensão a partir do enfoque proposto. Para nos ajudar a pensar sobre as PSR, recorreremos, dentre outros (as) autores(as), Becker (2008) nos ajudou a perceber a invisibilidade como desvio social, sendo as PSR, parecidas com os *outsiders*, encaradas como marginais, como acusadoras ou acusadas. Por vezes, denominadas como desviantes, essas pessoas que fogem da normatização que a sociedade formal espera, exercendo ações de transgressão como estratégias de vida. A pesquisa tentará fazer uma análise das relações entre o discurso público sobre a marginalidade social e os modos específicos de vida desenvolvidos por estes chamados desviantes. Essa abordagem da sociologia do “desvio” foi pensada por Becker (2008) e nos leva a compreender não o crime em si, mas situações gerais de pessoas consideradas “erradas”, situações referentes à formação de identidades dentro da uma comunidade. O “desvio” equivale a uma rotulação subjetiva para um comportamento tido esporadicamente como irregular que, no nosso trabalho, não determina e nem classifica de forma categórica as PSR, mas ajuda a compreendê-las. Desviantes que fazem parte da dinâmica das cidades, com suas regras, estão incrustados nas suas invisibilidades e conseqüentemente em diversas exclusões, as quais são arraigadas, principalmente, nos grandes centros urbanos, como Manaus. Pode-se dizer que são estabelecidas regras e também punições para quem viola normativas, ordenamentos e códigos. Mais adiante exploraremos características dos desviantes quando falarmos de atos marginais e marginalidades no fim do capítulo III, item 3.4.

Simmel (1967, 1986, 1987, 1995, 1998) sugere interpretações acerca da modernidade da cidade e da vida mental, por meio de símbolos ideários como “dinheiro”

e “metrópole”. Fala sobre a proximidade e a distância relativa do outro, onde o próximo pode ser o remoto, designado estranho ou estrangeiro, que se coloca mais próximo do distante. Bauman (1999, 2001), trabalha a ideia de identidades fragmentadas e estigma que giram em torno de crises de pertencimento. Sugere que na sociedade moderna vivemos em estados temporários, sob a incapacidade de manter vínculos, tal e qual estivéssemos em estados líquidos, sem forma sólida constante. Somos uma sociedade fluida e qualquer tentativa contrária, por meio de políticas de identidade, levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída.

Certeau (1994) aborda a questão da estratégia e da tática como um conjunto de práticas que articulam espaço e poder. Destaca que os processos de caminhar podem reproduzir mapas urbanos com traços densos ou leves, escolhendo nas trajetórias passar por um lugar e não por outro. Elias (1993, 1994, 2000) pensa o ideal de processo civilizador enquanto um terreno fértil para conflitos e rejeições, estendendo a análise para categorias relacionadas a civilização e cultura. Abre a discussão também para se perceber o controle dos instintos por meio da “etiqueta de classe”, dos bons modos, ou seja, por meio do controle, da “naturalidade”, o que leva a crer que existam tentativas de se forjar territórios de convivência. Foucault (1985, 1987, 1999, 2003b, 2008, 2009) nos aproxima de teorias que refletem sobre o conceito de poder, conhecimento e controle social mediante instituições. Ele explora como técnica a arqueologia e a filosofia e as destaca como práticas de lutas sociais. Foucault estudou a sexualidade, o sistema penitenciário, a psiquiatria, a instituição escolar e a psicanálise praticada de forma tradicional. Utilizamos seus estudos sobre heterotopia, termo que tende a significar um espaço de convivência de todos, de múltiplos usos, de espaço de liberdade, de pluralidade de saberes e fazeres, um espaço que está para além do físico. Sugere-se, assim, “que se podem encontrar no interior da cultura lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009).

Sobre Geertz (1989, 1994, 2008), buscamos compreender por meio do autor a etnografia como aporte metodológico, as técnicas de descrição densa, as formas instrumentos de investigação e os atos de interpretação de campo. Geertz nos faz lembrar que na boa etnografia temos que ter a capacidade de diferenciar um piscar de olhos de uma piscadela maliciosa. Goffman (1980, 1988) coloca a questão do estigma ligada ao desvio,

fazendo a correlação entre pertencimento ou não a um determinado grupo. O poder de categorizar o sujeito, descrevendo-o de acordo com características positivas ou negativas, ou ainda se cabe ou não em determinado grupo. Usamos a concepção de Goffman para os estigmatizados, ou seja, pessoas que aos olhos de outrem apresentam deformações físicas ou de caráter, não sendo assim habilitadas para a aceitação social completa.

Outro autor que nos ajudou muito a entender esse grupo social foi Maffesoli (1987, 1997, 2005, 2006), por meio da inovação de sensibilidade, progresso, razão e estética, ele traça um panorama para a pós-modernidade. Nesse sentido, percebe-se a emergência de novas sociabilidades, no nosso caso, percebe-se o disposto no microcosmo da sociedade, que é a rua. Surgem novos grupos numa intrincada rede de relações com estilos próprios de viver, gostos e opiniões muitas vezes divergentes das que estamos acostumados.

No livro *O Tempo das Tribos*, Maffesoli (2006) fala de microgrupos que se movem dentro de uma sociedade de massa cada vez mais crescente, grupos mutantes, ou seja, compostos de pessoas constantemente em mudança. Em certos momentos, esses agrupamentos se juntam por afinidade, criando, de acordo com o autor, comunidades emocionais, efêmeras, mutantes e estruturadas no cotidiano.

Para entender melhor esse ambiente da cidade recorreremos a Santos (1997, 1998, 2000, 2012), que estudando o espaço urbano globalizado, crítica o capitalismo marcado pelo poder e cunha o termo “globalitarismo”, ou seja, a junção de globalização e autoritarismo. Estuda a distribuição, no espaço urbano, das forças produtivas, que dialogam de forma desarmônica com os sujeitos sociais. Com essas temáticas, deixa claro os interesses das correntes hegemônicas mundiais em relação à economia, política e cultura. Tais descrições, de alguns(mas) autores(as) aqui em interpretação nos ajudaram a estudar com mais propriedade esse universo multifacetado das PSR, no sentido de traçarmos um tanto do perfil delas no centro de Manaus.

Alguns livros, dissertações e teses foram escritos sobre o tema, os quais faremos referência ao longo do trabalho. Mas só para citar alguns que estudam o tema, temos: na Unicamp, trabalhos como o de Frangella (2009), apontam caminhos ao olhar etnograficamente estendido entre corpo e cidade, os quais podem se relacionar de forma particular numa retórica que margeia a ideia de “pedestre resistente”. Estes, mesmo que pareçam limitados ou reclusos, estabelecem uma relação contumaz com a ideologia política

e econômica contextual de ordenação do espaço. Procuramos, assim, descrever “cantos” habitáveis da cidade, que fogem ao planejamento urbanístico, onde se improvisam o viver, e onde as PSR resistem a seu apagamento na cidade. A marcação teórica predisposta (FRANGELLA, 2009) nos convida a pensar sobre a condição de subjetividade em relação à existência (invisibilidade), dado que marca estigmas; lugares e pertencimentos, bem como múltiplas identidades, sofrimentos, conflitos e humilhações.

É também o que diz Ana Cristina Arantes Nasser, professora do Departamento de Sociologia da USP, no seu livro *Sair Para o Mundo*. Ela trata da problemática da interrupção ou do rompimento das relações de trabalho, da família e do lazer, com a consequente exclusão de pessoas na cidade de São Paulo. A autora aborda trajetórias de vidas fragmentadas e procura reler o trabalho de quem adotou o nomadismo e suas representações como práticas sociais nas ruas da maior cidade do país.

Sobre a invisibilidade pública desses indivíduos, foram pesquisadas obras como a dissertação e tese¹⁵ do psicólogo Fernando Braga da Costa, que experimentou o serviço de gari ao varrer as ruas da USP para concluir sua dissertação de mestrado acerca da “invisibilidade pública”. Ele conseguiu situar que, de alguma forma, as pessoas enxergam apenas a função social do outro e não o outro em si. O psicólogo social se vestiu com uniforme e trabalhou dez anos como gari, varrendo ruas da Universidade de São Paulo. Percebeu que, ao olhar da maioria, os trabalhadores braçais são ‘seres invisíveis’, ‘sem nome’. Ele fez um esforço acadêmico para descrever acerca das percepções humanas as quais, segundo ele, são prejudicadas e condicionadas à divisão social do trabalho, a partir de um lócus em que se enxerga somente a função e não a pessoa.

Outros exemplos nessa mesma linha de pensamento estão em *A Rua e a Sociedade: Articulações Políticas, Socialidade e a Luta por Reconhecimento da População em Situação de Rua*, em que Melo (2011), na Universidade do Paraná, teve como proposta trabalhar com rede de mobilização da população de rua em Curitiba/PR, apontando que práticas de se viver na e da rua (contravenção) se transformam em alvo de políticas públicas a partir de uma mobilização coletiva para o reconhecimento de suas especificidades. O

¹⁵ Conferir: COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo, 2004. 254 p. ISBN: 8525038911 e COSTA F. Braga. Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese [Doutorado em Psicologia] — Universidade de São Paulo; 2008.

trabalho se articula com a tese *Habitar a Rua*, onde Kasper (2006), também na Unicamp, estuda a cultura material das PSR como forma de habitação improvisada (habitar); estuda as construções dos espaços públicos e em que medida suas tecnologias se relacionam com o meio urbano em São Paulo/SP.

Muitos dos estudos sobre o tema, não só no Brasil, comungam com ideias como as expostas no livro *Down on Their Luck. A Study of Homeless Street People*¹⁶. Snow (1998), assim como autores citados antes, faz uma etnografia onde analisa múltiplos aspectos das pessoas que vivem nas ruas. O autor levanta genealogias, dados empíricos, entrevistas, registros institucionais e formula categorias, mediante as quais considera que existe uma subcultura de rua em Austin, no Texas/EUA. Por último, fala da maneira existencial das PSR, ou seja, como se veem, como se percebem nesse mundo e a dinâmica desse desabrigo.

Em suma, foram diversos trabalhos publicados que, de alguma forma, ajudaram a ampliar o horizonte de perspectivas, nos proporcionando a avançar mais em busca de nossas inferências de estudo.

Também se propõe compreender como a invisibilidade do sujeito se insere na história da cidade propriamente dita, das complexas interconexões que insinuam aspectos subjetivos e ideológicos dentro dos microguetos, da interação com os demais sujeitos, propiciando organização de interesses e articulação de solidariedades, somando esforços para as lutas contra a dependência em suas diversas formas.

Este estudo aproxima-se das linhas de pesquisa cultura e representação; cultura e cidade; antropologia; porque trata da sociabilidade num determinado espaço e tempo, que dialoga com práticas de lazer, trabalho e sensibilidades. É nesta perspectiva que pretendemos identificar maneiras diferenciadas de relações subjetivas e objetivas, de ser e agir por meio de experiências boas ou más, e ao mesmo tempo rastrear atitudes de estagnação e ou de mudanças de vida.

Apresentam ainda com identidades fragmentadas que tentam juntar os pedaços estigmatizados. Nesse processo acabam adquirindo outras identidades, pois são PSR,

¹⁶ Título original de uma etnografia sobre os moradores de rua, subcategoria dentre os desabrigados. O estudo de caso foi feito em Austin, Texas, a partir de trabalho de campo realizado em meados dos anos 1980. Em português: SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998, 528 p.

pobres, negros, pardos ou índios, nortistas ou nordestinos, desempregados, desvalidos... são estranhos na sua terra. Como veremos posteriormente nas conversas com nossos interlocutores em campo.

A princípio admitimos que é complexo compreender os significados do conceito de 'identidade'. A tentativa, no caso, foi aproximar o marco teórico do conceito à perspectiva estudada, ligando-o diretamente à história pessoal e/ou vivência na rua. Grosso modo, a identidade se faz forjada na medida em que as PSR tendem a representar um personagem, dentro de um conjunto cênico real de atos, fazendo parte da socialização da rua, como modo de relação que se estabelecem ao se aproximarem das particularidades dispostas no meio em que vivem. No momento em que lhes é conveniente, se apropriam da identidade PSR como pertencentes a esse grupo de pessoas que pode assumir tal identidade coletiva. Dessa forma, pensamos que a identidade possa integrar conjuntos de identidades instáveis. Para Silva (2014), a representação, como sistema de significação, funciona como atribuição de sentido. Identidade, portanto, enquanto ligada à representação, é moldada por construções dependentes da realidade. O autor diz que: "é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: 'essa é a identidade', 'a identidade é isso'" (SILVA, 2014, p. 91).

Goffman (1980) sugere que há uma diferenciação entre identidades que podem ser virtuais, ou seja, caracterizadas pelo que imputamos ao sujeito, pelo que achamos que ele é. E identidade real, caracterizada por categorias e atributos que efetivamente o sujeito prova possuir, isto é, como ele é, como se configura. Ao trabalhar com a fragmentação das identidades modernas, Hall (2006) fala do sujeito sociológico envolvido na complexidade do mundo. Um sujeito que se configura como acusador ou acusado (GOFFMAN, 1980). Um sujeito que, não sendo autossuficiente e nem independente do mundo, forma sua identidade por meio do intercâmbio do "eu" com a sociedade que participa. Desse modo, sua identidade vai além da subjetividade do "eu". O autor afirma que:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades

contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 93).

Assim como existem diferentes sujeitos, há diversas identidades em constante transformação, acompanhando o ritmo da modernidade, fixando esse sujeito na estrutura social escolhida por ele.

Na perspectiva de Bauman (2005), a ideia de identidade gira em torno da crise de pertencimento, ou seja, trata-se de uma identidade que se estabelece por meio de vínculos, por vezes estáveis e por vezes instáveis, que ligam uma pessoa às outras. Para o autor, que conviveu com mudanças radicais provocadas no seu tempo vivido, sobretudo com as guerras do século passado, a sociedade lhe parece cercada de incertezas, o que gera provisórias identidades sociais, culturais e sexuais. “Qualquer tentativa de ‘solidificar’ o que se tornou líquido por uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída” (BAUMAN, 2005, p. 12). A fluidez desse termo deixa em aberto a propositura de mobilidades interpretativas e a tentativa de mapear essas identidades se torna um desafio instigante e desafiador na categoria trabalhada aqui.

É importante salientar que identidade é um termo conceitualmente volátil, por sua gama perturbadora de significados móveis, diversos, os quais se deslocam para a subjetividade dos sujeitos. Para Hall (1987), frente a essa diversidade de significações e representações, está a pessoa pós-moderna e sua identidade aberta. Para o autor, o sujeito se depara com inúmeras e cambiantes identidades, identificáveis, mas sempre de forma temporária. As identidades dispostas num determinado mundo social não podem mais ser vistas de forma determinista. Elas estão em contínua mutação e movimento, renovando-se de tempos em tempos e fazendo nascerem novas identidades, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. O autor também destaca que estaria ocorrendo uma mudança conceitual de identidade e de sujeito, visto que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas e fragmentadas e, dessa forma, não é possível oferecer afirmações concretas sobre o que é a identidade, visto tratar-se de um aspecto complexo, que envolve múltiplos fatores.

1.1.1 O campo: alguns vieses

Dia 16 do outubro de 2014. Fim de tarde chuvosa na capital do Amazonas. Caminhando de forma despreocupada, fui descendo a Praça dos Remédios em direção ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa. Fui onde eu sabia que poderia encontrar PSR e fiquei observando a lateral do mercado, as pessoas perfiladas umas ao lado das outras, sentadas numa espécie de banco, onde se abrigavam do chuvisco. Como podemos observar na fotografia a seguir:



Figura 02. Lateral do Mercado Adolpho Lisboa, PSR conversando.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2014.

Sentei ao lado de um rapaz e o cumprimentei, no que ele respondeu: “o senhor é o primeiro que passa por aqui e fala com a gente” (Jackson, PSR, 34 anos). Pedi autorização para gravar nossa conversa e usar as falas para o trabalho. Expliquei do que se tratava e deixei o celular no bolso gravando. Depois de falarmos sobre o tempo de chuva, comecei a perguntar sobre a sua vida na rua.

Estou morando aqui por enquanto, sou mecânico, estou esperando uma oportunidade aí, entendeu? No dia que eu consegui, vou sair daqui. Isso aqui não é vida pra ninguém não. Porque sempre morre os outro alí, ninguém sabe quem matou. Aqui não tenho amigos, só colegas de rua mesmo (Jackson, PSR, 34 anos).

Nosso interlocutor, nessa entrevista, realizada em meado do período chuvoso na região amazônica, nos confirmou que a lateral do Mercado Adolpho Lisboa serve como abrigo nos dias chuvosos. E completou: “só sei ti falar que é uma vida difícil, né, cara...”.

Perguntei se ele era de Manaus. Depois de um tempo em silêncio, começou a falar:

Eu nasci no Maranhão, mas eu parei por aqui já uns dezessete anos. Sou de Vitorino Freire, no Maranhão. Eu vim pra terminar meu estudo. Terminei, aí casei com uma mulher, não deu certo, quebrei minha cara. Não deu certo, perdi a cabeça. Trabalhei 10 anos na Cascavel (empresa de ônibus), hoje eu não tenho é nada. Até o fogão tá melhor do que eu porque tem registro, eu não tenho é nada. [perguntei sobre seus documentos]. É uma longa história. Minha mulher rasgou, fez um inferno, acabou com a minha história todinha. Acho que tu entende que as mulher do Pará são valentes, né? [perguntei se tinha vontade de voltar para o Maranhão]. Na minha terra eu ralei pra caralho, pra eu ir pro maranhão passar o que eu passei, quebrar coco (babaçu). Té doido, cara! Tem lugar ruim, tem lugar bom, tem lugar difícil... mas lá na área que eu trabalho é difícil. [perguntei se morar na rua não era mais difícil]. Aqui não porque é Amazonas, né? Tem AM (Amazonas) ‘A Mãe’, (falou rindo). Todo mundo que não presta é jogado aqui, tu sabe, né? Aqui tu não passa fome. Mais tarde os pastor passa dão a sopa. Dão roupa. Aí o cara se acomoda e não quer saber de trabalhar, né? Mais o cara não merece essa vida, né? Aí também tem a Igreja Católica alí, o cara vai e tira a barba, dão camisa, roupa, cortam o cabelo. Dorme e pensa ‘sei lá que dia é amanhã’. [perguntei se tinha alguma preocupação]. Aqui não paga imposto, dívida, mas eu tenho porque tenho uma filha, que nasceu aqui, mora na Cidade de Deus (bairro de Manaus). A mulher (ex) não quero mais, mas a melhor amiga que tenho é ela. Peguei quarenta mil da Cascavel e comprei uma casa pra ela [um minuto de silêncio] (Jackson, PSR, 34 anos, 2014).

Ressaltamos ainda forte trânsito migratório Nordeste-Norte, outrora exaltado como política dos governos militares para a ocupação da região, e que ainda se mantém perene como migrações espontâneas. Nosso interlocutor saiu de uma vida miserável, vivia de subsistência com a atividade de beneficiamento do coco babaçu e passou para uma vida mais razoável, menos difícil, quando veio para o Amazonas, segundo ele ressaltou. É fato confirmado quando diz que adquiriu uma casa, um carro e constituiu uma família. Sua vida se degradingola, segundo ele, a partir da falência do seu relacionamento amoroso, o qual não quis dar detalhes, mas, nas entrelinhas, supus eu que ele tenha se separado por questões de inconsistência relacional grave com sua ex-companheira. Na sua fala, comenta que está no

buraco, sem solução, perdeu a cabeça com a mulher e a mesma queimou seus documentos. Por conta da desilusão amorosa, perdeu o emprego e, a partir de sua problemática com as finanças pessoais, acabou por sair de casa (a questão do abuso de álcool e drogas não foi citada explicitamente, mas me pareceu algo implícito). Em suma, foi uma sequência de acontecimentos que intensificou a predisposição de ir para a rua. Nosso interlocutor também já lutou por seus direitos de modo a se engajar em cursos preparatórios, como relatou a seguir:

Já trabalhei com mecânica moderna, passei e fiz cursos por São Paulo, Curitiba, Venezuela [risos]. Sobre injeção eletrônica, carros modernos, como esse aqui, ó [e apontou para um carro estacionado]. Essa é minha área, parte elétrica e injeção. Aliás, eu me considero não um mecânico, mas um consultor técnico. Por enquanto, tô aqui pela rua. Alugar um quarto eu não vou poder por esses tempos. Mas eu pretendo arrumar um patrão pra eu sair fora, trabalhar. [perguntei o que ele via por ali, principalmente a noite]. Tem uns caras que ficam aqui pra vigiar carro só pra usar drogas [essa parte ficou inaudível]. Sei que o cara se acostuma, né? E não quer mais sair daqui. Mas têm coisas feias que eu já vi. [De forma bem firme ele falou]: Eu quero sair daqui e vou sair. Esse senhor ali tem um bom tempo na rua, tem gente aqui que tem vinte anos aqui. Ei, cara, eu não me acostumo com isso. Sabe por quê? Porque isso aqui é uma coisa que o cara deve passar as vezes. Eu uma vez fui evangélico e passei quase cinco ano no evangélico. Às vezes é uma coisa que a gente tem que passar (Jackson, PSR, 34 anos).

O trabalho com mecânica enaltecido por ele, as viagens ao estrangeiro, os sonhos e as esperanças parecem enaltecê-lo em direção à mudança de vida. Diz que pretende ir embora das ruas, pois, mesmo tendo alimentação, roupa e higiene pessoal disponibilizadas por religiosos, ONGs e grupos voluntários, ele diz que isso não é vida para ninguém. Fala das drogas e da relação com as mortes de colegas que ficaram sem solução. Tenta, até para expressar conhecimento, falar sobre religião, relatando que já esteve bem próximo da religiosidade evangélica. Conclui seu pensamento falando que este momento que vive é apenas passageiro, coisa de “provação da vida”.

Antes, eu já vim aqui outras vezes, eu tinha um Gol (carro) zerado, dezesseis válvulas, eu comprei. Eu sempre pegava o pessoal pra sair daqui, ó. Vinha aqui com um colega meu e dizia - recupera cara, vambora mudar - E eu parei aqui, então eu tenho que passar por essa, né? [insisti com a pergunta o porquê veio parar na rua. Ele virou a cabeça para o lado. Eu disse se ele não quisesse falar, não falasse. No que ele respondeu]: Às vezes, é decepção, as vezes o cara não tem coragem de encarar a realidade na moral, sem ser careta, né? Que a cachaça, o cara quando bebe já não é careta mais, né? E ainda tem mais uma, nem todo mundo que passa olha pra cara da gente. Todo mundo que passa, olha pra cara da gente e discrimina. O pessoal nem olha, ou olha assim, ó (fez cara de

reprovação). Vamos supor: é um buraco mesmo, não tem mais solução, que eles falam! Mas Jesus fez o que? Comeu com os pecadores, né? Jesus tava comendo com os pecador e o que alguém falou pra ele? Já queriam condenar ele mesmo, né? - Como é que o senhor é o filho de Moisés, de Davi, etc., prega pra todo mundo e come com os pecadores? - Eu não vim em busca dos ricos, na verdade vim para os que necessitam de mim. Não entendeu, não? [respondei que entendi] (Jackson, PSR, 34 anos).

Jackson, PSR, 34 anos, em sua fala diz ‘eu quero sair daqui e vou sair’. Ressaltamos novamente em sua fala o perfil de vontade e esperança de sair da situação de rua, buscar a mudança da vida, deixar a morada onde está, deixar a situação de incerteza cotidiana em que vive. A esperança sempre renasce como a ave fênix estampada na camisa de Jackson, e aqui apontamos essa comparação porque ele fala de alcoolismo e da necessidade que talvez demonstre ter em viver a realidade, uma necessidade de superação, a partir de uma multifocalidade para o real, mas não ébria. Na sua perceptiva, a bebida e as drogas o fazem aguentar a realidade que vive, mas o fazem ao mesmo tempo decair. Depois de um longo caminho de sofrimento e solidão, as drogas se tornam válvula de escape dessa realidade cruel que se encontram. Outro mero engano, pois quanto mais drogas, mais sofrimento e degradação física e moral. As drogas tornam-se impulso para atitudes pífidas.

Jackson, assim como demais PSR com as quais dialogamos, pareceram apresentar identidades fragmentadas em múltiplos pedaços estigmatizados (BAUMAN, 2005; GOFFMAN, 1988). Trabalhamos na perspectiva especialmente de Goffman (1988), o autor fala do estigma ligado à criminalização. Estigma que desqualifica a pessoa por meio de características negativas. Para Goffman (1988), o estigma parte da não aceitação social plena por conta da mensagem que a própria pessoa transmite. No caso das PSR, às vezes, a linguagem corporal lhes anuncia negativamente¹⁷. As PRS se contrapõem ao que está posto como normal, correto a si fazer. Elas se configuram como o avesso de uma sociedade plurissocial. Surgem como bárbaros da contracultura, o inverso dos cabelos bem cortados, das barbas bem desenhadas, da higiene corporal. Seu corpo é tudo e algo mais do que dispõe para o enfrentamento.

Ao contrário do modo de vida da PSR, impera hoje a cultura do simulacro narcisista, muitas vezes as pessoas se apresentam para uma realidade virtual, moldada por

¹⁷ Sobre o estigma trataremos mais detalhadamente quando falarmos no tópico sobre *A vida dos indivíduos invisíveis e o uso dos espaços públicos no centro da cidade*.

parâmetros ideias. O que será isso? A simulação da realidade. Postam-se em redes sociais, por exemplo, fotos melhoradas com photoshop, exibindo-se corpos “perfeitos” numa tentativa de se enquadrar a modelos ditados pela mídia. A foto de uma mulher, muitas vezes não é a realidade da mulher, apenas seu simulacro. Para muitos hoje o simulacro é essencial, até mais que a imagem real. A realidade se desubstancializa, ou seja, perde sua fixidez e importância. Vale apenas a superfície, a publicidade, a imagem criada. Antes comprávamos uma roupa por sua qualidade e seu preço. Hoje é mais importante o que a calça simula ser, sua marca, griffe famosa, uma postura, um nível social, etc.

O amor e sexo também são simulados pela internet, as pessoas se conhecem e namoram sem nunca terem se visto. Porque mesmo que você esteja em contato físico com alguém, no fundo está fazendo amor consigo mesmo. O outro, na pós-modernidade, só existe para confirmar seu universo narcisístico.

A realidade é cada vez mais virtual, ou seja, simulada, vivemos numa “Matrix”¹⁸. Desumanizamo-nos cada vez mais. Esse mundo novo transforma seus sujeitos em objetos descartáveis, fora do sistema, dado que não se enquadram nele. Não vemos e nem conversamos mais com quem está ao nosso lado. Hoje, as aparências dizem muita coisa. Por essas e outras ideias as quais pensamos ser um tanto equivocadas, não percebemos o outro que está do nosso lado e invisibilizamos as pessoas. Redes sociais, jogos eletrônicos colocam você num safari na África, numa espaçonave ou no fundo da Terra, longe do real. Portanto, a pós-modernidade cria um novo tempo e um novo espaço totalmente inimagináveis. Será se a máquina nos tragou?, como Chaplin previa.

Vivemos na era da globalização, não apenas de produtos e serviços, mas também dos modos de vida baseados da riqueza e na pobreza, nas benesses do capital para uns em oposição a outros. Essa questão impõe a nosso trabalho uma maior amplitude, pois podemos abranger as PSR para um nível global. Essa questão da PSR é uma problemática mundial, que pode ser encontrada nos grandes centros mundiais, em cidades grandes, médias e, inclusive, atualmente, nas cidades pequenas no interior do Amazonas. Existem PSR em Coari, Itacoatiara, Parintins, Tabatinga e, se formos pesquisar a fundo, talvez em todo o interior do Amazonas o problema exista. E as razões são semelhantes a dos grandes centros:

¹⁸ Fazendo referência aqui ao mundo virtual vivido no filme Matrix (em inglês: The Matrix) é um filme australo-estadunidense de 1999, dos gêneros ação e ficção científica, dirigido por Lilly e Lana Wachowski.

vão desde conflitos familiares até a falta de perspectivas de trabalho. Nesse sentido, o estudo ora em descrição se insere em um conjunto de discussões mais ampla, como é a própria Amazônia e os seus sujeitos que historicamente a habitam.

A ocorrência das PSR se manifesta de forma globalizada já faz algum tempo. Pensando sobre a história das cidades industriais, especialmente à época da Revolução Industrial inglesa, imaginamos a onda de camponeses expropriados das suas terras, empurrados para as cidades, à procura de emprego fixo ou ocupação sazonal remunerada. Devia ser um lugar caótico, sem espaço para a densidade populacional que se avolumava constantemente nas grandes cidades. Nem todas as pessoas que procuravam melhorar de vida migrando para as cidades foram absorvidas pelo mundo do trabalho. Uma parcela da população, como ocorre ainda hoje, sempre fica às margens, esperando sua oportunidade. Nesse meio tempo, pessoas arranjam outros meios para sobreviver. E a rua acaba se transformando em um grande celeiro de oportunidades lícitas e ilícitas, pois no momento em que não conseguem vender a única coisa que lhes resta, ou seja, sua força de trabalho, partem para outras alternativas. Muitos se tornam ladrões, vigaristas, PSR, pedintes, vagabundos, jogadores, apostadores, enfim, são levados pelas conjunturas que estão postas.

Romancistas e pintores outrora se ocuparam em retratar a sociedade de época das PSR como método (*flaneur, outsiders, bon vivants*). Balzac, Flaubert, Degas, Lautrec, Van Gogh, Maupassant, Pirandello e Jean Genet (descoberto por Sartre), entre demais, foram primordiais em descortinar a matriz do problema e, apesar de não executarem metodologia científica em suas avaliações, tinham acurada percepção de vida e mundo, pois descreveram grupos de pessoas que permeavam as ruas, às vezes de forma apologética, vivendo de biscate, de bicos, de ajudas, mendigavam como estilo de vida. No Velho Mundo, a ideia de *outsider* ou *flanêur* ou *bon vivant*, em certa época, foi estimada por aparatos românticos, até mesmo em consonância ao movimento artístico-cultural de dado momento (LECLAIRE, 1971). Pintores, escritores, escultores, comerciantes da *new age*, filósofos e navegadores tomaram para si o estilo de vida “desregrado”, quiçá poético, que em algum instante foi bem difundido. Vidas desregradadas e ou descomprometidas, contatando-se apenas com prazeres imediatos (álcool, cigarro, sexo, drogas). Desmistificamos a ideia de *bon vivant* associada apenas a ricos ociosos que só desfrutam uma vida de prazeres. Para além dessa ideia, o *bon vivant*, assim como o *flanêur*, pode ser

um estado de espírito, de mentalidade em relação a adoção de um estilo de vida próprio. E as PSR se assemelham a um estilo de vida onde não querem muito compromisso com nada e com ninguém, se configurando como espíritos de vida livre.

Deixando de lado o glamour do *bon vivant*, vemos uma realidade cruel, não apenas no Brasil, mas inclusive no país mais rico do mundo, os EUA. O jornal espanhol *El País Internacional* publicou em sua edição de 30 de dezembro de 2017 a manchete “Número de moradores de rua dispara na capital da miséria dos Estados Unidos”. Na matéria, o jornal explica o aumento de 23% pessoas morando nas ruas de Los Angeles, em comparação aos três anos anteriores, chegando a 58 mil pessoas nessa situação.

Segundo relatório da Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos, estima-se que exista mais de 100 milhões de pessoas que não possuem moradia e por isso vivem nas ruas dos grandes centros metropolitanos em todo mundo. O número representa cerca de 1,5% da população mundial, mas ainda assim é muito elevado. A estatística assusta, pois, embora os esforços para combater a pobreza e desigualdade no mundo tenham aumentando exponencialmente ao longo do último século, ainda no século 21 temos de lidar com estatísticas tão altas de moradores de rua.

Reportagem semelhante da *Agência Globo de Notícia*, de 27 de dezembro de 2017, aponta o crescimento de PSR nos EUA após seis anos de queda. Segundo a reportagem, o Conselho Interagências dos Estados Unidos sobre os Desabrigados anotava em 553.742 o número de pessoas que não tinham onde morar em janeiro de 2017. Um dos fatores destacados pelo jornal para que até pessoas empregadas estivessem morando nas ruas nos EUA eram os altos preços praticados nos aluguéis de imóveis. Como o poder aquisitivo não aumentava no mesmo ritmo dos preços dos imóveis, as maiores cidades dos EUA apresentavam esse cenário. A *Agência Globo de Notícia* nessa mesma reportagem afirmava que só na cidade de Nova York eram 76.501 sem-teto, seguida das regiões metropolitanas de Los Angeles (55.188), Seattle (11.643), San Diego (9.160), Washington (7.473), San Jose (7.394) e São Francisco (6.858). Todas estas regiões cresciam em velocidade acima da média nacional. E, nelas, muitas vezes os afetados até tinham atividade profissional.

O jornal ainda reforçava destacando que um em cada cinco moradores de rua vive em Nova York ou em Los Angeles. Em números absolutos, a cidade de Nova York é a que mais tem sem-teto nos EUA, acima de 76.000. A diferença é que em Nova York, 90% têm

onde passar a noite. Três em cada quatro pessoas sem teto em Los Angeles não têm cama em algum albergue ou solução temporária. Nessa mesma reportagem, o policial Deon Joseph comenta que nas ruas da cidade há aquela semelhança típica com os moradores de rua de outros países. Há uma mistura de barracas de camping, lixo e ferro-velho, onde vivem milhares de pessoas. De vez em quando, o cheiro é repugnante. Há serviços, desde o tráfico de drogas até a prostituição. Em algumas dessas barracas, explica, foram encontradas armas. O comércio está quase à vista. Os estupros são comuns. Carros de alto nível estão estacionados junto a pessoas inconscientes na calçada a quem todo mundo ignora. O crime na região “está fora de controle”, afirma Joseph. O policial é muito crítico com o que considera a “política de não se misturar” das autoridades.

A outra manchete é taxativa: “O sonho americano está se transformando rapidamente na ilusão americana”. O jornal *El País* relata que os Estados Unidos, como um dos países mais ricos do mundo e também conhecido como a “terra da oportunidade”, está se transformando no campeão da desigualdade. Essa afirmação, segundo o jornal, se baseia em relatório de 15 de dezembro de 2016, segundo Philip Alston, relator especial das Nações Unidas para a pobreza extrema. Alston concluiu em Skid Row (rua Seis, em Skid Row, no centro de Los Angeles), onde começou uma viagem de duas semanas e percorreu também Califórnia, Alabama, Geórgia, West Virginia, Washington DC e Porto Rico, acerca do estado da pobreza no país mais rico do mundo. Indicou ele que “o sonho americano está se transformando rapidamente na ilusão americana”. A política adotada em boa parte dos EUA para as PSR envolve investimentos em habitação, aluguel de prédios desocupados e ainda hotéis para onde são direcionadas as PSR. A lógica é simples, se torna mais barato prevenir a ocorrência de PSR nas cidades do que cuidar dessas pessoas doentes, muitas vezes, por causa da temperatura e da insalubridade de se viver na rua. Ainda por causa do aumento da violência e da bandidagem.

O relator cita os números do censo, segundo os quais 40 milhões de norte-americanos vivem na pobreza e, deles, 18,5 milhões em extrema pobreza. Alston começa a falar de política e passa em seguida a criticar os possíveis efeitos da reforma fiscal de Donald Trump sobre os mais pobres. Diz que o plano “vai destruir partes cruciais de uma rede de segurança que já estava cheia de buracos”. No problema dos sem-teto, concretamente, Alston considera que os números oficiais são menores do que os reais. O

relator critica a “criminalização” da pobreza, com a prisão por crimes menores de pessoas que moram na rua. Alston divulgou seu relatório em abril de 2018.

Em países como México, Rússia e Filipinas, a quantidade de PSR tem aumentado bastante nos últimos anos. O México é um país com sérios problemas sociais e econômicos, com 40% de sua população total vivendo em estado de pobreza, e ainda de acordo com dados de Organizações Não Governamentais (ONGs) o número de pessoas que estão vivendo na rua da capital Mexicana está entre 15.000 e 30.000.

Na Rússia há cerca de 5 milhões de pessoas desabrigadas, e deste número, 1 milhão são crianças. Estudos mostram que Moscou tem a maior proporção de pessoas sem-teto no país, entre 10.000 e 50.000. Apesar do número cada vez maior, não tem alguma entidade social para ajudá-los.

Já nas Filipinas, de acordo com o Homeless Internacional, em torno de 22,8 milhões vivem em favelas. E de acordo com o governo Filipino, 1,2 milhões são crianças que vivem tanto em vendas ambulantes quanto mendigando nas ruas, cerca de 70.000 vivem nas ruas em Manila¹⁹.

Fazendo certa generalização, resguardando as especificidades regionais e locais, no Brasil as PSR apresentam pontos semelhantes, tais quais: pobreza extrema, desestrutura familiar, uso de drogas, ausência de emprego e renda fixa, inexistência de moradia convencional e permanência fixa ou esporádica na rua como morada. Essas e outras características se assemelham no país todo. Elas tendem a definir o perfil de PSR no Brasil. Sobretudo porque por volta das décadas de 1960 a 1980, segundo o IBGE, o êxodo rural empurrou para as cidades cerca de 13 milhões de pessoas. Ou seja, 33% da população brasileira da época migrou para as grandes cidades. Sem capacidade estrutural para receber a todos adequadamente, as cidades entraram em crise e algumas pessoas não tiveram outra alternativa a não ser a rua. Mas o fenômeno não começou nesse momento. Desde o renascimento das cidades europeias, já se tem notícia de pessoas vivendo nas ruas. Desde o Brasil Império, a situação se repete.

Os recentes acontecimentos políticos nos dois últimos anos no Brasil, incluindo o golpe parlamentar que retirou a presidente Dilma do poder, causaram mudanças drásticas

¹⁹ Cf. <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/cidades-com-mais-moradores-de-rua-mundo>. Acessos em 02/05/2018

que acentuaram a pobreza material. Com nível de desemprego em alta, encerramento ou cortes orçamentários em programas sociais, bem como contrarreformas propostas pelo governo, a pobreza aumentou significativamente. Em reportagem da Revista Exame de 13 de abril de 2018²⁰, lê-se que a pobreza extrema no Brasil subiu 11% e agora atinge 7% da população. Como parâmetro, há que se destacar a extrema pobreza como sendo uma situação em que um indivíduo ganha menos de US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia ou 136 reais por mês²¹.

Conforme a reportagem, a piora da pobreza extrema aconteceu apesar do fim oficial da recessão econômica, com crescimento de 1% no balanço de 2017 após quedas consecutivas de 3,5% em 2015 e em 2016. Na cidade mais desenvolvida do país, São Paulo, o número de brasileiros em situação de pobreza extrema subiu 11,2% entre 2016 e 2017, passando de 13,34 milhões para 14,83 milhões, segundo a reportagem. Com isso, a porcentagem de pessoas nesta condição no país pulou de 6,5% para 7,2% de um ano para o outro. Os dados são de um estudo da LCA Consultores²² com base nos micro dados da Pnad Contínua, divulgados em 11/04/2018 pelo IBGE. “Estamos falando de pessoas que em geral não são alcançadas pelo emprego formal, nas quais o mercado não consegue chegar”, diz Cosmo Donato, economista da LCA a reportagem da Revista Exame. E continua: “Se mesmo quando a economia crescendo muito não conseguia chegar, não é agora com retomada incipiente que conseguiria”. O desemprego teve uma ligeira queda ao longo do ano, mas puxada quase que integralmente pela informalidade e pelo emprego em conta própria. Cosmo também vê nos dados de pobreza extrema um possível efeito da crise fiscal e da queda de dois dígitos do investimento público em 2017. Segundo ele, o investimento em rubricas como obras públicas muitas vezes tinha efeitos multiplicadores no interior do país, mesmo quando seu custo-benefício era duvidoso.

Na mesma reportagem da Revista Exame, descreve-se que a alta da pobreza aconteceu em todas as regiões brasileiras, indo de 2% na região Norte (1,95 milhão para 1,99 milhão de pessoas) a 24% na região Centro-Oeste (4,4 milhões para 5,5 milhões). Mas

²⁰ Cf. em <https://exame.abril.com.br/economia/pobreza-extrema-sobe-11-no-brasil-e-atinge-7-da-populacao/> acesso em 02/05/2018

²¹ A referência de renda que define pobreza é do Banco Mundial e usa dólar em paridade de poder de compra, uma medida que equaliza o valor de bens e serviços nos diferentes países.

²² Empresa de consultoria, verificar em <https://www.lcaconsultores.com.br/>

é preciso tomar cuidado com as altas relativas. O Nordeste, por exemplo, teve uma alta de 10,8% na pobreza extrema, um pouco abaixo da média nacional, mas concentra mais da metade das pessoas nestas condições. Em Estados com histórico de baixas taxas de pobreza, altas absolutas menores no número de indivíduos muito pobres geraram saltos chocantes: foi o caso de Paraná (37%), Distrito Federal (61%) e Mato Grosso do Sul (70%). Ainda de acordo com a revista houve queda do número de pessoas em pobreza extrema em Rondônia (-18,7%), Tocantins (-14%), Santa Catarina (-9,7%), Amapá (-1,6%), Ceará (-1,5%), Mato Grosso (-1,3%) e Paraíba (-1%) de 2016 para 2017.

Em pesquisa feita pelo IPEA²³, estima-se que existiam, em 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. A pesquisa aponta a maior parte dessa população de rua vivendo nas grandes cidades do país. Segundo o estudo, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%. O estudo do IPEA usou métodos diferenciados para estimar o censo das PSR, visto que anteriormente não era possível, pois o IBGE²⁴ se baseava (e em certa medida ainda se baseia) em amostra de domiciliados para contar a população brasileira. Nesse caso, a população de rua ficava invisível nas estatísticas oficiais, impossibilitando a criação de políticas públicas para essa parcela da população. Somente em 2007 houve a referida iniciativa, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ocorrida em 71 municípios, mas com um reconhecimento dessa população e uma adequação da metodologia de recenseamento. Dos 71 municípios, Manaus aparece, no ano 2007-8, com população em torno de 1.646.602 habitantes, sendo 1004 pessoas em situação de rua maior de 18 anos. Depois de dez anos, ou seja, em 2017, segundo o IBGE, a população manauara saltou para 2.130.264 habitantes, mas os órgãos municipais não realizaram mais censos consistentes das PSR, apenas anunciaram o intuito de fazê-lo. Nos anos anteriores, as iniciativas foram rarefeitas, pontuais, sem nenhum impacto relevante para o público que vive nas ruas. O quantitativo de pessoas em situação de rua em Manaus

²³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, acesso em 20/11/2017, http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819.

²⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acesso em 20/11/2017, <http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/julho/ibge-apresenta-resultado-de-pesquisa-experimental-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>.

diverge muito, entretanto. Em reportagem do jornal *A Crítica* de 19/08/2017²⁵ se indica que “[...] em Manaus, mais de 500 pessoas moram desamparadas nas ruas”. A repórter Silane Souza relata um grupamento invisível, uma população que sofre diariamente as consequências de um preconceito enraizado em praticamente todos os setores da sociedade. É a que vive em situação de rua. Outra perspectiva de levantamento destaca que em Manaus há 553 pessoas vivendo nessa condição, de acordo com dados da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh). Segundo a Constituição Federal de 1988, no capítulo II, dos direitos sociais básicos está a moradia, que em tese deveria ser garantida. Mas será se na prática são garantidos esses direitos?

Tratando da nossa região, Manaus e Belém continuam sendo os principais centros urbanos da região norte. São polos urbanos que foram sedimentados na época áurea da economia da borracha e que até hoje conservam histórias dessa época, as quais são ricas em volumes de dados. No caso local, há que se atentar para o fato de que muito da infraestrutura urbana de Manaus se configura ainda com as reformas que se deram entre 1890 e 1910. Modificações urbanas, como calçamento das ruas, aterramento dos igarapés, expansão das avenidas, iluminação elétrica, construção de praças, rede de água e esgoto, construção de pontes, prédios públicos, casarões particulares, além de uma ampla rede de serviços urbanos, foram percebidos no passado e se fazem sentir ainda no presente. Manaus almejava ser vitrine dos avanços do capital no norte do país, uma cidade, como relata Costa (2014), visível, que teria que ser mostrada, se assemelhando a cidades europeias, principalmente Paris. A autora assim posiciona-se:

O direcionamento da modernização cidadina caminhou no sentido de trazer para a dimensão pública segmentos sociais da elite mercantil e política que se encantavam com as cidades europeias. A monumentalidade dos prédios públicos, o ajardinamento de praças, a construção de grandes avenidas, a tentativa de recriação de um espaço cultural europeu com restaurantes de cardápio francês e lojas de luxo nortearam as ações do poder público e privado (COSTA, 2014, p. 110).

²⁵ Cf. em <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/populacao-de-rua-e-tema-de-mobilizacao>, acesso em 02/03/18.

O urbano, para a autora, foi um espaço privilegiado para os afortunados do fausto da borracha, dessa forma, a segregação entre ricos e pobres norteou as intervenções no espaço urbano, o mesmo pensado para a elite local. As ações do poder público de Manaus da virada do século XIX para o XX buscavam disciplinar o espaço urbano com a ajuda da polícia (Códigos de Postura)²⁶ e dos médicos sanitaristas (higienizar). Com atitudes de exclusão de moradias rudimentares no centro da cidade, a população pobre, geralmente os trabalhadores, foi empurrada para a periferia ou bairros distantes do centro da cidade.

Em 1910, a maior parte das reformas urbanas já tinham se realizado e o poder público conseguira algumas vitórias sobre a habitação popular. A condenação do uso da palha levou a população pobre, e mesmo os proprietários de cortiços, a substituí-la pelo zinco ou alumínio. Tanto que o Código de Postura (...) não fazia referência à cobertura das edificações. A palha não era considerada apenas como antiestética ou insalubre. Ela carregava consigo o pecado de trazer a memória toda uma civilização que se buscava a desterrar: a indígena. Manaus, cidade construída sobre o cemitério de índios, entre os quais da tribo Manau que lhe emprestou o nome, é lugar das constantes tentativas do processo de aterramento progressivo dessa memória. A habitação popular do perímetro urbano, um dos aspectos físicos que ainda podia, vez ou outra, lembrar esse passado foi sendo paulatinamente condenada pelo poder público e pelas elites, na mesma proporção com que se almejava uma arquitetura mais próxima aos moldes europeus (COSTA, 2014, p. 116).

No tocante à urbanização, dando um salto histórico, na segunda metade do século XX, com o projeto de implantação da Zona Franca de Manaus e outros grandes projetos na Amazônia, houve o aumento do fluxo migratório e a consequente urbanização da infraestrutura local. Esse fluxo de pessoas vindo para a zona urbana acelerou o processo de expansão na capital amazonense. Para suprir o déficit habitacional, surgiram diversas ocupações irregulares (denominadas de invasões), que se expandiram principalmente nas proximidades do distrito industrial, e nos extremos das zonas leste e norte, ampliando o espaço urbano de forma não planejada.

Em reportagem do Jornal *A Crítica* de 28/01/1990, intitulada *Miséria, o outro lado da moeda chamada Zona Franca*, chamam-nos atenção os contrastes do Brasil e em especial de Manaus. Para aquela época, última década do século XX, o Brasil, considerado a oitava economia do mundo, apresentava ainda diferenças inimagináveis, segundo o

²⁶ Decreto-Lei nº 3.688/1941, considerava a mendicância contravenção penal, sujeita a prisão de 15 dias a 3 meses.

jornal. Estava em 32° em relação à distribuição de riqueza nacional. Relata a reportagem que o Amazonas tem o maior polo de eletroeletrônico e uma Zona Franca em Manaus que rendeu no ano anterior US\$: 6,3 bilhões. Apesar de crescentes recordes de rendimento todos os anos, o outro lado da moeda é triste, pois reflete desemprego, baixos salários, desnutrição de crianças e falta de saneamento básico em uma cidade cheia de favelas. O periódico continua a reportagem dizendo que as favelas proliferaram no início da década de 1970 até no presente e que são ocupadas por pessoas que chegaram em busca do sonho da Zona Franca, mas acabaram vivendo um pesadelo.

Como exemplo podemos citar o bairro Tancredo Neves, surgido por meio de ocupações irregulares de áreas localizadas na estrada que ligava o bairro São José Operário à Cidade Nova, hoje Avenida Grande Circular, em meados da década de 1980. Igualmente aos demais bairros da Zona Leste, o Tancredo Neves foi ocupado transversalmente por invasões e, em 1987, já contava com cerca de dez mil moradores, grande parte originária do interior do Estado, ou de outros bairros da cidade. Desde o início da ocupação do bairro, os moradores exigiam infraestrutura urbana, como água encanada, energia elétrica, escolas, postos médicos e transporte coletivo, a exemplo do que fora feito no São José, de onde veio grande parte dos habitantes do Tancredo Neves²⁷. Nessa mesma perspectiva surgem na década de 1980 bairros como São José Operário, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes, Jorge Teixeira, Mauzinho, Vila da Felicidade, dentre outros. Em reportagem do Jornal Acrítica de 28/01/1990, temos um ponto de vista de uma dona de casa:

Mãe de quatro filhas, Lurdima Saraiva, 22 anos, mora no Mauzinho (rua São Francisco, 25), é apenas uma das milhares de pessoas que moram nas dezenas de bairros surgidos em Manaus nos últimos anos. A filha mais velha (sete anos, as outras têm três anos, quatro anos e cinco meses respectivamente), ainda não frequentam a escola, e com o salário do marido, que trabalha numa fábrica do Distrito Industrial, comprar alimentos para a família se torna cada dia mais difícil. Lurdima votou em Collor de Melo, e espera que o presidente melhore a situação do país, corrigindo as distorções. “Acho que essa é a esperança de todos”, disse ela (Trecho extraído da reportagem do Jornal A crítica de 28/01/1990, intitulada *Miséria, o outro lado da moeda chamada Zona Franca*).

Para além dos estudos da expansão urbana ligados aos fluxos de desenvolvimento da região, pesquisas relacionadas à Amazônia, atualmente, tendem a incidir sobre temáticas correlatas. Além de o desenvolvimento pretendido para a região pouco proporcionar as

²⁷ Conferir edição comemorativa “Manaus 342” do Jornal do Commercio de 23, 24, 25 de outubro de 2011.

garantias de direitos individuais e coletivos, reconhecimentos territoriais, simbólicos, religiosos, de costumes, crenças, hábitos e valores étnicos e socioambientais, ocasionou diversos problemas associados a desconhecimento por parte desse “outro Brasil”. As maiores falhas, cremos, se dão no tocante à implantação de meios de instrumentalização científico-tecnológica dos saberes, aliada a conhecimentos tradicionais que não existiram efetivamente. Todo esse pensamento, necessariamente sistêmico, tende a ser uma tentativa de aplicar estudos que consideram externalidades (políticas nacionais e internacionais) que afetaram de forma sistemática as realidades locais, como é o caso das pessoas em situação de rua. A falta de muitas políticas públicas tem levado o que chamamos aqui de descentrados sociais, pessoas deslocadas do centro da sociedade formal em direção à marginalidade. Hall (2006), quando fala em “descentradas”, refere-se a identidades modernas fragmentadas ou deslocadas, afirmando que a perda de um "sentido de si" pode ser apontada como deslocamento ou “descentração” do sujeito. O autor diz que o duplo deslocamento/descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constitui uma "crise de identidade".

Em razão do que foi exposto, importa frisar que tanto as amazonidades, quanto as caracterizações sobre a Amazônia – as quais se tentou abarcar neste tópico –, implicam no que, nesta tese, optou-se por estudar: a problemática de pessoas em situação de rua (PSR). Ora, se acreditamos que a ambientação na Amazônia e as construções do pensamento amazônico influenciam em crenças, atitudes, valores e ideologias em geral, é crível destacar o tópico seguinte como um item no qual se almejou explicar as matrizes da pesquisa. Nesse sentido, na sequência no estudo, tanto a questão da nossa intenção de pesquisa quanto a conceituação relacionada a PSR são explanadas.

Almejamos investigar o universo das PSR – assumindo a importância de se tratar sobre os indivíduos em face às cidades e as novas estruturas socioeconômicas no bioma – por ser uma temática altamente singular. Uma temática que diz respeito a conjunturas urbanas na Amazônia, mas que também dialoga com ruralidades e interioridades próprias da região. Entendemos que a invisibilidade das PSR não é um fenômeno exclusivamente das grandes cidades. No interior da Amazônia já se faz constante a presença de PSR, como já foi falado aqui. Nossa aposta foi um tratamento múltiplo a essa temática (tal e qual destacamos), porém partindo-se de um agrupamento de indivíduos e suas especificidades

e notando esse agrupamento enquanto fenômeno com inúmeras implicações e engendramentos. A tendência ao agrupamento ocorre constantemente quando há necessidades comuns. Nesse caso, agrupamentos, se formados na rua pelas PSR, podem convergir para duas situações distintas: serem ajudados, nesse caso mostrando-se visíveis como grupo; e ajudando-se uns aos outros, gerando solidariedade interna, ou seja, empatia. Em geral, as PSR, como coletividade, configuram-se como pessoas que se juntam porque se perderam na vida, ou seja, os diferentes se igualam nas suas diferenças. A formação desses grupos acontece por afinidade, suas histórias de vida, na maioria das vezes, se assemelham por serem marcadas por tragédias familiares, fracassos e desesperanças.

A formação desses grupos efêmeros de PSR comunga com a instabilidade e o acaso, e toda essa desindividualização (MAFFESSOLI, 1987, p. 20) vai categorizar como sendo parte do que ele chama de comunidade emocional. O autor esclarece que “as grandes características atribuídas a essas comunidades são: o aspecto efêmero, a ‘composição cambiante’, a inscrição local, a ‘ausência de uma organização’ e a estrutura quotidiana”.

No tópico que segue, direcionamos a atividade para a delimitação da formação de lugares efêmeros onde estão comumente dispostas as PSR no espaço urbano.

1.2 - Heterotopias, espaços públicos e cidades.

Arantes (1994), em *Guerra dos Lugares*, fala da formação de lugares sociais efêmeros, erigidos em meio a conflitos e sociabilidades nas praças e ruas de grandes cidades. Há uma disputa pela manutenção de lugares e nessa disputa as PSR conseguem um lugar defendendo seu território, seu *pedaço* afetivo, fazendo com que os outros respeitem seu território, não sem a observação de conflitos. Existe divisão social latente que marca a fala das pessoas e as posturas, as quais sentem a segregação, tal como podemos perceber na narrativa de um pintor de carro desempregado, descrito na obra de Arantes a partir de reflexões acerca de uma extensa fala coletada do participante da pesquisa, quando este diz que “somos parte de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranho; eu, se entrar no seu sou estranho” E complementa, ressaltando: “[...] você não ia me aceitar se soubesse que tenho passagem na polícia, e eu não ia ti aceitar sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo e eu tenho outro. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso!” (ARANTES,

1994, p. 259). O espaço público urbano é o lugar de conflitos, onde se entrecruzam a moral contraditória e os espaços da invisibilidade controversa. Lá se estabelece a crise do sistema, a margem do concreto; lá se apartam a carne e a pedra. O urbano é vivido pelas PSR pela experimentação do que lhes restou, o cotidiano contingencial.

Na sua ambivalência, são basicamente interstruturais: não se classificam inteiramente em nenhuma das posições atribuídas e escalonadas pelo direito, pelo costume e pelas convenções; e, assim sendo, tornam-se culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores (ID., *op. cit.*, p. 260).

Seguindo na perspectiva de Sennett (2003), tendemos a idealizar o corpo perfeito, o emparelhado ao padrão ditado pela sociedade. Quando há a desobediência a esse padrão, corre-se o risco de haver uma negação às formas destoantes, principalmente nos grandes centros urbanos. Caso que se aproxima da realidade vivenciada pelas PSR, muitas das quais não se adequam ao paradigma das normas do cuidado corporal, mental e da sanidade do imaginário. Interessante perceber como o corpo, geralmente, cansado, maltratado pela vida na rua, dialoga diretamente com seu habitat, comumente degradado. Como a mente responde aos estímulos e como o entendimento de si se mantém. Os abrigos improvisados, casas abandonadas, terrenos baldios, parecem estar ligados as PSR, pois são onde essas experiências complexas se associam à vida de seus habitantes a criminalidades, dessa forma associando-os pejorativamente como pessoas perigosas e sujas. Richard Sennett (ID., *op. cit.*) reflete sobre o corpo e a cidade na civilização ocidental, com engendramentos à mente e a imaginações integradas ao eu e ao outro, nos remetendo a pensar sobre representações da carne (corpo) integrada pela pedra (cidade), ou seja, os sofrimentos físicos suportados por homens e mulheres.

Estar na rua é seguir um caminho diferente do trilhado por outras pessoas, uma escolha difícil por uma vida efêmera. Há momentos de extrema angústia existencial, pois são vidas que tem como núcleo o sofrimento. Na rua ou em qualquer outro lugar, pior que a violência física é a violência psicológica e as PSR são atingidas física e mentalmente. Hoje parece que não se quer justiça social, se procura a vingança por meio da violência física ou simbólica. Na rua, higiene social, linchamento, violência, muitas vezes gratuita contra as PSR, faz reviver a lei de talião “olho por olho e dente por dente”. São as práticas recorrentes. Nesse sentido, notamos a presença do ideário de higiene social que se traduz em violência contra as PSR por parte de pessoas que não as querem no ambiente urbano.

Geralmente, por exemplo, comerciantes locais acreditam que a presença das PSR degrada os lugares onde estão, tendo como consequência a diminuição da atividade comercial. Na cabeça dos comerciantes é preciso “limpar a cidade”, por isso muitos aderem à violência para afastar as PSR. Os jornais constantemente mostram casos de PSR sendo mortos de forma bárbara. Portanto, as PSR vivem em estado de constante medo.

Elas são propensas a adoecerem mentalmente por não serem tratadas como seres humanos. Em alguns casos que constatamos, um abraço ou uma conversa podem valer mais que um prato de comida. Precisam muito mais de apoio emocional em busca de equilíbrio e paz do que propriamente algo material, mas infelizmente vivemos em uma sociedade cosmopolita que tem como principais objetivos mais consumo e muito mais lucro.

Daí, questionou-se: em que medida se pode conceber apropriações de espaços públicos de âmbito coletivo em sentidos vários? Até que ponto se podem supor reapropriações de espaços ante diferentes intenções? Estar na rua é uma escolha que tende a ser tomada por profusões de significados paralelos entre si, mas multiformes comparativamente? São questões que auxiliaram nas interpretações de campo e foram postas para ajudar na avaliação etnográfica, as quais se distribuíram em razão de cenários formados por pessoas, comidas, fumaças, bebidas, lixos, odores, músicas, violências, drogas, sexos, amores, afetos, dramas e felicidades. Distintas cenas da vida cotidiana que compõe os cenários híbridos em diferentes lugares que podem ser de trabalho, de descanso ou de lazer. Tudo fazendo parte do desfecho de um dia na cidade. Recomendando sentidos aguçados que orientam o frenesi do centro da cidade para determinados lugares e não outros. Expondo lugares que poderiam ser espaços de heterotopia (FOUCAULT, 1999), que podem ser entendidos a partir do que concerne à geografia humana, sendo um conceito que apresenta o seguinte significado possível: trata-se de espaço de liberdade, de multiplicidade de saberes e fazeres, que está para além do físico. Na concepção foucaultiana, heterotopia tende a significar um espaço de convivência de todos, onde novas formas de comportamentos e significados – construídos a partir da realidade de pessoas que vivem nas ruas frente ao uso dos espaços públicos –, criando novos usos para espaços que podem ser compreendidos utilizando-se o próprio conceito de heterotopia. No centro de Manaus podemos identificar lugares que não deixam de ser também espaços de

heterotopia, tal como definido por Michel Foucault em contraposição a utopia. Se a utopia representa o espaço maravilhoso e bem ordenado, as heterotopias:

[...] inquietam, sem dúvida por que solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto ou aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a sintaxe, e não somente aquela que constrói a frase [...] as heterotopias dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam desde a raiz, todas as possibilidades da gramática, desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases (FOUCAULT, 1999, p.XIII).

No contexto estudado, o espaço público pode nos remeter a um caráter não oficial de suposta liberdade que se pretende estudar. Para esse espaço converge a vida das PSR. No espaço público, especialmente à noite, as PSR gozam inequivocamente de “passe livre”, rompendo, dessa forma com a ordem estabelecida. Mas essa invisibilidade ante a lei, em alguns aspectos, pode ser acentuada ou favorecida ao anoitecer. A noite lhes confere o direito subjetivo à delinquência, um convite à desobediência civil e à desqualificação da ideologia normatizadora da sociedade. Constrói-se, dessa forma, um universo de representações paralelo e divergente do oficial, mas, de alguma forma, também convergente nas suas especificidades ao universo das PSR.

Várias camadas diferentes e conflitantes convivem em um mesmo espaço de heterotopia, ou seja, em condições não-hegemônicas. Foucault (2009) elabora o conceito de heterotopia para mostrar que o espaço do outro, do diferente, tendeu a ser esquecido pela cultura ocidental. Na sociedade moderna, projeta-se uniformização, padronização, o ser mais do mesmo, que para Foucault era a razão universal ocidental do uno. A heterotopia, ao contrário da utopia, designa lugares reais, porém não aceitos pela sociedade, pois em certa medida estão fora do controle, expondo comportamentos e condutas impróprias. No texto *Outros Espaços*, datado de 1967 e publicado em 1984, Foucault conceitua heterotopia como oposições a utopia, lugares que são absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam (FOUCAULT, 2009).

(...) espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros, as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma

espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar (FOUCAULT, 2003, p. 415).

Esses conceitos continuam atuais, sendo discutidos e aplicados em nosso caso para tecer ponderações teóricas sobre a conjuntura agregadas aos participantes do estudo, levantando questões sobre outros espaços de vivência na cidade.

Outros autores, como Dehaene e De Cauter (2008a, 2008b), resgatam o conceito de heterotopia para estudos de teoria urbana contemporânea e espaço público/privado. Nessa relação entre espaço público e privado ressaltamos a genealogia da palavra ‘público’, que nos remete ao bem comum, a espaços de governabilidade e visibilidade, coletivos, criados para atender a todos. Já os espaços privados se destacam por atender a uma parcela restrita de pessoas, de privilegiadas, familiares e de amigos íntimos. Confrontam-se espaços públicos relacionados ao sentido histórico, ou seja, espaços de convivência de todos e o privado se aproximando de características identitárias, quando se assume esse público como privativo. Defert (2009), Johnson (2013), Sohn (2008), Martins (apud RAGO, 2002) fizeram apropriações para seus estudos, empregando conceituações referentes a diferentes campos de pesquisa que articulam saberes e poderes. Defert (2009) e Sohn (2008) trabalham com a ideia de heterotopia de Foucault (2003), observando que o termo traz implícitos sentidos de heterogeneidade e diferença, sugerindo um estado de anomalia que é ao mesmo tempo espacial e morfológico. Martins (2002) colabora quando discute as concepções de tempo, espaço e história em Foucault (2003), destacando heterotopias em oposição a utopias, designando alocações que fogem do conceito de lugar real, indicando possibilidades de *espaços outros* que podem ser essenciais e fundamentalmente irrealis. Johnson (2013) disserta a respeito do uso do termo na crítica literária, espalhando o termo para diferentes áreas de estudo, como o trabalho com ilustrações de heterotopia. A significação do conceito de heterotopia, enfim, espalha-se por sobreposições de elementos em um mesmo tempo e espaço, formando múltiplas espacialidades coexistindo e dando vazão a diversas construções, projetos de várias interpretações possíveis, sonhos, dramas, tragédias e ou comédia. Nas palavras de Foucault (2009, p. 415) “há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra posicionamentos”. O autor aposta, em razão da afirmativa, que existem lugares

de fala distantes de lugares efetivamente ocupados enquanto posição social. Sugere-se, assim, “que se podem encontrar no interior da cultura lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (IB., *op. cit.*).

Para se almejar dispor da ideia de heterotopia, foram assumidas as seguintes perguntas como componentes do estudo: Qual a finalidade utópica do espaço público? Seriam lugares harmônicos ou desarmônicos, de convivência, lazer, trabalho, entretenimento ou beleza estética? Quais antagonismos podem ser sugeridos para espaços públicos e privados? E, por fim, até que ponto o espaço público é incorporado por setores privados, utilizando-os como tal para fins pessoais? Respostas possíveis para as questões podem ser indicadas a partir da noção de que o Estado, em ampla medida, contribui para a eugenia usada como higiene pública, ou seja, a concepção de progresso, civilização e pureza de raça, caracterizada por indivíduos saudáveis e o controle de espaços públicos, utilizando-se de aparatos repressivos (STEPAN, 2004). Nessa mesma linha de ordenação do espaço, Foucault (1985) nos fala de formas de controle do tempo, do espaço, além da vigilância do olhar disciplinador, que nos seus estudos dos séculos XVI e XVIII procuram mostrar a intenção do adestramento das pessoas com o intuito de construir uma disciplina para seus corpos (eugenia/higiene), que também poderia funcionar como forma de submissão. A possibilidade de higienização dos espaços e corpos associados ao progresso tentou, nesse âmbito, criar corpos “dóceis”, mais afeitos a obedecer e trabalhar (IB., *op. cit.*). Atualmente acompanhamos esse tipo de mentalidade sendo reafirmada por meio de ações truculentas, muitas vezes arbitrárias, que o prefeito de São Paulo/SP vem fazendo com as PSR e com usuários de psicotrópicos da cidade²⁸. Ações que envolvem higiene, saúde e internações compulsivas. Lá atrás ou agora, os espaços públicos, supostamente, tiveram e ainda têm seu uso destinado a uma parcela da população e não à outra. As intervenções assépticas e segregadoras concorrem para descaracterizar o sentido de espaço público, ou seja, o sentido de um espaço dialético onde se exercita a exteriorização dos conflitos e das discordâncias (LEITE, 2002).

Bakhtin (2010) e Sennett (1999) trabalham espaço público com a ideia de praça e rua, notando tendências a sociabilidades, ou seja, os encontros de habitantes da cidade nesses espaços de visibilidade privilegiada da vida cidadã. Quando a cidade cresce há uma

²⁸ Cf. no Jornal El País em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/27/politica/1495840519_889037.html

disposição a privatizar esses espaços, que são públicos, mas que vão ficando cada vez mais reduzidos para o fim ao qual se destinaram originalmente. Sennett (1999, p. 30), especificamente, discute a morte do espaço público na sociedade contemporânea, assinalando a valorização exacerbada da vida privada em detrimento à vida pública esvaziada. O autor expressa a desesperança na humanidade que vivia naquela época o pavor da guerra fria e ao mesmo tempo nutria esperanças utópicas de dias melhores. Notamos que as ideias do autor colaboram com nosso trabalho quando pensamos no espaço público hoje com precaução, pois esse espaço se distancia na forma tranquila na convivência, no uso controverso que dele se faz. Principalmente nos espaços públicos as pessoas buscam afastarem-se da consciência de si e afastar outras pessoas, por julgarem ser diferentes, preferindo relacionamentos entre pares na tentativa de se prevenir contra tudo de ruim que a rua representa. Bakhtin (2010), margeando a problemática, supõe que espaços públicos vão se tornando obstáculos para a convivência e interação de ideia de pessoas diferentes por causa do perigo que representam. Segundo ele, existem representações negativas que se faz — em Manaus, por exemplo, das praças da Matriz e dos Remédios —, onde as pessoas se servem de passagem durante o dia e entendem que elas devem ser evitadas a noite. Percebemos, portanto, a descaracterização da funcionalidade do espaço público quando este se transforma de lugar da visibilidade em territórios da invisibilidade controversa. Por essas e outras razões, denuncia-se o declínio e a morte do homem público que frequentava esses espaços.

Com as mudanças substanciais causadas pelas transformações capitalistas na segunda metade do século XIX, ocasiona-se o aumento da industrialização juntamente com a densidade demográfica, o que parece afugentar as pessoas dos espaços públicos. O disposto as compele a se protegerem em espaços privados, onde as pessoas acreditavam estar livre das desordens sociais que aconteciam naquele momento. O domínio público passa a ser visto como o lugar do desregramento, espaço de permissividade, contrastando com o espaço privado da decência, do moralmente correto, familiar (SENNETT, 1999). Enfim vemos a esfera pública da cidade como o espaço de interação, sociabilidade, troca de conhecimentos, encontros, lazer, sociabilidade, intercâmbio cultural, espaço onde a vida urbana se congrega.

Para Foucault (1987), urbanizar tem o sentido de policiar, controlar a partir do Estado a circulação e o fluxo de pessoas e mercadorias. Na conceituação (IB., *op. cit.*), “policar” e “controlar” integram uma ideia de construção relacionada a uma sociedade civil que almeja a ordem. O conceito, porém, vai além e correlaciona-se à ideia de ordenamento do espaço público, ou ainda regulamentação da vida na cidade pela administração pública. O significado foucaultiano reporta modos de controle e punição para pessoas indesejáveis, que estão fora de cárceres, por exemplo. Ou seja, para Foucault a noção de prisão não se configura necessariamente encerrada por barreiras físicas, em um presídio, mas, sobretudo, é entendida enquanto política de Estado, institucionalizada em atos de punição, correção e controle. Há semelhanças entre urbanizar e policiar. Para Foucault (2008), o nascimento das cidades vem acompanhado do policiamento como parte da organização espacial e do controle. Principalmente em meio urbano, os dispositivos de segurança (polícia) prometem garantir a vida e a paz coletiva, mas cada vez mais exercem controle (vide câmeras de segurança). A cidade passa a ser vigiada, assemelha-se a uma cidade antiga, com muros em volta, com guardas rondando, para evitar invasores inimigos. Quase todo o Oriente Médio, do Egito Antigo ao Vale do Indo, as estruturas das cidades seguiam um modelo que privilegiava a segurança da cidade associada também ao controle e à punição dos seus habitantes. Assim aconteceu na Acrópole Grega Antiga e na Roma Ocidental e Oriental, com a cidade de Constantinopla, que seus muros resistiram dez séculos aos invasores. As aldeias se transformaram em cidades com o aparelhamento privilegiado das autoridades, estabelecendo-se o grupo dos dominantes e subalternos. Entre esses espaços públicos e privados se desenvolvem tensões nas cidades pós-liberais, mas também tendo a estabelecer continuidades. As edificações estão cada vez mais sendo construídas com o uso dos vidros em paredes, portas, janelas, quem sabe numa tentativa de aproximação do privado como continuidade do público (BENEVOLO, 1997).

O crescimento urbano ao longo dos séculos foi forçado principalmente pelo aumento populacional, por sua vez impulsionado pelas melhorias de condições de vida da população, ou ao menos a tentativa disso. As cidades cresceram estimuladas por vários fatores, como por exemplo: i) desenvolvimento da medicina; ii) diminuição de taxas de mortalidade; iii) reordenação urbana; iv) criação de leis; v) desenvolvimento industrial; vi) serviços públicos; vii) melhor perspectiva de vida; viii) êxodo rural; xix) avanços

tecnológicos na agropecuária (maior oferta de alimentos). Dessa forma, a ideia de urbanização que deu origem as grandes regiões metropolitanas concretizou as ações do Estado como regulador das políticas de segurança. Le Goff (1998, p. 72) assegura que “[...] a cidade é, com relação ao campo, à estrada e ao mar, um polo de atração de segurança”. De outra forma Lefebvre (2001) sugere a diferenciação entre cidade e urbano, onde o primeiro termo comporta a realidade arquitetônica, presente, imediata, dada; já o urbano seria a concepção da realidade composta de relações subliminares, criadas, erguidas ou reconstruídas a partir do pensamento. Lefebvre (2001, p. 48) define a cidade como uma rede de circulação e consumo, para ele a cidade é o centro de decisões que podem ser arbitrárias e perigosas, mas sobretudo, a cidade é de todos e todos têm o direito à cidade.

São vários os processos de intervenção urbana (de urbanização) que fogem da legalidade para legitimar a ideia de ordem em cidades. Esses processos são orientados por estados de medo, disfarçados de atos legais, que promovem expurgos de indesejáveis, disciplinamento de apartados e ordenamento de desviantes. Criam atos de segurança invocados como meios de intervenção ante um suposto caos urbano, acionando dispositivos balizados por violência e impetuosidade, duas condições essenciais para que, segundo essa visão de mundo, na sociedade civil se levantem as bandeiras de liberdade e a humanidade. Na prática, a urbanização tende a representar a consolidação de espaços policiados pelo Estado, com fins de transformação do espaço coletivo em espaço de privações por meio do estabelecimento de regras nos seus usos (FOUCAULT, 1987; 2008).

Essas modificações no meio urbano tendem a não considerar espaços estabelecidos pelo outro, aqui apresentado como pessoa em situação de rua. O espaço do outro é desconstruído para dar lugar ao espaço legitimado pelo poder público. A gênese da palavra heterotopia (*hetero*: diferente e *topia*: lugar, espaço), remete a lugares reais, mas lugares que não são aceitos, de onde emergem conflitos e tensões relacionados ao poder de uma sociedade que se quer determinante. Foucault enfatiza que a sociedade produz heterotopias (FOUCAULT, 2003, 2009). A heterotopia auxilia na proposição de respostas para o disposto a partir da “alegoria do espelho” (FOUCAULT, 2009). Em *Estética: literatura e pintura, música e cinema*, essa alegoria é descrita da seguinte forma: é um lugar sem lugar, é uma imagem projetada, não o real, pois o que se vê na frente do espelho é uma projeção virtual de onde estamos, um não lugar refletido no vidro, onde não posso estar porque na

verdade estou aqui e não lá. Foucault quer dizer “é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe” (FOUCAULT, 2009, p. 415).

A utopia do espelho nos permite olhar lá onde estamos ausentes, mas antagonicamente nos dá a nossa própria visibilidade. Enxergamo-nos e nosso olhar de qualquer forma é direcionado a nós mesmos, nos materializando aqui e além, real e irreal. Para Foucault,

(...) o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe (2009, p. 415).

A heterotopia pensada por Johnson (2013) incentiva o estudo de lugares outros, em uma atividade de contestação ao espaço que vivemos, dado que “encoraja que tais lugares outros sejam usados como ponto de partida para a pesquisa tanto enquanto objetos como enquanto conceituação, rompendo com ideias, práticas e subjetividades estabelecidas”²⁹ (ID., *op. cit.*, p. 800). Poder-se-ia falar em variadas formas de heterotopia, mas, para focar no propósito do estudo, sublinha-se que as duas principais aqui utilizadas foram: i) heterotopias de crise e ii) heterotopias de desvio. A primeira, segundo Foucault (2009, p. 416) ocorre nas sociedades ditas “primitivas”, onde há lugares privilegiados, ou sagrados, ou proibidos, reservados a indivíduos que se encontram, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual eles vivem, em estado de crise. Nesse caso os adolescentes, as mulheres na época da menstruação, as mulheres de resguardo, os velhos, etc. Para substituir essa heterotopia de crise, que tende a desaparecer, destaca-se a outra forma, que é a heterotopia de desvio. Como o próprio nome indica, representa o desvio de comportamento em relação à média ou a norma estabelecida pela sociedade. Ao determinar a norma exerce poder e controle de corpos e mentes. Portanto, os desvios de comportamento, são entendidos como desvios da norma, passíveis de punições, segundo Foucault (2009, p. 416) em hospitais, clínicas psiquiátricas, prisões e até casas de repouso. Embora não tenha usado com muita frequência o termo, Foucault baseou muitas das suas obras nessas ideias de

²⁹ Citação contida no trabalho Outros espaços e tempos, heterotopias. Luiz Guilherme Rivera de Castro FAU Mackenzie, São Paulo, Brasil. E-mail: luizguilherme.castro@mackenzie.br no evento 1º CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS realizado nos dias 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2015, no Centro de Eventos do Prédio – 41. Campus Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre.

heterotopia, como por exemplo: *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987); *História da Loucura na Idade Clássica* (1972); *A Ordem do Discurso* (1970); *História da sexualidade* (1999); *O nascimento da clínica* (1963); *Doença mental e psicologia* (1975), dentre outros.

Trazendo o disposto para a problemática em questão na tese, afirmamos justamente que são em espaços singulares, de rua, ou seja, espaços diferentes daqueles formais, cotidianos, onde se erguem espaços de heterotopia. Em ambientes não formais há outras lógicas de funcionamento, que fogem a padrões tradicionais. Nesses espaços, os quais ora investigamos as práticas e comportamentos das PSR, formam-se micro poderes que vão além de regras e normas estabelecidas pelo Estado. As pessoas em situação de rua estabelecem espaços outros, de transgressão, na forma de heterotopia, sendo que “seus” espaços se contrapõem a espaços da cidade que se quer utópica: a cidade ordenada, limpa, urbanizada, saneada e bela, essa cidade utópica não existe. Enfim, os espaços da cidade podem servir a diversificados propósitos, desde o ir e vir até a ociosidade em determinados pontos, à contemplação e à peregrinação (*flâneur*), acomodando diferentes territórios, temporalidades, constituindo-se como lugares sobrepostos que constroem seus próprios significados com a vivência de cada um de seus moradores.

Dessa forma, trabalhamos com indivíduos heterogêneos que dentro da sua invisibilidade tentam sobreviver ao sistema que os exclui, forjando espaços de heterotopia, onde assumem novas exterioridades como meio de vida urbana. A cidade se distingue do termo urbe nos modos de vida que definem a cidade, com suas crenças, valores, atitudes, ideologias. A urbe, acreditamos, tem relação direta com a palavra urbanismo que, por sua vez, se refere a modificações na cidade, intervenções no sentido de restituir determinada população dos espaços públicos enquanto lugares de fruição. Por meio da urbanização, há a requalificação da cidade, ou seja, a modificação de espaços que facilitam a mobilidade, promovendo o embelezamento (com a abertura de ruas e avenidas), em uma tendência a promover a socialização dos fazeres (trabalho e lazer). Formam imbricamentos para compor o cenário da marginalidade e invisibilidade na arrumação dos trajetos, onde prevalece um sistema próprio de convivência. Assim sendo, partindo de um viés antropológico, tentamos enxergar grupos de sujeitos que perambulam pelo centro de Manaus, por vezes impercebíveis, mas que de alguma forma compõem a história local, podendo fazê-la algo mais amplo, que identifica os “marginas da história” numa mesma

luta. A batalha para existir é premente, mesmo dentro dos espaços de heterotopia criados nas ruas do centro de Manaus, onde a invisibilidade ora funciona como mazela, ora como elemento de existir nos espaços simbólicos formados pelas PSR.

Tentamos perceber a configuração dos espaços simbólicos situando-os no campo dos signos e significados concernentes à integração social. O que remete esses espaços a espaços de subversão e de poder simbólico, como aponta Bourdieu (2002, p. 15) quando fala do poder das palavras, especialmente das palavras de ordem, implicando diretamente em poder de manter a ordem ou de subvertê-la. Para o autor, é a crença da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia que lhes confere poder. Conferindo-lhes ainda outros significados, os quais aproximam os espaços simbólicos no âmbito das práticas e preferências constituidoras de “signos distintivos”, através dos quais agentes sociais se reconhecem. Dessa forma, espaços simbólicos aparecem no nosso trabalho como espaços de ressignificação e de poder no centro cidade, onde as PSR interferem neles a nível simbólico, com seus sentimentos e sensações de pertencimento, de valores, de crenças e de cultura.

Ao fazer uso da rua como lar, esse usuário incorpora elementos de ligação íntima com esses espaços por meio da percepção e representação. As PSR aproximam-se de tendências envolvendo a “topofilia³⁰”, que almeja adicionar sentimentos positivos sobre o “lugar”, imprimindo, além da forma afetiva, o sentido existencial (TUAN, 2012). Em analogia às representações sociais, apresentamos a importância da percepção sob a ótica de Merleau-Ponty, que relaciona de alguma forma ao *mundo-vivido* e de outra como reflexos dos sentidos do *ser-aí-no-mundo-com-os-outros*. Ou seja, o mundo vivido só pode ser percebido de modo pleno através do ir até ele, está com os outros, ser como um deles, experimentar ser o outro (MERLEAU-PONTY, 1990, 1999).

As PSR parecem tentar e de alguma forma fazer a sobreposição dos espaços simbólicos aos papéis funcionais desses espaços. Comunicam-se diretamente com a memória afetiva, com os vínculos emocionais ligados à sociabilidade, ou seja, ao pertencimento a um grupo com características afins.

Em seguida a discussão gira em torno do trabalho e suas significações para as PSR enquanto sujeitos que supostamente não existe.

³⁰ Entendido como sendo “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”.

1.3 - Trabalho e formação do espaço da invisibilidade das PSR em Manaus

No tópico, é proposto se conduzir discussão acerca do trabalho e suas implicações na invisibilidade do marginalizado. Procurou-se discorrer sobre a inconstância estrutural do Estado e do capital privado em atender minimamente condições ambivalentes de trabalho e ou melhoria de vida das PSR. Pelo contrário, há cortes de despesas e postos de trabalho sendo fechados constantemente, fazendo surgir meios propícios à exclusão. Dessa maneira, inferimos em que medida representações criadas pela elite capitalista e pelo Estado tentam colocar o trabalho como sustentáculo à moralidade ética do trabalhador. As PSR não são vistas apenas como perigosas porque oferecem problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Está em situação de rua é caminhar por um terreno fértil para a marginalidade e a propagação de vícios de todos os tipos. Dessa forma, alocando no desemprego princípios de negação e estigmatização do outro, do marginal, do invisível. Ao trabalhar o estigma, Goffman (1980) relata que os ‘normais’ agem com o estigmatizado como se ele representasse uma “não pessoa” e não existisse, como é o caso, em certas situações, do desempregado:

Como é duro e humilhante carregar a fama de um homem desempregado! Quando saio, baixo os olhos porque me sinto totalmente inferior. Quando ando na rua, parece-me que não posso ser comparado a um cidadão comum, que todo mundo está me apontando. Instintivamente evito encontrar qualquer pessoa. Conhecidos e amigos antigos de melhores épocas não são mais tão cordiais. Quando nos encontramos, eles me saúdam com indiferença. Não me oferecem mais cigarros e seus olhos parecem dizer ‘Você não tem valor, você não trabalha’ (ID., *op. cit.*, p. 18).

E o que parece é que a significação do papel do indivíduo na sociedade se configura por aquilo que o sujeito oferece a essa mesma sociedade, ou seja, sua produção dentro dela por meio do trabalho. Quanto maior a produção e mais significado tem para a sociedade, igualmente o poder e a visibilidade aumentam e também a recíproca é verdadeira. O que dá visibilidade/invisibilidade a uma pessoa em situação de rua, aos olhos do transeunte, na nossa percepção, talvez seja a forma jocosa de viver, destoando do que sociedade espera. E o que o torna invisível? Talvez pensemos que esses sujeitos não querem ser vistos ou só são vistos quando sua mão de obra se torna necessária. Engano nosso. Estão no centro para serem notados. Querem visibilidade, sim. Jackson, 34 anos, pessoa em situação de rua diz o que segue: “Estou todo dia aqui no centro, vejo as pessoas passarem e alguns ficam

olhando pra cara da gente, mas eu nem ligo. Mas eu não ando rasgado não senhor, ganho roupa nova toda semana e fico 'presença'" (Jackson, 34 anos, entrevista/2014). Percebemos aqui uma rede de solidariedade que auxilia as PSR. A solidariedade entre eles advém também de Igrejas Católicas e Evangélicas; Grupos Espíritas; ONGs e de iniciativas particulares de grupos solidários. Observamos pessoas que exercem a caridade, e compreendemos que não é só o estigma, o desvio e a bandidagem o que existe, na rua se trabalha e muito. Portanto há o lado de compreender o outro como ser humano que necessita ser ajudado para além dessas situações ligadas a caridade.

Devemos atentar para o fato de que talvez a invisibilidade aconteça de fora para dentro, ou seja, o acusador pode ser quem está fora desse meio. Entre indivíduos que convivem no mesmo espaço público e compartilham de similar vida social, não há essa barreira aparente. A proposta investigativa ponderou se há uma vida social de interatividade entre os pares na partilha de biscates, trabalho, alimentação, jogos, abrigo, proteção, mulheres, homens, drogas e bebidas. Se círculos sociais são formados por afinidade, se são ou não fechados, uma vez que todos fazem parte de processos de socialização. O interlocutor contatado por nós ponderou que não possui amizades “só na hora da cachaça”. Perguntamos a um dos nossos interlocutores: “morar aqui na rua não é mais difícil ainda, ficar privado de um banho, da proteção de um teto?”. O questionamento foi feito para o maranhense Jackson, pessoa em situação de rua que vive no Amazonas há 17 anos e a cinco anos está nas ruas do centro de Manaus. Ele disse:

Aqui não, porque é Amazonas, e o AM, sabe o é que é, cara? Tu entendeu, né, é 'A Mãe'. Todo mundo que não presta é jogado aqui, tu sabe, acolhe todo mundo. Mais tarde, os pastor passa, dão comida, sopa. Direto aí. Dão roupa. Aí o cara se acomoda e não quer saber de trabalhar. Mas a gente não merece essa vida, né? Tem uma igreja aqui em cima, católica, o cara leva [lá], tira a barba, corta o cabelo, toma um banho, dão roupa. Então o cara dorme e não pensa em nada. Tem não preocupação em pagar dívida, em pagar imposto. Só me preocupo com uma filha que não vejo (Jackson, 34 anos, entrevista/2014).

Compreendemos ser escolha dura desfrutar da “liberdade” que a rua oferece. Apesar das pretensas facilidades vistas pelo senso comum, como a vida por doações, esmolas, sem ter que dar satisfação a ninguém e não pagar impostos, adaptar-se às exposições à chuva, sol, frio, fome, doenças, sem higiene e privacidade alguma, não é fácil. A vida na rua cobra um preço alto, da indiferença e do menosprezo. A situação se torna grave pela falta de

trabalho formal, que os coloca no conjunto de pessoas transgressoras da ordem estabelecida. Será que se vive sem trabalho? Encontrar-se sem trabalho não significa ser desocupado, muito menos viver uma vida sem tensões. A pessoa em situação de rua, por exemplo, desperta junto com a cidade, num constante cotidiano de tensões e medo. Essa situação é tão recorrente que as PSR mal dormem. Quando muito, dormem em média quatro horas por noite. Nos relatos e observações, percebeu-se que se sentem mais seguros dormindo durante o dia, por esse motivo é cena comum vê-los dormindo durante o dia. Analisando essa situação passamos a entender os motivos que levam as PSR a dormirem mais durante o dia do que a noite, situação lhes condenam a títulos de vagabundos, preguiçosos e indolentes.

Ao observarmos e conversarmos com as PSR do centro de Manaus, compreendemos um pouco das suas vidas e uma lição aprendida na primeira ida a campo: viver na rua cansa, esgota e deprime. Exposição da sua vida em público, fazendo das ruas, praças, mercados, marquises, locais abandonados os cômodos da própria casa, o que significa construir uma casa imaginária a partir de um desafio diário. Outro questionamento foi se as pessoas em situação de rua vivem sem trabalho? Entendemos ser a rua o próprio labor. É o trabalho em si mesmo, mediante ocupação de subsistência, como por exemplo, carregador, vigia de carro, catador de material reciclável, enfim, ações para se conseguir principalmente a cachaça e a comida. Alguns não fazem nada mesmo, sobrevivem pedindo. As PSR, como categoria fluida, transitam de maneira instável pelo mundo do trabalho, flertando com qualquer ocupação remunerada que aparecer. Algumas características mais fortes que essas pessoas carregam se identificam conseqüentemente com o trabalho incerto e esporádico; com o pedir ou roubar; perpassando também por jogos e lazer; pela marginalidade e invisibilidade. Nesse contexto, o trabalho pode ser um mecanismo eficiente de controle social. No momento em que se coloca a imagem das PSR associada à vagabundagem ou marginalidade, logo esses se defendem, denominando-se “trabalhadores”. Na fala dos nossos interlocutores é recorrente a justificativa “trabalho”. “[...] Eu reparo carro pra comprar alguma coisinha pra ela (sua companheira Cristiane). Eu trabalho. Se tem alguma coisa pra carregar, eu carrego. Mas sempre eu tenho meu trabalho fixo, pra ganhar minha mixaria e não mexer nada de ninguém” (Daniel Souza da Silva, 35, PSR, 2016). Como a vida das PSR se constitui, em suma, pelo descontrole, pela

desobediência civil e/ou pela marginalidade, o trabalho, mesmo que informal, pode funcionar como um dos únicos controles econômicos que os ligam a ordem formal. Se veem dependentes de relações com o trabalho informal na área do porto, das feiras e mercados centrais da cidade. Então, se por um lado buscavam a vida de PSR para manter-se invisíveis, por questões pessoais, por outro lado, têm temporariamente que transitar pelo mundo do trabalho, tornando-se útil e visível. Visto por outra ótica, nesse caso, o desvio se configura como positivo, pois sai da suposta comodidade de pedinte, ocioso e indolente para a imagem que a sociedade formal espera, de homem honesto, trabalhador. Portanto, em relação ao trabalho, transitam entre a ordem e a desordem, a visibilidade e invisibilidade, atitudes censuráveis aos olhos do Estado e da sociedade formal.

A indagação que surge seria: como estabelecer um espaço privado no domínio público? Para tentar respondê-la, buscaremos o significado de espaço público em Arendt (2007, p. 59), quando destaca que tudo que vem a público, podendo ser visto e escutado pelo público em geral, tem grande divulgação. A autora se refere ao mundo comum, onde há vínculos e relações entre indivíduos. Para a autora, o espaço onde se apresentam inúmeros aspectos e perspectivas do mundo comum, onde todos podem ser vistos e ouvidos em ângulos diferenciados por outros, denomina-se aqui de vida pública. “O termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDR, 2007, p. 62). Esse entendimento se aproxima da opinião de Bakhtin (1996) sobre espaço público, quando observa esse mundo da vida, da praça, das feiras, da ética e do carnaval. Estabelecendo concepções do “baixo corporal”, oriunda do universo rabelaisiano, que institui o realismo grotesco do avesso, sendo este caracterizado por escárnio, ironia, exagero das formas e de ser, estando tudo em maior ou menor volume no meio social e nas atitudes das PSR. Na rua, a extravagância é risível, fazendo parte do cotidiano de “liberdade”. Nas idas a campo, percebemos os excessos na bebida, nas drogas, nos usos do corpo. Quando chegam voluntários distribuindo comida, por exemplo, alguns comem até quase vomitar. Foi o caso de Breno, (PSR, 46 anos, paraibano, marceneiro desempregado), que presenciei repetindo cinco vezes a janta e tentando, mesmo sem vontade, tomar um litro de refrigerante sozinho. A comida e o refrigerante mal cabiam dentro da boca, escorriam e sujavam tudo. Breno tentava comer, rir e falar ao mesmo tempo, posicionando em si mesmo o que Rabelais anuncia como

“baixo corporal”. Para Bakhtin, o popular (a cultura popular) se mostra na dimensão do excesso e cria ambientes carregados do “baixo corporal”, onde se concretizam a renovação formal da imagem do apagado (BAKHTIN, 1996; 2010). São espaços que atuam como forma de fissura que vai se abrindo cada vez mais em oposição ao poder estabelecido e às ideologias cristalizadas da sociedade formal. No interior dessas práticas discursivas acontecem, nos espaços públicos, manifestações em praças e o próprio carnaval, sendo que, de forma intelectualizada ou não, tentam sacudir, desestabilizar, achincalhar, zombar das estruturas ideológicas do poder. Em espaços públicos como, por exemplo, na praça, circulam falas de diferentes pessoas com distintos posicionamentos, numa oposição/complementação dialética entre público e privado. O espaço público apresenta caráter universal na produção de conhecimento, objeto da construção de práticas de resistência sociais que se fazem presentes no cotidiano desses espaços. Destacamos que os espaços públicos podem ser ressignificados com formas de vivências próprias dos espaços privados. As PSR podem estar vinculadas a lugares públicos, atribuindo-lhes um caráter não oficial no momento em que se instalam, trazendo toda uma carga simbólica de habitar. Trazem sua vida privada para o espaço público, seus poucos pertences, sua cama de papelão, ou seja, seus abrigos improvisados, animais de estimação, plantas, alimentos, dentre outros utensílios domésticos usados para as necessidades básicas. Parecem tentar estabelecer ressonância entre o público e o privado, e na rua dão publicidade a sua situação, produzindo a visibilidade que o espaço público lhes proporciona. Vendo de outro prisma, essa visibilidade se torna negativa, convertendo-se rapidamente em invisibilidade. Conseqüentemente, estão dispostos no espaço público, transformando-o em alguma medida em privado. Mas é como se não estivessem, como se não existissem, sendo ignorados, evitados, invisibilizados.

Produto do progresso social deveria ser uma sociedade justa, igualitária, mas o que percebemos no processo histórico é que direitos são conquistados por meio de lutas de classe. Não fazer parte de uma classe social organizada equivale a não ter quem lute pelos seus direitos, ou seja, ser um “desclassificado”. Se não bastasse essa situação a desqualificação aliada à baixa remuneração cria situações de desemprego crônico maximizando o estigma de desclassificado. Essa situação evolui para quadros de degradação humana, onde o sujeito vagueia pelas ruas, sem esperanças, dependendo da

caridade alheia para comer, beber e vestir. Ao entrar em contato com PSR do centro de Manaus, encontrei novamente Jackson, PSR comumente encontrado na calçada do mercado central, que enfatizou a relação de estar na rua com a forte negação ante o trabalho.

[...] minha categoria de carteira é “E”, sou mecânico, só estou esperando uma oportunidade ai, porque isso não é vida pra ninguém, não senhor. Só sei ti falar que aqui é uma vida que é difícil, só estou esperando uma oportunidade pra sair daqui. Eu já trabalhei dez anos na “Cascavel³¹”. Meu sonho é ser engenheiro mecânico (Jackson, 34 anos, entrevista/2014).

Após desavenças familiares, tragédias pessoais, perdas afetivas, Jackson (34 anos, entrevista/2014) resolveu sair de casa, abandonou a mulher e uma filha pequena. Ficou sem trabalho, sem família, estabelecendo a rua como seu lar.

Para estabelecer outra característica importante, que de alguma forma distingue as PSR no centro de Manaus, podemos destacar a questão do trabalho informal na constituição da vivência. Por pressão coletiva ou necessidade individual, a PSR trabalha. A lógica do trabalho se faz presente no território que ocupa temporariamente. Embora não pense necessariamente na acumulação de bens, própria dos moldes capitalistas, essa pessoa orbita no mundo do trabalho constantemente. Como desenquadradas, as PSR não conseguem trabalho formal, nem fazem parte efetivamente dos programas de proteção social. Assim, tem que dispor da sua força de trabalho constantemente. Podem até optar por mendigar, “manguear”, furtar, mas precisam de dinheiro para seus prazeres fortuitos, e para, primeiramente, para manter sua autopreservação nas ruas. Importa frisar que podem ganhar dos seus pares bebida alcoólica, cigarro, drogas, alento e segurança em alguma medida, mas, por coerência, dádiva ou retribuição a favores são mais efetivos quando se tem dinheiro. Significa dizer que as PSR necessitam em muitos momentos conseguir dinheiro para não ser considerado “escorões”, ou seja, o parasita do grupo. Esse dinheiro, no caso, precisa ser conseguido e são as táticas de arrecadação que podem garantir algum valor financeiro, via trabalho informal, ou de outras formas marginais.

O que se impõe constitui uma mentalidade onde a lógica capitalista do trabalho assalariado mantém um status quo. A sociedade cria pressupostos voltados a virtudes do homem trabalhador. O crescimento e o desenvolvimento são propagandeados como fruto

³¹ Refere-se à empresa de transporte coletivo União Cascavel.

do trabalho. Bendassolli (2007, p. 117) destaca que, especificamente, a carreira foi eleita a via principal para a definição da identidade de uma pessoa, bem como o critério pelo qual os outros poderiam avaliar se seu itinerário havia sido, retrospectivamente, bem ou mal sucedido: “a carreira tornou-se a principal fonte de autoconfiança e incerteza, de autossatisfação e de autoreprovação, orgulho e vergonha”. Percebemos a rejeição social do outro, o não ser visto, ignorado, não ser percebido, indiferente a tudo aquilo que queremos entrar em contato. O informante chama atenção dizendo: “[...] todo mundo que passa aqui olha pra cara da gente e discrimina. Olha assim, entendeu? Vamos supor, é o buraco mesmo, não tem mais solução, é o que falam” (Jackson, 34 anos, entrevista/2014). Nas falas, em geral e na linguagem corporal tentamos capturar angústias e desamparos, muito por não se identificarem com a carreira nos moldes colocados acima. Outra pessoa contatada, Mariana³², desabafa: “o sistema te cobra muito e não te oferece nada em troca”. Ao mesmo tempo, ao ser perguntado se alguém está preocupado com as PSR, ela balançou a cabeça veementemente, de forma negativa. A fala dela traduz muito do que outras PSR já haviam falado, confirmando a ideia de invisibilidade.

A vida, porquanto, em um mundo globalizado, pautado pela ideologia capitalista, onde o trabalho é naturalizado como parte do cotidiano constitutivo da vida das pessoas, pode ser desagregadora. O capitalismo, hoje, tem *ethos* orientado no labor como disciplina, como dogma formativo, pois se estruturou na América como produto de concepções luteranas e calvinistas, fixadas na Europa do Século XIX, e veio a se consolidar na contemporaneidade em função de rigores produtivos que baseiam a vida moderna (MILLS, 1969; MARX, 1971; WEBER, 1996). Mas a construção de mundos do trabalho perpassa por elementos históricos, sociológicos, psicológicos, religiosos e filosóficos. Tomando como referência o trabalho no passado, gregos já evitavam sua mecanização. Para eles, “o trabalho [tecnicista] embruteceia o espírito, tornando o homem incapaz para a prática da virtude” (MILLS, 1969, p. 223). O trabalho e o ócio foram assuntos polêmicos principalmente quando debatidos no meio religioso da antiguidade e do presente. O trabalho esteve associado ao pecado em religiões judaico-cristãs – fundamentados na bíblia em Gênesis 3,19, “[...] Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra”, e

³² Nome fictício, pois a pessoa em situação de rua não quis se identificar. Aparentava ter entre quarenta a quarenta e cinco anos, interveio várias vezes na conversa que estávamos tendo com outra PSR.

em Gênesis 3,17, “[...] maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida”.

Em parte, mudanças ocorreram a partir de Santo Agostinho, quando ressalta que “[...] o trabalho era obrigatório para os monges, mas deveria ser alternado com oração, e realizado apenas na medida suficiente para satisfazer as reais necessidades da comunidade” (MILLS, 1969, p. 234). O monge agostiniano não atrela o labor necessariamente ao pecado e sofrimento da expulsão do paraíso, mas coloca no mesmo plano trabalho intelectual e braçal, incluindo-se pregações e rezas como tarefas laborais³³. Com a ascensão burguesa e a Reforma Protestante, a mentalidade vai mudando. Lutero aparece como defensor do trabalho como virtude e salvação, e o ócio como perdição. Para Lutero, sem trabalho não há vida. As pessoas que não trabalham são excluídas, punidas e rotuladas. Não têm *status*, não têm lugar na sociedade, não têm pertencimento, não têm identidade. A religião protestante foi a grande ancora do capitalismo moderno e da ideia de atividade laboral, dado que associou a salvação com a labuta e a vontade de Deus para que o outro não cobice o fruto do trabalho alheio.

Marx, ao lado de pensadores notáveis como Adam Smith e Max Weber, foi quem provavelmente mais contribui para toda a ideologia do sentido do trabalho na atualidade. O trabalho passou a ser visto como elemento regulador das riquezas das nações. Ao longo da história, foram se construindo no imaginário popular representações do trabalhador e do vadio. Essas representações atenderam as ideias de consolidação do sistema capitalista. No momento em que as revoluções burguesas quebram os paradigmas do Antigo Regime, subjugando a nobreza e o clero, a nova ordem se solidifica. Usura passa a não ser vista de forma tão veemente como pecado. Poder-se-ia lucrar a vontade. A possibilidade tornou a ascensão econômica e social viável (BENDASSOLLI, 2007).

Foi o triunfo de uma classe social que ora ainda mantinha tratamentos com classes diferenciadas. Aos não burgueses, o povo em geral, homens, mulheres e crianças, em pouco tempo se projetou uma domesticação de corpos e mentes para o trabalho em manufaturas de linha produtiva fabril na Inglaterra. Foi o início das rupturas de costumes familiares. Agrupamentos de parentelas inteiras foram para fábricas, onde os donos dos meios de

³³ Verificar em SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (org.). O Trabalho na história do Pensamento Ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

produção ditavam normas e condutas, alicerçando o domínio patrão-empregado. Ao ritmo das transformações da Antiguidade Greco-romana, Idade Média, Renascença e Contemporaneidade, percebem-se mudanças na História e nos mundos do trabalho, especialmente nos dois últimos séculos.

As cidades já não eram as mesmas. Ficaram barulhentas, agitadas, cadenciadas pelo trânsito de pessoas, carros, bondes, metrô. Diminuiu o trote do cavalo e o vai e vem das charretes. Arranha-céus sendo construídos com o advento do aço; ruas sendo alargadas, pontes sendo feitas; o progresso girava em torno do ideal de cidade moderna movida a trabalho. Ações extremamente direcionadas a determinada classe social enriquecida, o que concorria para aprofundar diferenças sociais e conflitos entre essas diferentes classes. As cidades ficaram marcadas por contrastes socioeconômicos. Processos extremamente inquietantes de controle e interferências na vida privada. O ideal de processo civilizador (ELIAS, 1993, 1994) foi terreno fértil para conflitos e rejeições. Nos estudos de Max Weber, *A ética protestante e o Espírito do Capitalismo* (1864-1920), o trabalho é retratado como modelo de condição humana. Esse modelo, também compreendido como vinculado a uma modernidade internacionalizada, foi expandido com o imperialismo e a globalização, interferindo fortemente nas economias e culturas da África, Ásia e América. Eurocentrismo, darwinismo social, eugenia e higienismo foram algumas formas de controle, dominação e exclusão.

Para além do trabalho e suas peculiaridades históricas fazemos umas digressões com a finalidade de entender um pouco a respeito dos sentimentos e sofrimentos causados a mente. O corpo das PSR sofre as agruras da rua, mas a mente sofre ainda mais.

Só para exemplificar, o movimento literário conhecido como Romantismo popularizou um tipo de visão pessimista do mundo, extrapolando o sentimento de amor, mas também a tristeza advinda do desamor. Poetas românticos morreram jovens entregues a males do mundo, à solidão, ao desânimo, à bebida ou a doenças como sífilis e tuberculose. De modo parecido, o sofrimento mental das PSR da atualidade, no centro de Manaus, pode ser percebido no presente pela resignação e escapismo. Ambas as consequências podem se acumular enquanto problemas graves, que geralmente começam com a autopiedade e termina no suicídio (DURKHEIM, 1991; 1999).

Prosseguindo a temática das PSR quanto ao sofrimento, temos o termo alemão *weltschmerz* que denota a dor do mundo ou fadiga por estar no mundo. Esse termo foi formulado pelo escritor alemão Jean Paul Richter (1827), na sua obra *Selina ou Sobre a Imortalidade*, que fala de um tipo de sentimento experimentado por alguém que entende que a realidade física não pode satisfazer as exigências da mente. Esse pensamento é percebido por Büchmann (1898) como dor psicológica causada por tristeza, pelo processo de fragilização, enfrentado por alguém que não se adequa à crueldade física e mental do mundo. Pode chegar um momento em que algumas PSR sentem o peso do mundo em suas costas. Parece que o pessimismo toma conta, os rebaixa, diminui, enfim, o que queremos destacar é um pouco da ideia de Jean Paul Richter (1827) quando fala do tédio da vida e da náusea do mundo, ambos pensamentos típicos do romantismo do século XIX. *Weltschmerz*, nesse sentido, pode causar depressão, renúncia e fuga, podendo ainda tornar-se um problema mental grave por causa da enorme ansiedade provocada no cotidiano da vida moderna.

Semelhante a esse termo alemão, temos a anomia, que designa a falta de objetivos e regras, bem como a perda de identidade, causadas por mudanças que ocorrem no mundo moderno. São elas mudanças econômicas, sociais, culturais, dentre outras que abalam as pessoas, trazendo angústia. Há uma espécie de ruptura com o lugar comum que destrói o mundo como ele se apresentava, dando lugar a um mundo novo, que não coloca como primordial a manutenção dos valores, crenças tradicionais ou identidade das pessoas. Tudo que parecia sólido de repente se desmancha no ar. As transformações advindas da modernidade, como aventura paradoxal, colocam as pessoas em unidade, mas ao mesmo tempo em um ambiente conflitante e contraditório (BERMAN, 1986). As mudanças rápidas ocorridas na modernidade não foram acompanhadas de valores morais, assim cremos, esvaziando o sentido de muitos indivíduos, aflorando vários sentimentos negativos em relação a seu lugar no mundo do trabalho. Sentimentos como agressividade, aflição, angústia, apatia, desapontamento, dó, decepção, culpa, egoísmo, frieza, frustração, gula, euforia, histeria, hostilidade, incomodo, indiferença, indecisão, ira, isolamento, mágoa, mau humor, medo, melancolia, ódio, pânico, pena, preguiça, raiva, remorso, resignação, saudade, sofrimento, solidão, tédio, tristeza e vergonha. Cada uma dessas palavras

demonstra sentimentos conscientes ou inconscientes de pessoas sem rumo na vida, abandonadas a sua própria sorte, desempregadas, escolheram a rua como fuga.

Retomando a temática do trabalho percebemos que no Brasil, principalmente o índio e negro foram subjugados forçadamente ao trabalho escravo, trabalho visto como sofrimento e castigo, ideologia que permanece no inconsciente coletivo como chaga aberta por açoites. O trabalho braçal, aquele que explora ao máximo a força física, em via de regra relegado aos menos favorecidos, se mostra como repetição do trabalho forçado de outrora. Quando à situação das cidades, e no tocante ao labor industrial – e aqui permitimo-nos salto histórico razoável – em Manaus, especialmente após 1967, com a instalação da Zona Franca de Manaus, o trabalho direcionado a indústria cresceu fortemente. Trabalho formal se configurava, na época e ainda hoje, mediante uma série de requisitos: carteira assinada, horários definidos, salário mensal, leis trabalhistas, qualificação, aptidão. Quando não se encaixavam nessas exigências do mercado capitalista, os indivíduos tendiam a buscar a informalidade. Nesse meio, eram açodados pela completa falta de garantias do trabalho formal, estando ainda fora das normativas legais do Estado e sem o reconhecimento oficial de direito (JAMESON, 2007). Ressaltamos que esse processo de apropriação e controle feito pelo capitalismo chegou de forma tardia na Amazônia (como ocorreu em toda a América Latina), estruturando interesses exclusivos da produção de riquezas para uma determinada transformação na dinâmica das classes sociais. Considerada a fase de desdobramento da época imperialista e do capitalismo monopolista, o capitalismo tardio, como estudo teórico marxista, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é marcado pelo crescimento da força produtiva mundial que engloba principalmente países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Inclusive perceber que mesmo o materialismo histórico não foi suficiente para entender ou explicar modificações provocadas pelo capitalismo tardio (MANDEL, 1976, 1990; HABERMAS, 1987; MARX, 1971, 2008). Todas essas transformações, portanto, afetaram diretamente o trabalho e o trabalhador.

Por vezes, longe do trabalho formal, o trabalhador informal está por conta própria, se aventurando na ilegalidade para ganhar a vida. O trabalho, por vezes, é sinônimo de progresso, de existência; porém, o não trabalho seria a decadência de tudo isso. Na Amazônia, a massa de “empregáveis” podia não ter emprego, mas tinha trabalho: o pescador, o caçador, o agricultor, o seringueiro, o juteiro, a camaroeira, o piaçabeiro, o

mateiro, o castanheiro, o extrator de pau rosa, enfim, todo o agrupamento humano que detinha a expertise para ocupações tradicionais podendo não está necessariamente sob o julgo direto do capital, embora se nutrisse dele. Verificamos que existiram, desde sempre, formas peculiares de ocupabilidade que remontam a culturas tradicionais e que se inserem no âmbito das estratégias de sobrevivência dos povos da floresta. São sujeitos que trabalham em regime artesanal, regionalmente, reforçando a identidade amazônica e os laços sociais e de afinidade. Embora haja diferenças regionais, o discurso oficial tende a homogeneizar todos como trabalhadores, reforçando a padronização quanto às ocupações laborais tradicionais e não tradicionais (fabris).

“O trabalho dignifica o homem”. Essa frase carregada de apelo da moral capitalista representava o *slogan* do modelo ideal de homem provedor, mantenedor da família através do trabalho digno. Esse homem que arca com os deveres e significa o exemplo para a sociedade, exaltado como bom marido, bom pai, patrão e chefe de família, honrado, contrasta com aquilo que é feito para mostrar o avesso, que é o não trabalho, o homem ocioso, vagabundo, indolente, alcoólatra, desempregado, preguiçoso, desocupado, o que não serve e o que não existe como homem. A ambiguidade mostra, assim, que estão em campos opostos os virtuosos e os desonrados. A partir dessa óptica, tornava-se necessário, com a ZFM, ancorar o discurso positivista de “ordem e progresso” para defender o privilégio das classes detentoras de poder, propriedade privada e meio de produção. O trabalho se tornava o centro de gravidade, a forma de enriquecimento.

Em campo oposto, o não-trabalho passa a ser caso de polícia, pois vai de encontro à política de progresso e civilização. Não trabalhar, era um modo pejorativo de vida, caracterizado por vadiagem. Era uma contraposição à ordem moral, à sobriedade e solidez espiritual. Contrapondo-se a tudo isso, o vadio se torna protagonista da desordem social, moral e ética. Fraga Filho (1996) sinaliza que seria função do Estado civilizar e restituir a ordem, transformando em “úteis” pessoas que enveredaram pelo mundo da vadiagem. Em Manaus, toda essa problemática teve sua espacialidade, principalmente no centro cidade. Pessoas em situação de rua, de certa forma, passaram a reproduzir a situação global da invisibilidade e rebeldia diante da forma com que o ordenamento do universo do entorno se apresentava a eles. Tecendo identidades com realidades dramáticas e perturbadoras no centro de Manaus, de forma estigmatizada, tomaram as ruas do centro cidade como lar,

fazendo parte da paisagem urbana e ao mesmo tempo se apropriando dessa paisagem como mobiliário urbano. Como estratégia de sobrevivência, tenderam a camuflar sua existência: em alguns momentos, quanto mais invisíveis melhores, tendo em vista produzir, assim, as próprias contradições para sua autopreservação na cidade.

Estimada em 2014 em pouco mais de 17 milhões de habitantes³⁴ a região Norte do Brasil, especialmente na Amazônia brasileira, 70% se situam em núcleos urbanos. Manaus, hoje, como o sétimo maior município em número de habitantes do Brasil, conta com mais de dois milhões de habitantes de acordo com o IBGE. Projete-se, nesse âmbito, que essa metrópole também desenvolveu ao longo dos anos problemas similares aos das maiores metrópoles do Brasil e do mundo. Em função de desvirtuamentos referentes ao trato com pessoas em situação de rua e em estados de sofrimento mental, Manaus se apresenta como um dos principais polos amazônicos (junto com Belém/PA) (KESSLER e USTUN, 2014), impactados por efeitos negativos no tocante à invisibilidade de pessoas em situação de rua na atualidade. Foi a partir de mudanças nos mundos do trabalho e nos modos de vida que contradições do espaço urbano se pronunciaram, impulsionando a ocorrência de diferentes enfrentamentos à metrópole.

Sobre esses enfrentamentos, aqui se assume que PSR não apresentam sinais de que são indivíduos fracos, dado que enfrentam situações adversas. Muitas vezes, carregam histórias de realidade atribuladas, pois vem de outros Estados ou do interior do bioma amazônico. Por conta disso, pensa-se que o espaço da invisibilidade da PSR no centro de Manaus se configurou historicamente como condição crônica de permanência. De forma espontânea ou não, nas ruas do centro, frequentemente sem perspectivas de retorno a convívios familiares ou a lugares de acolhimento, permanecem nessa parte da cidade em razão da distinta apropriação do espaço público como *locus* do agora. Nos espaços de invisibilidade construídos na rua, indivíduos transitam e estabelecem relações de apropriação, domínio, afetividade e cuidado, criando laços de pertencimento e estabelecendo assim territorialidades. Compreendemos territorialidade como assimilação do território, enquanto espaço geográfico de apropriação identitária. Dito de outra forma, constitui o espaço apropriado e ressignificado, no caso em questão, pelas PSR – tal qual os casos narrados em seguida (RAFFESTIN, 1993).

³⁴ Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Benedito³⁵, aproximadamente 65 anos, alega morar nas ruas há aproximadamente 40 anos. Estabeleceu como espaço de morada o corredor de paradas de ônibus da praça da matriz, centro da cidade de Manaus, lá é seu lugar de pertencimento. Sente-se em casa naquele lugar, como se dele fosse parte integrante. Cabelos e barbas esbranquiçadas, pardo, corpo franzino, apresenta uma grande ferida no pé direito que o força a ficar boa parte do tempo sentado em um papelão, pedindo esmolas. Não muito longe desse lugar, na calçada lateral do mercado Adolpho Lisboa, também no Centro, encontramos dona “Tude”, uma senhora que aparenta uns 60 anos, trajando roupas rasgadas e sujas, cabelos desgrenhados, descalça, com a pele bastante queimada pelo sol e sem dentes. Apontada pelos companheiros da rua como a mais antiga moradora desses espaços de invisibilidade, parece estabelecer relação de intimidade com o lugar. Pelas informações dadas por seus colegas, são aproximadamente 30 anos na beira do mercado, seu lugar preferido. Segundo seus colegas, ela costuma beber muita cachaça e “bodar”³⁶ ali mesmo, passando o dia inteiro dormindo no local.

Benedito e Tude vivenciam seus espaços de invisibilidade dentro de um ambiente em que o trabalho formal está longe de acontecer para eles, onde a rotina formal é inexistente. Nesses espaços, o factual opera as condições de vida, principalmente na beira do mercado municipal Adolpho Lisboa. As PSR exemplificadas nesses espaços apresentam vivência diária orientada pela formação de uma invisibilidade não programada, mas sim moldada segundo redes de relações complexas, que são a condição *sine qua non* para suportar a dinâmica do centro de Manaus. Configuram-se espaços do anonimato, da invisibilidade, que ao se transformarem em territorialidade apreendem não apenas o espaço geográfico. Abrem diálogo direto com espaço de sociabilidade traduzidos em espaços de liberdade, trabalho, jogo, lazer, identidade, alteridade, convívio, subjetividade. Ao expressarem seus sentimentos em relação ao lugar, atribuindo-lhes sentido particular.

Pessoas em situação de rua desenvolvem processos adaptativos para sobreviver, criando laços sociais muitas vezes indetectáveis para quem está fora desses grupos. Estabelecem códigos próprios para melhor interação. O amplo escopo de abrangência desses laços não só permite que se contemplem características e dinâmicas estruturais

³⁵ Os nomes serão modificados para preservar a identidade dos interlocutores.

³⁶ Termo utilizado para quem está de porre.

próprias, regulares e fortemente recorrentes, mas também inspira que se problematizem conjuntos de questões próprias sobre as especificidades de um tema que é um verdadeiro caleidoscópio, no qual se apresentam diversos mosaicos de heterogeneidades. Para esses indivíduos, benefícios e recursos da sociedade moderna se tornam escassos por conta de processos de constituição do trabalho, que excluíram a parcela considerável dos universos de ocupação laboral, forçando, de certa forma, as PSR a sobreviverem em meio a imposições do sistema. A formação de espaços de invisibilidade, assim, perpassa não só a questão da rua, mas vem muito antes dela, sendo anterior à vida marginal.

A formação de espaços de invisibilidade em Manaus foi orientada por dinâmicas do capitalismo tardio latino-americano, as quais concorreram para a instauração de estratégias de sobrevivência de homens e mulheres que vivem na rua e da rua, a exemplo das PSR que usam as ruas para morar e tirar seu sustento. Embora tenha aumentado a capacidade produtiva na capital amazonense, baseada principalmente na otimização tecnológica do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, houve ao mesmo ritmo a redução do emprego industrial formal, por conta da automação, subjungando milhares de pessoas. As transformações no capital monopolista se tornam dominantes em escala mundial, apoiadas em grande parte em sua infraestrutura pelo Estado, que passa a promover o grande capital em detrimento do bem-estar social, pouco respondendo a necessidades coletivas, especialmente dos mais pobres. A proposta equivale a fazer um rápido sobrevoo na tentativa de esclarecer minimamente como a economia da América Latina, e especialmente a brasileira, estavam em escala macro ligadas aos interesses norte americano, principalmente no pós-guerra. O período após a Segunda Guerra até a década de 1970 é conhecido pelos neomarxistas como capitalismo tardio³⁷. Naquele momento, em meio a guerras, crise do capitalismo e perspectivas de revolução socialista, o período foi denominado por Hobsbawm (2010) como “Era da Catástrofe”, período de instabilidade que deveria ser superado. Desenvolveu-se aqui não só um modelo econômico pautado pelos

³⁷ A expressão "capitalismo tardio" (*Spätkapitalismus*) foi usada pela primeira vez por Werner Sombart na sua obra de 1902 *Der Moderne Kapitalismus*, na qual distinguia três fases do capitalismo: o capitalismo primitivo, o auge do capitalismo e o capitalismo tardio. A expressão ressurgiu após a crise de 1929 e passou a ser usada pelos socialistas europeus entre o final dos anos 1930 e os anos 1940, quando muitos acreditavam que o capitalismo estava condenado. No final da Segunda Guerra Mundial, economistas importantes, como Joseph Schumpeter e Paul Samuelson, acreditavam mesmo que o fim do capitalismo estaria próximo, em razão de problemas econômicos insuperáveis. Mais tarde, já nos anos 1960, a expressão voltou a ser usada - principalmente na Alemanha e na Áustria, pelos marxistas ocidentais ligados à tradição da escola de Frankfurt e do austromarxismo - para descrever a sociedade contemporânea. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo_tardio; acesso em 05/04/2017.

desejos imperialistas que, ao mesmo tempo em que alavancava sua economia, tiraria do atraso os países pobres. Dessa forma, um modo de vida a ser seguido se espelhava no *american way of life*, no qual o livre mercado e o consumismo eram seu *slogan* principal. As transformações econômicas e sociais com a injeção de empréstimos estrangeiros geraram uma falsa sensação de progresso no país inteiro, além de aumentar a dívida externa. Na Amazônia isso se traduziu nos grandes projetos feitos na região, que falaremos um pouco mais no final desse capítulo. Vivemos, nessa época, no bioma, um processo intenso de mudanças que se materializa com a ditadura civil-militar que se instalou em 1964, concretizando um “modelo” econômico, político e social de desenvolvimento. Portanto, as transformações econômicas afetaram frontalmente a vida cotidiana e as formas de sociabilidade, e com isso a sociedade e suas relações, entraram em mutação juntamente com as mudanças econômicas. Para Mello e Novais (2009), as dimensões dessa mudança não foram imediatamente percebidas, apenas algumas ligadas ao progresso, urbanização e migrações internas. A real situação só vai se configurar a partir de 1980, “a década perdida”, finalmente com a nova realidade de recessão, de depressões cíclicas, de inflação, de desemprego, de pobreza, de população indigente e atraso. Os autores (ID., *op. cit.*) apontam como a industrialização brasileira foi criada em bases frágeis e tragada por uma sociedade mercantil nos trópicos, com o capitalismo tardio. Conseqüentemente, o capitalismo tardio se apropria da capacidade de reorganizar sociedades emergentes em consonância com o que essa sociedade tem para produzir e consumir. Fora desses diagramas, está a pessoa em situação de rua, que se configura como produto dessas transformações.

Essas mutações geradas pelo capitalismo tardio na sociabilidade traduziram-se na dura vida cotidiana imposta pela economia capitalista que controla Estados mínimos. O capitalismo tardio teve como meta imediata o lucro e a privatização, em grande escala, deixando em segundo plano as melhorias coletivas. Um dos reflexos foi a perda de postos de trabalho, assim como a dissolução de direitos conquistados por trabalhadores ao longo da história e a modificação de relações sociais, levando muitos a escolherem formar outros espaços de atuação. Hoje, ainda que serviços (setor terciário) já superem a esfera industrial em vários pontos (informação, comunicação, transporte), caracterizando o pós-modernismo, mas é persistente o desenho de uma sociedade pós-industrial que se mostra

pujante e caótica. Jameson (2007) revela que houve com o pós-modernismo a mutação do próprio espaço construído, surgindo o hiperespaço, desnorteando o homem corporalmente e de forma perceptiva o espaço que o circunda. As pessoas passam a não mais se reconhecer cognitivamente no mundo físico. Mesmo na chamada aldeia global não é possível mapear as teias de comunicação global que estamos presos. Para Habermas (1987), são mudanças que não se explicam apenas em função do materialismo histórico de Marx, dado que existem incongruências em categorias dessa teoria quando transpassadas diretamente para a realidade presente, de capitalismo tardio. Já Mandel (1976, 1990) trabalha com as categorias clássicas do marxismo, as quais exprimem as manifestações das contradições inerentes do capital. Deste modo, os dois autores veem momentos ímpares não apenas para transformações sociais, mas para transformações profundas no capitalismo, ou mesmo lembra seu caráter extingüível. Para não sair muito do foco da pesquisa, finalizo dizendo que nenhuma das fases do capitalismo conseguiram até agora, e talvez jamais conseguirão, sanar as contradições suscitadas pelo econômico. Isso é uma crítica de Mandel a Habermas quando diz que o capitalismo sempre gera incoerências insuperáveis entre os produtores de mais-valia e aqueles que lhes extorquem essa mais-valia. Resta desse sistema perverso a exploração dos elos mais frágeis da cadeia, abrindo imensos espaços de exclusão e invisibilidade. Esses espaços de invisibilidade formam-se em cidades como Manaus que atraem e repelem indivíduos com uma facilidade muito grande (HABERMAS, 1987; MANDEL, 1990; JAMESON, 2007; MELLO e NOVAIS, 2009).

O agravamento da questão social no país pôs boa parte das metrópoles como espaços de pobreza urbana, tornando-se cada vez mais frequente a existência de pessoas em situação de rua ou em entidades assistenciais. Em Manaus, por exemplo, não é difícil ver bolsões de pobreza e miséria na periferia ou mesmo em volta do centro, pois já na entrada por via fluvial depara-se com enormes palafitas (bairro educandos). Embora houve alguns projetos de reurbanização de igarapés, como o Prosamim³⁸, que principalmente no

³⁸ Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) foi concebido em 2003. O Programa já contabiliza investimentos de US\$ 930 milhões, já somados os US\$ 400 milhões liberados para a terceira etapa de obras na Bacia do São Raimundo. Problemas como falta de saneamento, urbanização e habitação foram crescendo ao longo de quatro décadas, quando a capital do Amazonas passou a receber pessoas de 61 municípios do Estado, em busca de empregos nas indústrias da Zona Franca. Sem opções de moradia e sem renda muita gente começou a se instalar às margens dos igarapés da cidade e, até 2003, governos de administrações anteriores não conseguiam captar financiamentos para fazer investimentos em obras de infraestrutura, saneamento e habitação. Números do Programa registram que até fevereiro de 2012 o Prosamim já havia beneficiado 69.640 pessoas, em Manaus. Isto aconteceu por meio da construção de 2001 moradias e doação de mais 1.144 com investimento de R\$ 134.908.117,47 em recursos do Governo do Estado. O

entorno do centro, fez um trabalho de requalificação na moradia de quase trezentas mil pessoas. Logo, percebe-se que é possível investir em melhorias na qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente minimizar a falta de acesso ao trabalho formal. Nessa mesma linha de raciocínio, além de fatores ligados ao sistema capitalista, citado anteriormente, há questões da ruptura de laços familiares e sociabilidade. O sistema capitalista, não apenas ele, impôs para a pessoa em situação de rua forte sentimento de rejeição, inferioridade, baixa autoestima, solidão e sensação de fracasso diante da ordem mundial e local. Partindo-se desse conjunto de pessoas excluídas, formam-se espaços afins, que tem como argamassa, cimentam ligações socioemocionais, colocando todos em um correlato drama, com uma sensação de não existir. Expostos no meio da rua parecem invisíveis em determinados momentos. Criam espaços de não pertencimento. Bentes (2014) enfatiza que na capital do Estado do Amazonas pessoas em situação de rua perambulam, geralmente em logradouros do centro comercial ou próximos a ele, são expostos a intempéries, sol, chuva, doenças e outras agressões à integridade física e mental, além de perigos que rondam espaços de sobrevivência.

Em uma reportagem do Jornal Acrítica de 01/02/1990, com título *Setrabes levanta número e situação de mendigos*, a secretária de Estado do Trabalho e Bem Estar Social (Setrabes), deputada Socorro Dutra, considerou o problema da mendicância em Manaus, como em todas as capitais brasileiras, uma consequência direta do caos econômico e financeiro do país. Segundo ela, em Manaus a situação é agravada pela alta incidência de hanseníase, doença que estigmatiza, marginaliza e interfere no processo social, tanto do lado do doente como do lado da sociedade. Nessa época, a Setrabes realizou uma nova pesquisa junto aos “mendigos” para tentar acompanhar e interferir nessa problemática, na tentativa de caracterizar esses grupos e poder encaminhar soluções. Ainda segundo o periódico, o resultado da pesquisa identificou 33 “mendigos”, dos quais 29 são ex-

Programa já construiu quase 130 km de rede de esgoto só na Zona Sul de Manaus; construiu pontes, novas vias para escoamento, nos 15 bairros onde possui intervenções de obras; restaurou e recuperou a centenária Ponte Benjamin Constant; construiu sete (07) parques com áreas verdes e para o lazer, que somam 218.802 m²; ajudou a reduzir em mais de 50% a criminalidade e a quantidade de coliformes fecais que eram despejados das palafitas diretamente nos igarapés. Desde que as obras do prosamim iniciaram, em 2006, o programa também já construiu e entregou 2011 unidades habitacionais, na Zona Sul da cidade, Todas possuem abastecimento de água e estão ligadas à rede coletora de esgoto. Tão logo passaram a residir nestes parques residenciais aproximadamente 10 mil pessoas deixaram de lançar diretamente, nos igarapés, aproximadamente 800.000 litros de esgoto sanitário e oito mil quilos de lixo doméstico, por dia. Fonte: Portal do Governo do Estado do Amazonas - <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim/> acesso em 06/04/2017.

hansenianos, que apresentam mutilações e são, na maioria das vezes, usadas para sensibilizar os transeuntes, ao mesmo tempo em que reforçam o preconceito da doença como geradora da situação de miséria. Durante a pesquisa, percebemos que foram feitos inúmeros censos pelo Estado com as PSR. No entanto, ficaram apenas os dados, pois desconhecemos medidas efetivas para minimizar a situação dessas pessoas. A constatação de que os ex-hansenianos são em sua maioria “mendigos” de Manaus, feita em 1990, reflete perspectivas sobre a mendicância pelo viés da doença. De acordo com Pereira (2011), o padrão de distribuição da hanseníase em Manaus acompanhou a urbanização, que apresentava as zonas sul e oeste como as de maior incidência nas décadas de 1990. Foram criados bairros como Colônia Antônio Aleixo, Puraquequara e Mauazinho, afastados do centro da cidade de Manaus para mantê-los isolados, na tentativa de evitar a propagação de doenças na cidade. Experiência que não se mostrou eficaz. Todavia, em vários momentos essa perspectiva vai se modificando e outros personagens surgem no mesmo cenário da rua, com suas histórias de vida ora dramáticas, ora trágicas. Com o terremoto do Haiti, em 2010, uma leva de imigrantes haitianos começa a vir para o Brasil, em especial para Manaus; com a crise na Venezuela, se intensificou também a migração de venezuelanos para Manaus. A primeira parada dessas pessoas geralmente é a rua, engrossando o número de PSR. Os haitianos se mostraram mais interessados em trabalhar, até por conta da qualificação de nível superior que alguns possuem, já os venezuelanos, são mais facilmente encontrados nas ruas pedindo. Mas essa já é outra história...

Grande parte da situação de exclusão vivida se deu também porque o modelo ZFM, aplicado com bases tayloristas-fordistas, de linha de montagem, veio no seu projeto base como proposta de agregação da modernidade a modos de vida local, mediante tecnologias importadas. Era forma de integrar a pessoa amazônica à aldeia global da tecnologia capitalista, mas não foi exatamente assim que aconteceu. Alguns dos chamados Grandes Projetos de Investimento (GPIs) na Amazônia foram: i) o projeto Manganês, o projeto Jari e o Polamazônia. Esses projetos, de exploração de recursos naturais, não trouxeram benefícios esperados pela população. Ao contrário, geraram degradação ambiental e tiveram como consequência a miséria, a migração desordenada, a destruição socioambiental e a intensificação de conflitos entre fazendeiros, posseiros, grileiros, empresas, latifundiários, Estado, pistoleiros e moradores tradicionais. Esses projetos foram

capitaneados na sua maioria pelo grande capital internacional e falharam, com exceção de casos pontuais, como Trombetas, Rondônia e o Grande Carajás. Os erros ocorreram em grande parte devido ao não enquadramento à realidade local (OLIVEIRA, 2000a; RODRIGUES *et al.*, 2010).

O Estado brasileiro vislumbrou a possibilidade de ganhar duplamente. Primeiro, a floresta amazônica significava lucros imediatos; segundo, resolveria tensões por causa de terras cultiváveis, além de problemas sociais relacionados à migração. Para isso, preparou-se uma grande estrutura de investimentos, que ficou conhecida como Programa de Integração Nacional (PIN) e Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND). Rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, infraestrutura de comunicação, energia elétrica, Transamazônica, com objetivos claros de explorar recursos naturais. A Amazônia era a salvação para todos os problemas econômicos, sociais e geopolíticos brasileiros, desde o desenvolvimento industrial até o pagamento da dívida externa (GARFIELD, 2009). Todo o esforço empreendido resultou em tragédias sociais, relacionadas a etnocídios e migrações desordenadas; e tragédias ambientais, concernentes a degradações florestais e contaminação de solos e rios. Foram sucessões de erros que afetaram de forma significativa a vida de milhões de pessoas que vieram para Amazônia e que aqui estavam. Nota-se, portanto, que a marginalidade do invisibilizado de Manaus, foco do presente estudo, diante desse cenário, não surgiu gratuitamente, mas, sobretudo, por pressões diretas e indiretas resultantes de Grandes Projetos de Investimento para a Amazônia. No entanto, esse processo vai além, pois atualmente os abalos que acontecem na economia mundial são sentidos de forma muito clara em Manaus. A crise no capitalismo mundial, aliado ao baixo crescimento econômico do nosso país tem levado, principalmente a partir de 2016, a uma forte retração no número de empregos formais. O baixo consumo de eletroeletrônicos provenientes da Zona Franca de Manaus vem causando aumento considerável no desemprego. Manaus registra a segunda maior taxa de desemprego do País, diz última PNAD do IBGE³⁹. As consequências são danosas para toda a sociedade, na medida em que cresce a marginalidade, a insegurança, a informalidade. A sensação de perda do emprego

³⁹ A capital amazonense registrou o segundo maior índice de desemprego do País entre as capitais, com 16,6%, e superou a série histórica que iniciou em 2012, de 13,1%. No primeiro trimestre deste ano, eram 171 mil desempregados, contra 111 mil em relação ao mesmo período de 2015, um crescimento de 54%. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (19/05/2016).

provoca uma sensação de derrota, angústia, desespero, ansiedade e depressão, insegurança e perda global de controle da pessoa que se vê sem nada. É uma situação dramática e dentre muitas medidas desesperadoras de fuga está a rua, o abuso do álcool, a marginalização.

O Distrito Industrial de Manaus, composto na sua maioria por multinacionais assim como demais Zonas Francas mundiais, se instalam em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento na busca de vantagens fiscais, oferta de mão-de-obra barata e produções em massa de itens em série. Geralmente os produtos vêm pré-fabricados, sendo montados nesses países, e utilizam modernos métodos de automação e terceirização, levando a precarização do emprego com alta rotatividade de empregados temporários, desresponsabilizando, portanto, as multinacionais de processos trabalhistas.

Considerando o cenário descrito, observa-se, como pressuposto, que a formação de espaços de invisibilidade no centro de Manaus foi engendrada por contraposições conscientes ao sistema ou rebeldias incoerentes, mas, sobretudo, por inconformismos diante da realidade socioeconômica da época. Um grande contingente de pessoas, que ao se apropriarem dos espaços públicos fizeram deles novos usos, optaram por um estilo de vida marginal como válvula de escape. Se estão condenadas ou felizes, inquietas ou acomodadas, não cabe aqui juízo de valores. As PSR vivem suas vidas enfrentando dificuldades que aparecem diariamente, males que afetam a saúde física e mental, especialmente provocados por crises familiares e/ou empregatícias e econômicas. Dois sustentáculos quebrados que afetam diretamente suas vivências psicofísicas. Como fica o estado emocional de pessoas quando não tem equilíbrio entre o trabalho e o lazer?; a obrigação e a diversão?; a atividade física e mental; o repouso; quando não tem a atenção devida por parte da família? O desequilíbrio das funcionalidades da vida vai ter reflexo direto sobre o estado emocional das PSR? Propõe-se que limites e excessos fazem parte das contradições diárias orientadas pelas ruas, e é o que tentamos explorar e descrever com a pesquisa. A perspectiva é identificar até que ponto, alternativas e estratégias relacionadas a formas diversas de viver a sociedade contemporânea tendem a compor um conjunto lógico de sentidos para eles. Ou, simplesmente, em que medida resistência e mobilização, expressões de indignação, representam sintomas efetivos de uma situação de desigualdade vivida pelas PSR.

A tessitura da invisibilidade no espaço urbano amazônico suscitou diferenças sociais e de pertencimento, e isso foi acrescido pelo advento do sistema capitalista que de forma opressora excluiu muitos indivíduos que não se adaptaram ao *modus operandi* da linha de produção do mercado de trabalho vigente nas cidades. Segundo Scherer e Oliveira (2009) o termo exclusão, na Amazônia, pode ser expresso, de modo amplo, em relação à renda, educação, condições da população infantil, carências habitacionais e condições de moradia, acesso às atenções básicas de saúde, perspectivas de ocupação da força de trabalho, e outros indicadores reveladores da situação humana na Amazônia. Nesse sentido é que procuramos pensar nessa invisibilidade contínua e duradoura que oprime e desqualifica, colocando as pessoas em mundos opostos. Portanto, a formação dos espaços de invisibilidade pode se fazer em processos contínuos e similares de reterritorialização⁴⁰, enquanto reconstituição do poder e desterritorialização, na perspectiva de abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir (DELEUZE e GUATTARI, 1972, 1976). Posicionamento aproximado de Saquet (2007), que trabalha o território no nível do pensamento e aspectos de sua formação no real, destacando as dimensões sociais de sua efetivação nos ritmos e temporalidades. Destaca as mudanças e permanências; relações multiescalares e superpostas; o território ligado ao espaço geográfico; a centralidade do enraizamento e de articulações territoriais como processos simultâneos e complementares.

A questão que se coloca neste capítulo um é a seguinte: como o espaço da rua, pujante e caótico, pode ser ressignificado na forma de um lar? Buscamos fazer essa reflexão partindo do suposto da existência de um segmento social difícil de mapear por conta da sua invisibilidade e pretensa marginalidade. Todavia, pensamos, a invisibilidade também pode ser uma estratégia para práticas marginais e de desvio dos *outsiders* (PSR). Desta feita, entendemos que o capítulo seguinte pode nos mostrar os trajetos percorrido pelas PSR nas suas práticas marginais.

⁴⁰ Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. Esse movimento concomitante de desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica”.

No capítulo seguinte a proposta será adensar o caminho por onde as PSR transitam, fazendo suas perambulações e vivências nas ruas do centro da cidade. Os lugares de interação, de fala, de silêncio, de trabalho, de lazer, de descanso, de esmola, alimentação, dentre outros domínios simbólicos que a rua lhes proporciona.

CAPÍTULO II

Trajetos de invisibilidade e práticas culturais das PSR no centro de Manaus

2.1. Conceituando “trajeto”

A rua como *locus* da pesquisa remete à formação de territórios existenciais, entendidos como lugares de ocupação ou fixação mais utilizados. No dizer popular amazônico, esses lugares de ocupação eram conhecidos como *coiós*⁴¹, que na verdade são refúgios ou lugares individuais de estadia na rua, seu cantinho. Para adentrar a esses coiós, foi meta sublinhar a tessitura de cadeias complexas de modos de vida que integram contextos sociais das PSR no centro de Manaus. Pretendeu-se situar as andanças das PSR, seu nomadismo ou sedentarismo, por onde essas pessoas circulam, seus pontos de concentração mais comuns, seus lugares de repouso, de higiene, de alimentação, ou seja, como vivem e se organizam no espaço urbano do centro de Manaus, considerando-se tais cadeias complexas.

⁴¹ Significa: esconderijo; lugar onde se ocultam malfeitores; valhacouto; alfurja; cói; conferir *coio* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. A grafia anterior era cóio. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-04-27 19:49:32]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/coio>.

A ideia de trabalhar como categoria conceitual o *trajeto*⁴² consistiu em uma atividade objetiva para se almejar a caracterização da presença das PSR em determinados lugares e não em outros, percebendo caminhos escolhidos e motivação para se percorrer determinadas ruas, becos e vielas em detrimento a outros trajetos. O registro dos trajetos foi uma inferência defendida por meio da etnografia. As categorias não são exatamente iguais. Por isso os trajetos são entendidos de modo diferente. É importante destacar que a descrição dos trajetos não é aleatória, foi resultado de observações de campo. Os trajetos também foram escolhas feitas para balizar procedimentos analíticos, escolhas subjetivas e objetivas na medida em que, no caminho percorrido por nós, foram sendo encontrados nossos interlocutores com suas peculiaridades. Dessa forma, as PSR andam pela cidade estabelecendo relações com pessoas, mas também com ruas, praças, monumentos, demarcando territórios simbólicos, lembrando lugares de memória afetiva, criando ou visibilizando lugares. As PSR, com seu caminhar, criam sua própria lógica no espaço da cidade, criam ainda espaços efêmeros ou “não lugares”. As PSR podem estar dispostas nesses não-lugares quando deslocadas do caráter histórico, relacional e identitário, características próprias dos não-lugares. Definido por Augé (1994), os “não-lugares” se apresentam como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. Os não lugares possuem a funcionalidade de refugiarem, de forma temporária, pessoas alijadas pela ordem social estabelecida, relegando-as ao ostracismo do lugar comum. A mobilidade das PSR ajusta-se a dos não-lugares, formando relações interpessoais entre pessoas e lugares efêmeros, como dito no capítulo um, espaços outros indicados pelas heterotopias. Para tentar esclarecer melhor a intenção no uso do termo “não-lugar”, em oposição a lugar, Agier (2011) fala da ampliação da vida das pessoas na cidade para outros lugares, alcançando dinâmicas sociais de diversos pequenos mundos urbanos, e com isso dando sentido aos ditos não-lugares na cidade. Dessa forma:

Ao caminhar pela cidade, cruzam-se constantemente fronteiras, atravessam-se territórios interpenetrados. O trajeto efetivamente percorrido (com efetividade) no chão é diverso daquele que se percebe num sobrevoo ou que se pode varrer num olhar estrategicamente colocado quando se mira do alto de algum ponto seguro.

⁴² Ideia semelhante ao trajeto a categoria *circuito* vem sendo trabalhado por Magnani (2014) em estudos relacionados a práticas de lazer na periferia de São Paulo/SP. Para ele, estar ou participar de circuitos denota, primeiro, a confraternização e a interação com o grupo, bem como uma forma a partir da qual pessoa ou grupo de pessoas se inserem na cidade a partir de trajetos percorridos.

Os passos do caminhante atento não costumam simplesmente uns aos outros pontos desconexos e aleatórios da paisagem. Ele arrisca-se cruzando umbrais, e, assim fazendo, ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se (ARANTES, 1994, p. 264).

Os trajetos de mobilidade das PSR se definem, sobretudo, a partir de duas classes de sentidos: i) os objetivos (fisiológicas/corporais) e os ii) subjetivos (conformativas/psicossociais). Os itens apontam na tentativa de primeiro suprir as necessidades básicas e depois os hábitos sociais de interação e adaptabilidade afetiva ao meio. As PSR, com seus trajetos, tentam decodificar a cidade e com seu caminhar atento percorrem o centro de Manaus. Inúmeras vezes estabelecendo uma rotina entre os lugares de objetividade, onde trabalham, se alimentam, fazem necessidades fisiológicas e dormem, e da subjetividade, onde namoram, jogam, bebem, enfim, onde se divertem. Nas relações cotidianas que estabelecem com os espaços geográficos, as PSR compõem trajetos como lugares onde podem habitar por algum tempo, interagindo com o mundo a sua volta, produzindo dessa forma relações íntimas com o cotidiano da rua. Michel de Certeau (1994) destaca que os processos de caminhar podem reproduzir mapas urbanos traços densos e leves, escolhendo nas trajetórias passar por um lugar e não por outro. Sublinha que:

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita, etc., as trajetórias que “fala”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repetidas em proporções, em sucessões, e com intensidade que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadoras. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico (CERTEAU, 1994, p. 179).

Assertiva típica das PSR como caminhantes e livres, perambulam pela cidade abrindo outras possibilidades além das dispostas, se apropriando do sistema topográfico, como forma de realização espacial do lugar, como ressalta Certeau (1994). A busca incessante por um lugar, enquanto ação de peregrinar pelas ruas, quem sabe se traduza num gesto de ausentar-se para o incerto, como sua própria vida. Cogitamos a possibilidade da falta de lugar que apeteça como seu, levando-os à intermináveis errâncias, quiçá, em busca de um lugar utópico ou de si mesmo. Como nos faz lembrar Certeau (1994):

A errância, multiplicada e reduzida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar - uma experiência, é verdade, esfacelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamento e caminhada), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um

tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esse lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas dos habitantes da cidade, existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações frequentadas por um não-lugar ou por lugares sonhados (ID., *op. cit.*, p. 183)

Há variações nas construções de trajetos de rua e dependendo das necessidades essas variações podem se diversificar. As PSR podem ficar restritas por algum tempo apenas ao espaço de uma rua, uma avenida, um quarteirão ou um bairro – fato ligado diretamente à oferta de recursos para suprir necessidades básicas e manter-se próximo a zonas de conforto e segurança. Na pesquisa etnográfica, em conversas informais com nossos interlocutores, constatou-se que preferem ficar onde tem familiaridade, fora do campo de visão das autoridades, onde podem de forma astuciosa operar práticas de desvio. Os trajetos da rua consistem em espaços transversais de luta dos que vivem nela, as ações no lugar tecem as condições determinantes da vida social na rua. E acima de tudo consistem em lugares de solidariedade, onde diversos moradores se reconhecem e se encontram em função de condições semelhantes e similares de vida que de alguma forma fogem a disciplina formal. Trajetos comuns provocam aproximações por afinidades e pertencas ao longo dos seus fluxos, estabelecendo laços de amizade e empatia rigorosamente fora da lei.

A leitura indicada por DaMatta (1985), outro importante autor, aponta que não há reflexão social sistemática sobre teias de amizade e solidariedade, dado que não se tende a constatar, via de regra, que a sociedade brasileira apresente redes de relações pessoais formalizadas de forma instrumental, sem referência à formação econômica ou convicção ideológica (ID., *op. cit.*). Outrossim, a participação em trajetos requer assemelhamentos e igualdades como possibilidades admissíveis, podendo haver diferenças contrabalaneando a ordem estabelecida na rua. São, em suma, características tais que conferem, ou não, graus de pertencimento e afetividade a determinados indivíduos e grupos de indivíduos.

Os trajetos envolvem uma trama complexa de perambulação, sem total e completa ordem definida previamente. Mas há pressuposições de trajetos. Existem locais permitidos e outros onde são impedidos ou onde não deveriam andar. O fluxo contínuo de pedestres no centro de Manaus em algum momento pode nortear pontos fixos para as PSR, quando as mesmas buscam ganhos, como um trabalhador formal. Santos (1997) adverte quando

relaciona o fixo à força produtiva, aos instrumentos de trabalho e à massa humana que os executa; já o fluxo se refere à movimentação dessas pessoas, sua circulação e distribuição no espaço geográfico. Há uma interação direta na malha urbana entre o fluxo e o fixo, de modo que o fixo depende do fluxo e vice-versa. As redes que compõem os trajetos irão fazer essa conexão de pontos fixos e os fluxos de passagens, fazendo ou desfazendo nós, de acordo com amarração entre eles. As PSR, como qualquer grupo, podem se atrair ou repelir, dependendo da relação que buscam ou podem estabelecer com o outro, podendo andar muito mais em contra fluxo. Estão em constante movimento rompendo fronteiras e estabelecendo outras ligações. Castells (1999a, 1999b)) defende a tese de Sociedade de Rede, fluxos de sociabilidade e convivências corporais. Nesse tipo de sociabilidade em rede há intercâmbios de valores em fluxo contínuo, possibilitando a criação de interesses comuns. No caso das PSR, se agrupam por causa da simetria do que é valorizado para elas, assim, tomam acento no bando em busca de conviver com os seus. O fluxo e o contra fluxo dos trajetos desenham variadas interações entre territórios, dando parâmetros as práticas identitárias dessas pessoas descentradas, mas integrantes da sociedade formal. Os trajetos não se restringem somente ao espaço geográfico, mas, sobretudo, à rede de relações momentâneas ou esporádicas de pessoas com seus semelhantes na construção de um espaço singular. Portanto, o que nos resta concluir é que existe a tendência de os trajetos realizarem uma apropriação marginal dos fluxos enquanto espaços orientados da sociabilidade em rede.

O centro de Manaus se entrega a movimentos contraditórios que se formam do interior dos discursos da dominação pelos poderes político, econômico e social, mas esses poderes a muito tempo não o controlam. Proliferam outras esferas menores de poder, mas não menos eficazes do ponto de vista do controle. Pululam as astúcias incontroláveis, como legiões de bárbaros que surgem sem reivindicações claras, combinando pequenos poderes de variadas identidades, sem tomadas efetivas, são impossíveis de conduzir. A cidade já não parece tão familiar, pois há uma inquietude nas práticas cotidianas, nos espaços coletivos de vivência, as regras são moldadas fora de conceitos pré-estabelecidos. A cidade-conceito parece se degradar cavada pela lei do outro (CERTEAU, 1994).

É nesse caminhar teórico que se busca refletir sobre hábitos, costumes, práticas, materialidades e imaginários na rua. Práticas como circular (trajetos), dormir (descansar),

abrigo (refúgio, locais variados), alimentação (compra, pede ou troca por serviços), esmola (pontos específicos), lazer (beber, conversar, se divertir) e trabalhar (fazer “bicos”, esmola) se configuram como práticas do *modus vivendi* urbano das PSR. Podem ser práticas impositivas para determinar hábitos próprios de grupos que fazem parte da cultura nas ruas.

Em artigo publicado na Revista Eletrônica Mutações⁴³ explicitamos que o trabalho anseia também manifestar, por meio fotográfico, um pouco do cotidiano de pessoas que trabalham, se alimentam e descansam na rua. A meta foi mostrar um pouco do cotidiano de pessoas em situação de rua (PSR), as quais possuem seu trajeto estabelecido no espaço do centro de Manaus, em razão de suas vivências específicas. Para isso, usamos a fotografia como fonte primária para nos aproximarmos de situações cotidianas desses atores sociais, que constroem suas experiências se apropriando das ruas e tecendo suas existências. Capturamos alguns momentos do dia-a-dia de pessoas tidas como invisíveis e naturalmente excluídas de alguma maneira da sociedade formal. As grandes cidades apresentam indivíduos que, apesar de serem essenciais na dinâmica das cidades, não são reconhecidos como trabalhadores. Dessa forma, apostamos no estudo de pessoas que fazem das ruas seu lar para manifestar que essa situação não pode ser vista para sempre com naturalidade. Tentamos mostrar o retrato de vida e as esperanças de pessoas que, apesar do sofrimento, teimam em existir. Projetaram-se percepções sobre a predominância de transformações socioculturais, adaptabilidades e resistências frente à dinâmica da cidade, a hostilidade e a receptividade dentro dos espaços não formais. Nas fotografias que seguem objetivou-se registrar como trabalham, onde e como se alimentam, bem como os momentos de descanso das PSR.

⁴³ RELEM – Revista Eletrônica Mutações, jan–jun, 2017 ©by Ufam/Icsez. *Nos deslimites da rua: trabalhar, comer e descansar*. Noélio Martins Costa e Renan Albuquerque Rodrigues.



Figura 03. TEMA: TRABALHO. O trabalho no porto. Descarregando sacos de macaxeira. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 04. TEMA: TRABALHO. Balsa Amarela. Carregador de bagagens. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 05. TEMA: TRABALHO. Balsa Amarela. Carregador sem limites de peso. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 06. TEMA: TRABALHO. Descarregando peixe na orla do Rio Negro. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 07. TEMA: TRABALHO. Carreteiro transportando verduras na Av. Epaminondas. Fonte: Noélio Martins Costa, 2017.



Figura 08. TEMA: TRABALHO. Venda de peixe na beira do Rio Negro. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 09. TEMA: COMIDA. Churrasco de bodó. Av. Manaus Moderna, Centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 10. TEMA: COMIDA. Hora do almoço, Centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 11. TEMA: COMIDA. Bodó, farinha, pimenta e tucupi. Orla de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 12. TEMA: COMIDA. Barraca de comida improvisada. Orla de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 13. TEMA: COMIDA. Compartilhando alimentos. Rua Guilherme Moreira, centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 14. TEMA: COMIDA. Fila para a doação de alimentos para as PSR. Rua Guilherme Moreira, centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 15. TEMA: COMIDA. Restaurante improvisado em frente à agência bancária. Rua Guilherme Moreira, centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 16. TEMA: COMIDA. Em qualquer lugar se come. Av. Manaus Moderna, centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 17. TEMA: DESCANSO. Descansar em meio ao movimento do centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 18. TEMA: DESCANSO. Descansar em meio ao movimento do centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 19. TEMA: DESCANSO. Trabalho pesado, descanso merecido. Praça dos Remédios, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 20. TEMA: DESCANSO. Calçada como cama; Feira da Manaus Moderna, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 21. TEMA: DESCANSO. Repouso merecido depois de um dia “ralando”;
Av. Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 22. TEMA: DESCANSO. Depois de uma madrugada de labuta, “sono dos justos”;
Av. Manaus Moderna, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 23. TEMA: DESCANSO. Cama preparada para o sono, ausência, silêncio; Av. Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 24. TEMA: DESCANSO. Cama de papelão na rua; Rua Guilherme Moreira, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 25. TEMA: DESCANSO. Hora da pausa para a leitura do jornal e conversa com os amigos; Av. Manaus Moderna, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 26. TEMA: DESCANSO. Um abrigo com vista para o Rio Negro; Orla do Rio Negro, Centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.



Figura 27. TEMA: DESCANSO. O pensador. Balsa Amarela, orla do Rio Negro, Centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.

Podem ser hábitos e costumes acumulados nas ruas, que as pessoas usam como experiências para viver e sobreviver. Encontrar locais e horários de distribuição de comida, onde tem um cano estourado ou uma fonte para a higiene pessoal. Qual o melhor lugar para passar o dia? A melhor calçada ou banco para dormir? Onde pode conversar com os parceiros? Enfim, na rua tudo faz parte de um aprendizado que leva tempo. São pressupostos utilizados no fortalecimento de agrupamentos, em zonas de acessibilidade e inacessibilidade ao longo de trajetos do centro (de Manaus em específico), tudo fazendo parte do universo onde as PSR vivem. A reapropriação simbólica de domínios territoriais urbanos do centro da capital amazonense, portanto, forma conjuntos de significados costurados em razão do tecido urbano marginal identificado por discontinuidades invisíveis e muitas vezes desconexas. Ao caminhar entre trajetos são tecidas pequenas e grandes histórias, versões de mundo, sendo estabelecidos laços e interconexões. Na conversa com a interlocutora Cristiane, 37 anos, ela fala do estigma que fica impregnado na pessoa quando se mora na rua. Ela relata que já tentou sair várias vezes do centro. De

acordo com ela, “não falta é homem pra me tirar daqui”. Ela, não obstante, explicou porque não sai.

Sabe por que eu não vou, porque eu me meti com um gari que toda vez que ele brigava comigo ele me tomava tudo que me dava, aí ele dizia: – Que nada, eu ti tirei da rua, tu é puta, tu era isso, tu era uma desgraçada – . Sabe como é que é. Aí a mulher vai se revoltando... E diz: – porra nenhuma, eu vou voltar é pra rua, não vou ficar sendo humilhada. A gente não é humilhada nem por mãe (Cristiane, 37 anos, PSR, 2016).

Histórias de idas e vindas para a rua estabelecem os espaços públicos como refúgio, lugar para onde pode ir, caracterizado por nossos interlocutores, Daniel, 35 anos, e Cristiane, 37 anos, como “um bom lugar”. Ao me despedir e tentar continuar nossa incursão noturna pela cidade, no dia 30 de outubro de 2016, continuando dos trajetos ligados em rede a partir da Praça da Saudade, o casal me advertiu dizendo para eu não ir para o lado do mercado. De acordo com eles, lá só tem *raú*⁴⁴. “Não vai de noite pra lá, não. Se você for pra lá agora... (fizeram expressão de ‘cara feia’). Ainda mais assim com celular, os caras ti tomam. Ao perceberem que eu estava fazendo a gravação do áudio com o Smartphone, uma PSR perguntou: “isso é um Iphone?”. De pronto respondi que era uma imitação do Iphone, na tentativa de ludibria-los. No que Cristiane completou dizendo: “esse telefone não presta pra roubar, não, ele ti entrega. Esse tu pode correr, tu pode tirar a bateria, tu pode fazer maior onda. Ele bate foto da tua cara”. Falei que eu iria à Praça da Matriz, no que eles responderam, “na matriz que é o perigo”. Recomendaram para eu deixar “esse negócio de entrevista pra lá. Eu sei que é perigoso, porque a gente mora na rua”. Advertindo pela última vez, com o dedo indicador para cima, Cristiane, 37 anos, exclamou: “Não vai não!!! Não é todas pessoas que conversam, não. Que chega e conversa, não”. Deduzi, a existência de lugares evitados, espaços que não se comunicam em certos horários. Continuei nosso trabalho de campo pelos trajetos. Fui à Praça São Sebastião, andei nas imediações do Teatro Amazonas, e não encontrei nenhuma PSR. Desci a Avenida Eduardo Ribeiro, encontrei alguns já dormindo nos seus papelões nas marquises das lojas. Subi a Avenida Sete de Setembro até a Praça Eliodoro Balbi, onde observei alguns michês e travestis fazendo ponto. Segui a recomendação do casal de PSR e descí a Rua Guilherme

⁴⁴ Na gíria da rua, de acordo com os nossos interlocutores, a categoria nativa ‘raú’ significa ladrão da pior espécie, termo semelhante usado por eles é ‘vigário’ que tem o mesmo sentido.

Moreira. Lá, encontrei dezenas de pessoas próximas à agência do Banco do Brasil. Ficamos ali observando a movimentação, em um verdadeiro ritual de autoconhecimento, que mais parecia um jogo de conquista do outro, e depois do contato visual, houve o verbal. Para o pesquisador, esse constitui o momento decisivo do contato com o outro. A aproximação/interação é o fator em si, mas também de saber colocar-se no contexto de diálogo do “nativo”. Perguntaram se eu poderia arranjar R\$ 50,00 para ajudar uma colega que estava com o pé doente. Falei que não tinha o dinheiro, mas poderíamos conversar, e daí eles retrucaram: “arruma pelo menos dez”. Depois da minha negativa, comecei a puxar conversa com eles. Sentei no papelão, me ofereceram comida, bebida (Figura 28). Ficaram curiosos com a minha presença, pois eu ali, de alguma forma, representava a ruptura na interação deles. As PSR me questionaram sobre minha origem e o que eu fazia. Respondi às suas indagações. Falei que eu era do Maranhão, nascido no interior e criado na capital São Luís. Expliquei que eu estava fazendo um trabalho sobre PSR para a universidade. Falaram quase ao mesmo tempo:

Breno e Adriano: Ei! Nós aqui somos viajado...

Breno: Em São Luís eu fui preso, eu passei quatro anos preso lá no Maranhão, em Pedrinhas. Lá é cadeia pra bandido.

Adriano: eu sou filho de Vila Velha, ali perto da terra do Roberto Carlos. O segundo porto maior do Brasil.

Breno: Não vou ti mentir não. Eu moro em Iranduba e venho todo dia pra cá pra beber e fumar droga. Pra não dá demonstração pra minha família lá. Porque aqui ninguém sabe. A minha mulher pergunta pra mim: ‘tu mora aonde meu filho?’, e eu respondo eu moro na frente do banco e é verdade mesmo. Só que ela não sabe o que eu faço, não (Adriano Ramiro de Souza, 63 anos, topógrafo, 2016 e Breno, 46 anos, PSR, 2016).

Disseram para eu sentar na cadeira do escritório. Puxei um papelão e tomei acento no círculo de conversar. “A casa aqui é nossa, não é minha e nem dele. Mas aqui o cabra tem que respeitar”, (Breno, 46 anos, PSR, 2016). Pedi licença para ligar o gravador de voz do celular, fizeram um gesto de consentimento. Liguei o gravador do celular e coloquei no bolso, ficou imperceptível, dessa forma, e depois de alguns minutos já haviam esquecido que eu estava gravando. Dessa forma, gravei 01h50min; depois, mais 01h09min nesse local. Utilizamos esse método para captar de forma mais real possível os diálogos, pois não nos interessavam respostas prontas para perguntas formais. Perguntamos como vieram

parar na rua, e uma mulher que estava no grupo respondeu “cada um aqui é uma história”.

E outro respondeu:

A minha mulher ganhou uma casa do ProsaMin pra lá da barreira. Eu bebo, fumo droga, não vou mentir pra você. Maldito do homem que confia no outro homem. Só que eu sou assim. Bebo minha cachaça, tenho meus amigos aqui, converso com as meninas. Tudo gente boa, mas na hora de beber o cara tem que diferenciar quem bebe, quem não bebe, quem gosta de ficar brigando. Eu sou um cara jovem, vou fazer 46 anos, sou de 70, dia 7 de dezembro eu intero 46 anos. Paraibano. Nasci lá e me criei aqui no Amazonas. Eu moro em frente do Banco do Brasil (risadas). Ninguém sabe que venho pra cá, aqui posso fazer o que eu quiser. (Breno, 46 anos, PSR, 2016).

E assim foram os diálogos desse dia. Foram discussões longas, brigas, gargalhadas, xingamentos, trocas envolvendo cigarros, cachaça e comida. Fizemos perguntas livres, sem roteiro rígido, mas que todos tentavam responder ao mesmo tempo, causando assim discussões e dificuldade na gravação. Momentos de descontração e de tensão. Percebi que fui aceito no grupo, quando falaram:

Ei, eu gostei de você cara. Você parou, sentou aqui com nós e está ouvindo a verdade da nossa vida. Não é todo mundo que faz isso não. Aqui você pode ficar a vontade. Ninguém vai mexer com você aqui. Na hora que você quiser embora eu ti levo onde você quiser ir (Breno, 46 anos, PSR).

Fiquei impressionado com a quantidade de carros que chegaram com comida. Para me integrar ao grupo, entrei na fila para pegar mingau na primeira caravana, e depois comida e refrigerante com o segundo grupo de voluntários que apareceu por lá (Figura 14). Com um traje não muito diferente das PSR, me integrei por um momento a elas, dada a semelhante situação de rua (*in loco*). Eu trajava bermuda marrom meio surrada, camiseta de bloco de carnaval estampada, chinelo e apresentava barba malfeita. Dessa forma, os voluntários não desconfiaram que eu não fazia parte do grupo. Nessa noite, foram quatro caravanas que trouxeram mingau, bolo, refeição completa, refrigerante, suco, água, sopa. “Aqui é a noite todinha, não falta comida, aqui é a área da comida” (Breno, 46 anos, PSR). Também encontrei pessoas que já havíamos falado em outras ocasiões, como o Jackson, (36 anos, mecânico desempregado, PSR, 2016) que há dois anos havia me concedido uma entrevista. Ele estava mais abatido, magro, e, portanto, deduzimos depois de conversa com amigos dele que tudo era efeito das drogas, de alguma doença e da situação de rua. Ele se lembrou da nossa última conversa, dizendo “naquela vez eu ti disse que eu ia mudar de

vida”. Relatou que havia sofrido muito quando pegou uma facada, quase vindo a óbito, queixou-se com os colegas dizendo que ninguém cuidou dele nessa época difícil.

Conhecemos também Sérgio, vulgo “passarinho”, se dizia poeta, filósofo, intelectual, trabalhava como açougueiro. Nascido em 23/03/1970, era um homem de baixa estatura, franzino, parecia uma criança, muito magro, entretanto era o mais agitado de todos. Cantava, dançava, fazia piada dele mesmo, ria de tudo e de todos, dava gargalhadas longas e chegou carregado nos braços de outra PSR. “Passarinho” perguntou meu nome completo e onde eu morava. Eu respondi que morava em Parintins e ele indagou sobre minha preferência em relação aos bois. Falei que gostava de boi na panela, no que ele falou que conhecia todas as partes do boi, por ser açougueiro, e sabia todos os tipos de carne. Sabia esquartejar gado, sabia cortar e tirar o patinho, a alcatra, o chã de dentro e a rabada. Disse em meio à gargalhada com outra PSR que não conseguimos identificar:

Meu nome é Sérgio com S maiúsculo, um grande poeta. (Perguntamos se ele estava sempre nesse local). Ele disse: Nós vem pra cá à noite, de dia tu não acha nós aqui, não. Quarta, quinta e sexta não falta comida aqui, segunda e terça só no ‘beiral’, lá tem o culto, tem a sopa lá na feira da Manaus Moderna. Tem segunda, terça e quarta lá na Vanessa, em frente à penitenciária da Sete de Setembro, tu tira tua roupa, tu toma banho, tu ti lava, ela ti dá roupa, ti dá tudo, ti dá almoço, tu dorme lá. Elas colocam colchão pro cara dormir, deitar, relaxar; elas pregam a palavra de Deus, você vai pra sala de vídeo. E tem cara que ainda ‘roba’ as coisas de lá. Eu tô mentindo? A gente passa o dia trabalhando aí quando é de noite tá todo mundo aqui, aí um vai curtir as ondas dele, quando acaba a droga dele, ele vem pra cá beber com nós e bebe, mas também nós fala pra ele: ‘tu passa o dia trabalhando, tu fuma o quê’ [e ele diz] ‘ah, eu fumei um bagulho’.; [dizemos, então] ‘E porque tu não trouxe pelo menos uma cachaça, um corote pra cá, pra curtir, destravar?, mas se tu quer beber, bebe aí’... (Sérgio, PSR, 46 anos, poeta e açougueiro, diálogo gravado em 30/09/2016).

Percebemos mais uma vez pontos de encontros comuns que têm como objetivo imediato a satisfação física, a comida. Notamos recorrência na fala de Sérgio, pois outro interlocutor (Jackson) já havia relatado as benesses ofertadas pelas instituições religiosas. Para além da busca pelo bem-estar físico, nesse trajeto da rua Guilherme Moreira e imediações há grande concentração de usuários de drogas, álcool e prostituição. De alguma forma, essas práticas aproximam encontros furtivos e lazeres no centro da cidade. Nosso interlocutor resume em uma frase a vida na rua: “já basta a vida que a gente vevi de mentira, que é isso aqui, bebida e droga” (Breno, 46 anos, PSR).

Depois de falar, Passarinho pediu dinheiro para todos no intuito de comprar mais cachaça (goró), e como eu estava na roda de conversa também cooperei. Brigaram para decidir quem iria comprar a bebida, pois percebemos que não havia confiança em deixá-lo ir sozinho com o dinheiro. A bebida alcoólica é a droga mais consumida devido a facilidade de aquisição, como relata o Sr. Ramiro:

A bebida é a pior droga que tem e é liberada, qualquer um compra. Até uma criança se você mandar ‘minha filha vai ali comprar um cigarro’, ela vai lá e compra e eles vendem. A criança compra (Adriano Ramiro de Souza, 63 anos, topógrafo, 2016).

Quando eu estava me despedindo do grupo, já passava das 23h00min, e novamente Breno (46 anos, PSR) falou: “a hora que você quiser ir embora, pode ficar a vontade, passou a noite quase toda com nós”.



Figura 28. Selfie consentido pelas PSR no “Escritório”. Rua Guilherme Moreira, Centro de Manaus.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.

As PSR relataram que ninguém amanhece na Rua Guilherme Moreira, porque quando o relógio marca 03h30min da manhã os garis fazem a limpeza do local. Nesse horário, algumas PSR já se encaminham para a “batalha” na área do porto. Perguntamos

onde eles ficam durante o dia. Responderam que durante o dia trabalham fazendo carreto, vigiando carro, descarregando contêiner, limpando cebola, revisando tomate e montando sacolão, entre demais ocupações. Eles ressaltaram que só a partir das 18h se reúnem na Rua Guilherme Moreira, pois este é o horário que as lojas estão fechando. A apropriação temporária do espaço público e/ou privado funciona nos horários de pouco ou nenhum movimento no centro da cidade.

Os trajetos podem estabelecer melhor os contra-usos dados a espaços públicos, reduzindo, ampliando ou reordenando lógicas interativas a partir de apropriações. Rogério Proença Leite (2002) vai chamar esses percursos temporais dos destituídos de poder de “trajetórias táticas”, ou seja, de lugares que não lhes são “próprios”, que subvertem sentidos por não serem coerentes com esses espaços (LEITE, 2002, p. 122).

O conceito de trajeto tende a englobar noções de elo interpessoal. Elo, nesse âmbito, trata-se de uma ligação afetiva entre pessoa e ambiente gerando relativo bem-estar, assim como topofobia, espaços que geram medo (TUAN, 2012). A expressão “lugar-mundo-vivido”, analisada pela fenomenologia, tem levado ao estudo de relações afetivas estabelecidas em determinados espaços (ID., *op. cit.*). Todo o conhecimento adquirido, porquanto, advém de experiências sociais juntamente com as adquiridas nos ambientes onde vivemos. Exemplos de elos são os pontos de pernoite. Trajetos percorridos entre ruas, vielas, becos e alamedas do centro conformam e marcam conjuntos de pontos que, unidos, cristalizam redes de trajetos. De modo que os trajetos representam cadeias de pontos interligados, ambientações que se movem e reestruturam ao sabor de digressões das PSR. Por onde se faz um trajeto, se molda um lugar; por onde uma PSR se fixa dentro da rede, ali se marca um ponto. E daí segue até o instante em que vários pontos estruturam toda uma cadeia lógica de afetividades, sensações, pertencimentos e domínios.

Estar na rua é um pressuposto para se fazer parte de um trajeto que pode envolver várias características: ter trajetos regulares, saber a peculiaridade de cada local, conhecer horários e dias propícios para ganhos, estar atualizado com acontecimentos da “sua” área, estabelecer zonas de conforto, formar rede de relações e construir simbolicamente um lugar no mundo vivido. Assim, pensar em trajetos de rua é projetar lugares onde se estabelecem afinidades e atitudes entre frequentadores. As pessoas mais “chegadas” são as que estão credenciadas a participar do trajeto, as que estabelecem espaços de sociabilidade de outra

ordem, que criam outros laços e marcam diferenças e semelhanças. Magnani (2003) sugere a conotação de redes de relações sociais criadas em uma paisagem aparentemente sem sentido ou tidas apenas como chaves da pobreza e da exclusão.

Um propenso trajeto maior⁴⁵ do centro pode conter outros trajetos menores ou subtrajetos que concorrem para dentro ou fora do grande trajeto. Suas andanças podem abranger dimensões marcadas pela presença das PSR nesses pontos. Pensamos que o estabelecimento de andanças esporádicas e irregulares nos trajetos do centro talvez seria uma forma de demarcar territórios, estabelecendo dessa maneira domínios simbólicos. Essas caracterizações apresentam lógicas próprias, diversificando-se ou reproduzindo-se dentro de espaços simbólicos que guardam significados intrínsecos para as PSR. Todavia, os trajetos em geral são marcados pelo estabelecimento de regularidades de trocas simbólicas, que concorrem para o pertencimento dentro de cada trajeto em si mesmo. E tentar ser visto e percebido com regularidade em um local significa tentar estabelecer um trajeto de relações estáveis, almejando de alguma forma construir relações de pertencimento em locais transitados, dando aspecto integrador dentro da extensão vivida (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 2001). Relacionado a isso, Monteiro (2011) caracteriza o andar ou o perambular como a atividade mais importante das pessoas em situação de rua. Para a autora, as PSR não passam tempo demais fixadas em um mesmo lugar porque, em geral, são impelidos a exercitarem uma capacidade motora para perfazer trajetos itinerantes cotidianamente. A mobilidade é gerada por conflitos, dissidências, uniões, reconformações e disputas interpessoais com demais PSR.

Nos estudos de Hall (1986) uma das preocupações do autor se refere ao espaço, tomando a contento como cada ser humano o percebe e se apropria dele, partilhando-o de várias maneiras. Qual o espaço que nos aproxima e qual nos repele nas relações humanas? A resposta para esse questionamento está no título do livro de Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta*. Só ela, essa dimensão, tem a capacidade de tornar possíveis nossos afetos e relações humanas. O autor usa o termo *proxémia*⁴⁶ para descrever observações, teorias e suas

⁴⁵ Verificar figura 29, mapa dos trajetos percorridos pelas PSR do Centro de Manaus.

⁴⁶ Proxémia - Conjunto de observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico. Esta pode ser dividida em três níveis, o infracultural (comportamento enraizado no passado biológico do homem), o pré-cultural (fisiológico / pertence ao presente) e o micro-cultural (onde se situam a maioria das observações proxémicas). Conferir em HALL, Edward T. - *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio D'Água, 1986.

relações no emprego dos espaços pelo homem. Ressalta ainda no seu estudo as distâncias ocultas entre pessoas e o espaço, advertindo também para a divisão do espaço de acordo com a proximidade, ou seja, espaço íntimo; espaço social; espaço pessoal; espaço público. Na perspectiva de relações entre as PSR e os espaços que habitam, vejamos o caso a seguir:

Caso já citado é o do senhor Benedito⁴⁷, que estabeleceu como *locus* existencial e espaço de morada o corredor de paradas de ônibus da Praça da Matriz, ao lado do porto fluvial do centro de Manaus. Lá conhece pessoas e é conhecido. Um simples perambular exploratório pela cidade revela a criação de um cotidiano próprio, a propiciar condições de encontrar no público elementos familiares ao privado. No seu perambular nas plataformas de ônibus, consegue manter relações sociais, tecer amizades, coleguismos que lhe aproximam de dinâmicas da cidade como participante ativo do cotidiano das pessoas que estão de passagem ou trabalham nas plataformas. Seu aspecto não causa medo: é homem magro, barbudo e anda com dificuldade por conta de enfermidades no pé. Estabelece-se nas cercanias da Igreja da Matriz (entorno do porto) ou mesmo em bancos das paradas de ônibus, onde com seu papelão faz cama e dorme. Aproxima-se, logo cedo, de bancas de café da manhã. Geralmente nem precisa pedir, fica por perto até o dono dar-lhe algo para comer. Acompanha a chegada de cada vendedor ambulante que se instala nas plataformas com seus utensílios de trabalho. Conhece quase todos pelo nome ou apelido, conversa com alguns e senta por perto para diálogos informais. Ouve as primeiras notícias pelos rádios ou TVs instaladas nas bancas de bombons, ganha mais uns goles de café preto, ouve e faz comentários sobre futebol, violência e política e continua as andanças. Benedito dorme e acorda com o movimento da cidade, observa e é observado, trava relações com comerciantes e transeuntes. Essa pessoa se recusa a ficar nos centros de acolhimento público, preferindo a rua, pois é nela que encontra seu lugar social, e nesse lugar pode lhe conferir certo grau de pertencimento. Por causa desse trajeto rotineiro, onde está constantemente, já é conhecido e reconhecido como integrante da paisagem urbana, sendo cumprimentado pelos frequentadores e comerciantes da área.

Benedito possui um trajeto de domínio. A exemplo de seu caminho, os trajetos se formam e se mostram ligados à inserção das PSR em grupos territoriais que tendem a

⁴⁷ Os nomes serão modificados para preservar a identidade dos interlocutores.

agregar laços relacionais, sobretudo para a autoproteção e a partilha. Esses grupos projetam a ideia de familiaridade aos seus membros, transmitindo, de alguma forma, sentimentos de segurança que tendem a se aproximar da proteção de um lar, sem, contudo, corroborar com aspectos moralizantes e normativos. A concentração de pessoas que se observa em um trajeto sugere a manutenção da unidade grupal, pois há a circulação de entes e coisas, as distribuições e trocas recíprocas. São especialmente nos trajetos que se estruturam vivências sociais, como se os membros deles quisessem voluntária ou involuntariamente constituir uma comunidade imaginária e estreitar laços. As práticas que se desenvolvem nesses trajetos constituem a ressignificação da existência na rua, dado que conferem grau de pertencimento de grupos heterogêneos ao espaço público e ao grupo frequentador desse espaço (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 1988). Nos trajetos, as PSR encaram todos os dias rejeições e estigmas, fazendo ligação direta com o desvio das obrigações que o mundo globalizado pode impor. As práticas que se desenvolvem nesses trajetos constituem-se enquanto ressignificações da existência na rua, dado que conferem grau de pertencimento ao espaço público e a grupos frequentadores dos espaços, conferindo-lhes aparência de trajeto marginal (XIBERRAS, 1993; GOFFMAN, 1988; GIDDENS, 2000).

Amizade, lazer, alimentação, sexo, bebida, jogos, higiene, segurança, ganhos, perdas e roubos são algumas práticas exercitadas ao longo dos trajetos. São práticas sociais que fazem parte da experiência na esfera da vivência na rua; práticas que são elementos formadores e transformadores da vida de quem vive na rua, abrangendo conflitos e negociações. De alguma forma e em algum momento no trânsito do percurso, as PSR se deparam com práticas que fogem à vontade particular, tidas como práticas do grupo. A princípio, tornam-se visíveis entre si as pessoas membros dos trajetos, tecendo suas próprias identidades. As PSR tentam de alguma forma contradizer estigmatizações e exclusões, marcadamente assinaladas por exploração e dominação verticalizante da sociedade capitalista. A partir dos conflitos e assimilações que constituem o perímetro físico e simbólico percorrido, admite-se para si e para os outros os recortes da dimensão da cidade, transparecendo o estigma calçado no esquema mental que reproduz as mazelas do capital, em que as contradições minam as pessoas com mecanismos de “culpabilização”, que funcionam como legitimação ideológica (GUARESCHI, 1996, 1999). Os trajetos constituem o próprio universo relacional das pessoas marginalizadas e economicamente

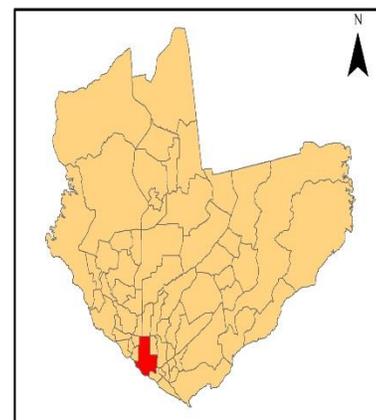
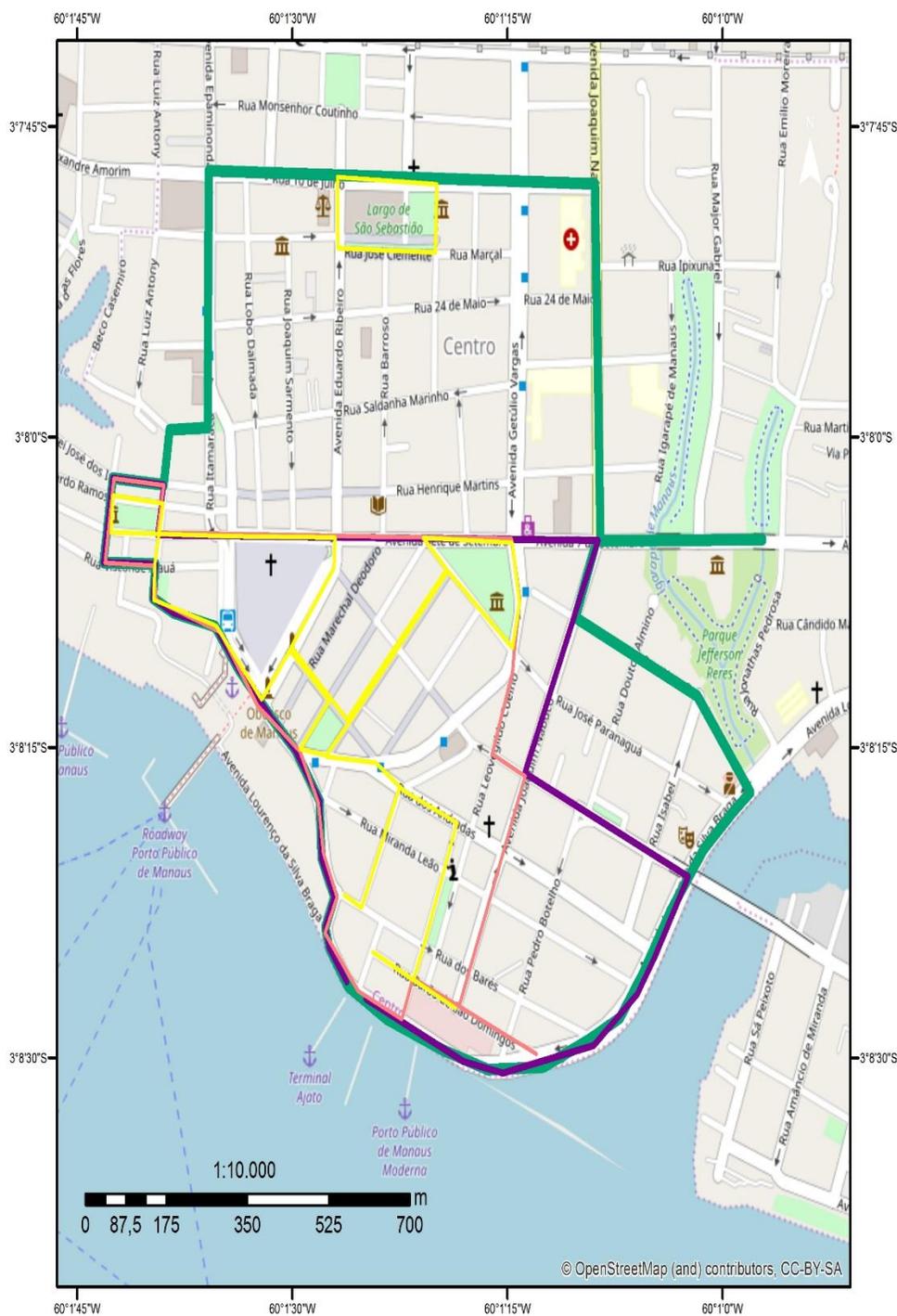
excluídas como forma de praticar a cidade. Distintos campos relacionam-se entre si, formando espaços sociais que em conjuntos específicos constituem dinâmica própria criada e transformada constantemente pela ação de indivíduos. Entendemos esse microcosmo social autônomo que influencia e é influenciado por outros lugares, ou seja, o campo relacional constitui espaço social que está em constante movimento e busca de afinidade. Nesse campo, vai se construindo um relacionamento possível. As pessoas vão se aproximando e se reconhecendo. Quase nada de forma harmônica, e há constantes embates, posicionamentos divergentes, disputas, articulações, domínios. Há um campo de medição de forças, lutas que pretendem conservar ou alterar esse campo de força. Ou seja, há um jogo de força e há enfrentamentos, mas também existem certos equilíbrios (BOURDIEU, 2004).

Tentando compreender as PSR, suas narrativas nos levam a crer que viver na rua constitui um grande aprendizado. A rua jamais dá aquilo que promete. A fuga para a rua compõe uma busca de liberdade e paz, entretanto a dura realidade que se impõe parece ser o vazio e o medo. Ao praticar a cidade, não conseguem descrever ou quantificar a falta de um lar. O silêncio e a solidão que por vezes ecoa nas ruas causa bastante sofrimento. Deste modo, é preciso navegar no próprio drama ou na própria comédia para encontrar o melhor e o pior de si mesmo. A rua os mantém sobre suas regras, muitas delas insuportáveis, deixando-os perturbados nos trajetos escolhidos para seguir.

2.2. Os trajetos do centro: O Grande Trajeto

A proposta do tópico foi descrever trajetos localizados no centro da cidade de Manaus a partir de um croqui original (figura 29), mediante o qual se destacou quantitativamente e qualitativamente conjuntos de pontos que formam tais trajetos específicos. A partir dessa delimitação, em que foram assinalados três trajetos específicos, buscamos apontar inferências, por classes de sentidos, que os caracterizassem. Assim como arriscamos fazer a cartografia para tentar compreender melhor a mobilidade no espaço estudado. Importa salientar que o recorte se deu de forma analítica, mediada de modo específico por um mapa do tipo croqui, do centro da cidade, segundo recorte da parte central de Manaus. Várias partes inclusive se sobrepõem, completam-se na geografia do centro. Foram delimitados a princípio três trajetos principais. O primeiro, o “grande

trajeto”; o segundo, o “médio trajeto”; e o terceiro, o “pequeno trajeto” – sendo este composto por multiespaços interligados ou micro trajetos ligados em rede que se conectam, se relacionam a partir das trocas de experiências das PSR que os ocupam.



Trajeto percorridos em campo

- Micro Trajeto
- Pequeno Trajeto
- Medio Trajeto
- Grande Trajeto

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento -
 LABCARGE/UFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 29. No mapa o grande trajeto na cor verde sublinha área de perambulação dos PSR no Centro de Manaus.

Delimitou-se o começo do grande trajeto a partir da cabeceira do Terminal de Integração (T.01), entre a Av. Constantino Nery e as ruas Leonardo Malcher e Luís Antony. Embora o grande trajeto possa se estender mais além, por exemplo, até o Boulevard Álvaro Maia, onde existe um grande viaduto (passagem de nível) e o cemitério São João Batista, há locais escolhidos especificamente por algumas PSR para se abrigarem. A confluência dessas duas avenidas agrega concentrações de PSR, principalmente no final da tarde. Por lá, passam pessoas que vão para a Igreja Nossa Senhora de Aparecida. Há presença constante de pessoas em situação de rua nessa redondeza por causa do movimento rotativo no terminal de ônibus da Av. Constantino Nery, no caminho da igreja (bairro Nossa Senhora de Aparecida) e no mercado municipal senador Cunha Mello (Av. Constantino Nery), além de um hotel de trânsito (Hotel Mônaco), um supermercado popular e bancas de churrasquinho (churrasco-de-gato). Percebe-se, nesse ponto, um ótimo local de comércio, alimentação e diversão.

A escolha em se delimitar o grande trajeto ocorreu em razão de abranger as principais ruas e avenida por onde geralmente circulam PSR, representando o mapa de quase todo o centro de Manaus e suas imediações. Para abarcar especificidades do grande trajeto, foi necessário trabalhar estruturas do urbano a fim de se requerer uma visão para além da estrutura do visível. O que se perscrutou foi atingir estruturas sociais e mentais de pessoas que, por causa do isolamento ante a sociedade formal, encontram-se relegadas a outro plano, supostamente menos digno, supostamente menos humano no uso dos espaços do centro da cidade. Os trajetos configuram não apenas caminhos materialistas de apego a lugares, objetos (no sentido de obter ganhos), mas também fazem parte de realidades diretamente ligadas ao sensível. Não podemos desligar essa característica importante que é o sentimento, pois se estaria coisificando pessoas que vivem no centro da cidade ao nível de meros objetos urbanos.

Objetivou-se observar ao longo do trajeto o entrecruzamento material e espiritual, interligado em função de substratos ao longo dos rumos tomados pelas pessoas no centro da cidade. E justamente no decorrer das direções que moldam o trajeto há praças, casas abandonadas, terrenos baldios, monumentos públicos e áreas privadas que podem servir para descanso momentâneo ou estadia por algum tempo. A cada ano, a população moradora do centro da cidade – os residentes locais, melhor especificando – vem decrescendo devido

a reconstrução dos espaços de moradia e por conta da criação de novas formas de comunidades atrativas, como os condomínios fechados, com suas estruturas de lazer e segurança. A região do centro, que outrora se configurava como ícone de luxo e progresso, com casarões e palacetes imponentes a espelhar a época áurea da borracha, atualmente apresenta outra lógica, menos glamorosa.

Sobrepostos aos lugares comunais existem outros lugares, diferentes dos que se vive e vivencia. Estamos falando da heterotopia⁴⁸ (FOUCAULT, 2003b), que os identifica como lugares de contestação mítica do espaço onde se vive, similarmente ao que ocorre no âmbito das heterotopias, as quais são formas variadas de vermos um lugar. Assim sendo, os trajetos podem conter essas variações sobrepostas de grupos, culturas e espaços. O termo heterotopia foi destacado em tópicos anteriores, concernente à ideia de que lugares podem se opor ou complementar, compondo a dialética de espaços dominados e apropriados (LEFEBVRE, 2001). Sobre o grande trajeto, apresenta-se integrado a outros trajetos menores, articulando espaços em comum, refletindo e sendo reflexo de demais trajetos, não podendo dissociar o todo e as partes que o integram. O grande trajeto funciona em conexão direta, como o corpo humano e seus órgãos vitais: embora interligado, cada um constitui sistema próprio. O sistema do grande trajeto se configura enquanto apropriação em todos os âmbitos dos territórios e passa a constituir a territorialidade, ligada a ritmos, temporalidades, hegemonias, relações superpostas, mudanças e permanências, ou seja, o território não é apenas um espaço físico, mas a relação prático-sensível e identitária (SAQUET, 2007, 2011).

O grande trajeto oferece oportunidades de ganho porque tem mais movimento de transeuntes, dispostos a receber gratuitamente, barganhar, vender ou comprar coisas. Dependendo da bondade de estranhos ou da criatividade para a realização de negócios informais (bicos), as PSR podem conseguir com menos dificuldade alimentação ou dinheiro. Apesar dessa tipologia de atividade, o ato de pedir ou “manguear” esmola é um dos principais meios de se manter a sobrevivência. Nesse território, configura-se como dominial e afetivo na medida em que as PSR se apropriam de forma simbólica dos espaços, conferindo poder sobre o trajeto. Espaço de poder é também espaço de disputas, cooperação e conflitos constantes. Na rua, desafios a enfrentar existem a partir do instante

⁴⁸ A heterotopia estuda a heterotopia. Portanto, são conceitos imbricados e correlatos.

em que não se sabe qual será a próxima refeição ou o próximo local para dormir; desafio é manter-se vivo, lúcido e sóbrio. Não há zona de conforto, são trajetos dentro de outros trajetos que, ao se entrecruzarem, se repelem, aglutinam e fazem sentido numa dialética própria.

O grande trajeto é consolidado em razão de apropriação geográfica de pessoas invisíveis, que buscam decompor nesse espaço da cidade seus espaços de convivência, subjetividade e formação de identidade. Trajetos existem embaixo do tecido urbano, se movem e compõem temporalmente. No grande trajeto, não há pressa para quem tem todo o tempo do mundo. É um trajeto a ser percorrido a qualquer tempo. Não há definição de horário, seja marcado para início ou fim. Estar na rua é ter muito tempo livre para percorrer o espaço-tempo na metrópole (CARLOS, 2001). A autora sugere que “a reprodução de relações materializa-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade” (ID., *op. cit.*, p. 41). Desse modo, os trajetos estão diretamente ligados à dinâmica da vida das PSR, condicionando suas vivências materiais e espirituais a relações estabelecidas ao longo da caminhada nos trajetos, e nessa medida esses lugares da vida constituirão uma identidade habitante-lugar (IB., *op. cit.*). A autora fala da criação de uma trama de relações com uma trama de lugares, onde se formam redes articuladas que podem se ligar a práticas socioespaciais. Portanto, os trajetos como produção e delimitação espacial indicam constituição prática do espaço na construção de relações sociais de pessoas que parecem viver como errantes baldios.

A intenção de usar o termo “baldios” aqui nunca será de forma pejorativa, queremos apenas aproximar-nos antropologicamente do estudo etnográfico das PSR e seus *modus operandi*. Os errantes baldios do centro de Manaus são, via de regra, PSR que por vários motivos adotam a rua como lar e vão ficando por ali, largados, talvez deixados de lado pelo egoísmo de uma sociedade que desistiu deles, como eles próprios talvez o fizeram.

Nessa mesma direção, o trajeto maior denota constituição socioespacial dos espaços vividos pelas PSR. E para se compreender melhor essas pessoas há que se entender os espaços habitados por elas, constituindo reflexões sobre a relação pessoa-ambiente. Utilizando essa perspectiva, o espaço pode ser encarado como *locus* da experiência humana no mundo que as cerca, visto que suas referências, atitudes e valores advêm dos seus trajetos (TUAN, 2012). O que se tenta estabelecer é uma relação holística da interação

pessoa-ambiente, almejando-se descrever até que ponto o grande trajeto funciona como um conjunto de caminhos onde a vida se concretiza. As PSR que transitam no grande trajeto sabem que às 17h30 o vendedor de churrasco começa a assar sua carne; que às 18h começa a missa na igreja Nossa Senhora de Aparecida; e que às 22h a ronda policial se torna ostensiva, portanto é estratégico está no local certo, na hora propícia. Seu cotidiano, deste modo, conecta-se às dinâmicas do trajeto. Algumas dessas dinâmicas são incorporadas no que segue.

Descendo a Rua Luiz Antony, nas imediações do Colégio Militar de Manaus e Rua Epaminondas, notam-se corredores de ônibus, aglomeração de pessoas, lanchonetes, vendedores ambulantes, bares e lojas. Tudo é propício para se pedir (manguear), mendigar, furtar, beber. São espaços passíveis a usos e apropriações. Descendo um pouco mais a Rua Luiz Antony temos a rua Gov. Vitória, esquina com a Rua Bernardo Ramos e a Praça Pedro II, onde está o prédio da antiga prefeitura e hoje funciona um museu. A praça é arborizada, composta por jardins, banco de madeira e um coreto, onde se conserva a arquitetura de outras épocas. É um lugar um pouco mais tranquilo em relação às outras partes do grande trajeto. Na Praça Pedro II, convive PSR, prostitutas, michês, “aviões” (passadores de droga), guardadores de carro e transeuntes frequentadores da praça, que funciona como um importante ponto de incidência dos quatro trajetos. Muito tranquila, atrai frequentadores interessados em sexo. São zonas de baixo meretrício, ponto tradicional de putas mais velhas, atendentes de clientes que vêm do interior receber aposentadorias. Por esse motivo, a praça recebeu o apelido de “praça do pau-mole”. No intervalo de um programa e outro, pode-se observar as mulheres fazendo manicure e pedicure, disfarce conveniente para a não identificação, e do outro lado da rua os homens bebendo.

Nesse local, encontra-se o prédio do INSS. Imponente, atrai também funcionários e promove serviços para a sociedade em geral. Proporcionando clientes para os guardadores e lavadores de carro, bancas de jornal e bombons. Na esquina da rua Gov. Vitorino com a Av. Sete de Setembro, em frente ao prédio do INSS, encontram-se vários bares e restaurantes, conhecidos pela péssima reputação, apelidados de “inferninhos”, e um dos mais famosos é o Mangueirão, nome dado porque fica entre duas enormes mangueiras. Nesses locais, há mesas de sinuca, comida barata (PF, prato feito), bebidas de várias marcas e preços e frequentadores oriundos da Praça Pedro II, na maioria. Consideramos essa praça

e seu entorno como local de pouso, posto que apresentam várias estruturas que possibilitam abrigo momentâneo. O coreto dela funciona, principalmente à noite, como ponto de descanso, assim como as imediações, as marquises da antiga prefeitura, do prédio do INSS, das casas abandonadas e do antigo museu do porto.



Figura 30. Paço da liberdade (Praça Pedro II); Centro de Manaus. Google Earth/Maps, 2016.

Ao se cruzarem nesse ponto, os quatro trajetos se articulam não apenas pelo uso comum do espaço, mas também ganham potencialmente significado real para a vida das PSR que transitam nas diferentes trajetórias. O próprio ato de transitar, dentro de uma economia do caminho percorrido, está por si mesma corpórea, física, mas ao mesmo tempo mental, psiquicamente. Desse modo, promove contato com lugares que dizem respeito a cotidianos habituais, conhecidos das pessoas em situação de rua, dando sentido à vida que levam. O grande trajeto, nesse sentido, pode representar um mundo particular dentro do mundo coletivo do centro da cidade, correspondendo em verdade a um mundo individual que existe aos PSR desse trajeto e não exatamente a outras pessoas. As possibilidades das PSR que caminham pelo grande trajeto estão direcionadas a apreensão de atos múltiplos. Tornando-se espaço para práticas cotidianas de sobrevivência, onde se consegue deslocar para realizar “afazeres” habituais, estabelecendo-se uma identidade pessoa-lugar e pessoa-pessoa. Percebe-se nessa estreita ligação do lugar com a experiência do vivido, ou seja, com a relação humana que existe para lhe conferir particularidade especial em experiências sensoriais e motoras. Por aproximação, há uma transposição do geral para o particular

quando partimos para a conceituação de lugar pelo viés subjetivo e cotidiano. A rua como lugar de sensibilidade tende a projetar laços de familiaridade, promovendo, grosso modo, a rua como um lar. Para além do exposto, o lugar constitui relação íntima da pessoa com o ambiente em que se vive, ou seja, as pessoas se apegam ao ambiente em que vivem e criam experiências íntimas, difíceis de expressar, coexistindo e compartilhando significados do lugar onde estão. A esse respeito, o termo “topofilia” e “topofobia”, respectivamente, de alguma forma apresentam tipos de sentimentos positivos ou negativos sobre o lugar, expondo os conflitos e as experiências boas e más sobre o lugar (TUAN, 2012; SANTOS, 1998, 2012). Entendemos nas nossas andanças pelo centro que são as pessoas que fazem o lugar, por vezes um lugar pequeno e vulnerável, feito e significado como um mundo reservado, como abrigo construído improvisadamente na rua. Podem-se considerar alguns logradouros públicos como locais banais, mas para as PSR que os vivenciam existem marcas afetivas a identificá-los como hábitat de estabelecimento de laços sentimentais, de pertencimento, marcados por usos territoriais e comunais, crivados por relações de domínio, construindo sentidos para os territórios (HAESBAERT, 2004; SOJA, 1993).

Deslocando-se um pouco mais, por entre as ruas Monteiro de Souza, Visconde de Mauá, Gov. Vitória, além da Travessa Vivaldo Lima e das ruas Taqueirinha e Tamandaré, percebem-se pontos de lazer. Há boates, bares e, nas imediações, de forma articulada, pousadas de curta duração (motéis), onde também são consumados programas de michês e prostitutas da área. As atividades se intensificam à noite. Estivadores, tripulantes de barcos ancorados nos portos próximos, vendedores ambulantes e PSR se concentram em busca de diversão. Casas de show badaladas são: o bar do Gilberto, o Aquarela’s bar e o Natureza Show Club. Quando há show de *strip-tease* ou música ao vivo, é cobrada entrada. Os seguranças da casa não permitem a entrada de mendigos ou pessoas porres. As brigas dentro e fora são constantes, pelos mais variados motivos. Para alguns, a festa acontece do lado de fora mesmo: precisa-se apenas de limão, sal e cachaça barata, vendida em garrafa de plástico – que por causa do formato recebe o nome de “granada” ou “buchudinha” no centro. Algumas PSR bebem restos de cerveja, fumam ponta de cigarro jogadas no chão e comem sobra de “churrasquinho-de-gato”; outras gastam o que arrecadaram no dia, pedindo, trabalhando ou roubando, pagando garotas ou garotos de programa da área. Os errantes baldios que transitam pelo grande trajeto não vivem indiferentes à cidade. Pelo

contrário, elas articulam suas trajetórias em função da soma de desejos e necessidades, dando sentido as suas vivências. A figura abaixo mostra alguns bares e “inferninhos” geograficamente paralelos à praça da matriz. O destacado é muito frequentado nos fins de tarde e até o amanhecer do dia por pessoas que trabalham e vivem na região.



Figura 31. Fachada de duas casas de programa, ambas destacadas em descrição do grande trajeto. Fonte Google/Earth, 2016.

Todo esse percurso do grande trajeto, para ser melhor percebido, requer observação minuciosa, e para isso se faz necessário apurar sentidos e percepções coletivas, aprofundar investigação sobre normas de conduta das PSR. No estudo etnográfico tem importância fundamental entender hábitos e costumes, ao que optamos por designar como *ethos* conjuntural, o que equivale expor o conjunto de práticas que caracterizam a identidade social de um grupo (BOURDIEU, 1998b). São, por exemplo, donos do seu discurso, tendo papel ativo na condução de seu destino dentro do grupo de PSR, podem de forma quase democrática praticar seu modo de ser, sua conduta moral e discursividade. Segundo essa linha, as PSR vagueiam escolhendo seu próprio caminho, tentando sentir a cidade, tateando-a palmo a palmo, como o *flanêur*, fazendo leituras físicas e psíquicas das pessoas e das coisas. Conhecer uma cidade é percorrê-la a pé, senti-la em cores, odores e sons, apalpá-la, caminhando nas ruas, becos e vielas, observando padrões físicos e mentais, investigando detalhes e similitudes a partir de trajetos percorridos, em uma busca referencial acerca de particularidades que integrem o todo. O caminhar solitário pelos

trajetos foi uma forma nossa, realista, de explorar e aferir percepções do espaço transitado. Observar mais de perto o grande trajeto possibilitou conhecer de forma densa o tecido social das PSR no centro de Manaus.

A partir desse trabalho de campo, interessou sublinhar que o grande trajeto apresenta variações aquém e além de limites propostos por nós no croqui (figura 29), não apresentando fixidez. Notou-se que indivíduos integrantes dele o elaboram subjetivamente, mediante noções abstratas, podendo alterá-lo de forma imprevisível e a afirmativa exemplifica-se, inicialmente, em razão de uma questão fluxo-temporal, ou seja, relacionada ao percurso e ao tempo para se ir do início ao fim do trajeto. O grande trajeto forma um anel viário para ônibus e carros que transitam no centro. O fluxo movimentado do grande trajeto atrai PSR para suas atividades de ganho e sociabilidade, mesmo em meio à situação caótica do centro de Manaus. Vale destacar que o grande trajeto envolve a geografia física de quase todo o centro, possibilitando percursos longos, muitas vezes cansativos quando andados a pé. Quando falamos em rapidez, estamos querendo nos referir ao trânsito intenso de veículos e pessoas em poucas vias principais de acesso ao porto, mercado e feira. Além do mais, os pontos de ganho, descanso e lazer do grande trajeto são distantes uns dos outros, obrigando a grandes e rápidas caminhadas por conta do intenso clima amazônico. Apesar de ser longo, o grande trajeto imprime rapidez para acompanhantes do ritmo cotidiano impresso às principais artérias que formam sua malha viária. Surgem estruturas improvisadas que se adaptam a necessidades imediatas do vai-e-vem de transeuntes, pessoas que andam rápido, não tem tempo a perder e imprimem velocidade ao grande trajeto. As pessoas que percorrem o grande trajeto, no centro, ditam o ritmo da metrópole, fomentam velocidade nos seus afazeres, dado que na modernidade não se desperdiça tempo.

Simmel (1998) entende a modernidade através de dois principais símbolos – o dinheiro e a metrópole. O dinheiro é, para Simmel, o herói/vilão da modernidade. As relações se transformam em números, mas também em liberdade de ação na medida em que o dinheiro de forma universal emancipa algumas dependências específicas que aconteciam no passado. Em alguns pontos, há a emancipação nas ações hierárquicas de poder, outrora rígidas e imutáveis, onde era difícil a mobilidade social, e hoje o dinheiro modificou tudo isso. Como vivemos em uma sociedade capitalista, grande parte das

relações são mediadas pelo dinheiro, que alargou a autonomia e a independência das pessoas. No entanto, quem não possui recurso financeiro pode ser visto de outra forma, como é o caso das pessoas estudadas no nosso trabalho. Dessa maneira, o dinheiro cria laços de interesse entre quem o tem e quem o procura ter, desprendendo-se dos despossuídos. Assim o dinheiro possibilita entendimento imediato, contribuindo decisivamente para a ideia de igualdade, gerando a possibilidade de o homem ser universal, posto que a monetarização nos uniu em esfera global. Portanto, o dinheiro como herói e vilão faz parte da face da mesma moeda, possibilitando a riqueza e a pobreza (SIMMEL, 1983).

Prosseguindo na perspectiva do dinheiro, exploramos as ruas do centro financeiro de Manaus. Na Avenida Marquês de Santa Cruz, parte que liga o Porto de Manaus ao Mercado Municipal e Feira Manaus Moderna, está disposto na calçada uma variedade imensa de produtos para transeuntes. Como é passagem obrigatória ao embarque e desembarque de pessoas para o interior do Estado e outros Estados, o trânsito é intenso, rápido e tumultuado. Nesse trajeto, localizam-se a venda de comidas (geralmente prato feito), estivas, bebidas, ferramentas, utensílios domésticos, apetrechos de pesca, materiais para agricultura e caça, redes e cordas, além de todos os tipos de miudezas. Nesse mesmo local, são oferecidos serviços, como salões de beleza armados nas calçadas ou mesmo no meio da rua, compostos apenas de banquinho, espelho e tesoura ou máquina elétrica de cortar cabelo ou fazer a barba. Nessas zonas improvisadas, o cartão de visita é o preço e a rapidez do serviço; é a lanchonete improvisada no meio da rua, o vendedor ambulante de salgado, café, suco ou picolé. A região se constitui como polo de atração de gente porque tem movimento próprio, vida autônoma, em uma conjuntura capturada exatamente pela característica essencial do grande trajeto, a de ser um trajeto que agrega uma “confluência dos trajetos”. Por essa questão, composições referenciais a espaços de lazer, trabalho e ócio, exemplificados em libertinagem, furtos e jogatinas, apresentam-se com objetividades e subjetividades nessa área da cidade.

Ainda na orla da cidade, entre os igarapés do bairro de Educandos e São Raimundo, banhada pelo Rio Negro fica a Avenida Manaus Moderna, que divide sua extensão com outro nome oficial, o de Avenida Lourenço da Silva Braga. A Avenida Manaus Moderna não faz jus ao nome, ao contrário, nos lembra os beiradões da Amazônia profunda. Vários

governos prometeram melhorias que não vieram de forma objetiva a modernizar o espaço. Trânsito caótico, estrutura urbana deficiente, insegurança, as escadarias que dão acesso as embarcações estão há anos sem reforma. Na descida ao porto, há escadas enferrujadas, faltando degraus, sem corrimão, estruturas que põe em risco as pessoas que frequentam o local. Ou seja, são locais degradados que fazem parte do cotidiano da população em geral e em especial das PSR.

Possivelmente o que possa distinguir as PSR do centro de Manaus em relação às PSR de outras capitais do país esteja ligado diretamente a características regionais às quais têm ligação direta com os rios. As especificidades de Manaus, devido a distância que tem com as outras capitais, lhe proporciona características únicas. Pode ser que o rio não comande integralmente a vida, como pensava Tocantins (1973), mas certamente influencia de modo especial as pessoas do bioma. E ademais, apesar da categoria ‘caboclo’ estar carregada de simbolismo e preconceito, sendo evitada por alguns pesquisadores atualmente na academia, colocamos a figura do ‘caboclo’ como uma forma de diferenciação regionalista. Desse modo, ligada parcialmente a elementos geográficos, a figura das PSR, também como caboclos da região está associada diretamente ao trabalho. Nota-se que a lógica do trabalho muda com o regime das águas. Na época das cheias, geralmente nos meses de janeiro a junho no Amazonas, há aumento significativo do trabalho, conforme informações colhidas em trabalho de campo. Nos relatos, nossos interlocutores falam das festas de fim de ano (Natal e Ano Novo); do Festival Folclórico de Parintins; dos Festejos de Nossa Senhora do Carmo em Parintins; na Ciranda de Manacapuru, do Festival de Música de Itacoatiara, etc. A área do porto representa a maior concentração de atividades comerciais do centro. Há, segundo eles, mais movimento e mais de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias no porto nesses períodos específicos. O movimento se intensifica, proporcionando mais trabalho para quem frequenta a orla da Av. Manaus Moderna. Ampliam-se trabalhos com peixe, no início das cheias. Nessa época, os cardumes estão saindo dos lagos para a piracema e a oferta aumenta para o abastecimento de mercados e feiras da região. Produtos secos e molhados, estivas, principalmente alimentos em conserva, são descarregados do rio para abastecerem a cidade e vice-versa. Já na época da seca, que comumente acontece de julho a dezembro, o trabalho gira em torno, principalmente, de frutas, legumes e verduras.

No início do período da vazante, época em que as águas baixam, deixando o solo mais argiloso, a terra tende a ficar mais fertilizada e as várzeas são cultivadas, proporcionando maior disponibilidade de produtos agrícolas. Queremos esclarecer que a oferta agrícola, extrativismo ou pesca, não se dá de forma rígida, acontecendo em todos os períodos do ano. Há frutas da estação chuvosa, assim como a pesca de algumas espécies se dão com maior intensidade na estação seca, informações comuns para toda a gente que vive no bioma amazônico. Nas figuras a seguir percebemos que em intervalo pequeno, cerca de três meses, a paisagem muda significativamente:



Figura 32. Orla da Av. Manaus Moderna, centro de Manaus, início do período chuvoso (novembro/dezembro). Fonte: Noélio Martins Costa, 2017.



Figura 33. Orla da Av. Manaus Moderna, centro de Manaus, período chuvoso (fevereiro).
Fonte: Noélio Martins Costa, 2018.

Poderíamos nos perguntar o que Manaus tem de semelhante e diferente das demais cidades amazônicas urbanas em relação às PSR. O que podemos notar de semelhante entre as PSR de Manaus e do restante do bioma são as histórias de vida, marcadas por dramas familiares e pauperização. O que difere talvez seja o modo de vida singular com a temporalidade ritmada fortemente pela sazonalidade das águas e o trabalho. Para caracterizar as especificidades da PSR em Manaus, seria necessário trabalhar o termo *identidade regional* e suas ambiguidades, negando ou reafirmando construções esquemáticas, por exemplo, da figura do caboclo ou ribeirinho. Fraxe (2009) nos convida a pensar na confluência de diversos sujeitos que vieram para a Amazônia ante os que aqui habitavam, inaugurando, assim, novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Como as PSR habitam a região, mesmo sendo oriundas de outros lugares, adaptam-se e contribuem para a formação da pessoa amazônica e sua interação com o rio. Uma diferença em relação a outras PSR do restante do bioma, talvez, seria categorizá-las também como PSR ribeirinhas, pois se utilizam sobremaneira de recursos naturais da região. Nas áreas de atracação de embarcações (do antigo *Roadway* até a feira da *PanAir*), por serem áreas circunvizinhas a dois grandes igarapés (Educandos e São

Raimundo) e estarem localizadas à margem do rio Negro, sofrem influência de enchentes e vazantes. Dessa forma, não é possível dissociar as PSR e a sua identificação com o rio. Seria como mais uma das características que os definem como amazônicos, mas não somente e nem isoladamente se faz uma cultura, como poderemos ver a seguir:

Não podemos deixar de considerar que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, estabelecem continuamente relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e urbano. As manifestações culturais e sociais dos moradores da área de estudo expandem-se pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras (FRAXE, 2009, p. 32).

É notório que as mudanças advindas da sazonalidade meteorológica e climatológica de Manaus tem forte relacionamento com a vida das PSR. Principalmente quando se fala em um trabalho informal na área da orla, o que trataremos mais adiante. Na época das cheias, o rio cobre toda a faixa de areia, atingindo, às vezes, de 10 a 12 metros de altura em relação ao nível regular (figuras 32 e 33). Esse período é de maior fartura, principalmente de pescado, alimento mais consumido na região. De acordo com Santana (2006), o fenômeno das cheias proporciona momentaneamente uma realidade de fartura, contribuindo para baratear os preços dos produtos, elevando, conseqüentemente, o consumo. Dessa forma, o homem amazônico desenvolveu habilidades de adaptação a fenômenos que a natureza lhes impõe, tirando proveito de cada situação apresentada.

Na Amazônia, as estações podem ser resumidas em inverno e verão, apesar de o volume de chuvas ser intenso durante o ano todo. O período de dezembro a maio/junho é considerado “estação chuvosa”, ou inverno. No inverno, chove praticamente todos os dias, colaborando para o transbordamento dos rios da região. Com algumas pequenas variações, os outros meses do ano constituem-se na “estação seca”, chamada de verão. Nem por isso, deixam de se observar chuvas torrenciais sob a forma de tempestades rápidas e violentas. Quando as águas baixam, no período da seca, as várzeas proporcionam melhoras para a agricultura.

A orla de Manaus ainda equivale a um enorme beiradão (figura 34), resquício do que constantemente se tentou esconder, mas permanece o que nos resta da cidade ribeirinha de outrora. Há momentos em que a praia aparece (seca), momentos em que a praia desaparece (cheias) e esses são momentos de adaptações também para as PSR.

Conversamos com Ademar, 45 anos, PSR, em 25/09/2016, e o mesmo relatou que era difícil no período da chuva, principalmente para dormir, e disse que na hora da chuva “[...] nós sai correndo, é cada um por si. Ai a gente termina o soninho ali sentado ali com a cachaça aquecendo, se tiver”. Ademar apontou para as marquises dos prédios e casarões antigos, dando a entender que se protegem da chuva abrigando-se temporariamente em baixo de qualquer estrutura onde possam ter segurança.

Outra observação que fiz foi no dia 12/02/2018, ao chegar de Marã, às 4h da manhã. Fiquei esperando o dia amanhecer para embarcarmos em outro motor, rumo a Parintins onde resido. O que causa surpresa é que, nesse horário, a orla da Av. Manaus Moderna está movimentada, mesmo que no momento estivesse uma chuva torrencial atingindo a região. O vai e vem de pessoas desembarcando principalmente peixes e sacos de macaxeira era grande. Sob as costas nuas ou em tabuleiros de madeiras, especialmente preparados para essa finalidade, o trabalho era feito de forma acelerada. Constantemente, entravam carregadores perguntando se eu queria ajuda para levar minha mala. Perguntei a um senhor se eles eram sindicalizados, ele respondeu que os que estavam fardados com o colete amarelo faziam parte de uma associação que havia começado há duas semanas. Indaguei sobre os outros, que estavam trabalhando, e ele respondeu que esses eram avulsos, baldios. Ao observar e conversar com outros carregadores, entendi que há uma categorização inclusive por carga carregada. Por exemplo, os que carregam sacolas e malas dos passageiros dos barcos, geralmente não carregam peixes ou sacos muito pesados. Compreendi que os “avulsos” ou baldios podem ser as PSR que aceitam aquele trabalho que o carregador ou o carreteiro rejeita. Se o trabalhador “oficial” não está disposto, ou está cansado, ou faltou, ou está doente, entra em cena o PSR “avulsos” ou baldios para o substituir. Trabalham descalços, sem nenhum tipo de EPI (equipamento de proteção individual), geralmente procuram um papelão ou um pedaço de pano, dobram, colocam sobre a cabeça para amortecer o peso e carregam pesos descomunais (Figura 03). As especificidades na área do porto são grandes e envolvem as PSR, principalmente quando falamos em trabalhos informais. Os errantes baldios, como já foi falado, trabalham como carregadores, nas brechas deixadas pelos carregadores “profissionais”, preenchendo trabalhos rejeitados pelos últimos. Boa parte faz uso de bebidas alcoólicas, alguns justificam que é para espantar o frio e dar coragem para carregar os enormes volumes.



Figura 34. Orla da Av. Manaus Moderna, centro de Manaus. Fonte: Noélio Martins Costa, 2017.

Continuando nosso trajeto – que se iniciou em páginas anteriores, quando se destacou as ruas Luiz Antony com Constantino Nery – e agora partindo da Travessa Vivaldo Lima, pontua-se que esse espaço parece mais um recuo de pista, em uma junção com o calçamento; o Museu do Porto e a zona dos bares e casas de show integram esse espaço.



Figura 35. Travessa Vivaldo Lima, descrição do grande trajeto. Fonte Google/Earth, 2016.

Essa integração rua-calçada funciona como se fosse um entreposto para atividades de trabalho e lazer. São sentimentos duplos, o da atividade racional e formal trabalhista com o lazer, na prostituição e na bebida. De maneira que não pareceu, em nossa avaliação de campo, que havia uma clara distinção acerca de onde acabava um e iniciava outro sentimento. Funcionavam, esses limites rua-calçada, novamente destacamos, a partir de uma correlação imbricada. Na fala dos participantes, essa ideia de inter-relação sentimental era um “coió” propício, ou seja, “um lugar onde me escondo” inserido em meio a árvores e estrutura de bancos de praça, para atividades de lazer (bebida, sexo e drogas), de descanso (dormir nos bancos ou debaixo das árvores) e também de trabalho (vigiar carros, venda em camelô, venda ambulante, jogo do bicho, jogo de baralho, etc.). Algumas praças pouco frequentadas, casas, terrenos e barcos abandonados, coretos, abrigos improvisados, são propícios abrigos ou esconderijos para as PSR, constituindo *coiós* (esconderijos) ideias para suas atividades. Nesses *coiós* as pessoas se protegem das intempéries e são usados para descansar, compartilhar alimentos, cachaça, cigarros e drogas. Podemos identificar alguns desses *coiós* pela grande quantidade de pessoas que param e ficam muito tempo nesses lugares, como por exemplo, em volta do mercado municipal Adolpho Lisboa; em barracos feitos de paletes na orla da Avenida Manaus Moderna; nos arredores do Museu do Porto; embaixo de uma mangueira na Praça da Saudade; próximo ao Banco do Brasil da rua Guilherme Moreira; no prédio abandonado da Santa Casa de Misericórdia; além de casarões abandonados na rua Itamaracá, dentre outros. Então, os trajetos se fazem por vezes entre *coiós*. Para um frequentador ocasional, o mais viável seria estar presente nesses lugares durante o dia. Outra coisa é à noite, uma vez que a periculosidade aumenta consideravelmente, como veremos em tópicos posteriores especificamente sobre a noite.

Andando mais um pouco chegamos ao clímax de concentração das PSR no local com maior incidência desses sujeitos. Porto de Manaus, Mercado Municipal e Avenida Lourenço Braga (Avenida Manaus Moderna), e especificamente a região da Igreja dos Remédios e da Feira do Produtor (Feira da Banana) representam os locais preferidos. Para lá, convergem todos os demais trajetos. Nesse espaço, alguns perambulam famintos e maltrapilhos, dando visibilidade à condição de miséria em que se encontram, em uma tentativa de comover transeuntes a lhe dar esmolas. Tentativa que muitas das vezes é vã, pois são ignorados. As pessoas desviam e mudam para o outro lado da rua para evitar a

abordagem. Essa parte do centro tornou-se refúgio por concentrar grande fluxo de pessoas, comércio, porto, mercado e praças. Na Avenida Manaus Moderna, ao cair da noite e na madrugada, por exemplo, centenas de pessoas se amontoam ao longo do calçadão e em torno do mercado e feira. Ficam dispostas uma ao lado da outra, deitadas em papelões, caixotes ou envoltas em panos velhos. Muitas vezes, dormem assim. Há pessoas que acendem fogueiras, utilizam fogareiros improvisados para preparar alimentos, principalmente peixe assado ou “churrasquinho de gato”. Uns aproveitam para jogar baralho ou dominó, sempre com o copo de cachaça, o limão e o sal ao alcance. O cenário parece dantesco, surreal, diferente do movimento que acontece durante o dia. Boa parte das PSR está ali para esperar barcos pesqueiros que atracam na balsa laranja (balsa de carga), vindos com mercadorias do interior, como frutas e verduras, e se mantém determinadas a ganhar dinheiro no desembarque, fazendo trabalho esporádico de carregador. São diferentes tipos de sujeitos que compõe as PSR. Difícil identificar todos, principalmente pela diversificação de atividades que praticam ou não no centro de Manaus.

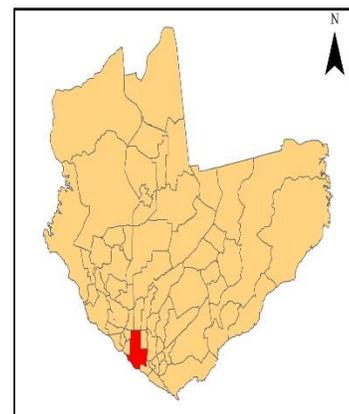
A vida das PSR se processa nos trajetos que formam os espaços públicos, em meio ao movimento dinâmico da cidade. Errantes baldios que se instalam e vão ficando no meio do passeio coletivo. Desenraizados de obrigações rígidas ou compromissos familiares concretos, os indivíduos que vivem na rua se põem a vagar pelos trajetos até estabelecerem pontos de fixação temporária. Para eles, parece que o perambular pelas ruas pode simbolizar indisciplina, vagabundagem, requisitos potenciais para a criminalidade, sendo uma forma de contestar o mundo. Corroborando com a afirmativa por meio de Lefebvre (2001, p. 84), questiona-se: “[...] para o poder, há mais de um século, qual é a essência da cidade? Cheia de atividades suspeitas, ela fermenta delinquência; é um centro de agitação”. Dessa forma, todos os trajetos são caminhos que levam ao “centrão”, onde há espaços para transgressões, pressupostos para a existência física e mental dos que moram na rua. No momento em que estão vivendo o “centrão”, os diversos trajetos funcionam, estruturalmente, como *locus* de suas existências, territórios onde, de alguma forma, pessoas em situação de rua conseguem estabelecer regimentos e formalizações constitutivas, normas comportamentais e fundamentos que posicionam lugares e sistemas de poder. Para as PSR, perguntas complexas envolvem: como se estruturam enquanto pessoas viventes das ruas? O que significa para as próprias PSR, que vivenciam essa experiência na cidade,

serem pessoas em situação de rua? O que outras pessoas pensam ou julgam sobre essas PSR e suas práticas? O que rege posições, normas e ordenamentos nos trajetos? São questões complexas que tentaremos ao longo do trabalho responde-las.

2.3. O Médio Trajeto

O médio trajeto está interconectado ao grande trajeto, se difere do mesmo por ser mais da metade dele⁴⁹. Limitado ao norte pela Avenida Sete de Setembro, ao sul pela Avenida Lourenço Braga (Manaus Moderna), a oeste pela Avenida Joaquim Nabuco e a leste pela Avenida Marquês de Santa Cruz. Como em todos os trajetos, no médio trajeto há a apropriação temporária de imóveis abandonados, casarões antigos em ruínas, galpões e barracos que oferecem proteção contra as chuvas torrenciais e o sol escaldante da região.

⁴⁹ Visualizar mapa da figura 36.



Trajeto percorridos em campo

— Medio Trajeto

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento -
 LABCARGEO/UFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 36. Mapa do médio trajeto sublinha o caminho percorrido pelas PSR do Centro de Manaus.

Algumas PSR chegam a ser mais ousadas nessas ocupações temporárias, geralmente após a meia noite, quando os últimos ônibus saem das estações, quando a base policial sai do seu posto no centro e, conseqüentemente, quem está nas ruas entra em ação. Na madrugada de intenso calor, por exemplo, algumas PSR adentram a agências bancárias e se instalam a noite inteira para aproveitar o ar condicionado, tendo que sair antes do amanhecer do dia. “Eu só durmo dentro dos bancos, porque é mais geladinho (Cristiane, 37 anos, PSR, entrevista/2016)”. “Outro dia eu tava dormindo lá (Banco HSBC) e acordei nas porradas mano, polícia...” (Breno, PSR, 46 anos, 30/10/2016). Nesses pontos, fixam local para dormir. Outros espaços de uso comum são marquises, bancos de praça, canteiros centrais e calçamentos embaixo de pontes, além de carros e barcos abandonados. Os espaços habitados das ruas do centro de Manaus por PSR em seu íntimo talvez busque a essência da noção de uma casa. Pela falta de um lar, por vezes a imaginação trabalha no intuito de fazer naquele local um lar. “Veremos a imaginação construir ‘paredes’ com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção ou, inversamente, tremer atrás de um grande muro, duvidar das mais sólidas muralhas” (BACHELARD, 1978, p. 200). A PSR dentro do seu abrigo sensibiliza os seus limites do imaginado, vivendo no mundo do real e do virtual que só faz sentido para ele nos seus devaneios e pensamentos. Por implicação, tudo se modifica para servir de abrigo; tudo se transforma em instalação de repouso temporário – como podemos supor na figura a seguir:



Figura 37. Casa abandonada usada como dormitório. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.

No médio trajeto, igualmente como no grande trajeto, além da necessidade de segurança para o sono, existe a necessidade de manutenção alimentar. Nesse ínterim, o que tende a se diferenciar neste trajeto (o médio), em relação ao grande trajeto, é que dois importantes pontos de confluência são a Praça da Matriz e a Praça Heliodoro Balbi (Polícia). Eles estão marcados como locais de passagem quase que obrigatória, pois o centro comercial e financeiro fica no meio dessas duas praças. Esses locais são muito movimentados, e geralmente são de passagem, para um descanso rápido ou esmola esporádica. Por serem locais turísticos, com museu, escolas e Igreja da Matriz, são bem policiados durante o dia, dessa forma afugentando as PSR que tentam se instalar de forma mais duradoura no local. No entorno da Praça da Matriz, nos últimos anos, se estabeleceu um comércio ambulante fixo e móvel com mais intensidade. São lanchonetes, vendas de frutas e verduras, de produtos eletrônicos, roupas “de marca”, joias e bijuterias, artesanatos hippies, sapateiros e fotógrafos ambulantes, além de bares e restaurantes, vendedores de picolés, camelôs fixos e móveis que comercializam desde bombons a produtos de higiene e limpeza.

As PSR se misturam no médio trajeto, integrando-se quando lhes convêm para algumas funções básicas, a exemplo dos jardins na Igreja Nossa Senhora da Conceição (Praça da Matriz), onde se usa como local de banho e necessidades fisiológicas, visto que para ter acesso ao banheiro público da área se cobra taxa. Assim fazem também no Rio Negro, que é usado para tomar banho e fazer as necessidades fisiológicas. Geralmente fazem uso à noite para manter a privacidade.

Para evitar vandalismo, prostituição e montagem de barracos fixos por PSR, a Igreja Católica cercou com grades robustas toda a extensão da praça, limitando o acesso. Dessa forma, inibiu práticas usuais no ambiente, no entanto não as eliminou totalmente. Alguns ainda utilizam o espaço para o trabalho de lavar e vigiar carros, servindo-se do coreto, da gruta da praça e do entorno da igreja para consumir entorpecentes, dormir e fazer necessidades fisiológicas. O mesmo não ocorre na Praça Heliodoro Balbi. Apesar de apresentar uma estrutura ajardinada, com fontes, coreto e pontes em um lago artificial, não são usadas para outros fins essas estruturas porque o próprio nome da praça já espanta as PSR, pois é conhecida também como Praça da Polícia. Foi revitalizada recentemente e ainda tem certa vigilância por parte da guarda municipal, PMs e vigilantes terceirizados,

mas de forma descontínua. Nas dependências do local, não é permitido o comércio de camelôs, a fixação de barracas ou qualquer tipo de venda formal ou informal. As PSR que tentam, de alguma forma, ficar por algum tempo sentadas, deitadas ou encostadas nas dependências da praça são convidadas a se retirarem.

Essas regras ficaram mais rígidas após o processo de revitalização da praça. Antes, no entorno do local, havia um bar tradicional conhecido como “Café do Pina”, que nas décadas de 1950 e 1960 reuniu intelectuais, artistas, políticos, estudantes e boêmios. Após a demolição do prédio que abrigava o “Café”, surge o “Bar do Pina”, local que atraía muitas pessoas que ficavam bebendo, comendo e dançando até tarde. A Praça da Polícia era mais uma praça abandonada, tomada por lixo, comércio ambulante, PSR, sebos a céu aberto, estudantes e pessoas ociosas. Notamos as mudanças ocasionadas pela requalificação do espaço, principalmente nas instalações no Palacete Provincial (prédio histórico), que deu lugar hoje a um museu. O mobiliário urbano da praça ganhou reforma, adquirindo aspectos originais da época da sua construção, com especial atenção ao coreto, às pontes sobre lagos artificiais, aos bancos, à arborização e jardinagem. O espaço, que antes chamava atenção pelo estado de abandono e deterioração, agora atrai turistas e transeuntes pela beleza. Por outro lado, agentes do Estado reprimem constantemente a presença das PSR no local. Mas embora esses espaços higienizados pelo Estado sejam desocupados temporariamente pelas PSR, isso é uma situação temporária. Elas são expulsas, ocupam outras áreas menos visadas, mas com a diminuição da vigilância nos locais revitalizados retornam gradativamente a ocupar os logradouros públicos.

O médio trajeto faz parte da conexão das relações entre os trajetos menores e o grande trajeto interligando as redes de afinidades existentes dos variados lugares do centro. Antropólogos, como Michel Agier (2011), fazem uso do conceito de “rede” no sentido de atribuir mais movimento a diversas situações no campo de pesquisa, na tentativa de se aproximar o campo de visão, conseguindo assim apreender melhor práticas e trocas de sujeitos estudados na cidade. Ampliando a lente da prática etnográfica, o pesquisador tem um acompanhamento mais dilatado e próximo da sociabilidade e dos valores vividos no ambiente urbano. Para o estudo das PSR, as redes de relações cotidianas representam formas de sociabilidade das pessoas que frequentam determinado território central da cidade. Relações que se firmam nesse contexto específico da rua, seus trajetos e

personagens que compõe o urbano. Dessa forma, esse espaço se transforma em ponto estratégico de conversão e dispersão das PSR que, sendo alijadas dali, continuam seguindo o médio trajeto. Porém, uma vez expulsas da Praça Heliodoro Balbi, elas descem a Avenida Joaquim Nabuco em direção à Feira do Produtor, ao Mercado Municipal e ao Porto, locais que se configuram como centro de atração e irradiação das pessoas em situação de rua. Observamos a formação de constantes deslocamentos entre os trajetos, como uma territorialidade itinerante⁵⁰, própria das PSR, que se inserem na cidade com seu ir e vir entre os trajetos que frequentam. Estabelecem acento ora em locais degradados, se ambientando com seus utensílios junto a lixo e escombros, ora frequentam locais limpos, de uso comum da população em geral. A itinerância vai depender da necessidade imediata da PSR e das relações estabelecidas ao longo dos trajetos com outros frequentadores. Quando há conflitos, tendem a ficarem afastados de certas áreas esperando a situação acalmar para tentar usar novamente os espaços. Nesse sentido, transitam entre usos, contra-usos e disputas internas pelo poder simbólico do espaço público.

O poder simbólico no contexto do espaço público diz respeito a controles e variações sobre domínios territoriais. Pessoas em situação de rua, nesse caso, talvez pareçam não possuir esses domínios, mas eles existem – e em nosso campo de pesquisa não se deu de modo diferenciado. Tanto que notamos serem atos socialmente construídos, veiculados a processos de negação e aceitação da realidade instaurada, em que PSR vivenciam mudanças a todos os instantes, decorrentes da realidade multifacetada onde estão. Elas, a despeito de dinâmicas contingenciais, conseguem incorporar em si mesmas e nos seus coletivos acepções adjacentes as suas práticas e isso, acredita-se, tende a gerar modificações estruturantes e funcionais no cotidiano (LEFEBVRE, 2001). Na foto (figura 38), percebem-se momentos de interação, conversa e ganhos:

⁵⁰ Relacionado a essa expressão verificar referência eletrônica: Heitor Frúgoli Jr e Enrico Spaggiari, « Da cracolândia aos “nóias”: percursos etnográficos no bairro da Luz », *Ponto Urbe* [Online], 6 | 2010, posto online no dia 31 Julho 2010, consultado o 19 Março 2016. URL : <http://pontourbe.revues.org/1870> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1870.



Figura 38. Calçada lateral do Mercado Adolpho Lisboa. A foto está desfocada de propósito, tendo em vista preservar a identidade das personagens. Fonte: Noélio Martins Costa, 2015.

Na foto, as PSR ficam dispostas ao lado do Mercado Municipal, contemplando e sendo contempladas pelas pessoas que passam, como uma espécie de vitrine viva da estética urbana. São invisíveis que se mostram como usuários dos espaços da cidade, apropriando-se dela de forma impositiva como modo de dialogar com as representações postas do cotidiano da cidade. Parecem diálogos trágicos, dos errantes com o público e com eles mesmos; parecem falas dissonantes no barulho da rua, numa perspectiva complexa de si inserir como corpo e voz na cidade polifônica.

No ponto de vista de vitrine, Silva (2001) esclarece que:

A vitrine é uma janela. Nela construímos um espaço para que os outros nos olhem, mas também para olharmos através dela. Mais ainda, pela maneira como nos olham podemos compreender como nos projetamos e, pela forma como a vitrine é projetada, podemos entender como ela quer ser vista. Assim, a vitrine constitui-se num jogo de olhares, uns que mostram, outros que veem, uns que olham como os veem, outros que veem sem saber que são vistos (SILVA, 2001, p. 27).

Nessa troca simbólica, em que a vitrine oferece nesse espaço, notam-se disputas do observador e do observado, situação verificada na Travessa Lessa (figura 38). Essa Travessa situa-se ao lado do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, dando acesso direto ao Rio Negro, e conseqüentemente também ao movimento de vai e vem de pessoas e produtos. Na foto, mesmo em uma tarde chuvosa, o frenesi de pessoas é grande e contrasta com as PSR sentados, em estado contemplativo, como o *flanêur*, observando a multidão e

interagindo com ela. Na estruturação complexa da cena descrita, que se coloca no contexto da visibilidade/invisibilidade, ser observador ou observado vai depender do ângulo específico onde se está, de modo que é uma via de mão dupla: ao mesmo momento em que observo, estou sendo observado. Estão igualmente no espaço urbano, nos locais mais movimentados do centro, contudo, na visão de boa parte dos transeuntes, é como se não estivessem. São ignorados por causa das condições degradantes em que se encontram, por medo ou simplesmente pela indiferença e desprezo que se faz por julgamento antecipado do outro, ou seja, pelo preconceito. Dessa forma, anulado e silenciado na sua individualidade frente à multidão que passa diante dos seus olhos. Correlacionamos aqui nossa realidade observada ao que analisa Massagli (2008) no estudo sobre Walter Benjamin, quando trata da diferença entre o *flanêur* e o homem da multidão; e igualmente no conto *O Homem da Multidão*, de Edgar Allan Poe, observa-se a constituição do *flanêur* como agente e observador privilegiado da vida moderna e a *flanêurie* como meio de apreensão e representação desse novo espaço. Identifica que:

Ao errar entre as galerias e bulevares, ao passear pelos mercados, o *flanêur* é o ser que vê o mundo de uma maneira particular, sem a pretensão de explicar, mas com a intenção de mostrar, levando a vida para cada lugar que vê. Sua paixão é a exterioridade, na rua encontra o seu refúgio, desvincula-se da esfera privada, buscando sua identificação com a sociedade na qual convive. Ocorre, porém, que essa identificação resulta em grande parte complicada pela natureza complexa da sociedade moderna. Nas ruas das metrópoles, o *flanêur* constata que o homem moderno é vitimado pelas agressões das mercadorias e anulado pela multidão, estando condenado a vagar pela cidade como um embriagado em estado de abandono. É essa angústia que o *flanêur* representou no século XIX (MASSAGLI, 2008, p. 56).

A vida cotidiana da PSR no médio trajeto no centro de Manaus começa cedo na área dos mercados e feiras próximos ao porto. O dia nem amanhece e já existe um fluxo intenso naquelas partes do centro da cidade. Os primeiros a circularem nesses trajetos, antes de clarear, são os feirantes. Esperam suas mercadorias na beira do rio. Seus produtos vêm em canoas ou barcos oriundas das cidades limítrofes ou de comunidades rurais próximas. Canoas carregadas de verduras, frutas, hortaliças, peixes frescos e congelados, tudo negociado ali mesmo, no lusco fusco da madrugada que vai se despedindo. Depois é hora dos trabalhadores braçais ganharem seu dinheiro transportando para o mercado e feiras os produtos. O transporte se dá em muitos casos em grandes caixas de madeira, onde são depositadas as cargas. Para equilibrar o peso sobre a cabeça, geralmente confeccionam

rodilhas ou tipoias que são colocadas sobre a testa. Impressiona a quantidade de caixas, engradados e fardos que é balanceada, bem como a altura que alcança o volume carregado, o jeito e a força empregados na empreitada. As PSR que querem ganhar seu dinheirinho no médio trajeto acompanham o fluxo dos trabalhadores habituais. Pegam geralmente as sobras dos trabalhos ou das mercadorias. Uma banana que caiu, um peixe que não foi vendido, um produto que danificou. Comem, trocam, vendem, dão e recebem, tudo no meio da multidão que está na margem do rio negociando. Uns carregam sacolas de compra, outros já estão assando peixe e comendo com farinha, outros tomam apenas um gole de café preto e mais adiante um grupo já divide goles de cachaça. No entanto, o movimento mais forte do médio trajeto acontece nas primeiras horas da manhã, como enfatiza Ademar (entrevista/2016), quando perguntamos sobre o fluxo de trabalho na semana e no fim de semana:

Final de semana, não. A gente faz de manhã. É de manhã que o bicho pega. Ai, de tarde, cada um já mordeu sua situação e ai se quieta um perto do outro e a gente vai se adiantando. **[Perguntamos também: E pra ganhar dinheiro o senhor faz o que?]** Ademar responde: Um carroto daqui, um carroto dali e assim vai. Tá precisando, vambora. Ai depois a gente consegue alguma coisa e esse daqui já conseguiu também. Ai vambora tomar uma cachacinha. Descansar né e assim a gente fica né. É essa paranoia todo dia (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

Na fala do nosso colaborador compreendemos a vida nem sempre tranquila das PSR desse trajeto, onde conseguir sobreviver é quase que numa batalha diária na rua. E depois dessa batalha pela sobrevivência se procura geralmente um lugar, fresco e arborizado para descansar. Como passam noites mal dormidas e madrugadas de trabalho árduo, as PSR geralmente dormem durante o dia nos bancos das praças ou em qualquer lugar tranquilo. Uns transeuntes mal informados, ao passarem por esses locais públicos, são taxativos em dizer que as PSR que dormem são vagabundas e não querem trabalhar. Ademar (entrevista/2016) relata que, depois da revitalização, a Praça dos Remédios, onde grupos costumavam descansar, passou a contar com vigilância privada. Entretanto, depois a situação mudou e a guarda foi “relaxando”. Dessa forma esse local passou a ser um local de resistência:

Nas outras praças deitar nem pensar. Só aqui que é liberado (Praça dos Remédios), porque aqui é a praça dos trabalhado. Todo mundo trabalha ali e os caras tem que deixar o pessoal descansar aqui. Pelo amor de Deus!!! O cara já passa o dia carregando as coisas ali, não dá nem pra ele deitar aqui um tempinho. Ai é muita bronca... **[(perguntamos): E quando tentaram proibir as PSRs de ficar na praça?]**... Mas ai, a confusão foi tanta que já tavam querendo “ajumentar” os guardas. Todo mundo cansado mano, o cara tem que ter um lugar pra descansar. Pra que que presta uma praça dessa se o cara não puder descansar na praça. Agora bagunçar é outra história. Cara, descansar, olha ali (mostrou dezenas de pessoas deitadas nos bancos), o cara tá quebrado. E o outro ali também tá quebrado e o outro ajeitando o bombomzinho dele pra vender ô. Tem que ter esse entendimento, é um quebrado e o outro já se adiantando (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

Salim (entrevista/2016) nos chama atenção em relação aos valores recebidos pelos pequenos trabalhos executados nesse trajeto. O mesmo fala que o serviço principal dele é vigiar carro, mas quando aparecem outros serviços que possa fazer, faz: como carregar sacolas de compras. Relata que ganha por dia R\$ 10,00, ao contrário dos colegas que faturam R\$ 50,00. Salim tem um problema grave nas pernas ocasionado por uma queda em um buraco próximo à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em frente à praça com o mesmo nome, onde é seu posto de serviço. Após se embriagar, caiu em um bueiro sem tampa e quebrou a bacia, fraturando também umas costelas. O resultado da queda foi que ele ficou manco, como ele mesmo diz. “Quiseram me aposentar, não aposentei, eu não fui mais atrás, minha perna tá quebrada e eu ando cochó, cochó”.

O médio trajeto, como os demais, é um campo fértil de vivências e experiências de indivíduos que habitam a rua e convivem com agruras, fazendo do sofrimento e da dor sua rotina. Depoimentos narrados e descritos no tópico apontam nessa direção interpretativa de um espaço de tensão. Todavia, situações subjetivas e denotativas implicadas são tantas que seria pouco efetivo relatar o montante, sem direcionar percepções de modo sistemático, como tentamos realizar. Assim, o que se almejou, no propósito atual, foi identificar situações as quais pudessem ser sublinhadas como extremidades de uma vida no médio trajeto, um trajeto que, em si mesmo, apoia-se em dois outros: o grande e o pequeno. Nesse bojo de suposição, a qual tentamos organizar para servir de amostra no tópico, projetamos frisar que os trajetos compostos nessa rede de fluxos indicam caminhos equivalentes de traumas e angústias vividas nas ruas, de desejos e sentimentos de felicidade conquistados em meio à vida incerta, enfim, de realizações com efeitos opostos, tal e qual é a vida das PSR.

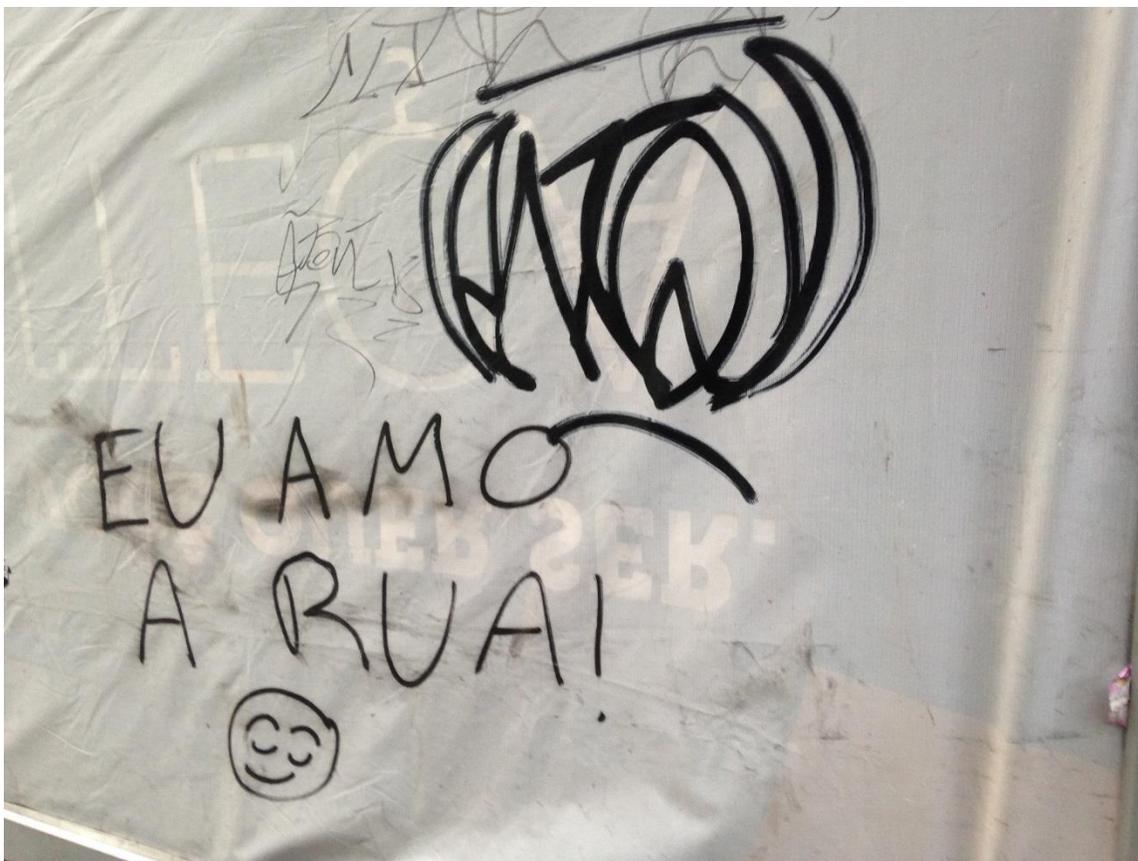


Figura 39. Pichação atrás de uma banca de jornais no centro. Fonte: Noélio Martins Costa, 2018.

2.4. O Pequeno Trajeto

À medida que vão se encolhendo espacialmente, os trajetos vão ficando densos, populosos, e esse é o caso do pequeno trajeto. Este é significado a partir da arrumação e ajustamento de demais espaços, caracterizando-se por diversos espaços interligados. Ou seja, em verdade, o pequeno trajeto se compõe de diversos micro trajetos interligados em rede. Constroem-se a partir das comunicações realizadas com interações de diferentes trajetórias de pessoas que formam o fluxo da sociabilidade. Nesse sentido, as redes configuram fluxos de práticas, onde valores são produzidos e intercambiados nos fluxos de rede (CASTELLS, 1999). Para além do exposto, esse trajeto aparenta ser um trajeto menos movimentado em alguns trechos, locais propícios para repouso, configurando-se como pontos fixos. Mas em trechos outro se apresenta com ampla movimentação.

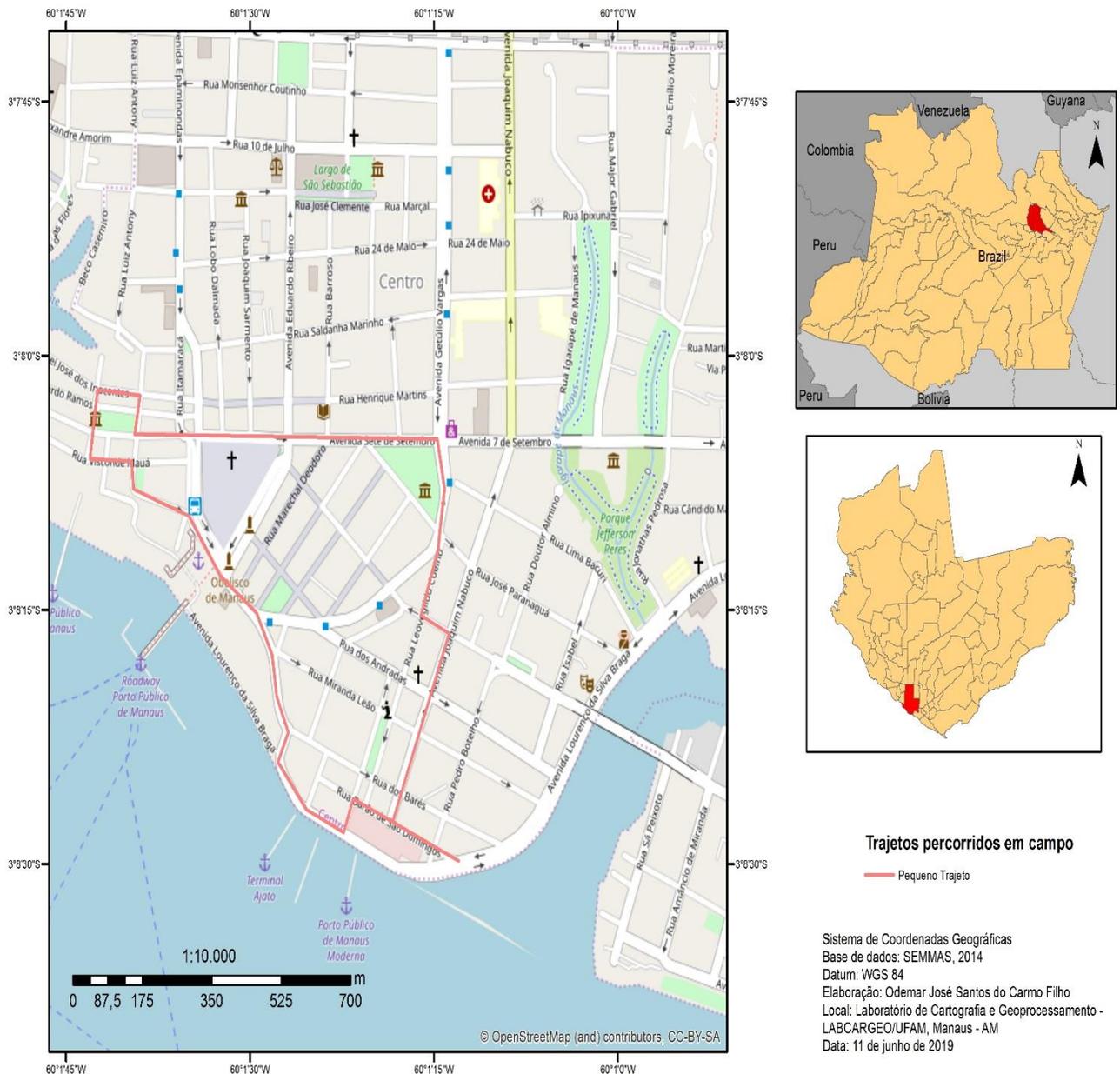
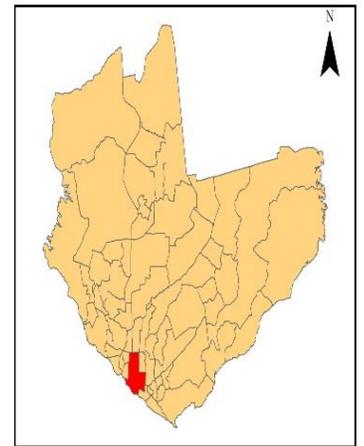
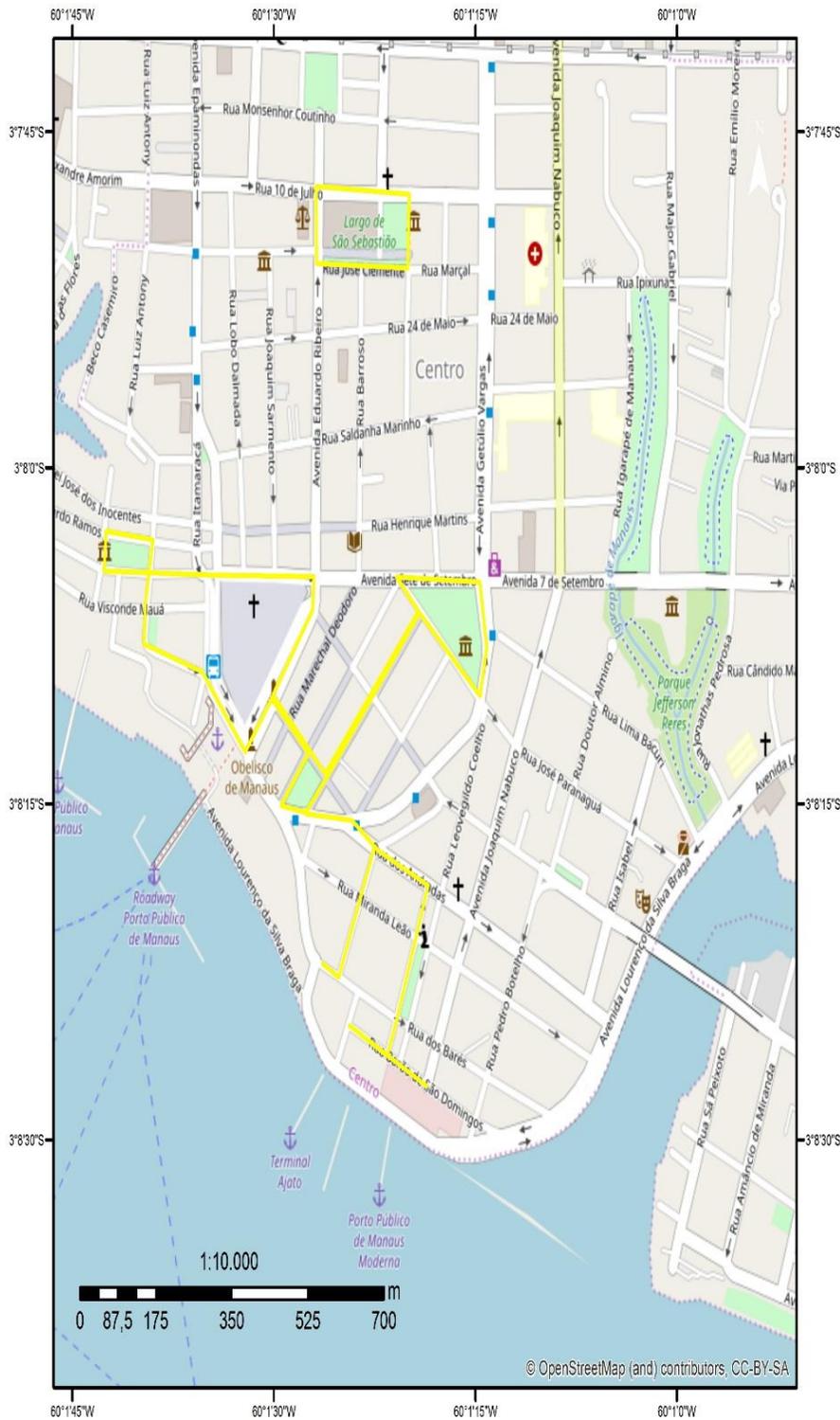


Figura 40. No mapa do pequeno trajeto percorrido pelas PSR do Centro de Manaus.

O pequeno trajeto se configura por locais próximos uns dos outros, geralmente logradouros públicos (praças), ligados por uma ou mais vias, possibilitando trânsito rápido entre uma e outra localidade. Símbolo do pequeno trajeto do centro da cidade é a Praça da Matriz, que engloba intersecções com a Praça Dom Pedro II, a Praça Terreiro Aranha, a Praça Heliodoro Balbi e ainda o Porto Flutuante. Outro pequeno trajeto se faz notar a partir da Praça dos Remédios, conjuminando-se ao Mercado Municipal e à Feira do Produtor

(feira da banana). Ligações mais movimentadas do pequeno trajeto se fazem entre a Praça Heliodoro Balbi e a área da Manaus Moderna, descendo parte de Avenida Joaquim Nabuco, onde se concentram bares, pousadas, hotéis de curta duração, comércio no varejo e atacado, distribuidoras de bebidas e estivas, mercadinhos, restaurantes, pizzarias, etc.

Inseridos nos pequenos trajetos ainda existem trajetos menores que compõem trajetos diversos, são os micro trajetos. Geralmente são praças, largos de igrejas, parques e teatros próximos uns dos outros, ligando-se por algumas ruas ou vielas apenas. Nos micro trajetos existem lugares propícios principalmente para o descanso, sendo espaço comum das PSR as praças. Assim podemos citar como micro trajetos, por exemplo, o complexo público do Largo São Sebastião, onde o Teatro Amazonas, a Avenida Eduardo Ribeiro, a Rua Ramos Ferreira e as que entrecortam o entorno da Praça de São Sebastião e das Praças do Congresso e da Saudade se comunicam e simbolicamente dialogam enquanto espaços de convivência. Os usos desses lugares são modificados, especialmente à noite, quando o centro parece ser uma cidade de habitantes notívagos. A identificação dos indivíduos, que durante o dia se misturam a outras pessoas, fica aparentemente invisível, sendo perceptível mais claramente à noite. Nos micro trajetos, nota-se a dimensão da quantidade de gente que mora na rua e a complexidade dos tipos de usos e contra-usos dos espaços. São pessoas que parecem esconder ou disfarçar a condição durante o dia. Na noite, o povoamento das ruas dá-se sem maiores problemas. Esses notívagos fazem dos micro trajetos zonas de influência de grupos de PSR.



Trajets percorridos em campo

— Micro Trajeto

Sistema de Coordenadas Geográficas

Base de dados: SEMMAS, 2014

Datum: WGS 84

Elaboração: Odeimar José Santos do Carmo Filho

Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento -

LABCARGEO/UFAM, Manaus - AM

Data: 11 de junho de 2019

Figura 41. No mapa do micro trajetos em rede, sublinha o trajeto percorrido pelas PSR do Centro de Manaus.

O pequeno trajeto se interliga a micro trajetos em rede (figura acima), conectando territórios em trajetórias e fluxos contínuos. Intensificando de fluxos, adaptações e intercepção de fronteiras físicas e simbólicas (CASTELLS, 1999). Sendo que essas idas e vindas esporádicas de cada grupo de PSR ao território vizinho requerem expertises, acordos e cautelas. Existem regras em cada trajeto, em cada território e em cada um dos seus “pedaços”. Existem agrupamentos que compõem características próprias reconhecíveis pelos seus partícipes. Perguntado para nossa interlocutora Cristiane, 37 anos, PSR, sobre a quantidade de mulheres na rua e sobre a dificuldade ou facilidade da vida das mulheres em situação de rua. Ela respondeu que tem muita dificuldade, esclarecendo que é porque “menstrua, tem que tomar banho, tem que trocar de roupa, aí não tem como”. Explicou que, sobre a vaidade na rua, só ela que era assim: “Que eu conheço, que anda bem arrumada... minto... arrumada, pintada, que anda toda arrumada, é só eu, mas tem uma também que anda arrumada. A mulher do Rondon, a Mara.... que anda arrumada, o resto...”. Nesse meio a separação se dá inclusive por sexo, como nos conta Ademar quando o questionamos sobre a presença de mulheres:

Tem. É que elas ficam lá pra baixo. De noite é uma confusão de mulher, rum. Depois das 18 horas aqui é uma tomando o papelão da outra. Aqui a noite homem já não manda... **[Perguntamos também se dava para namorar ali. No que ele responde]** -- De manhã, de tarde e de noite, depende de quem gosta. Eu gosto!!! Quem já não gosta! O Salim já tá é vencido o prazo de validade dele... [Se referindo ao colega que estava do lado] ... Assim como tem homem brabo, tem mulher braba também. Se juntam aquele montinho de mulher braba, daí daquele monumento pra lá é elas que mandam pra lá é território delas. Daqui pra cá já é os homi que já são brabos, dali pra lá já são as mulheres que são brabas. Aqui um respeita o outro, lá embaixo é uma sacanagem só. Lá é um roubando o outro, aqui nós si respeita. Se eu deixar esse boné aqui ninguém pega. Se pegar, depois me devolve e diz olha tu vacilou, tava ali do lado, mas é teu e devolve (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

Portanto, indivíduos, ao se aventurarem em territórios inimigos, precisam no mínimo aceitar ditames do lugar, serem subservientes a líderes dos demais grupos, e é de bom senso oferecer uma dádiva (MAUSS, 2003), que pode ser um cigarro, uma bebida, uma comida ou qualquer droga. Os pequenos trajetos parecem ser, por definição observável, trajetos de dádivas e contra dádivas, onde o intercâmbio si faz de maneira intensa. Por serem menores e de trânsito rápido, propiciam a naturalização do dar e receber, no sentido maussiano de aceitar e retribuir presentes. Há uma obrigação implícita no ato

de dar e receber, sendo a dádiva um dever para salvaguardar conflitos internos e externos. São formas antigas de contrato social, acordos que mantêm certa harmonia entre amigos e inimigos, entre adversários e comparsas, entre modos sociais que vão além do material, coexistindo enquanto moedas de troca (cachaça, cigarro, cola, loló, dinheiro, objetos, sexo, droga, dentre outros). Constitui-se, a dádiva, em uma troca simbólica de gentileza, mas também pode haver a reprodutividade negativa, ou seja, quando a dádiva não se realizou: “não vou ti dar nada, pô”. Esta se produz por meio dos maus tratos, brigas e avareza. Outros exemplos: aperto de mão, tapinha nas costas, brincadeiras peculiares, cascudos, beliscões, tapas, empurrões e xingamentos no contexto do jogo amistoso se configuram como ritos da dádiva ou amabilidade.

Em trabalho de campo, na noite de 30/10/2016, presenciamos um desses momentos de solidariedade. As PSR carregam consigo o mínimo de utensílios e uns emprestam o que têm para os outros. Foi o caso de um deles, que pediu um desodorante emprestado: “dá pra me dar uma ajuda no teu desodorante?”. Prontamente, nosso interlocutor Breno, 46 anos, emprestou o cosmético. Outro sujeito, que não quis se identificar, entrou na roda de conversa que estávamos estabelecendo e me ofereceu uma pomada. Falou que era cicatrizante, disse “essa pomada serve pra ‘baque’, ferida, pereba, pode ficar, é Sebo de Holanda”. Agradei e coloquei no meu bolso.

Dessa forma, ao invés de considerá-los tão somente como marginais ou desviantes reconhecemos o lado da humanidade. Independente da condição que se encontram, as PSR são homens e mulheres, tem cultura, logo tem regras, não estão soltos na natureza selvagem. Podem até ser tratados ou considerados como bichos, mas não são bichos. Embora todos nós tenhamos instintos próprios de animais, que vem à tona em algum momento da vida, mas talvez devesse se aplicar de outras maneiras em uma sociedade onde existem regras. Quais as regras que orientam a conduta das pessoas que vivem nas ruas? Poderíamos pensar na reciprocidade, que é um pouco a forma de estabelecer afinidades com iguais, relações de troca com semelhantes. Estabelecerem-se sociabilidades, tendo em vista se colocar no lugar do outro, em um ato de empatia, alteridade, fortalecendo a compaixão, mesmo com a desconfiança posta pela sociedade extremamente individualista.

A sociabilidade, vista dessa forma, para Georg Simmel, marca ações recíprocas vividas pelos seres humanos com os outros. A sociedade se faz por meio de formas de

socialização nas suas incontáveis contribuições que compõem diversas formas de sociabilidade nos níveis mais micros, ou seja, a sociabilidade dos sujeitos comuns (SIMMEL, 1983; 1986). Configura-se como vínculo social de pessoas que convivem no mesmo ambiente, se encontram, articulando-se constantemente, conversam, trocam experiências e de alguma forma se prendem, mesmo por meio de laços fracos e relacionamentos fugidios. Há de se salientar que mesmo em espaços de sociabilidades as PSR estabelecem confrontos, zonas de forças opostas, controvérsias que compõem parte do fazer social do lugar onde estão. Não há uma consciência ingênua, há limites, sabe-se até onde pode ir. A instabilidade e precariedade em que se encontram levam as PSR, em determinados casos, à desobediência civil. No entanto, as regras impostas nas ruas os levam à observação de comportamentos, padrões e normas a serem obedecidos. A estrutura do poder que se estabelece na rua vai explicar muito dos vínculos de sociabilidade, estes igualmente repletos de subjetividades e simbolismos. De maneira tal que as pessoas instituem identidades plurais, operadas diretamente por elementos como a própria alteridade. No estudo da filosofia, a alteridade está relacionada diretamente ao ato de colocar-se no lugar do outro, ser o outro, num exercício em que se constitui como o outro. Como já explicitado, um exercício de humanidade é tentar se colocar no lugar distinto do outro, reconhecer as características recíprocas. Apesar dos conceitos culturais distintos que nos separam, encontramos-nos em interdependência com o outro em algum ponto (BAUMAN, 2005; CIAMPA, 1989; ABBAGNANO, 1998). Parece um desafio utópico tentar alcançar o outro, na medida em que já se estabeleceu uma pré-relação de oposição. Sem percebermos, tratamos o outro como diferente, como exterior a mim, como um estrangeiro que talvez nunca seja alcançado pelo meu eu. Muitas vezes, vemos o outro (PSR) como o oprimido e, aprendendo com a alteridade, percebemos que nos colocamos no lugar dele com o intuito de libertá-lo das injustiças que estão dentro do nosso próprio eu opressor. Todorov (1999) destaca sobre a descoberta do outro:

Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim (*ID., op. cit., p. 03*).

Na chegada do homem europeu à América não houve, inicialmente, total estranheza, mas empatia com o outro. Estabeleceram-se usos de linguagens próprias de pessoas que tentavam vínculos familiarizados com seus interlocutores. No caso das PSR, podemos contextualizar a ideia via Bakhtin (2010, p. 15), quando destaca que “(...) a linguagem familiar da praça pública caracteriza-se pelo uso frequente de grosserias, ou seja, de expressões e palavras injuriosas (...)”. O autor sugere que esse tipo de linguagem já teve em comunicações primitivas um caráter mágico e encantatório. Não descartamos uma proximidade entre as grosserias verbais, como uma forma própria de manter contato com o outro, uma forma jocosa, a bem dizer, e ainda irônica, que no grupo das PSR tem que ser dosada com sutileza. A grosseria no cumprimento pode estar posta entre o escárnio e a sátira, relativizando sempre para não causar brigas.

O senhor Salim, 49 anos, PRS estabelecido na Praça dos Remédios, ao se comunicar com seu colega Ademar, 45 anos, também pessoa em situação de rua, diz: – “Seu cabra sem vergonha, venha aqui vamos conversar com o rapaz”. No que o outro responde: – “só ti olhei, não tô ti cobrando nada não”. São formas voluntárias que possuem moralmente caráter de obrigatoriedade por tentarem estabelecer vínculos de solidariedade, respeito e honra. Características percebidas não apenas em grupos de PSR, mas igualmente entre transeuntes-PSR; domiciliados-PSR; comerciantes-PSR; motoristas-PSR; polícia-PSR. Particularmente nesses atos, todos ganham.

Mauss (2003) afirma que:

[...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública (p. 190).

Em narrativas coletadas, as PSR destacaram as relações com donos de restaurantes. No fim do expediente, sobras de comida são oferecidas em troca de pequenos serviços, como retirar o lixo do estabelecimento ou lavar a calçada. Proprietários de restaurantes oferecem, portanto, uma dádiva e em troca as PSR não importunam os clientes na hora das refeições, deixando de afugentar a freguesia. Percebe-se com recorrência na fala das PSR

que só passa fome quem quer no centro de Manaus. Para Ademar, pessoa em situação de rua há oito anos, dá-se o seguinte:

Se o problema for fome, pode pedir que o pessoal aqui dá. Passa fome se quiser. Aqui em Manaus passa fome se quiser. Se você não faz alguma coisa, eles dão e se você faz alguma coisa eles dão. **[Então pergunto: Fome não dá pra passar né? E ele enfatiza:]** só animal preguiçoso mesmo que não sabe nem conversar, ai passa fome **[fez cara de desdém]**. Mas a pessoa que sabe dialogar, chega assim e se explica direitinho – olha estou passando por uma necessidade por causa disso, disso... – ai ô, qualquer restaurante desse aqui, o pessoal diz – Tá bom, você vai almoçar o tanto que você quiser, o tanto que teu bucho aguentar, ai deu aquele horário, leve o lixo lá pra baixo. É só isso o serviço !!! Ai você pode comer o tanto que você quiser. Deu 15 horas, ai fechou o restaurante, você leva cinco, seis sacos lá pra baixo e sente e coma o tanto que seu bucho aguentar (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

O sistema de compensação se faz de modo direto, no “toma lá dá cá”, ou seja, escambos que nos remetem a primórdios, onde sociedades se constituíam por vínculos tribais, em função da troca de itens, de favores, de mulheres, de cavalheirismos ou qualquer coisa que lhes apetecesse. Forma encontrada de estreitar laços de amizade, prevenindo assim futuras guerras e estabelecendo alianças. Não somente isso ocorre no pequeno trajeto, dado que não podemos ser reducionistas acerca de relações pessoais, pois certamente existem trocas desinteressadas ou até a busca da generosidade solidária, para se ajudar alguém sem esperar nada como resposta dadivosa. Mauss (2003) nos faz lembrar, no seu estudo dos fenômenos sociais na Polinésia e regiões do entorno, o fato social total, tendo em vista a compreensão de vínculos sociais e jurídicos para a obrigação da transmissão das coisas. Nesse sistema, o vínculo de oferecer algo se configura um tanto mais profundo, uma vez que se oferece também a alma, pois apresentar algo a alguém é dar algo de si:

Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas fisicamente e espiritualmente, essa essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões têm poder mágico e religiosos sobre nós. Enfim, a coisa dada não é uma coisa inerte. Animada, geralmente individualizada, ela tende a retornar ao que Hertz chamava “seu lar de origem”, ou a produzir, para o clã e o solo do qual surgiu, um equivalente que a substitua (MAUSS, 2003, p. 200).

Em comparação a Mauss (2003), analisamos também Maurice Godelier (1996), que avalia a importância de dar/receber/retribuir no funcionamento da sociedade. Essas são estruturas que fundamentam muitas vezes laços sociais, diz ele, demonstrando o valor de coisas que a gente guarda por causa do valor sentimental, das coisas que a gente vende por necessidade financeira e das coisas que a gente não se apega e dá de forma desprendida. Observamos que o autor manifesta duas vertentes da dádiva, uma ligada à solidariedade e outra à superioridade. Explica ainda que quando se dá algo você acaba repartindo com alguém o que é seu, praticando assim a solidariedade; e questão da superioridade implica em estados de grandeza moral, pois quem recebe a dádiva fica em falta com seu doador (GODELIER, 1996). Para além da dádiva, o autor trabalha no seu livro *O enigma do dom* outros intercâmbios sociais ligados ao ato de se dar e não se dar, como por exemplo, envolvendo aspectos do sagrado. No caso do sagrado, para ele, se configura como um ato que não se doa de modo inconsequente, mas intencional. A ideia expressa na troca de dons é a dádiva generosa, aproximando as pessoas não apenas de forma material, mas espiritualmente, em que o dar não implica em esperar retribuição, por exemplo, a esmola. Na sua essência, a dádiva para Godelier busca o estabelecimento de laços, vínculos espirituais que instituem um endividamento mútuo num pacto de confiança, fé e amor ao semelhante, como uma graça de Deus (MAUSS, 2003; GODELIER, 2001).

Percebem-se semelhanças ainda hoje, em uma tentativa de traduzir o estudo clássico de Mauss (ID., *op. cit.*) no âmbito do pequeno trajeto, como forma de nutrir relações, mesmo que esporadicamente, para a conservação de analogias similares no tocante a ganhar e a retribuir. Sendo essas relações pautadas ou não pelo uso de dinheiro, ocorrem ainda por solidariedade com o outro.

O senhor tá querendo saber o que abalou ou o que melhorou. [Ficou bastante sério, quase brabo] Eles fazem o melhoramento da praça, mas não lembram das pessoas ao redor. O Estado não ajuda a parte social. Mas aqui o que acontece é o seguinte: tendo ou não tendo, um ajuda o outro. A gente já não tem, mas a gente consegue um ajudar o outro. Se eu tenho uma bermuda velha e a dele tá furada, eu arrango pra ele e assim vai e vice-versa (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016).

Para ganhar a vida na rua não basta ficar parado, esperando. Torna-se necessário ter movimentos e atitudes propositivas frente aos percalços da vida na rua. Por conta disso, as PSR não conseguem ficar muito tempo em um mesmo lugar, configurando-se como

andarilhas, dado que perambulam em diversos lugares e naturalmente ficam fadigadas por estarem por muito tempo paradas. Na rua, o movimento faz parte da rotina de integração e ganho, configurando-se como parte da trama cotidiana de sobrevivência individual ou coletiva pelos diversos territórios onde transita. Nesse plano, os trajetos revelam processos sociais que se formam às margens do sistema comumente adotado, constituindo outra realidade nas relações das PSR com seus pares. Valores, comportamentos, códigos, éticas de rua, moral, liderança, solidariedade, cumplicidade e vigarices são alguns padrões comportamentais que se fazem observáveis, podendo variar para maior ou para menor rigidez, dependendo do grupo.

Identificamos no interior do pequeno circuito conexões que ligam, por exemplo, a Praça Pedro II ao conjunto de praças da Catedral (Praça 15 de Novembro-Praça da Matriz-Praça Osvaldo Cruz), que por sua vez se integra à Praça Terreiro Aranha, e esta última se associa à Praça Heliodoro Balbi e à Igreja Nossa Senhora dos Remédios (Praça dos Remédios e seus entornos). Dessa forma, percebemos que há proximidades geográficas, as quais, igualmente, apontam distanciamentos quanto às suas peculiaridades. Contudo, esses pequenos trajetos desempenham função importante. Ao serem atrelados a micro trajetos, são corredores de passagem que permitem interação de trocas simbólicas. Funcionam como um emaranhado de redes de relações humanas que se interconectam, permitindo várias possibilidades de migração de um trajeto a outro. Os micro trajetos consistem em meios intermediários de transitar nos diversos espaços até o completo estabelecimento da PSR em um determinado ponto fixo. Nas redes de relações simbólicas dos pequenos trajetos cruzam-se histórias com enredos parecidos, as quais representam declínios vertiginosos. Gradativamente, no pequeno trajeto, indivíduos podem esmaecer ou simplesmente pararem de lutar por trabalho, família e vida social, se entregando ao acaso, à sorte das ruas. Desse aspecto, nos fala Ademar, PSR do pequeno trajeto, quando indagado do por que veio parar na rua.

Porque eu tive várias encrencas na minha vida, vários problemas na minha vida, aí eu fui desistindo aos poucos de lutar e, quer saber, eu não vou pagar mais banco, não vou pagar mais ninguém e também não vou ficar no hospital direto, não. E assim vai, cada um tem um tipo de “zimbra” (sic!). Aí mistura as coisas, aí é problema familiar, problema financeiro, falta de perspectiva e assim vai. Você entra assim num funil, aí vai afinando até você pegar e dizer: “é aqui mesmo” e pronto, acabou-se, daqui eu não sei como é que eu saio. Porque pra gente fazer o

funil ao contrário é mais complicado. Té doído, é? (Ademar, 45 anos, entrevista setembro/2016).

O participante assume seu lugar de fala como responsável pela sua situação, responsável pela sua escolha. Ele fala por si e nos parece que não formula um discurso hermético, referendando a tese do oprimido *versus* opressor. Acima de tudo, ele se mostra como um silenciado que fala, que é dono de sua história de vida, que, sobretudo, nega, dessa forma, a ideia do pesquisado como objeto de estudo estático e do pesquisador que impõe seu discurso hegemônico (SPIVAK, 2010). E parafraseando Spivak (ID., *op. cit.*), perguntamos, “pode o indivíduo invisível falar?”. As pessoas em situação de rua, vistas como subalternas, podem não encontrar lugar para a sua fala na polifonia da cidade. Seus gritos e delírios nas ruas e praças ecoam apenas entre seus pares, tornam-se banais e caem no lugar comum para a sociedade em geral. O desespero e a dor são vistos de fora como loucura ou vagabundagem e podem não significar muito para o passante ocasional.

Esse exemplo de integração de uma narrativa à construção da ideia do pequeno trajeto sugere a existência de PSR que vivem, segundo dinâmicas abafadas pela banalidade da opinião formada do senso comum e, por isso, calam-se. Nesse intuito, a intenção de apresentar a narrativa em destaque, coletada por uma PSR do pequeno trajeto, é buscar mostrar o lugar da fala desse indivíduo com imparcialidade e neutralidade – mas não sem fazer inferências, entretanto. Essa fala, assim sendo, dentre as tantas outras que possui e guarda para si mesmo, é o que o faz existir. Se não fala, sucumbe ao anonimato dos subalternos, deixa de participar da história tradicional, aquela que se quer legítima de ser contada (BURKE, 1992). Este autor analisa que “retratar o socialmente invisível ou ouvir o inarticulado, a maioria silenciosa dos mortos, é um empreendimento mais arriscado do que em geral é o caso na história tradicional” (ID., *op. cit.*, p. 26). Igual ponto de vista é abordado por Sharp (1992), quando aponta em *História Vista de Baixo* a contraposição de uma visão estritamente elitista de como era vista a história. Com isso, pensamos na perspectiva estrita do *lócus* da fala dessa PSR, integrada ao pequeno trajeto, onde ela sublinha opinião a partir de contrapontos supostamente incoerentes na forma de tratar suas memórias, mas buscando tatear intencionalidades para a sua existência na rua. Acerca dessa temática, Foucault (2003) afirma que:

O insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fúgida. Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas. Elas se tomaram descritíveis e passíveis de transcrição, na própria medida em que foram atravessadas pelos mecanismos de um poder político. Durante muito tempo, só os gestos dos grandes mereceram ser ditos sem escárnio; o sangue, o nascimento e a exploração davam direito à história. E, se às vezes acontecia aos mais humildes terem acesso a uma espécie de glória, era por algum feito extraordinário – o resplendor de uma santidade ou a enormidade de uma maldade. Que pudesse haver na ordem de todos os dias alguma coisa como um segredo a ser levantado, que o não essencial pudesse ser, de uma certa maneira, importante, isto permaneceu excluído até que viesse se colocar, sobre essas turbulências minúsculas, o olhar branco do poder e glória (FOUCAULT, 2003, p. 11).

Considerando o disposto, acerca do pequeno trajeto, note-se o que é descrito em *A vida dos homens infames* (FOUCAULT, 2003), quando se destacam seres quase fictícios e sua existência verbal atrelada à sorte de alguns documentos em que constam resquícios de suas falas.

Mas o recoleto apóstata, mas os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retomo agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. Inútil buscar neles um outro rosto, ou conjecturar uma outra grandeza; eles não são mais do que aquilo através do que se quis abatê-los: nem mais nem menos. Assim é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória (FOUCAULT, 2003, p. 06).

De alguma forma, esses homens invisíveis do pequeno trajeto conseguem constituir ainda suas histórias na rua, mesmo sendo vidas afetadas pelos caminhos da desordem; conseguem falar abertamente das suas aflições, amarguras, medos e sonhos. Na fala de Salim, pessoa em situação de rua, ele relata:

Eu me sinto mais melhor, sabe como é, pegando o ar livre, do que, sabe como que é, dentro de casa, preso, certo? [...] Tenho meus colegas. Ganho meu dinheirinho. Tem as pastoras que vem lá de baixo ajudar. Medo eu tenho, mas o que posso fazer? Eu me deito toda hora da noite, sabe o que é, pedindo a Deus que a morte possa chegar pra mim. E [então] eu saísse do fundo desse poço. Eu quero sair, mano, eu quero sair daqui, ter um lugar pra mim. Depende de um [alguém] tocar no meu coração e me tirar desse lugar errado (Salim, 49 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

Enfim, cabe ressaltar, sair ou estar na rua possui suas contradições. O peso das responsabilidades, reabilitações, regras e clausuras de uma vida, digamos, socialmente aceita e comum, é alto quando comparado à liberdade de uma vida indócil, nas ruas. O desregramento da rua seduz se comparado aos grilhões impostos pela sociedade e/ou família. Em conversa com Salim, perguntamos se ele se sente feliz na rua, e ele conta o que segue:

Não, sinto não. Eu sinto feliz por passar uns dias por aqui. Eu peço até uma ajuda de umas pessoas. Eu queria que chegassem comigo e eu dissesse “meu filho, me tira desse lugar que aqui não é meu lugar”. [Alguém que me] colocasse num lugar melhor. Eu sou safado, eu sou um sem vergonha, de morar na rua. Todo dia, todo dia eu bebo cachaça. Olha aqui, olha pra mim, eu bebo minha cachaça, não brigo com ninguém, não mexo com ninguém, fico reparando meus carros aqui, mas não vivo com bagunça com ninguém. Querer uma casa de recuperação? E aí? Como eu posso ir pra lá? E lá eu e não vou sair pra nenhum canto? Porque eu fumo e bebo. Ficar isolado lá? Levar pra um abrigo e lá não fuma e não bebe... Aí, mano, eu bebo e fumo, não quero ficar não. Eu quero a vida livre, eu bebo minha cachacinha (Salim, 49 anos, entrevista setembro/2016, grifo nosso).

2.5. Relações notívagas

No tópico que segue, foi meta ponderar acerca da relação das pessoas no centro da cidade com a noite e seus engendramentos. Assumiu-se a noite como lugar do sobrenatural, do fantástico e da referência ao fantasioso; nela, se afloram medos e desejos; na noite, pecados são ocultados mais facilmente. À noite, pessoas saem em busca do algo inusitado, da surpresa; à noite, é a quebra de uma rotina de trabalho, é a hora do lazer. Movidos por euforias envolventes de ambientes noturnos, notívagos partem da excitação à melancolia, e tudo isso com a ajuda do desinibidor que não pode faltar na noite, a bebida alcoólica.

Delumeau (1989) fala da noite como submundo onde o pecado e a escuridão são solidários, formando pretexto ideal para a “indecência”. “Fantasmas, tempestades, lobos e malfeitores tinham a noite por cúmplice. Esta, como muitos medos de outrora, entrava como componente considerável. Era o lugar onde os inimigos do homem tramavam sua perda, no físico e no moral” (p. 138). No aspecto da sobrevivência, a noite já foi vista como horário a ser evitado, pois é na pouca visibilidade que o inimigo se aproveita para induzir ao mal os frágeis por ausência da luz (ID., *op. cit.*, p. 152). Sobre a mesma temática, em *Essa música foi feita por mim! Relações amorosas, paixões e cotidiano presentes na música brega em Manaus* (COSTA, 2014), procurou-se correlacionar os hábitos de pessoas

notívagas às regras e condutas próprias seguidas por grupos de PSR do centro de Manaus. No estudo, almejou-se tomar como fenômeno de constituição das PSR o fato delas serem mais propensas a atividades sociais durante a noite. A pesquisa foi desenvolvida na medida em que se propuseram reflexões de que a noite, apesar de representar uma temporalidade em que espaços do não-trabalho são mais observados, é também um período de tempo em que tomam lugar no cotidiano coisas referentes a esferas sobrenaturais, imaginárias, fantásticas e de referência ao imagético. É na noite, em boa parte, que afloram desejos latentes, e é nela que perversidades são praticadas e escondidas com mais facilidade. Se vai para a rua à noite em busca do inusitado, da surpresa, da diversão e quiçá da delinquência. No caso das PSR, movidas pela euforia envolvente do ambiente do centro da cidade, entendemos que a noite auxilia no ocultamento de mazelas do dia a dia, no gasto ou empenho financeiro do que não se tem, nas vantagens, mentiras e piadas que se conta. Nesse âmbito, é parcimonioso destacar que no centro de Manaus existem lugares pouco comuns para muita gente, lugares tolerados pelo poder público, que saem nos jornais – quase sempre nas páginas policiais – e são vistos como antros de prostituição, consumo de drogas e próprios da marginalidade, etc. Mas entre notívagos e boêmios, trabalhadores e vagabundos, PSR também frequentam espaços do não-trabalho para se divertir e a diversão se resume quase sempre em sentar e beber, mas isso não quer dizer que eles não exerçam uma atividade durante o dia ou mesmo ali, conciliando o lazer e o trabalho.

Bebe-se de tudo, desde a tradicional cachaça (conhecida como Corote, Camelinho ou Granada), consumida dentro e fora das casas noturnas, bares e “inferninhos”, até cerveja, caipirinha, rum e vodca. Geralmente o que vai decidir o tipo de bebida a ser ingerida é a condição financeira do indivíduo. Muitos não conseguem suportar a vida na rua sem se entorpecer, buscam uma válvula de escape, companheira inseparável, a garrafa de “Corote”, marca de cachaça mais barata do mercado. A bebida depende muito do poder aquisitivo no momento. Comumente, começa-se com uma cerveja, até para chamar atenção das mulheres que são convidadas para tomar um copo. Depois que a “moça” já está “no papo”, como se diz, passa-se para a caipirinha de cachaça que é mais barata. Algumas pessoas optam pelo “kit pobreza”, um conjunto de itens com menor valor financeiro, composto de Corote (cachaça que custa no máximo R\$ 3,50), Derby (cigarro mais barato do mercado) e Kissuque (marca de corante artificial usado para o preparo de refresco). Este

é misturado ao Corote para dar mais cor e sabor. Geralmente, homens bebem mais que mulheres e usam latinhas ou copos como substratos ao qual se agarram para não ficarem com as mãos “abanando”, ou seja, livres. Mulheres usam mais cigarros e pedem para um parceiro acender; pedem um cigarro “emprestado”, jogam fumaça no pescoço dos homens e usam de muitas outras táticas para despertar o interesse do seu escolhido da noite. Há todo um jogo de sedução marcado por gestos sutis, linguagem corporal subjetiva, semelhante a um ritual de conquista do outro.

Em muitos espaços do centro estão instaladas casas noturnas, bares ou clubes que funcionaram ou estão funcionando para atender ao gosto popular. Nas imediações do porto e da feira Manaus Moderna, há grande concentração de bares e “infernhinhos”, avançando para outras ruas do centro temos os famosos: Recanto da Natureza, Bigode, Aquarela, Scorpion, Jet-Set, Castelinho, Flanboyam, Maktochi e Remullu’s. Todos eram ou são uma mistura de bar, prostíbulo, casa de jogo e boca de fumo. A maior parte das PSR notívagas que não entravam nas casas noturnas ficavam nas imediações, consumindo bebida, droga, jogando, comendo “churrasquinho de gato”, e não raro pedindo restos de cerveja ou cigarro. Nesses espaços, na linguagem popular, “rola uns baculejos”, ou seja, ocorrem abordagens policiais, principalmente dentro das casas noturnas. As batidas policiais constantes funcionam da seguinte forma: a festa era paralisada com a chegada dos PMs, que conduziam homens para um lado e mulheres para o outro, e todos tinham que ficar encostados nas paredes, com mãos na cabeça, de costas, para serem revistados. Quem se recusava ou questionava podia ser detido.

A esperteza constitui-se como característica importante para “sobreviver” na noite, configurando-se também como tática. Os cuidados quanto a golpes, furtos, brigas, devem ser constantes, partindo desses *modus operandi*, “tornam-se invisíveis no universo das codificações da transparência generalizada” (CERTEAU, 1994, p. 98). No conhecido golpe do “boa noite, cinderela” a ação do (a) algoz consiste em colocar o remédio “ropinol” (ruhypnol) na bebida da vítima. A droga adormece e faz cair no sono o indivíduo, facilitando, dessa forma, a subtração de pertences. A polícia, nesse sentido, constantemente generaliza as ações reprimindo todos que estão nas ruas do centro nesse período, colocando todos nos mesmos patamares de suspeição. De outro modo, percebemos também que a PM não consegue debelar a maioria dos casos, talvez por falta de estrutura, condescendência

ou banalização da situação. O Estado minimamente se faz presente com o comparecimento dos policiais e muitos dos fardados encaram a marginalidade como endêmica no centro da cidade, e por isso impossível de ser combatida com o “vigor” que supostamente mereceria. De toda forma, há um esforço para ser mantido, mesmo de modo precário, o disciplinamento das condutas, o enquadramento e a normatização por meio dos mecanismos de repressão policial em face à marginalidade notívaga. A maneira do Estado, através da polícia, de vigiar as atitudes, os comportamentos, os movimentos dos corpos e disciplinar os gestuais psicofísicos da população, principalmente dos mais pobres, denota justamente a potencial força que se pretende aparentar. O Estado almeja manter o corpo social sob controle para que não ultrapasse determinado limiar, tornando-se nocivo. O mau comportamento aliado à ilegalidade não pode ser tolerado e o controle da população de rua exige, por parte do Estado, punição severa e exemplar. Assim sendo, não ameaçando o sistema, dá-se a lógica de funcionamento útil dos espaços para o Estado. O papel da PM é dar domínio a determinados comportamentos, sendo que “até pedras podem tornar-se dóceis e conhecíveis” (FOUCAULT, 1987, p. 197).

Além do lazer, existe igualmente o trabalho na noite. Boa parte das PSR procuram latas de cerveja vazias para reciclar nesse período. Amassam as latinhas com os pés e colocam em um grande saco, mas sem deixar de aproveitar o resto de cerveja. Existem pessoas que vivem da noite e em torno dos eventos gira um mercado informal imenso. São ambulantes que vendem objetos, comidas e bebidas para sobreviver. Há quem venda cachaça e cerveja em caixa de isopor, flores de cera, chapéus, camisetas com a foto ou o nome do ídolo, além de foto instantânea, CDs piratas, bombons, queijo quente, ovo de codorna, além dos famosos “churrasquinhos de gato” e do coquetel de guaraná. E esses últimos seriam indispensáveis antes de uma boa noitada a dois. Inclusive os anúncios de pousadas e motéis são pintados nas paredes dos estabelecimentos, fazendo referência a espaços de prazer: “Pousada 10, apartamento com ar, tv, frigobar e garagem, 1 hora a R\$ 10,00; 3 horas R\$ 20,00”. São serviços informais que garantem a vida de muitas pessoas que estão ali.

O trabalho realizado enfoca com mais veemência as trajetórias de pessoas que estão na rua, mas como já falado algumas pessoas escolhem se movimentar pelo centro à noite, devido ao calor excessivo do dia. Determinadas pessoas acreditam ainda ser a melhor

opção, por causa da insegurança, pois o ideal para elas seria dormir durante o dia e ficar ativa à noite. Percebemos que a noite transforma espaços, dado haver uma nova espacialidade na cidade noturna. Existe uma cidade invisível à noite. Por exemplo, visitamos um estabelecimento que durante o dia funciona como um local de venda de roupas, bijuterias, brinquedos e à noite se transforma, dando lugar a mesas e pessoas em busca de diversão. Os espaços do trabalho e do não trabalho às vezes se confundem nesses ambientes mistos. Se fossemos pensar na noite ao longo da história perceberíamos como ela foi ficando cada vez mais atrativa para a diversão e o entretenimento da pessoa moderna e contemporânea. Antes, a noite era a hora do descanso do recolhimento, onde as “boas famílias” estavam em suas casas, hora de restabelecer as forças e se preparar para um novo dia. À chegada do século XX, com suas novidades tecnológicas, com a eletricidade servindo para outras coisas além de iluminar, com o cinema, o rádio, a televisão, os celulares e *gadgets*, etc., ocorreram mudanças no cotidiano das cidades. Os bares e confeitarias, os bailes e festas populares, os cabarés, os teatros, as praças iluminadas, enfim, tudo isso atraiu cada vez mais, principalmente os homens, para a noite. Durand fala que:

A noite recolhe na sua substância maléfica todas as valorizações negativas precedentes. As trevas são sempre caos e ranger de dentes, 'o sujeito lê na mancha negra (do Rorschach) [...] a agitação desordenada das larvas. S. Bernardo compara o caos às trevas infernais, enquanto o poeta Joë Bousquet fala da noite 'viva e voraz' (DURAND, 1997, p. 92).

A noite por muito tempo vem afrontando a humanidade com seus mistérios ocultos e sobrenaturais, com imaginários envoltos por tópicos relacionados a lobisomens, bruxas, encantamentos, magias e fantasmagorias, que tomam impulso com o pôr do sol. Todo esse pavor diante do que se pode encontrar na noite faz o homem encará-la com cautela. Não obstante, a noite nas ruas de Manaus é vivida com intensidade pelos notívagos, a despeito de perigos como violência, roubo, estupro. Delameau declara que a noite é “desassegura”:

Uma das tantas razões convergentes que explicam a inquietação engendrada no homem pela chegada da noite e os esforços de nossa civilização urbana para fazer recuar o domínio da sombra e prolongar o dia por meio de uma iluminação artificial (DELAMEAU, 1989, p. 99).

Sentimos falta da segurança no dia e nos parece que na escuridão da noite pecado e desejo entram em comunhão. Delameau (1989) nos leva a compreender que as pessoas

de bem amam o dia e as más a noite. O que se equipara ao pensamento de Durand (1997) quando diz que a aproximação da hora crepuscular sempre pôs a alma humana nessa situação moral maniqueísta, provocada pelo confronto dia *versus* noite, diretamente ligada ao bem *versus* o mal ou a luz *versus* as trevas. Na bíblia, encontramos 334 capítulos que fazem referência à noite, como no livro de Gênesis, 1:18, que diz “[...] e viu Deus que isso era bom; viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas”. No livro de Isaías, 45:07, vemos claramente a conotação maniqueísta em relação à noite, como trevas, onde Deus diz: “[...] Eu formo a luz, e crio as [trevas]; Eu faço a paz, e crio o mal; Eu sou o Senhor, que faço todas estas coisas”. Nas palavras de Durand (1997), nota-se: “Desta solidez das ligações isomórficas resulta que a negrura é sempre valorizada negativamente. O diabo é quase sempre negro ou contém algum negror” (p. 92). A partir de histórias infantis, a noite passa a ser temida, no imaginário popular, desde a tenra infância, sendo a hora proibida, o lugar preferido dos mais terríveis pesadelos, dos demônios e da morte. O escuro nos angustia e nos envolve, nos domina.

Esta angústia seria psicologicamente baseada no medo infantil do negro, símbolo de um terror fundamental do risco natural, acompanhado de um sentimento de culpabilidade. A valorização negativa do negro significa, segundo Mohr, pecado, angústia, revolta e julgamento (DURAND, 1997, p. 91).

Não eram frequentes as presenças de pessoas de bem, principalmente “mulheres honestas” na noite, pois havia a associação da noite com as chamadas “decaídas”, mulheres que haviam se “perdido” e passavam a viver da noite, ou seja, se prostituir. A mulher da noite tem um brilho irresistível, envolta de mistérios e sensualidade, desperta no homem paixões arrebatadoras e amores impossíveis. Uma mulher da noite não se entrega a paixões e nem amores, mas desperta-os. A amante profissional está acima da saudade, do ciúme, da culpa ou do ressentimento. Procura um homem para se satisfazer sexualmente e economicamente. Algumas não se consideram prostitutas, pois não vivem exclusivamente dos ganhos da noite. Mas pudemos perceber que elas fazem parte das mulheres que se relacionam com o objetivo de ganhar algo material. É o amor-transação, em um tipo de relação de troca, onde cada indivíduo busca uma compensação por uma satisfação dada. Há sempre um ressarcimento por trás de um gesto. Geralmente elas pedem dinheiro, joias, perfumes e roupas, e daí vão baixando para bebidas, cigarros e até carona para que não

voltem de ônibus para casa, como dizem: “só vou a determinado lugar se fizeres isso por mim”. É uma espécie de compensação.

A atividade das PSR, apesar de não ser essencialmente noturna, mostra-se com vivacidade durante a noite. Acredita-se que com o cair da noite se afloram desejos perturbadores. A noite se apega ao mistério, ao secreto e velado, ao escuro, ao conflito, à solidão, ao amor e à morte. A noite com conotações negativas de perigo e medo é também o lugar comum do deleite. Nesse sentido, Delameau (1989) comunga com Durand (1997), quando diz que “[...] a noite apresenta-se como espaço do prazer e também da perdição, onde o público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio da intimidade (p. 85). Nos ambientes, principalmente noturnos, onde transitam as pessoas, mostram-se formas do grotesco, sobretudo na concepção do corpo, na medida em que os trajes e comportamentos ali presentes chocam, já que fogem do “lugar comum” do cotidiano da maioria da população da cidade. Nesses lugares a ousadia traveste a moral, modificando-a como melhor lhes convém ou degradando-a, ou seja, zombando do politicamente correto e mostrando vieses que estão presentes na sociedade, mas não são mostradas. Caberia lembrar Bakhtin (1993), quando se refere ao “grotesco”, no caso, tomado enquanto estereótipo ou signo diacrítico das condutas supostamente normais de homens e mulheres:

No entanto, mesmo nesse estágio, e sobretudo em Rabelais, as imagens grotescas conservam uma natureza original, diferenciam-se claramente das imagens da vida cotidiana, preestabelecidas e perfeitas. São imagens ambivalentes e contraditórias que parecem disformes, monstruosas e horrendas, se consideradas do ponto de vista da estética “clássica”, isso é, da estética da *vida cotidiana preestabelecida e completa* (BAKHTIN, 1993, p. 22).

Essa imagem rabelaisiana se ajusta às figuras reais e imaginárias que povoam a noite e a fazem cúmplice. Corpos desfilando a sua sensualidade em meio à massa uniforme e despadronizada onde não existe etiqueta e muito menos padrão social formal, tudo isso “embalado” por inebriantes ruídos e música brega. A descrição pode ser vista na madrugada do centro de Manaus. O centro é um território antagônico que proporciona o uso do espaço urbano para trabalho, divertimento e moradia, nem sempre de forma harmônica, ocorrendo há muito tempo nesses espaços tensões de toda a ordem. Podemos perceber esse fato em uma passagem da pesquisa histórica realizada por Deusa Costa (2014), tomando como referência o centro da cidade de Manaus no século passado:

O mercado público Adolpho Lisboa, por exemplo, era um dos locais que pontuava os vários ritmos de funcionamento da cidade. De dia a população local acorria até ele para abastecer-se e para trabalhar, trazendo à tona a cidade do trabalho, que acordava cedo para iniciar às 05h30min o seu labor. O comércio ambulante praticado em seu entorno, tendo como protagonistas em disputa portugueses e sírios movimentava aquela área para além do fechamento do mercado. À noite, já num outro ritmo de vida, o ritmo do lazer popular, os vários botequins começavam a lotar-se dos trabalhadores do Porto, e do corpo. A prostituição tomava a cena e virava a madrugada, colocando em ação a polícia local e sua atitude moralizadora e repressiva (ID., *op. cit.*, p. 200).

A negação da ordem estabelecida se apresenta no centro após a meia noite, principalmente, porque é como se a partir dessa hora fossem estabelecidas lógicas próprias para utilização de espaços. Logo que os últimos ônibus saem da estação da Matriz, geralmente em comboios, o centro fica entregue a marginalidade. A lei da rua é decretada até as primeiras horas da madrugada, parece até um salvo conduto para a delinquência. Cada pessoa ou grupo se protege como pode, pois se sabe que não há naquele momento garantia de nada. São construídos vínculos protetivos pelos quais as pessoas que estão na rua se agregam como forma de pertencimento ao “pedaço”, e neles sentem-se de alguma forma seguras. A sensação de segurança que os *outsiders* conseguem pode dar a eles a noção subjetiva e objetiva de fazerem parte de algo maior que a individualidade deles, como uma comunidade. Ser parte de alguma coisa, pertencer a essa coisa, os coloca em um suposto patamar de igualdade social dentro daquela rede de relações onde se inserem.

A respeito desse assunto, notamos que:

Territórios nas cidades são, assim, elaborados pelos próprios moradores nas ruas, nos bairros e nas cidades, configurando cartografias subjetivas. A noção de “pedaço” (Magnani, 2002) resulta desse processo, ao demarcar um determinado espaço físico e social no qual se desenrola uma rede de relações sociais (PAIS e BLASS, 2004, p. 220).

As relações, principalmente à noite, não são das mais firmes, mostram-se frouxas, negociáveis e renováveis circunstancialmente. Durante a noite, não há terra firme e os substratos que os prendem ao grupo dependem muito de crenças e atitudes, pois a trajetória das PSR vai influenciar diretamente no pertencimento de cada grupo. A ligação aos grupos depende muitas vezes de características peculiares que os aproximam, cremos que os análogos se entendem. Na noite, transitam pessoas de variadas estirpes, como lavadores e guardadores de carro, feirantes, desempregados, PSR, drogados, bêbados, vendedores de

iguarias, prostitutas, travestis, taxistas, mototaxistas, canoieiros, donos de barco e tripulação, bem como mendigos, pedintes, crianças de rua, cafetões e ladrões. Essas pessoas, quando “demarcam territórios”, estão se apropriando, sobretudo simbolicamente, do espaço público. É um espaço totalmente diferente do dia, sua antítese. É o recinto da vilania, do vigarista, aonde há temor de toda ordem e o poder constituído (polícia) em certo plano se abstém. A partir da noite, entendida enquanto contexto de relações estabelecidas, visualizamos a possibilidade de interpretar o universo cultural popular das pessoas que vivem nas ruas do centro. Para isso, procuramos destacar formas de sensibilidade e insensibilidade próprias deste contexto noturno, que em nosso entender permite uma inteligibilidade maior sobre a rua.

A noite se configura como fina rede de confrontos e intensidades em disputa que altera relações cotidianas, constituindo-se, como que por mágica, como modificadora de relações formais e informais, sendo isso um sintoma da forma como seus personagens dialogam com estruturas materiais e imateriais da vida nas ruas, fazendo o jogo do poder quando lhes é conveniente, para logo em seguida insurrecionarem-se. Ao anoitecer, o centro toma o ritmo de um espaço de contra-usos, diferente da cidade diurna, pois é quando amainam pressões relacionadas à vigilância do Estado. Nessa hora do dia, pode se dar o entrelaçamento de diferentes humanidades, em uma mistura de PSR de diversos trajetos numa folia do grotesco. A escuridão no centro dá vazão ao extravasamento de emoções. Lefebvre (2001, p. 84), em estudos acerca do abordado, considera a cidade “cheia de atividades suspeitas, ela fermenta delinquência; é um centro de agitação”. As PSR, porquanto, que se aventuram como notívagas (e não são poucas), compõem o espaço e o tempo das práticas perigosas de um submundo da subversão. A noite constitui-se como um espaço-tempo dinâmico e por vezes onírico e idílico, chegando a ser surreal, onde realidades e fantasias se misturam nos relatos e contradições dos interlocutores da pesquisa. A noite é um espaço-tempo fronteiro. De acordo com Lefebvre (2001), “[...] dessa situação [da realidade e da fantasia], nasce a contradição crítica: tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana (ID., *op. cit.*, p. 85).

Sobre as relações noturnas das pessoas que durante o dia mantêm-se no grande, médio e pequeno trajetos, afirmamos: elas passam a ser imbricadas e não certamente

estabelecidas. Na noite, observamos, as noções de trajetos se misturam, agregam-se e se diluem entre tensões e desejos. Além da quebra da normalidade, o desequilíbrio vindo com a noite e seus medos não deixa de ser um momento em que se fundam tensões por conta do imprevisível. “É preciso ficar esperto”. Nesse momento, há muita vulnerabilidade, a exposição fica maior, as pessoas estão dispostas nos seus papelões (camas improvisadas), a mercê de todas as sortes. Estão dentro de outro sistema de regras próprias, onde o Estado não alcança ou não se dispõe a dar apoio. Parece não haver controle efetivo. As condutas desviantes no âmbito dos espaços da marginalidade se aplicam de outra forma, com regras próprias do desvio. Na maior parte do tempo, códigos aceitos na rua e seguidos remetem às mais grotescas barbáries e à violência imposta aos relutantes em obedecer.

A lei imposta na rua se traduz, por vezes, em violência. A impunidade eleva o abuso dos agressores, supostamente destemidos. Estes, usam da agressão para manter o poder. Brigas, correria, gritos e um corpo estendido no chão! Sinal de desobediência à lei da rua. Práticas da rua que a massa anônima toma como linguagem fácil de entender, ou seja, a indisciplina tem a morte como recompensa. Por exemplo, em setembro de 2016 foram encontradas em Manaus as partes do corpo de uma PSR dentro de malas. O corpo estava depositado em dois locais diferentes da cidade: uma mala foi encontrada na Rua Belém, bairro Nossa Senhora das Graças, em 09/09/16; outra na calçada do cemitério São João Batista, no centro, no mesmo dia. Segundo as investigações da DRFD⁵¹, tratava-se de uma PSR, que fora assassinado e esquartejado a mando de traficantes de drogas da região. O mesmo estava afugentando a clientela das “bocas de fumo”. São situações que acontecem na rua onde o “tribunal do crime” julga e condena tendo como parâmetro suas próprias leis. Percebemos essa situação também na fala da nossa interlocutora Cristiane 37 anos e de seu companheiro Daniel 35 anos quando perguntei sobre brigas na rua:

Ixi!!! É matança mesmo, é de faca, é de coisas.... briga por tudo, por causa de uma dose, por causa de uma pedra, por causa de marido, por causa de roupa, por causa de calcinha, por causa de tudo. Tudo que você possa imaginar (ID., *op. cit.*).

A noite no centro tornou-se a hora do encontro, da conversa, da aproximação e formação dos grupos afins. Depois de um dia difícil, tentando ganhos ou perdas, castigadas

⁵¹ DRFD: Delegacia de roubo, furtos e defraudações, sob a direção do delegado Ivo Martins.

pelas altas temperaturas e extenuadas pelos trabalhos degradantes pelos quais são submetidas, a noite vem como um alívio às PSR. Depois do *laborum meta*, o corpo pede descanso.

As PSR redefinem-se adequando suas atitudes as dinâmicas diurna e noturna do centro da cidade de Manaus. Nesse universo multifacetado, as PSR se diluem na multidão e entre espaços habitados, confundindo-se com transeuntes habituais do centro. Na correria do centro da cidade, os estereótipos habituais da figura do mendigo vão se desmanchando, porque hoje não podemos afirmar com certeza se a pessoa que está em situação de rua se identifica ou é identificado como mendigo. Não podemos negar a presença dos mendigos e seu lugar secular de fala ou de silêncio no cenário histórico da cidade. Todavia, temos que ponderar, já que as PSR, em sua maior parte, trabalham duro. Por vezes, se sentem envergonhados de sua situação de miséria. Alguns nunca tinham mendigado, e foram levados a todo tipo de sofrimento e penúria que a rua pode trazer. Difícil se render à humilhação de implorar a piedade dos transeuntes.

Comumente percebemos que a mendicância é exercida pelos deficientes físicos, idosos e mulheres com filhos pequenos. Cada pessoa evoca para si um lugar no espaço público e dele faz uso com as armas de que dispõe. O acontecer histórico desenrola-se como em um jogo cênico com suas personagens diversas fazendo uso do espaço público para seu proveito. No teatro da vida, no centro da cidade, as PSR podem ser pontualmente identificáveis durante o dia, mas a noite se destacam com mais facilidade na paisagem quase deserta do centro de Manaus. Diferente do cotidiano diurno, a noite o lugar parece outro cenário, configurado enquanto “zona umbralina”, comumente não vista pela maioria da população. São realidades que fazem parte da costura sincrética do cotidiano das PSR no cenário diurna/noturno e suas intermediações dialéticas no centro da cidade.

Até aqui, o estudo tentou indicar a existência de diferentes trajetos no centro de Manaus, inclusive à noite, cada um com sua peculiaridade. Trajetos que se configuram como domínios marginais do centro, orientados, de alguma forma, por alimentação, trabalho, drogas, lazer e sexo, só para citar algumas das motivações.

No capítulo seguinte, temos a intenção explorar anseios e projeções mentais que integram o cotidiano de boa parte das PSR com outras pessoas. De que forma são amenizados os diversos desconfortos psíquicos, provocados principalmente pelos

desequilíbrios incididos no âmbito da situação de rua, a qual se apresentam? Sofrimentos expressados de várias formas, como sentimentais, cognitivos, físicos, comportamentais, dentre outros. Assim sendo, importa refletir acerca dessas problemáticas sociais para tentar expor mazelas que não se nota de modo manifesto, ou seja, a miséria humana e seus desdobramentos sociais. Esperamos que nosso trabalho possa abrir caminho como mecanismo de conhecimento e denúncia social. Acreditamos ampliar o estudo sobre essas pessoas, dessa maneira, na tentativa de contribuir para a elaboração de políticas públicas sérias, de inclusão, que as tratem de forma humana e justa.

CAPÍTULO III – A visão que os outros sujeitos têm da PSR; invisibilidade e marginalidade

3.1. Quem são os outros que estão na rua?

Quem são os outros sujeitos que interagem constantemente com as PSR? Feirantes, donos de embarcações, comerciantes locais, fregueses das feiras e mercados, pessoas ligadas a religiões, passageiros de barcos, taxistas, vendedores ambulantes, grupos de voluntários, transeuntes, frequentadores. Numa tentativa de construção dos papéis desses personagens do cenário urbano, os outros são parte importante na constituição do “eu” PSR.

Ajudar o próximo não é tarefa fácil, como relata Breno (46 anos, PSR, 30/10/2016): falou: “A pessoa ao invés de tá dormindo, curtindo com a família... eles vêm ajudar a gente aqui mano, não é fácil”. A opinião de Breno é uma fala recorrente das PSR. Nas primeiras conversas que tivemos com as PSR, em 2014 (Jackson, 34 anos, PSR, mecânico desempregado), já surgiam padrões concernentes a essa fala mediante disposição dos voluntários em ajudar as PSR. Tivemos engendramentos referentes ao assunto a partir de instituições religiosas (ele diz que igrejas realizam auxílio a PSR), o que, dessa forma,

concorre para validar os dados da pesquisa. Ou melhor, são dados recorrentes, que apontam padrões dentro de uma sistemática de sobrevivência nas ruas.

A intenção desse capítulo será no sentido de uma interação maior com outros personagens desse cenário urbano do centro de Manaus. Ao interagirmos com o outro, procuramos nas suas falas e gestos, enfim, nas suas pistas corporais (físicas, mas também psíquicas) sobre tipos de comportamento e atitude que eles estão se apropriando para esse contexto, tentando interpretar o que esses “outros” pensam das PSR.

Intencionamos também destacar no tópico que segue como as PSR são vistas pelos moradores fixos habituais, comerciantes locais, voluntários, assistentes sociais, pastorais religiosos. Interações que acontecem entre eles mesmos (PSR) e entre eles e outras pessoas do centro de Manaus. Como se estabelecem essas relações? Qual o olhar dessas pessoas mais próximas sobre as PSR? Como veem os outros? Como classificam as outras pessoas? Velhos e novas PSR?

Para além da compaixão, por ver a superexposição de seres humanos em condições degradantes de vida, dar esmolas pode ser visto também como um instrumento de poder e ostentação, como veremos na fotografia (figura nº 42) a seguir. O ato de dar esmolas, de alguma forma, faz extravasar sentimentos, reduzindo a culpa por meio da doação. Ele é um misto de emoções, especialmente para os voluntários e ou religiosos das caravanas por nós observadas. Em um primeiro momento, sente-se nojo, espanto; depois piedade, carinho, felicidade, e, por fim, alívio. É como se marcássemos um ponto positivo com Deus e ainda fazendo uma boa dieta na consciência. Para além dessas questões, percebe-se a ajuda ao outro como uma forma de se ajudar, tanto espiritualmente quanto moralmente, frente à sociedade. São preceitos judaicos cristãos que norteiam a vida em relação a ajudar o próximo. Ideias e atitudes muito presentes entre os membros religiosos que exercitam caridade. Comungam também desse ideia alguns comerciantes, feirantes, transeuntes e vendedores ambulantes da área do centro da cidade.

O problema é tentar domesticar, civilizar, recolher as pessoas como animais, de forma compulsória, no laço. As pessoas que estão na rua, e isso é fala recorrente, não querem só comida. Não é só o lado orgânico que está em jogo. Poucos voluntários desenvolvem o lado da amizade fraterna, da conversa franca e do abraço acolhedor. “Os outros” tratam frequentemente as PSR como mendigos de estimação. Como um objeto a

ser cuidado para satisfazer, via de regra, vaidade (*self* para postar nas redes sociais) e religiosidade (ganhar ponto com a igreja e com Deus).



Figura 42. Voluntário após distribuição de alimento. Ao centro da foto, de mochila preta, Jackson (PSR). Rua Guilherme Moreira, centro. Fonte: Noélio Martins Costa, 2016.

Voluntários posam para fotos com a panela vazia e uma PSR ao lado. Muitos disseram “essa foto vai pro face”. Percebe-se a força de vontade de famílias inteiras que saem das suas casas nos fins de semana e à noite, entregando comida em locais perigosos. Movidos, em grande parte, pela solidariedade. Alguns grupos usam as redes sociais para divulgar os projetos e arrecadar alimentos, dinheiro e chamar mais voluntários para participar. Um desses projetos sociais é o “Sopaterapia”, formado por voluntários que se dispõem a doar alimentos para a preparação de sopa a ser distribuída todas as terças-feiras

em vários pontos do centro da cidade. Em uma das postagens nas redes⁵² sociais a voluntária Marcia Quintella fala sobre ser voluntário:

Trabalho voluntário não é coisa de gente santa. Não é para quem quer mudar o mundo ou ser bem visto. Trabalho voluntário é para quem quer mudar a si mesmo e está disposto a aprender por meio do contato com novos mundos. É uma excelente ferramenta de empatia, onde o aprendiz ensina mais que o professor. Voluntariar é transbordar de tanto aprendizado e gratidão, é superar dores e desafios inimagináveis, porque vê na história do outro as bênçãos da própria vida. A nossa maior ligação é humana, feita de respeito e gentileza. Onde existem voluntários, existe a mistura das cores, das classes, das crenças e de passados. A curiosidade pelo outro alimenta a nossa alma sedenta por sentimentos reais! Voluntariar é doar amor para curar a dor do outro, e sem saber, descobre que esse é o remédio para curar a nossa própria. Em todos esses mundos eu encontrei um olhar de gratidão profundo, desses que desconstroem quem achávamos que éramos e faz renascer quem realmente queremos ser nesse mundo!!

Além da sopa, os voluntários distribuem água gelada, pão e ração para os animais que acompanham as PSR. Divulgam os trabalhos, por exemplo, no facebook #sopaterapia; #alimentodaalma; #juntosomosmuitos; #solidariedade; #caridade; #união; #amor, #empatia; #vidanocentro; #manaus; #fazerobem; #maisamorporfavor, são alguns likes usados para divulgação dos trabalhos. A idealizadora desse projeto falou para a jornalista Gláucia Chair do jornal Em Tempo⁵³ no dia 12/05/17 como surgiu o projeto:

A iniciativa surgiu a partir de uma conversa entre três amigos. Lembro que na época a gente fez 30 porções de sopa e saímos para entregar no Centro. Rodamos toda a área e identificamos alguns pontos onde realmente havia pessoas que, na maioria das vezes, passam fome. A ação tem por objetivo beneficiar essas pessoas com uma refeição balanceada, cheia de nutrientes, para o fortalecimento, mesmo que apenas por uma noite na semana (Daniela Montani, 32 anos, arquiteta, idealizadora do projeto).

Trata-se, como menciona o jornal, de uma ação beneficente que tem por objetivo saciar a fome e a sede de pelo menos 100 PSR no Centro de Manaus a cada noite. De acordo com a idealizadora do projeto, o grupo já realiza atividade há aproximadamente um ano e seis meses, sendo visitados quase dez pontos no centro da cidade. Cerca de 30 pessoas

⁵² #SOPATERAPIA#Fazerobem#Empatia#VidanasRuas#Caridade#Compaixao#Amor#Paz#DeusnoComand o#Vida#Juntosomosmuitos#AjudarsemPedirnadaemtroca#SomosTodosUm. Acesso dia 30/05/2018.

⁵³ Cf. em <http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/74838/sopa-terapia-ajuda-moradores-de-rua-no-centro-de-manaus>, acesso em 02/03/18.

participam em tarefas como doações, compra, preparo, embalo e distribuição. Outra voluntária relata:

A gente desenvolve essa ação por que acreditamos que a partir do momento que você deixa sua casa, pra você é muito constrangedor, você deixa sua história, deixa sua família. Eles dizem que aqui conseguem um miojo, conseguem fazer uma fogueira e cozinhar um negócio, lá a gente não consegue nada (se referindo a casa). Então pra você sair da sua casa e vir arriscar, não ter onde ficar. Eu acho que toda ajuda é válida (Tatiana Oliveira, 38 anos, aquiteta, voluntária do projeto).

Na perspectiva da PSR, toda ajuda é bem vinda. A reportagem ouviu Laércio Gomes da Silva, 34 anos, dos quais 22 anos são na rua. Se sente feliz com a ação beneficente:

Desde os 12 anos que eu moro na rua, quando fui abandonado pela minha família. Desde então eu cato latinha, sucata pra ter o que comer todos os dias. Mas nem sempre eu consigo, tem dias que eu passo fome. Quando chego a conseguir algo é porque vendi uma saca de latinha por R\$ 5. Com esse dinheiro eu compro pão ou frutas e ainda divido com meus amigos de rua, porque aqui é assim, é um ajudando o outro, é a lei da sobrevivência. Então eu fico feliz com essa ação, porque é muito difícil eu ter dinheiro pra comprar um prato de comida. Além disso, a sopa é maravilhosa, sou muito grato a pessoas (Laércio Gomes da Silva, 34 anos, PSR).

Causou-nos estranheza o testemunho de Laércio (34 anos, PSR) em relação à fome. Quase unânime em falas das PSR com as quais conversamos era o fato de que não se passa fome no centro de Manaus, pois, de acordo com eles, comida ninguém nega. Na área das feiras e do porto, observamos sempre frutas pelo chão, que geralmente caem ao serem transportadas. PSR não compra frutas, muito menos pão, pois conseguem pedindo nas bancas de café espalhadas pelo centro, fato constatado no nosso trabalho de campo. Ao perguntarmos aos donos de banca de café da manhã, os mesmo afirmaram que fornecem café aos PSR de graça. Significa que, intuído acerca da narrativa coletada, a fala do interlocutor tende a conter meias verdades, acrescidas de vitimização. Disse para a reportagem exatamente o que eles queriam ouvir, o que na categoria nativa eles chamam de “manguear”. Por essa questão nosso trabalho procurou ouvir interlocutores e perceber a recorrência das informações, dessa forma, obter dados mais confiáveis.

Em entrevista ao Jornal A Crítica em 12/11/2017⁵⁴, o coordenador do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos da Sejusc, Cristiano Chíxaro, destaca que os

⁵⁴ Cf. em <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/censo-aponta-que-260-pessoas-vivem-nas-ruas-do-centro-de-manaus> acesso em 03/03/18.

trabalhos do censo da população de rua na capital iniciaram pelo Centro, mas vão se estender para outros bairros, como a Glória e a Cidade de Deus, e até para a Região Metropolitana de Manaus (RMM). A ideia, segundo ele, é ter um retrato mais fiel de quem são essas pessoas e evitar o crescimento desproporcional dessa população. “Ano passado fizemos um trabalho similar e cadastramos 268 pessoas só no Centro. Muitas dessas pessoas sequer tinham documentos e nós os ajudamos a emití-los. A maioria deles foram para as ruas por causa do álcool e de drogas e acabaram sendo abandonados”, explicou o coordenador. Ainda de acordo com a reportagem, a meta da Sejusc é ter um controle maior da população em situação de rua da capital e desenvolver ações garantindo assistência social a essas pessoas.

Embora sejam louváveis essas iniciativas, mas nas nossas andanças pelo centro não encontramos nenhuma entidade governamental atuando. Se o fazem é de forma esporádica, pontual e paliativa, como por exemplo, levantamento de dados. O censo realizado tentou mapear a área do centro, observaram as seguintes características: encontraram homens e mulheres entre 20 e 40 anos, com baixo grau de instrução, trabalhadores informais e usuários de álcool e outras drogas, além de elevado número de pessoas de outros Estados, ou seja, nenhuma novidade. Mesmo em posse desses dados, as ações de intervenção junto as PSR ainda não vieram.

A responsabilidade de cuidar do bem-estar das PSR cabe à Prefeitura Municipal de Manaus. Por isso foi criado o CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua), inaugurado em 7 de abril de 2011, no município de Manaus, sendo parte integrante da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH). Contido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com texto da Resolução nº. 109, de 11/11/2009 e publicada em Diário Oficial da União em 25/11/2009.⁵⁵ Localizado na rua 01, s/n, bairro Petrópolis, este foi o primeiro espaço criado na cidade de Manaus objetivando servir como referência e contra referência para pessoas em situação de rua quer sejam jovens, adultos, idosos e/ou grupos familiares que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, segundo site da SEMMASDH. Tentamos por diversas vezes

⁵⁵ Cf. em <http://semmasdh.manaus.am.gov.br/amine-daou-2/> acesso em 03/04/2018

falar com o(a) secretário(a), mas não obtivemos respostas positivas via e-mail e via telefonema.

De acordo com a secretaria, em entrevista ao jornal, o Centro Pop oferta trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Promove o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação (Café e Almoço), proporciona endereço institucional para utilização que serve como referência do usuário para a provisão de documentação civil e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Tudo isso poderia funcionar de forma prática, mas não percebemos efetivamente.

‘Muito Mais Amor’, assim é conhecido o outro grupo de voluntários que se organiza para celebrar o natal das PSR em Manaus. Os voluntários promovem ação no intuito de garantir uma ceia de natal digna as PSR, o grupo arrecada donativos que vão desde alimentos, roupas, calçados e materiais de higiene para serem distribuídos próximo ao período natalino. Em reportagem ao Jornal Acrítica em 09/11 e 19/12/2017⁵⁶, com o título “Voluntários buscam doações para garantir ceia de moradores de rua em Manaus”, essas pessoas têm como mensagem “uma ceia preparada com carinho e amor ao próximo”, segundo aponta um dos coordenadores do grupo, Júlio Fehezzo, que destaca ainda faltarem alguns itens todos os anos para completar a ceia. “Sempre precisamos de mais para o jantar dos nossos assistidos. São produtos como frangos e itens de mesas, como talheres, toalhas e cadeiras. Mas, qualquer outro tipo de doação que possa colaborar com a ceia e a atividade que vamos desenvolver aos moradores de rua é bem-vinda. Já recebemos, por exemplo, a doação de canecas plásticas que serão entregues a cada um deles”. A ação do grupo de voluntários ‘Muito Mais Amor’ já está no seu terceiro ano de atuação e a meta tem sido conseguir atender de 100 a 130 pessoas que vivem em situação de risco social e vulnerabilidade. Na mesma reportagem, Fehezzo revela que atualmente o ‘Muito Mais Amor’ conta com cerca de 15 pessoas que atuam com frequência em atividades

⁵⁶ Cf. em <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/voluntarios-buscam-doacoes-para-garantir-ceia-de-moradores-de-rua-em-manaus>, acesso em 03/04/2018

desenvolvidas nas ruas de Manaus. Entre elas está a assistência a venezuelanos, quando ainda habitavam na rodoviária e no centro da cidade; bem como, a cada 15 dias ocorre a doação de alimentos para PSR.

Nosso objetivo é estimular o convívio fraterno e, especialmente, partilhar muito amor, carinho e abraços. O ‘Muito Mais Amor’ é um movimento por mudanças na vida de pessoas. Um movimento social de amor e paz pelas pessoas que necessitam de ajuda e solidariedade. Somos um grupo de muitas causas, pelas crianças, jovens, adultos, idosos, pelos animais abandonados, pelos moradores de rua. Fazer o bem é o que fazemos com amor. (Júlio César Fehezzo, coordenador do grupo de voluntários ‘Muito Mais Amor’, reportagem ao Jornal Acrítica em 09/11 e 19/12/2017).

Pequena parcela da população consegue compreender o drama vivido pelas PSR. Acreditamos que um número expressivo de pessoas ignora, invisibiliza ou rejeita taxativamente. Geralmente, na vida cotidiana, enfrentamos adversidades e rejeição. Ninguém é 100% aceito em todos os lugares que frequenta. Dito isso, podemos entender que no círculo de vida das PSR o nível de rejeição está acima do normal, parece um estado permanente. Dessa forma, ninguém aguenta ser rejeitado constantemente ao longo de todo tempo e por quase todos. A visão da maior parte, infelizmente, ainda está voltada para estigmatizar, desqualificar, discriminar, excluir. Com tanta pressão, o ambiente se torna hostil e a vida saudável deixa de ser a regra. Ao internalizar a admissão de culpa, a derrota e o fracasso, ao naturalizar a situação de exclusão, aceita peremptoriamente o discurso da sua não existência. Geralmente a culpa pela vida que levam e por todo o sofrimento causado a familiares é constante, parece uma cobrança eterna pelos maus passos dados na vida; se traduz em choro, arrependimento, remorço, tudo isso fazendo parte dessa autocrítica moral. Por conseguinte, a figura da PSR, de forma estereotipada, é tratada pelos outros como um ser humano baldio, desnecessário ao meio, descartável. E sobre dar anuência à própria situação, trazemos à baila a fala do interlocutor Daniel Souza da Silva, 35 anos, guardador de carro, 2016: “Estou nessa vida errada até quando Deus quiser”. Nesse pequeno trecho, é perceptível a introjeção dos valores e atitudes que não estão propriamente na pessoa em situação de rua (acusados). São os outros que a ela dizem acerca de valores e atitudes (acusadores). Porém, essa pessoa já se transformou naquilo que os outros falam que ela é. Talvez tenha desistido de lutar e entrega tudo nas mãos de Deus para que o acaso ou a sorte lhe resgate de uma situação que elas mesmas não acreditam poder sair.

Em observação a um dos nossos interlocutores no dia 20/05/2018, fiquei a fitá-lo de longe. Domingo, por volta de meio-dia, a chuva não dava trégua na Avenida Eduardo Ribeiro (centro de Manaus). Resolvi esperar embaixo de uma das barracas instaladas para a feira livre do fim de semana. O sujeito parecia elétrico, inquieto, perturbava em todas as barracas. O reconheci de outro momento, era o vulgo “Passarinho”, ou como ele mesmo disse “o grande poeta Sérgio”. PSR, 48 anos, poeta e açougueiro, entrevistado por nós em 2016. Perambulando todo molhado, parava em frente a cada barraca de feira, de braços cruzados, encarava as pessoas. Era uma figura jocosa, franzina, movido pela cachaça que lhe alterava o comportamento, pedia dinheiro. Chegava falando coisa engraçadas: “Chegou o seu amor”; “Prepara meu almoço que hoje tenho dinheiro”; “Tô procurando alguém pra casar hoje...” Alguns feirantes toleravam, outros o expulsavam como se enxota cachorro. “Sai daqui, Passarinho! Xô...xô...”. Depois de alguns minutos, lá estava ele de novo. Comia um salgado aqui, ganhava uma bala de cupuaçu ali, e não parava. Queria dinheiro para compra cachaça. Almocei no local e fiquei a registrar alguns de seus atos e gestos. Durante o tempo em que estive ali, passou três vezes na minha mesa pedindo. Ao convidá-lo para almoçar, a dona da barraca falou “Isso não tá com fome, não. Já comeu, quer é atentar”. E imediatamente o expulsou, como já havia feito anteriormente.

De forma recorrente, a rejeição impera. Como a PSR vai sair dessa conjuntura se não é vista como pessoa? Se torna um desafio hercúleo sair desse abatimento moral com o volume de críticas destrutivas. Pelo que percebemos, falta-lhes status, empoderamento como cidadãos de direito, para voltarem a se sentir parte da sociedade formal. Como disse Ademar, 45 anos, entrevistado em setembro/2016, “não dá para subir o funil ao contrário, depois que desce é difícil retornar”. A vergonha de estar nessa condição concorre como fator motivador de um desejo de mudança da tragédia transcrita ou como fator de acomodação.

Entendemos que esse o modelo de entrevista adotado a seguir traz fonte primária a ser analisada e que esse modelo de apresentação não é o mais usual para trabalhos acadêmicos. Entretanto, nossa estratégia foi exatamente esta, mostrar as falas na íntegra para depois analisar alguns aspectos.

Entrevistamos dois dirigentes de ações voluntárias que assinalam as suas atividades com as PSR. Visando estabelecer conexões com as narrativas das pessoas assistidas por eles. Essas entrevistas vão ser transcritas na íntegra a seguir:

Julyana Santos, coordenadora da Sopaterapia, entrevista concedida em 22/03/18

Noélio — O que move vocês a fazerem a sopaterapia?

Julyana — A sopaterapia como o próprio nome diz, é uma terapia pra gente. Todas as terças quando nos reunimos é uma sensação de prazer e conforto em saber que vamos, com um pouco que cada um consegue levar, satisfazer a fome, nem que seja por um dia, daqueles que estão realmente com fome, daquelas pessoas que muitas das vezes, não tem o que comer, o que beber, e isso acaba que nos motiva cada vez mais para continuar com esse projeto.

Noélio — Você poderia me falar qual o perfil das pessoas que vocês ajudam?

Julyana — A maioria é do sexo masculino; Idade entre 30 e 53 anos; Alfabetizados; Estado civil solteiros; com mais de um ano morando na rua.

Noélio — Porque vocês acham que eles estão na rua?

Julyana — Drogas e bebidas alcoólicas; Desavenças familiares; porque estão sem trabalho;

Noélio — Na opinião de vocês, o que eles fazem para vir parar na rua?

Julyana — Eles veem nas ruas uma falsa sensação de liberdade;

Noélio — Além do alimento vocês auxiliam em algo mais?

Julyana — Às vezes sim. Ajudamos com roupas, lençóis, travesseiros. Porém, não ajudamos financeiramente e nem com remédios. Mas como dependemos de doações, nem sempre temos algo a mais para eles além da sopa.

Noélio — Vocês já viram algum deles saírem dessa situação de rua? Acreditam que quantos já superaram essa fase? Como?

Julyana — não sei. Eu nunca vi. Porem acreditamos que isso seja possível sim. Agora pra isso acontecer é necessário uma série de fatores, desde a ajuda com políticas públicas de assistência social até a força do querer da pessoa. Não adianta partir apenas de uma parte a iniciativa se a outra não se interessar e querer mudar.

Noélio — Recebem ajuda de algum órgão do governo ou apenas dos voluntários?

Julyana — Não.

Noélio — Como vocês veem as pessoas em situação de rua (PSR)?

Julyana — São pessoas que precisam de ajuda, incentivo, força e coragem pra superar essa etapa e conseguir vencer no futuro.

Noélio — Quais os casos mais chocantes que vocês presenciaram?

Julyana — Não recordo de algum que tenha chocado!

Noélio — Como vocês se sentem depois do trabalho realizado?

Julyana — LEVES. Essa é a palavra. Com a sensação de dever cumprido, mesmo que temporariamente. Esse projeto faz bem para as PSR mas também faz muito bem pra gente que participa dele. Onde aprendemos a dar valor as mínimas coisas.

Noélio — Vocês já tiveram alguma situação de perigo nas atividades?

Julyana — Perigo real não. Mas já presenciamos discussões entre eles. Alguns indivíduos alcoolizados e drogados. Porém nunca tivemos situações de perigo no ato da entrega.

Noélio — Quais os dias, horários e locais que vocês atuam?

Julyana — Todas as terças-feiras, a partir das 18h e atuamos basicamente no Centro de Manaus.

Noélio — Onde é feita a sopa e por quem? Algum nutricionista ajuda?

Julyana — A sopa hoje é feita numa creche infantil do município. E a sopa é feita pelos voluntários como um todo, cada um se encarrega de lavar e cortar os ingredientes e deixar pronto pra usarmos na sopa. Atualmente existe algumas pessoas responsáveis pelo preparo da sopa propriamente dito, que é a pessoa que vai pondo os ingredientes no "panelão", temperando com sal e outros. Temos chefs e técnicos de cozinha como voluntários porém nutricionista não.

Noélio — Quantas pessoas vocês atendem em cada dia de trabalho? Quantas pessoas ajudam na sopaterapia?

Julyana — Em média atendemos por terça cerca de 180 pessoas. Em relação aos voluntários, temos mais de 100 no nosso grupo de WhatsApp, porém, ativos, que participam toda terça-feira com mão-de-obra e/ou mantimentos são em torno de 30 pessoas.

Noélio — Vocês acreditam que alguns estão em situação de rua porquê? Por que alguns estão por décadas e não saem dessa situação ?

Julyana — Não é fácil dar um motivo pra PSR estar vivendo essa situação. Já ouvimos que tem pessoas que tem casa, tem família, mas preferem estar nas ruas. É difícil exemplificar essa questão.

Noélio — Esse trabalho que vocês fazem pode ser um exercício de empatia? Como seria expressar sentimentos em relação a viver na rua?

Julyana — Sim. Pode. A empatia que sentimos é em relação ao ser humano, ao próximo, que tá ali sozinho, ou geralmente acompanhado do seu fiel amigo, um cão, que não tem muito a te oferecer a não ser experiência de vida e uma boa conversa.

Noélio — Como se estabeleceram as primeiras relações de vocês com as PSR?

Julyana — Desde o começo do projeto tentamos conversar com as pessoas e entender o porquê delas estarem nessa situação, criando até vínculos de amizade mesmo. Nossa relação sempre foi boa com todos, tentando sempre ajudar no que está ao nosso alcance.

Noélio — Vocês conhecem outros grupos de voluntários que fazem trabalhos com as PSR? Quem são? Quais trabalhos fazem?

Julyana — Sim. Ao longo desses anos do nosso projeto, nos deparamos com outros grupos que fazem um trabalho tão lindo quanto. Pessoas que realmente se preocupam com o próximo, que dedicam muitas das vezes, o final de semana dela, pra ajudar e trabalhar em causas sociais. Lembrando que todos esses projetos são apoiados único e exclusivamente por amigos. Existem também grupos de igreja evangélica.

Noélio — O que vocês aprenderam com as PSR?

Julyana — A dar valor a vida. Ao que você tem. Ao pacote de bolacha água e sal que você tem dentro do armário.

Noélio — Muito obrigado pela sua colaboração na pesquisa.

Julyana — Disponha.

**Júlio César Fehezzo, coordenador do Muito Mais Amor, entrevista concedida em
11/04/2018**

Noélio — Qual seu nome, idade, profissão, representa qual instituição de ajuda as pessoas em situação de rua?

Júlio — Júlio César Fehezzo, 30 anos, publicitário. Sou coordenador do Grupo de voluntários Muito Mais Amor. Um grupo de amigos solidários, totalmente independente e sem representações políticas ou religiosas.

Noélio — Qual o perfil das pessoas que vocês ajudam?

Júlio — Pessoas em situação de rua, e pessoas carentes em situação de vulnerabilidade. A maioria é do sexo masculino, com idades que variam de 18 a 65 anos. Geralmente não alfabetizado ou com ensino fundamental incompleto. Estado civil solteiros ou apresentando outras relações. Com tempo de mais de um ano na rua.

Noélio — Porque vocês acham que eles estão na rua?

Júlio — Drogas, bebidas alcoólicas, desavenças familiares, sem trabalho, dentre outros motivos.

Noélio — Na opinião de vocês, o que eles fazem na rua?

Júlio — Muitos são usuários de drogas e álcool. Durante o dia, trabalham como carregadores de mercadoria nos portos hidroviários da capital.

Noélio — O que move vocês a fazerem esse trabalho?

Júlio — A empatia, a prática da indulgência, e a prática do bem. Sem distinção de cor, raça, credo, ou algo semelhante. Somos movidos por ajudar quem mais precisa.

Noélio — Além do alimento vocês auxiliam em algo mais?

Júlio — Sempre tentamos resolver problemas básicos como corte de cabelo, doações de roupas, produtos de higienização pessoal, e muitas vezes com a ajuda de doações de caixas de isopor, água, e bombons para aqueles que desejam trabalhar honestamente.

Noélio — Vocês já viram algum deles saírem dessa situação de rua? Acreditam que quantos já superaram essa fase? Como?

Júlio — Sim! Muitos dos nossos assistidos já saíram das ruas, e hoje vivem uma vida honesta. Porém, temos casos de pessoas que saíram das ruas, retornaram para os seus lares, e pouco tempo depois retornou às ruas.

Noélio — Recebem ajuda de algum órgão do governo ou apenas dos voluntários?

Júlio — Não! Para cada atividade da sopa, contamos apenas com os nossos voluntários, e pessoas que se disponibilizam a nos ajudar.

Noélio — Como vocês veem as pessoas em situação de rua (PSR)?

Júlio — Como pessoas que escolheram trilhar os seus próprios caminhos. Sejam eles quais, ou qual for. Pessoas que passam despercebidas pelos órgãos governamentais.

Noélio — Quais os casos mais chocantes que vocês presenciaram?

Júlio — Um rapaz ser esfaqueado próximo de onde estávamos servindo sopa.

Noélio — Como vocês se sentem depois do trabalho realizado?

Júlio — A sensação é a melhor possível! Muitas vezes, alguns voluntários novos que participam conosco, choram diante da realidade das ruas. A nossa sensação é a de dever cumprido.

Noélio — Vocês já tiveram alguma situação de perigo nas atividades?

Júlio — Eles nunca tentaram nada contra nós. Eles têm respeito por cada grupo que sai às noites para levar alimentação para eles.

Noélio — Quais os dias, horários e locais que vocês atuam?

Júlio — Terça-feira: a partir das 21:00; Sexta-feira: a partir das 19:30, no centro.

Noélio — Algum atendimento é feito por profissional especializado? Onde é feito atendimento e por quem?

Júlio — Geralmente os serviços de saúde como curativos, e outros, são efetuados por profissionais de saúde como: enfermeiros, e farmacêuticos.

Noélio — Quantas pessoas vocês atendem em cada dia de trabalho? Quantas pessoas ajudam na distribuição de alimentos?

Júlio — Existem pontos onde atendemos mais de 100 pessoas. A média de assistidos em cada atividade chega a 150, 180, 200 pessoas. Aproximadamente 10 a 15 voluntários, ajudam no preparo e distribuição da sopa.

Noélio — Vocês acreditam que alguns estão em situação de rua porquê? Por que alguns estão por décadas e não saem dessa situação?

Júlio — Muitos estão por conta das drogas, alcoolismo e prostituição. E de certa forma se tem um “dinheiro fácil” sem responsabilidade alguma. Por isso muitos não querem deixar essa vida.

Noélio — Esse trabalho que vocês fazem pode ser um exercício de empatia? Como é expressar sentimentos em relação ao outro?

Júlio — Sem dúvidas! É um exercício de amor ao próximo. Onde nos deparamos com os problemas alheios. E vemos que nossos problemas, muitas vezes nem se compara com os quais essas pessoas passam.

Noélio — Como se estabeleceram as primeiras relações de vocês com as PSR?

Júlio — Quando começamos a atender com sopa uma pequena quantidade de assistidos, que pernoitavam em um Banco próximo a uma praça da cidade. Ali o grupo atendia cerca de 30 pessoas. Com o passar dos tempos, a quantidade foi aumentando. E o nosso contato com eles também.

Noélio — Vocês conhecem outros grupos de voluntários que fazem trabalhos com as PSR? Quem são? Quais trabalhos fazem?

Júlio — Hoje na capital existem muitos grupos de auxílio às pessoas em situação de rua.

Noélio — O que vocês aprenderam com as PSR?

Júlio — Certamente que nossos problemas são inferiores aos deles. E aprendemos também o verdadeiro sentido de caridade.

Noélio — Vocês poderiam, se possível, relatar algumas histórias de vida das PSR que lhes tocaram o coração?

Júlio — Quando conseguimos promover o reencontro de um filho com a sua mãe. Pois o mesmo estava há 3 anos longe da família, e morando nas ruas. A família pensava que o mesmo estava morto. Entramos em contato com a família do rapaz, e conseguimos promover o reencontro dos dois.

Noélio — Como se estabeleceram essas relações com as PSR?

Júlio — Através de uma pequena atividade que o grupo começou a realizar.

Noélio — Fica o espaço para comentários ou outras questões que vocês acharem relevantes ou queiram responder...

Júlio — Esperamos ter ajudado de alguma forma possível. Obrigado por escolher o nosso grupo para ajuda-lo neste momento. Grato!

Noélio — Eu que agradeço antecipadamente pela ajuda no meu trabalho.

**Danilza de Souza Teixeira, presidente do Centro Espirita Anna Prado Amor e Caridade,
entrevista concedida em 06/04/2018**

Noélio — Qual seu nome, idade, profissão, representa qual instituição de ajuda as pessoas em situação de rua?

Danilza — Danilza de Souza Teixeira, tenho 44 anos, sou professora universitária e represento o Centro Espirita Anna Prado Amor e Caridade

Noélio — Qual o perfil das pessoas que vocês ajudam?

Danilza — Pessoas que saíram de suas casas por causa do vício e também aqueles que ainda conseguem voltar para suas residências, porém passam mais tempo na rua. A maioria do sexo masculino, com idades que variam de 18 a 53 anos. Em relação a escolaridade, apresentam-se como alfabetizados, com ensino fundamental completo ou incompleto e ensino médio completo. Em relação ao estado civil atendemos casados, solteiros e outros. E a respeito do tempo na rua, as pessoas atendidas, que vivem na rua estão a mais de um ano fora de casa.

Noélio — Porque vocês acham que eles estão na rua?

Danilza — Drogas e bebidas alcoólicas; Desavenças familiares; por estarem sem trabalho; por outros motivos, todas essas razões.

Noélio — Na opinião de vocês, o que eles fazem na rua?

Danilza — Na nossa opinião, essas pessoas perderam a auto estima, o amor por si mesmos e sem saber o que fazer para resolver seus problemas, envolveram-se com as drogas e álcool para tentar esquece-los.

Noélio — O que move vocês a fazerem esse trabalho?

Danilza — O Centro Espirita, carrega a insígnia da CARIDADE ensinada por Jesus e busca por meio de atividades assistenciais levar em um dia da semana um pouco de alimento do corpo e da alma, para esses irmãos, quando digo da alma porque a sopa que servimos é fluidificada e alivia as dores carregadas pelo irmão em sofrimento. Jesus nos ensina por meio do evangelho que fora da caridade não há salvação e ainda nos diz que a cada um será dado segundo suas obras. Também ouvimos seus problemas e tentamos ajuda-los a sair daquela situação.

Noélio — Além do alimento vocês auxiliam em algo mais?

Danilza — Sim, quando possível distribuímos roupas e quando estes vão ao centro no sábado pela manhã lhes servimos o café.

Noélio — Vocês já viram algum deles saírem dessa situação de rua? Acreditam que quantos já superaram essa fase? Como?

Danilza — Sim. Em um dos espaços no qual servimos a sopa, há uma rotatividade de pessoas de rua, uns desaparecem, quando voltam para suas casas, outros de vez em quando voltam, mas estão em seus lares e o caso mais específico é de um irmão que parou de beber e volta todos os sábados para tomar a sopa e depois vai embora.

Noélio — Recebem ajuda de algum órgão do governo ou apenas dos voluntários?

Danilza — Não. Apenas de voluntários que nos auxiliam com os alimentos para fazer a sopa.

Noélio — Como vocês veem as pessoas em situação de rua (PSR)?

Danilza — Para nós são irmãos que por alguma razão estão presos em suas próprias emoções e problemas e para os quais não encontraram solução. São doentes da alma.

Noélio — Quais os casos mais chocantes que vocês presenciaram?

Danilza — Penso que todos os casos são chocantes, porque se alguém não consegue sair de uma situação, sua capacidade de ver a vida está opaca e, portanto, equivocada, por achar-se desmerecedor de viver uma vida melhor, bem como se acham coitados acreditando que somente outra pessoa pode tirá-los da situação em que se encontram.

Noélio — Como vocês se sentem depois do trabalho realizado?

Danilza — Eu me sinto muito feliz, pois poderia ser eu a estar ali, e também este trabalho nos retira os títulos, as profissões, o orgulho, a vaidade, para sermos apenas nós, filhos de Deus.

Noélio — Vocês já tiveram alguma situação de perigo nas atividades?

Danilza — Não. Eles nos respeitam e são muito agradecidos.

Noélio — Quais os dias, horários e locais que vocês atuam?

Danilza — Todos os sábados pela manhã, a sopa é servida em bar, praça, na rua, casa do índio e também em hospitais

Noélio — Onde é feita a sopa e por quem? Algum nutricionista ajuda?

Danilza — A sopa é feita no centro espírita, pelos trabalhadores da casa e voluntários. Não temos nutricionista.

Noélio — Quantas pessoas vocês atendem em cada dia de trabalho? Quantas pessoas ajudam na sopa?

Danilza — De 300 a 400 pessoas atendidas. Entre trabalhadores voluntários e doares de verduras 20 pessoas.

Noélio — Vocês acreditam que alguns estão em situação de rua porquê? Por que alguns estão por décadas e não saem dessa situação?

Danilza — Como já disse antes, por não saberem lidar com suas emoções e seus problemas. Não saem porque não sentem capazes e porque as pessoas não os enxergam. São invisíveis para a sociedade.

Noélio — Esse trabalho que vocês fazem pode ser um exercício de empatia? Como é expressar sentimentos em relação ao outro?

Danilza — A caridade, tem como premissa colocar-se na situação do outro, para perceber de que forma você gostaria de ser ajudado se estivesse aquela situação. Dessa forma nosso olhar muda e nos vemos como irmãos.

Noélio — Vocês conhecem outros grupos de voluntários que fazem trabalhos com as PSR? Quem são? Quais trabalhos fazem?

Danilza — Aqui em Parintins eu não sei.

Noélio — O que vocês aprenderam com as PSR?

Danilza — Aprendemos que a vida é a maior oportunidade de serviço que o Criador nos dá. Com eles aprendi a ser mais humilde.

Noélio — Fica o espaço para comentários ou outras questões que vocês queiram responder...

Danilza — Este trabalho é muito gratificante para mim, sinto que poderíamos fazer mais, ir além de servir a sopa, mais ainda estamos muito presos ao nosso eu egoísta e freamos o que poderia ser o sol que da vida com sua luz.

Noélio — Agradeço pela disponibilidade em responder essas questões.

Danilza — Estou à disposição.

Observamos nas entrevistas que os números mais relevantes dão conta do gênero da população em situação de rua predominantemente masculina. Nas pesquisas e censos realizados juntos às PSR, o gênero masculino é sempre maior. Em relação à faixa etária, encontram-se em média entre 18 e 65 anos. Os entrevistados relataram que as PSR não são alfabetizadas ou com ensino fundamental incompleto, porém constatamos que boa parte é semialfabetizado, sabe ler e escrever razoavelmente. Estado civil solteiro em sua maioria ou apresentando outras relações, com o tempo de mais de um ano na rua. O que se nota diante dessas entrevistas, além do predomínio masculino, é o da população de jovens adultos (até 40 anos), potencialmente apta ao mercado de trabalho, quase sem assistência por parte do poder público para conseguir esse intento. Não há iniciativas no intuito de criar programas de capacitação ou profissionalização, visto que a maioria não estuda, para potencializar habilidades e possibilitar retorno ou inserção no mundo do trabalho. Como vimos ao longo da pesquisa, a maioria das PSR exerce algum tipo de atividade informal que lhes proporciona uma pífia fonte de renda para sua subsistência. De alguma forma, desmistificamos a ideia de que as PSR vivem apenas como pedintes ou exercendo sua marginalidade aplicando golpes, roubos e trambiques. De fato, elas trabalham muito no centro de Manaus, talvez seja outro diferencial importante em relação as PSR do restante de Brasil.

Comumente confundimos caridade e esmola. Embora haja grande diferença entre ambas, a primeira, segundo dicionário⁵⁷, se refere ao ato pelo qual se beneficia o próximo, especialmente os pobres e os desprotegidos, já a esmola se refere a dádiva caridosa feita aos pobres. Para além do termo em si, a esmola consiste em um ato útil de doar, que traz alívio imediato a pedintes e conforto a alma do que doa. Mas, quase sempre, o ato de pedir esmola equivale a se humilhar para o outro. No caso da caridade feita pelos voluntários, há uma ligação quase fraterna entre benfeitor e beneficiado. Na ação recíproca, ambos ficam satisfeitos, sem humilhação, e se sentem agraciados por Deus. Ainda assim a caridade pode ser entendida como ação benevolente para o próximo necessitado, sem interesse egoísta, movida sobremaneira pelo altruísmo. Se configura como um modo de vida, não é só doar

⁵⁷ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0.

eventualmente um valor monetário, pode-se doar seu tempo, seu trabalho, sua atenção, instaurando dessa forma um laço social, estabelecendo um compromisso. Doar é acima de tudo uma ação social. De igual modo, a esmola é também um ato de caridade que de maneira eventual beneficia o próximo, exercitando assim o espírito dadivoso. Esmola nos remete ainda a algo que nos sobra, é o restinho do que se tem. Caridade é mais do que isso, é dar mais de si do daquilo que se tem (MAUSS, 2001; BERG, 1985).

No trabalho de campo experimentamos os dois lados da situação. No dia 30 de outubro de 2016 sentimos, mesmo por uma fração mínima de tempo, como é viver na rua. Cheguei, sentei no papelão, me integrei, conversamos, bebemos e comemos juntos. Entrei na fila da comida, entregue pelas caravanas de voluntários. Em nenhum momento me trataram como diferente por parte das PSR ou dos voluntários que estavam distribuindo comida.

Invertendo a ótica, todos os sábados, a começar do início de fevereiro de 2018, participo como voluntário na distribuição de sopa em hospitais, casa do índio, feira e principalmente para PSR. Trabalho desenvolvido pelo Centro Espírita Anna Prado.

Questões como “Qual o lugar que cabe ao outro?”, pode ser respondida com outra: “Será se temos o direito de apontar o que é bom para o outro?”. Os outros tentam naturalizar questões que no fundo gostariam de mudar radicalmente nas PSR, por exemplo, a nudez, o odor, os vícios, ou seja, o modo de vida. O desejo dos outros é institucionalizá-los, vesti-los, higienizá-los, catequizá-los, pois na visão deles a vida das PSR é errada e a missão deles é tirá-los dessa vida, é enquadrá-los nas regras, ou seja, nos processos de sociabilização. Pensamentos contraditórios na pesquisa das PSR consistem em cultivar regras ou defender o estado de barbárie. O direito de viver livre não significa voltar a cultivar hábitos primitivos. As regras de civilidade básica devem ser observadas como importância primordial. Não pode andar nu, fazer suas necessidades biológicas na rua e evitar violência, para manter no mínimo uma atmosfera de confiabilidade comum.

No tópico seguinte arriscaremos adentrar no universo das não-pessoas, ou seja, de pessoas invisíveis. Daqueles que passamos por eles e não o vemos, ignoramos como pessoa igual a nós. O subjugamos por temos em mente imagem pejorativa que o desqualifica. Mesmo fazendo parte de todas as cidades do mundo desde a sua concepção como espaço

urbano, as PSR existem de fato, mas são apagadas, talvez de forma proposital, pois as pessoas só veem aquilo que lhes interessa ver.

3.2. A vida dos indivíduos invisíveis e o uso dos espaços públicos no centro da cidade.

A paisagem urbana pode ser construída como fruto da necessidade de se usar os espaços para trabalho, moradia e lazer. Assim posiciona-se Malamut (2011, p. 13) quando refere que paisagem é tudo o que está ao alcance dos olhos. Ele destaca a intervenção humana sobre o espaço natural. Assim sendo, a paisagem urbana é o produto da interferência e interlocução humana no espaço, relacionado com a construção de lugares. Essa paisagem, porquanto, pode ser compreendida a partir de determinados usos e contra-usos que se fazem dela, conforme Rogerio Proença Leite (2002; 2007) categoriza em oposição à *gentrification*. O autor usa esse termo, em inglês, no sentido amplo, como “enobrecimento”, versus “desqualificação”, estes materializados na figura dos *outsiders*, aqui denominados PSR. Os contra-usos tendem a ser entendimentos relacionados à reconfiguração de usos que se fazem dos espaços públicos por diferentes sujeitos, requalificando-os e ou resignificando-os para suas necessidades. Dizendo de outra forma, ao utilizarmos o termo contra-usos nos referimos à subversão que se faz do uso esperados, ou “oficial”, de determinados espaços públicos e privados. Verificamos os usos e contra-usos atribuídos ao centro, nessa especificidade. Dessa forma, os logradouros do centro da cidade comumente adquirem outros usos, diferentes dos seus propósitos originais. Os bancos de praças, as marquises, os pontos de ônibus, por exemplo, são usados como dormitórios improvisados. As torneiras dos jardins, os chafarizes ou mesmo o próprio rio são comumente aproveitadas para fazer higiene pessoal das PSR.

O centro, sabidamente, é comumente entendido (e utilizado) como núcleo de atividades econômicas, entretanto pode ser contestado esse sentido pelo contra-uso que se faz dele: em função de práticas simbólicas de assimilação da rua como um lar, um espaço possível, onde são significados as vivências e experimentações sociais. Nesse sentido, a construção do urbano se faz por meio de apropriações e desapropriações dos espaços. O poder público busca, para manter o controle do espaço físico central da cidade, regular seus usos. Existem serviços de vigilância, principalmente nos logradouros públicos, para coibir os contra-usos dos espaços públicos. Principalmente o conjunto histórico arquitetônico

central da cidade se constitui como foco a ser reapropriado em função de um passado histórico. Conseqüentemente, esse cenário concorre para a expulsão dos indesejáveis. Para Bauman (2001, p. 109) *mobili vulgus* são pessoas tidas como inferiores, que estão se movimentando pela cidade, espalhando-se em lugares onde só deviam estar as pessoas certas.

A cidade é criada e construída para os que a projetam como sua. Essa criação aparece como forma de apropriação de territorialidades figuradas. Para Armando Silva (2006) esse esquema mental de reconstrução simbólica da cidade se faz presente como imagem de uma forma de ser, onde entram em cena os marginais da sociedade.

Semelhante operação mental, no entanto, produz transformações sobre a própria urbe: assim a urbanização latino-americana passa pela dimensão estética, onde os fantasmas sociais fazem efeito na construção dos seus espaços (físicos) e dos seus símbolos para “fazer-se-urbana-uma-cidade” (SILVA, 2001, p. XXVI).

O autor faz uma metáfora dos marginais da sociedade segundo moradores de sótãos de casas velhas, que estão à margem da vida, habitando locais onde se depositam terríveis e estranhas verdades. Estes, como seres conscientes, não podem ser conhecidos (SILVA, 2006). São múltiplas as formas de ver a cidade e seus personagens, na visão do autor, a partir de um jogo de percepção do outro como indivíduos marginais invisíveis. Mas quem são as pessoas invisíveis? De onde surgem e o que fazem? Quais interações concordantes ou discordantes com a invisibilidade/marginalidade que se apresentam no espaço do centro de Manaus? Este texto caminhou na direção de refletir sobre essas questões, em uma tentativa de aventura-se a perceber a situação em que esses outros se encontram.

A tentativa de responder a essas e outras demandas é um exercício instigante de aventurar-se a perceber a situação em que o outro se encontra. A observação participante, está sendo descrita ao longo do processo de trabalho de campo, aproximando-se a tal ponto a análise na tentativa de se colocar, enquanto pesquisa e pesquisador, no lugar do outro. Esse nivelamento utópico pode gerar descobertas acerca de realidades intrínsecas de alguém ou “alguéns” não visto(s). São esquecidos, silenciados, excluídos, anônimos para a sociedade formal, no entanto certamente há pessoas maravilhosas, cheias de criatividade e potencial, misteriosas.

Neste ponto de vista, é importante salientar que a ideia desta pesquisa sobre pessoas em situação de rua pauta-se na proposta de Martins (1997), quando ele aponta que “não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (p. 14). Dessa maneira, refletimos que a exclusão não é social, pois não dá para sair da sociedade (não se sai e vai para uma ilha deserta e lá se fica excluído), (cf. MARTINS, 1997), pois, mesmo minimamente o sujeito participa dela. A exclusão se apresenta como um conjunto de fatores degradantes dentro da esfera social, dos quais podemos citar a exclusão do mercado de trabalho, do convívio familiar, desproteção do Estado, desintegração social, dentre outros fatores que correlacionam lugares sociais excludentes e demais situações humilhantes. O autor salienta ainda que a sociedade que exclui pode ser a que integra. Excluídos das oportunidades de participação social, PSR vivem uma realidade que pode mostrar conflitos onde a vítima se expressa por meio do inconformismo, mal-estar, revolta, esperança, loucura e resistência, ora fugindo da realidade (insanidade), ora se conformando (morador crônico de rua), ora se revoltando (marginalidade). E essas são formas de protesto e ação contra a sociedade formal e o Estado normativo. Sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva se imbricam. A exclusão é projetada como forma de desintegração social provocada pela não inserção em estados de ocupação laboral ou de reconhecimento. Tirada a condição material para a existência, tudo mais se esfacela. A condição humana e a cidadania constituem-se, na visão de Martins (ID., *op. cit.*), como reflexos diretos da desqualificação dos indivíduos como excluído. A exclusão pode funcionar como um modo de descompasso ou desencontro com o modelo de sociedade adotado pela maioria da população que está fora ou a margem dos processos sociais. Na medida em que se rompem laços sociais concernentes ao status quo, nascem outros laços de sociabilidade e diversificados vínculos informais que transcendem ao estigma da exclusão social.

Desse modo, a exclusão se desconstrói no sentido de que ninguém consegue viver muito tempo sozinho, ou seja, o convívio em sociedade é primordial para nosso desenvolvimento como ser humano. Assim como o termo correlato, desfiliação social não significa dizer que as pessoas abrem mão da sua cidadania ou dos seus direitos como pessoa. Castel (1998) nos ajuda a entender que o “desfiliado” não é necessariamente um excluído. Não há, de forma definitiva ou duradoura, como se ausentar dos vínculos sociais.

Será que se pode compreender como sociedade “normal” aquela que está diretamente ligada à filiação social? No momento em que a sociedade se desfragmenta, tende a afetar diretamente a capacidade de existir como sociedade? São questões que nos levam a refletir a própria noção de liberdade de escolha. Por isso, tende-se a designar como inútil aquele que foge a normas de produção e desenvolvimento impostas dentro de uma sociedade formal. O que se chama de exclusão pode ser uma forma de condenar o outro nas suas diferenças e escolhas – forma bem clara de dizer que não se está de acordo ao status quo. Negando o outro como ser humano, se aciona a exclusão daquele do hall dos capacitados dentro das relações sociais, em uma forma de naturalizar estímulos para que o outro recupere a autoestima. Para Martins (1997), a nova desigualdade das classes sociais gera novas categorias que tem como pano de fundo a exclusão degradante do ser humano. Dessa maneira, segundo o autor, “não podemos imaginar uma sociedade constituída de bons e maus, de algozes e vítimas, destituída de contradições, de tensões, de conflitos, de diferenças, de violências” (ID., *op. cit.*, p. 31). Com tanta frequência, há escolhas passageiras ou duradouras para além da exclusão, as quais vão depender da responsabilidade de cada sujeito em seguir o caminho que lhe apetece. É contraditório perceber a exclusão pelo viés da compaixão ou complacência, somente, vitimizando a PSR como “coitado” ou “excluído” da “cruel” sociedade capitalista. As pessoas em situação de rua não são coitadas, fizeram escolhas, assumiram responsabilidades e se acomodaram a situações contingenciais vividas, experimentando dinâmicas diversas (XIBERRAS, 1993). São dotados de uma ideologia própria. Ressaltam: “estou aqui porque quero!”, afirmando a sua escolha de vida, pessoal. Talvez uma forma desesperada de se livrar dos problemas que a vida apresenta e ir à procura da liberdade que as pessoas acreditam encontrar estando nas ruas. Dessa maneira, supomos que a saída de casa e a permanência na rua seja como uma opção de vida e se relacione a uma visão particular de liberdade. Com o desligamento familiar, diminui-se drasticamente o vínculo com a própria história e se adota a rua como seu lugar no mundo, por analogia a rua como um lar. Acreditam que errados são os outros, que servem ao sistema de forma compulsória. Dessa maneira, procuram estabelecer sua independência em relação à vida que escolheram.

Os espaços se apresentam e são pensados para determinados fins. Por serem espaços públicos, muitas vezes os fins são subvertidos para dar lugar a outras apropriações e usos

diferentes dos que foram originalmente pensados, são os contra-usos (LEITE, 2002). Por essa construção conceitual, faz-se reapropriação e ressignificação do espaço, utilizando-o de modo compartilhado. A presença do poder público regulando ou “revitalizando” espaços físicos por vezes não exatamente leva em consideração práticas simbólicas ali existentes. Há esforços de restaurar conjuntos arquitetônicos que dão sentido a passados históricos, mas as práticas sociais cotidianas contidas e associadas muitas das vezes nos usos do espaço tendem a ser aniquiladas ou fragmentadas. Mesmo com o remodelamento do espaço urbano, as pessoas que habitam essas áreas não abandonam seu território. O deslocamento cotidiano no espaço comum possibilita a criação de fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam grupos sociais e suas relações. A rua e seu conjunto arquitetônico são apropriados simbolicamente, atribuindo significado aos grupos que os compartilham. Para Antonio Augusto Arantes esse processo de formação dos lugares sociais molda-se justaposto, como um mosaico, formando zonas simbólicas, onde sujeito e cenário desenvolvem atributos equivalentes (ARANTES, 1994).

A perspectiva da revitalização tende a correlacionar-se à noção de requalificação urbana, ou seja, de transformação de espaços degradados ou desqualificados em ambientes úteis para determinados fins. Altera-se o uso marginal de um espaço dando-lhe outros significados, por exemplo: residencial, comercial, empresarial, turístico ou apenas para a melhoria do tráfego de pessoas. Ao implementar esse processo em praças e largos no centro de Manaus, o Estado estabelece normas e usos que afastam (ou segregam) as PSR. A requalificação tende a potencializar o uso de lugares antes intransitáveis por pessoas domiciliadas. Mas há controvérsias nesse sentido. Por exemplo, as Praças da Saudade e dos Remédios, em Manaus, há pouco tempo sofreram processos de requalificação histórica e urbana, buscando-se resgatar a arquitetura original. Na Praça da Saudade demoliram o prédio da Secretaria de Administração que ficava dentro da praça, retiraram o espelho d'água e as estátuas de bronze que ficavam dentro da água. O espaço ganhou bancos de madeira, jardins e quiosques padronizados. Esse local funcionava antes como ponto de encontro de vários grupos (PSR, hippies, camelôs, pichadores, grafiteiros, estudantes, artistas de rua, dentre outros). E essas pessoas foram “convidadas a se retirar”, como mencionou a nós um guarda que fazia a segurança da praça quando estávamos em coleta de depoimentos. Esse indivíduo, que fazia parte da guarda privada, nos advertiu quando

tentamos deitar no banco da praça: “Ei, não pode deitar no banco!”. Tentamos argumentar, dizendo que só estávamos nos encostando, mas ele respondeu com rispidez: “Não pode!”. Dessa maneira, percebemos que houve a saída involuntária das PSR para outros espaços públicos da cidade menos vigiados pelo poder público ou privado. Nota-se a troca de população, em uma atitude na qual se valorizam os espaços públicos para o uso comercial e turístico, além de, a um só tempo, agirem para “qualificar” o espaço a um público específico o direito de usar esse espaço. Parece que o espaço urbano acaba sendo moldado por e para uma classe social que se acha superior e governante, hegemônica, mandatária, partindo-se de pressupostos de uma “etiqueta modelo”. Essa “etiqueta”, é pautada na ideia de requalificação, em que há pessoas melhores e mais capazes de ocupar determinados espaços. São as “escolhidas”, dentro de um aspecto de “escolha” entendido por Elias (2000) como a “etiqueta de classe” (p. 108-110). Associando também as intervenções na cidade, a expectativa do enobrecimento urbano, caracterizam-se como processos de *gentrification*, e mediante ele se substitui a população para reanimar o uso econômico (LEITE, 2007).

O centro histórico de Manaus vem sendo requalificado a partir do seu tombamento como patrimônio histórico e cultural, a exemplo de outras capitais, onde se pretendeu atrair o turismo e tentar recuperar o mobiliário urbano degradado. De acordo com o dicionário Michaele, tombar é reconhecer como valor histórico de um bem, transformando-o em patrimônio oficial público, instituído em regime jurídico especial de propriedade. Doutro modo, levando em conta a função social, o tombamento do centro, com o objetivo de se prestar ao uso coletivo do patrimônio histórico, tende a ser direcionado. Ora, se há um conjunto de bens móveis e imóveis, que podem ser considerados patrimônios histórico cultural e passíveis de tombamento, elementos materiais e imateriais, que vão desde uma fotografia, uma casa, um sítio arqueológico, até uma dança, uma música, uma comida, etc., isso pode representar um ato estratégico de limpeza ou higienização. Podem se referir a identidade, ação, memória e configuração de grupos e sociedade (PAIM, 2010). Alguns logradouros do centro de Manaus, especificamente praças e largos, estão em processo hoje de tombamento, por serem identificados e conceberem práticas e representações de pessoas, lugares e coisas, destacando-se aspectos referentes a permanências e transformações ocorridas em determinados contextos socioculturais e históricos da cidade. A conceituação de patrimônio histórico e cultural se aproxima da dimensão de relações

entre pessoas e territórios e a mutualidade, concorrendo para a atribuição de significados para estabelecimentos (NORA, 1997) e sendo fundamento para a realização do tombamento de patrimônios. Ao longo da história, se refletiu de várias maneiras acerca do propósito do patrimônio cultural, podendo-se partir de perspectivas legais, afetivas, econômicas, territoriais ou socioculturais (VIANNA, 2008).

Para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. No Amazonas, os principais patrimônios históricos que foram tombados estão no Centro Histórico de Manaus: Teatro Amazonas; Reservatório de Mocó; Mercado Adolpho Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo seus pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho correspondente da margem do rio; e Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus. Outros estão em processo de tombamento, como: Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões, patrimônios materiais e imateriais que fazem parte do cenário das PSR. Dessa forma, bens culturais de natureza imaterial passaram a fazer parte do patrimônio cultural e histórico, passíveis de serem tombados, sobretudo por representarem lugares de contextos naturais, manifestações culturais e fazeres compartilhados, compreendidos na história com suas memórias e identidades sociais. O tombamento se faz a partir da necessidade de preservação do patrimônio, sendo fundamental para a requalificação pelo poder público. No caso de Manaus, os patrimônios tombados estão localizados, principalmente, nos entroncamentos dos trajetos por onde circulam as PSR, funcionando como espaços públicos urbanizados e requalificados que tendem a afastar as PSR, obrigando-as a procurarem áreas próximas. Tomba-se aquilo que se almeja preservar e para preservar se alveja afugentar pessoas do local e higienizá-lo. A ideia de significação desses espaços via tombamento pode ser usada definitivamente da seguinte forma: trata-se de um conceito que realiza seu uso a partir de um determinado público. O tombamento do centro histórico pode nos ajudar a entender essa dinâmica das PSR, dado que em Manaus quase todo o levantamento sobre a situação do centro histórico já foi feito, onde foi produzido um dossiê caracterizando cada situação. Para fazer o tombamento, há de ter um estudo conjuntural, histórico, sociológico, arqueológico e antropológico, bem fundamentado da relevância desse centro histórico. A partir do estudo, o Iphan (Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional) define algumas diretrizes dessas atividades restaurativas que resultará no tombamento. A forma como a cidade surgiu e cresceu é o que define o tombamento, e destaca-se que em Manaus sua estrutura não é homogênea, cresce em duas longas poligonais, espraiando-se por uma extensa área. Para haver a intervenção em sítios arqueológicos do centro será fundamental o conhecimento arqueológico, um dos pressupostos necessários para o tombamento.

A cooperação de várias áreas de conhecimento na busca de informações valiosas, muitas vezes desconhecidas, para o exercício da ação de tombamento, contribui para o resgate da história da construção de alguns imóveis restaurados, ajudando inclusive a resgatar soluções técnicas hoje desaparecidas. Modelos de arquitetura que resistiram ao tempo irão fornecer pistas, juntamente com a documentação oficial e não oficial, sobre cotidianos de pessoas que viveram nesses espaços, ou seja, proprietários de imóveis, trabalhadores e mesmo transeuntes desses espaços públicos que compõem os núcleos urbanos das ruas, dos mercados, das praças, das fontes, das feiras do centro, etc. A diversidade construtiva do sítio histórico do centro de Manaus permite ao pesquisador problematizar sobre variados temas, como o perfil socioeconômico e cultural dos atores sociais envolvidos naquele contexto e sua interação com o meio, e ainda a expansão urbana, entre outros.

Cabe ressaltarmos, pelo exposto, que ainda não há preocupação por parte do Estado em fazer projetos perenes de intervenção no perímetro urbano de Manaus. Mesmo os restauros feitos recentemente pelo Governo Federal por meio do projeto PAC⁵⁸ Cidades Históricas, já estão deteriorados por falta de conservação e limpeza. Isso mostra que o Estado estabelece controle dos usos, inclusive, com policiamento mais frequente do espaço, mas peca quanto a manutenção do acervo. Depois do tombamento fica mais constante as medidas de proteção, sobretudo, para tentar valorizar o espaço público, mas nem sempre a conservação caminha em igual sentido. No entanto, há outras possibilidades de ocupação desses espaços públicos privilegiados. Nas franjas dessas intervenções restaurativas existe a perturbação de quem perdeu o “seu” espaço de existência e busca recuperar.

A Praça dos Remédios era reduto de boa parte das PSR. No meio da praça, existiam barracas de lona e papelão. Os bancos eram todos ocupados diuturnamente pelas PSR e

⁵⁸ Plano de aceleração do crescimento.

usados para suas atividades habituais. Após a requalificação, desinstala-se o contra-uso nos espaços restaurados, mas o processo continua nas imediações. Com a requalificação das praças parece ter havido uma verdadeira higienização do local. Como podemos perceber na foto a seguir:



Figura 43. Praça dos Remédios após requalificação, sem ocupação das PSR.
Fonte: Noélio Martins Costa, 2015.

Geralmente, governo e iniciativa privada buscam requalificar espaços urbanos para usos comerciais e de lazer, ou empresariais, como ressaltamos antes, e a região central de Manaus vem sendo revitalizada dessa maneira. De fato, ainda não há a normatização do centro histórico de Manaus, o que aconteceram foram apenas algumas intervenções em determinados espaços públicos. Assim como ocorre em outras capitais do país, segundo projetos patrocinados pelo Governo Federal (PAC Cidade Históricas), com apoio das prefeituras e ou da iniciativa privada remodelaram principalmente os centros históricos. O que, em certa monta, ocorre, é que se almeja fortemente a valorização imobiliária – o que obviamente desintegra os usos democráticos do espaço público, que de certa forma passa a ser um espaço privilegiado para uma determinada clientela. Mesmo com o adensamento desses processos, os contra-usos se ampliam em diversos horizontes, aquém e além dos espaços revitalizados. As PSR, antes “detentoras” das praças e largos, são agora expulsas,

ficando apenas margeando as ruas próximas esperando a vigilância esmaecer para depois, quiçá, voltarem.

Outro exemplo para ilustrar o sublinhado é a área da orla de Manaus, no entorno do Centro. Nela, foram colocadas lâmpadas com iluminação moderna (de LED), e está ocorrendo a reconstrução de calçadas, sendo dois atos para se disciplinar o trânsito de veículos e pessoas. Percebeu-se, nesses locais, que os espaços requalificados, se não vigiados diuturnamente, voltam a ser apropriados pelas PSR, como já está acontecendo em algumas praças que foram revitalizadas. Nessas áreas, encontramos com frequência pessoas em situação de rua, inclusive acomodadas em moradias improvisadas, construídas com *pallets* (paletes) de madeira, plástico e papelão. Significa afirmar que usos e contra-usos são forças antagônicas, dinâmicas e processuais, que recuam e avançam conforme disposições humanas e de interesse coletivo.

Como na foto a seguir, notamos o uso do espaço urbano para moradia, mas nem sempre foi ou deverá ser assim, segundo dinamismo do uso da cidade:



Figura 44: Orla da Manaus Moderna, Centro de Manaus, onde calçada vira espaço de moradia para PSR. Fonte: Noélio Martins Costa, 2015.

Até o início dos anos 2000, era comum avistar embaixo das principais pontes do centro de Manaus moradias improvisadas, construídas com toda a sorte de materiais, inclusive laminados de zinco e placas de trânsito, que constituíam a matéria-prima para se improvisar palafitas. À margem da arquitetura, esses abrigos desenvolvem estética própria

que chocam por sua aparência. Sentindo indignação por causa dessa situação que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro, Paola Berenstein Jacques (2003, p. 09) escreveu um trabalho que denomina “estética da ginga” a essas construções. A autora percebeu a maneira fragmentária como são construídos barracos em favelas cariocas, denominados por ela de “abrigos”. As construções dos abrigos são provisórias, mesmo que sejam para morar por muito tempo. Parece ser uma ideia contraditória, mas não é. Pois ao serem construídos sem projeto, com materiais recolhidos nas ruas ou reaproveitados de restos de construções, formam pontos de partida para a erupção daquilo que, geralmente, é interminável (JACQUES, 2003). São trabalhos em progressos constantes. Moradias de PSR configuram-se como taticamente orientadas para funcionarem de modo improvisado, em mutação, a exemplo do discutido pela autora. Ela destaca que “os arquitetos-favelados são, antes de tudo, excelentes *bricoleurs*, termo utilizado por Lévi-Strauss para designar o *pensamento selvagem* (primeiro ou mítico) dos povos primitivos” (JACQUES, 2003, p. 24). Dentro do contexto da “bricolagem”, moradias são firmadas enquanto abrigos primitivos e também como ação de defesa territorial, inclusive utilizando-se de animais domésticos (cachorros) para proteção em geral. O cachorro, também usado como cão de guarda, nesse caso auxiliava em afugentar possíveis pessoas invasoras, dando o alarme em caso de perigo e desempenhando na maior parte das vezes o papel do amigo fiel. Como percebemos na imagem que segue:



Figura 45. Cão de guarda dorme na casa onde vigia, naturalmente dividindo o espaço com seu dono. Fonte: Noélio Martins Costa, 2015.

Na tentativa de estabelecer valor de proteção, se afirma a vida nas ruas também como ato positivo relacionado a valores imaginados de posse. Espaços de dominação, armados contra forças adversas, os abrigos expõem imagens da intimidade, se constituem como aposentos para o repouso, refúgios ocasionais que guardam vivências efêmeras e/ou devaneios íntimos. Imagina-se uma casa onde há somente uma rua, ou um beco ou uma vila (ou similares), como na topoanálise proposta por Gaston Bachelard, quando contextualiza a poética da casa, onde teoricamente analisa a imagem de uma casa, transformando-se na topografia de nosso ser íntimo (BACHELARD, 1978). As moradias se configuram como espaço de recolhimento para o autor e trazem consigo a estética do escondido:

Depois de seguir os devaneios de habitar esses lugares inabitáveis, voltamos a imagens que, assim como nos ninhos e nos sonhos, exigem que nos façamos pequenos para vivê-las. De fato, em nossas próprias casas não encontramos redutos e cantos onde gostaríamos de nos encolher? Encolher pertence à fenomenologia do verbo habitar. Só mora com intensidade aquele que já soube encolher-se (BACHELARD, 1978, p. 197).

Só que, nas ruas, estudar o imaginário de uma cidade cujo centro é um território de multiplicidades, significa estudar também os processos de ressignificação do espaço público, dos usos e contra-usos, pois o imaginário vai além de percepções individuais e coletivas. Ele alcança a dimensão da subjetividade e do devaneio. O espaço do imaginário e da imaginação, para Bachelard (1978), não pode se limitar apenas à reflexão do geômetra. A imaginação dialoga diretamente com o vivido e o sonhado, mesmo que em sua parcialidade. São percepções multifatoriais. Existem necessidades concretas de se morar, viver e existir como partícipe do espaço urbano. Percebemos que os vários espaços colidem e se sobrepõem, de forma a adaptar diversos usos para cada espaço público. O centro de Manaus – e estamos tratando aqui do centro histórico, financeiro e comercial, considerado geograficamente como zona centro-sul – é uma área portuária por onde passam diariamente milhares de pessoas e mercadorias, entrando e saindo da cidade. O centro em sua maior parte se encontra degradado, perigoso, principalmente durante a noite, e a parte que se liga ao porto está mais abandonada que o restante do centro. Historicamente, o centro carrega a fama de reduto de prostituição, marginalidade e vadiagem. Porém, existem vários centros da cidade de Manaus em um só. As apropriações, redimensões, reconstruções e recriações dão características múltiplas tanto a ambientes quanto a pessoas que transitam nele. Centro comercial, zona franca, zona portuária, mercados, feiras, centro cultural, turístico, econômico-financeiro e centro dos bares e das noitadas boêmias. Existem nesses centros formas de poder e estratégias próprios da individualidade do sujeito em situação de rua, do sujeito na rua e do sujeito de rua, que de certa forma o estigmatiza e ao mesmo tempo o protege. Diferenciamos o sujeito “na rua” como aquele que tem residência fixa, mas por algum motivo busca a rua como válvula de escape de contingências do cotidiano. Na rua, esse indivíduo se acha livre e protegido pelos seus pares para ser dono de seu corpo e de sua mente, verdadeiramente (o que inclui uso de psicotrópicos, sexo casual e livre e abuso de álcool). Já o sujeito de rua não tem domicílio fixo, apresenta-se em situação de nomadismo entre espaços públicos, por vezes não quer sair da situação de rua, vivendo como morador de rua crônico, explicado anteriormente, se sente já como veterano.

Goffman (1980) coloca a questão do estigma ligada ao desvio, proposta compartilhada no nosso estudo. Para entender melhor estigma, voltamos ao estudo da Grécia Antiga, onde escravos eram marcados com cortes na pele, e geralmente as marcas

eram atribuídas a criminosos ou fugitivos. Eram seus estigmas. Pensamos na pessoa estigmatizada como estranha ao meio, excluída, que apresenta comportamentos que destoam do esperado. Para melhor compreender estigma, notemos:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem (GOFFMAN, 1980, p. 6).

O autor faz referência a estereótipos indesejáveis que levam à depreciação do sujeito em relação aos padrões normatizados da sociedade. No entanto, na rua, o estigma pode ser um atributo útil para se obter vantagens, sendo esta uma forma de desvio, enquanto tática de sobrevivência. Na rua, as PSR usam de um determinado comportamento desviante para viver, utilizando, dentre outras coisas, o estigma.

Essas pessoas em situação de rua remodelam territórios com estratégias de sobrevivência que suprem minimamente as necessidades. Para Certeau (1994) “estratégia” pode ser entendida como um conjunto de práticas que articulam espaço e poder, como por exemplo, lograr êxito em determinadas situações. Já a tática gira em torno da ausência de poder e de um lugar próprio, uma espécie de evitação, como por exemplo, mudar de lugar ou não passar em zonas conflituosas. No caso das PSR, comumente fazem uso de táticas ou regras de evitações, como em um jogo mediado de forças, para impedir confrontos físicos e se manterem vivos. Nesse caso, evitam transitar em territórios de grupos rivais, às vezes fazendo percursos maiores entre trajetos, desviando para não encontrar desafetos. Usam estratégias de sobrevivência, desse modo, em relação à alimentação. Podem ficar esperando, depois do almoço, nas imediações de restaurantes, por restos de alimentos que provavelmente iriam para o lixo, caso não peçam. Nesse caso, não há o uso de força, mas sim da estratégia de estar no lugar certo na hora certa, aguardando pela ação e aproveitando a oportunidade para lograr vantagem. Certeau (1994) esclarece a diferença entre estratégia e tática quando diz que:

Uma distinção entre *estratégias* e *táticas* parece apresentar um esquema inicial mais adequado. Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e

poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda a racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gestos da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 1994, p. 99).

Além de estabelecerem com essas estratégias trocas simbólicas, favores e negociações implícitas corroboram para redes de micro poderes e significados. São indivíduos com autoestima própria, nem positiva ou negativa no contexto que se pretende academicamente considerar. Que buscam reutilizar-se dos espaços urbanos. Caberia sublinhar que são suscetíveis a serem cooptados em função de ações boas ou más, mas poderia aqui haver redução epistemológica na categorização de complexidades concernentes a essas pessoas. Portanto, destacamos, ao romper com o socialmente aceito, as PSR podem ser vistas como transgressoras, como aquelas que ameaçam a ordem social das coisas, os usos – buscando implementar para si e a partir de si os contra-usos, subvertendo os usos. Embora a ordem das vidas aqui discutidas vá além do maniqueísmo esquemático do tecido social comum, importa destacar que esses indivíduos não são nem totalmente bons, nem inteiramente maus. Não se pode afirmar que eles vivam em uma atmosfera estável, pois esta é marcada por brigas, conflitos, insegurança alimentar, repressão policial, má higiene, sono, fome, doenças, drogas, jogos de azar e disputas por território. Trata-se, em suma, de uma rotina envolta de multisignificações.

Na rua há espaço até para a vaidade feminina. Apesar da situação de rua, algumas mulheres não deixam de lado sua noção de beleza e a prática disso. Para Cristiane, moradora em situação de rua, não se pode perder a vaidade. Para ela, a mulher tem que passar um batom, um perfume, se arrumar. Por exemplo, nossa interlocutora relata:

(...) eu sou mulher... Às vezes eu mando fazer meu cabelo... eu fico muito gata... dizem assim: – aquela mulher é muito bonita. Aparece é homem pra me tirar daqui. Ando com a minha chapinha, visto minhas melhores roupas. Tu me vê, bem vestida, tu diz que não sou mulher de rua não. Às vezes, as pessoas nem me dá de cumê. Pensando que eu não sou de rua. Os meninos aqui é que gritam: – Não, ela é de rua!!! Porque ela gosta de andar assim mesmo. As pessoas que me dão de cumê já me conhecem já. Os novatos não querem me dá. Os velho dizem – não ela é de rua, porque ela anda assim mesmo, bonita (Cristiane, 37 anos, PSR, entrevista/2016).

As PSR comportam-se nos espaços de rua de modo extremamente complexo e imprevisível, o que dificulta de se traçar um perfil concludente, de forma específica, sobre essa população. Há particularidades e singularidades; são histórias de vida diferenciadas entre si, construídas segundo dinâmicas processuais diferentes. Parece que simplificar o indivíduo em situação de rua como invisível social, vulnerabilizando-o, gera algo como uma retirada da capacidade humana dele de se reinventar em meio a múltiplas relações de identidade, as quais fogem a teia social comum e regular. Não admitimos a rua como um lar, de forma ordinária, mas podemos estar enganados. Costumamos ver o sujeito como exclusivamente fisiológico que precisa satisfazer suas necessidades biológicas, dessa forma animalizando-os ainda mais. Enfim, o que importa, sobretudo enfatizar é o caráter do contra-uso e de sociabilidade que se exprimem nas atividades cotidianas das PSR, em seus espaços, em seus hábitos.

O que se percebe no centro é a sobrevivência por furtos, extorsões, vadiagens, jogatinas, etc. Essas vivências devem emparelhar-se ao ambiente que eles estão, bem como aos indivíduos que se apresentam seu *modus vivendi* nesse ambiente. Dizendo de outra forma, a PSR tem que se adaptar ao meio onde vive, encontrando um termo coerente entre a subserviência e o autoritarismo próprios ao modo de vida daquele *ethos* – e justamente esse é o sentido maior do contra-uso, que é uma forma de contravenção ao que está posto pelo Estado. Quando lhes convém, rebaixam-se às mais vexatórias situações, não se envergonham com a forma jocosa e ridícula ante as quais são vistos, sendo subservientes para conseguirem vantagens. Para granjear algum dinheiro tendo em vista a compra de bebidas ou psicotrópicos, por exemplo, podem perder a dignidade que lhes resta, ficando rês ao chão. Submetem-se aos seus pares, aos comerciantes locais, sendo explorados para fazerem pequenos serviços que outros se recusam, aos traficantes, à polícia ou a qualquer pessoa, de acordo com a situação. Submetem-se ao autoritarismo do Estado, através das ações muitas vezes truculentas da polícia, da guarda municipal ou de seguranças privados. Não reclamam ou denunciam por medo de represália. Muitos já foram humilhados, espancados ou mortos por PMs, sendo notícia de pouca relevância aos meios de comunicação. As mortes são via de regra atribuídas a acertos de conta com o tráfico ou brigas entre as PSR. Como boa parte não tem documento ou parentes conhecidos, são levados para o IML, e em seguida enterrados como indigentes.

Duas pressuposições afeitas às dimensões abordadas dizem respeito à questão da subserviência e do autoritarismo, sendo ambas concernentes a princípios pessoais e moldadas ante regras da rua. Na rua, a transitoriedade convive com a permanência e vice-versa, a partir de ordenamentos mantidos pela vida nômade. As táticas de sobrevivência, portanto, podem ser vistas como estratégias de afetamento do outro. Exemplifique-se: em alguns casos, PSR que usam de doenças, ferimentos ou amputações para pedir dinheiro aos transeuntes, e usam também crianças; e ainda outros usam a exterioridade dos seus corpos, das roupas rasgadas, dos cabelos compridos e desgrenhados, da sujeira e do odor. No linguajar da rua, pedir significa manguear. Determinadas ações servem para despertar compaixão podendo ser atuações estratégicas de mendicância. Mas, se há estranhamento da sociedade formal para com as PSR, também há rejeição deles com a sociedade formal, pois para quem está na rua, de certa forma, há que se fazer escolhas, conscientes ou não, dado que a vida os leva a caminhos controversos, ambíguos ou contraditórios em si mesmos.

Entendemos que permanecer na rua, de certa forma, faz parte também dessa escolha, até podemos afirmar de certa ideologia utópica de liberdade. Não é mérito aqui julgar a *psique du rôle* das PSR ou mesmo a rua enquanto espaço de multiplicidades, substrato de permanência ou fracasso, mas de compreender que também há vivências cercadas por esperteza e malandragem. São afeitos a essas vivências e acreditam levar uma vida tranquila em certos aspectos, pois debocham da correria dos transeuntes do centro, das pessoas que andam apressadas para resolverem problemas, para ganharem dinheiro, para pagarem dívidas e impostos. Para as PSR, nada dessa correria faz sentido por instante que seja. Não se preocupam em demasia com nada disso. As preocupações imediatas são comer, dormir, beber e deixar-se estacionar em atividades exógenas às que existem formalmente, em mercados de capitais. A inversão da ordem das coisas é o tempero da vida na rua. Configuram-se como ginástica para a sobrevivência a astúcia e a malandragem, além das táticas para não ser preso, agredido ou morto por seus pares. A PSR, de forma sensata, não vai entrar em confronto físico ou enfrentamento pessoal com seu opositor mais forte. São características desses territórios permeados por invisibilidades; são, em suma, questões latentes, as quais podem aparentemente passar despercebidas, caso não se atente a elas com olhares treinados e sensíveis.

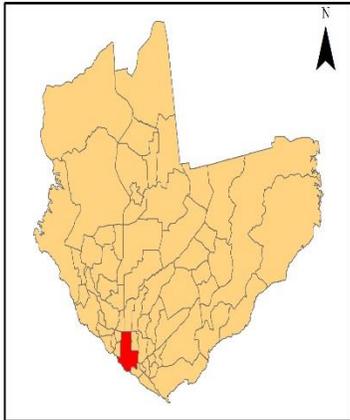
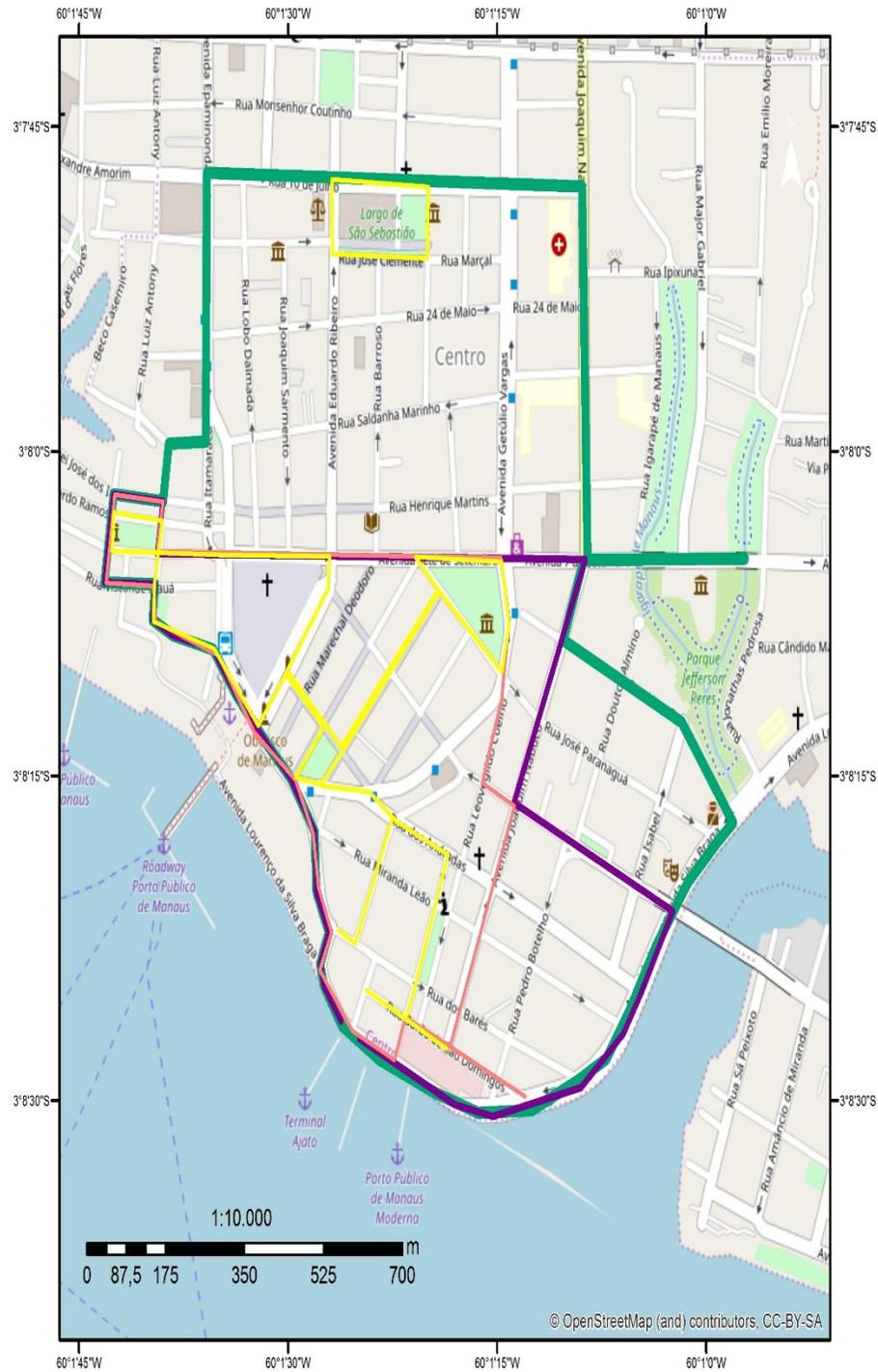
Embora a esperteza – como se almejou ponderar a respeito – tenda a projetar construções de vigarice em diferentes aspectos e conseqüentemente gere a aquisição de inimigos nesse meio. Mas não é possível fazer amizades e nem inimizades profundas para as PSR. Há que se encontrar um meio termo, pois a vida ou a morte dependem das relações construídas no dia a dia. Espaços dominiais apropriados pelas PSR remetem a posições de pertencimento territorial segundo as vivências deles. O que se supõe, partindo-se dessa afirmativa, é que a rua é um conjunto de territórios com domínios particulares em determinadas horas. O público passa a ser privado, sujeito a normas de quem habita, com suas sentimentalidades próprias e direcionadas para aqueles lugares. A rua, pela sua própria natureza, aponta vieses de caminhos para apropriações simbólicas, para a concretização de outras lógicas de funcionamento.

O morador como pertencente a um espaço público, também pode entender esse espaço como privado e isso lhe gera um sentimento de apropriação similar ao que se nota, regularmente, em espaços particulares (casas, apartamentos). A rua é pública, mas composta por pedaços (MAGNANI, 1998). Embora o autor utilize o termo para caracterizar uma rede de lazer na cidade de São Paulo, tentamos nos aproximar do termo e fazer uso dele apostando “[em] uma ideia nativa, mas que terminou se transformando numa categoria mais geral na medida em que permitiu discutir e se integrar em outros esquemas conceituais” (MAGNANI, 2003). “Pedaço”, para Magnani (1998), está circunscrito a domínio e caracterizado por códigos comuns, linguagens, gestos, podendo se espraiar para sociabilidade e lazer. O que marcam esses lugares como “pedaços” são a assiduidade constante dos seus frequentadores, pautados também por laços de parentesco e vizinhança. O autor diz que o pedaço é o lugar dos colegas, dos “chegados”, a quem a “presença constante determina o grau de pertencimento e estabelecimento de fronteiras tradicionais, sujeitos que se identificam com o lugar. Era o seu ‘pedaço’, diziam eles” (MAGNANI, 1998, p. 12). No centro, o pedaço tende a ser menos fixo, tende a ser parte do trajeto nômade que as PSR fazem diariamente, parecem ser trânsito para variados territórios. Tem-se aí a diferença de outros grupos, por exemplo, das galeras, grupos que estabelecem fronteiras, marcam e disputam territórios, medindo forças e apoderamento do “pedaço”. Nessa competição que se estabelece, as pessoas buscam seu espaço e querem fazer a diferença, mostrar que se superaram e podem vencer desafios propostos pela vida. A rua,

como lugar da transgressão, é refúgio e fuga de si mesmo. Quando vão para a rua, PSR pretendem viver uma forma de vida autônoma num espaço que se busca liberdade, euforia, anonimato. Em relação ao disposto, Antonio Arantes nos diz que:

Ainda que a transgressão dessas fronteiras tradicionais implique pôr em risco a própria vida, o suposto desabrigo em que eles vivem parece ser vivido também como prazer de se movimentar num universo onde há alternativas a escolher, onde os territórios aprisionam menos do que a casa donde fugiram e à qual às retornam (ARANTES, 1994, p. 266).

No intuito de localizar espacialmente os participantes da pesquisa, segue um mapa geral (figura 46) das ruas do centro da cidade de Manaus. Nele percebemos as principais rotas de perambulação que formam a cartografia das PSR, ferramenta imperativa de localização de domínio das redes que se formam com a apropriação do espaço público e seus territórios móveis.



Trajeto percorrido em campo

- Micro Trajeto
- Pequeno Trajeto
- Medio Trajeto
- Grande Trajeto

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento - LABCARGEO/UFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 46. No mapa geral estão sublinhados trajetos percorridos pelas PSR do Centro de Manaus.

Os mapas a seguir localizaram algumas atividades das PSR no centro da cidade de Manaus:

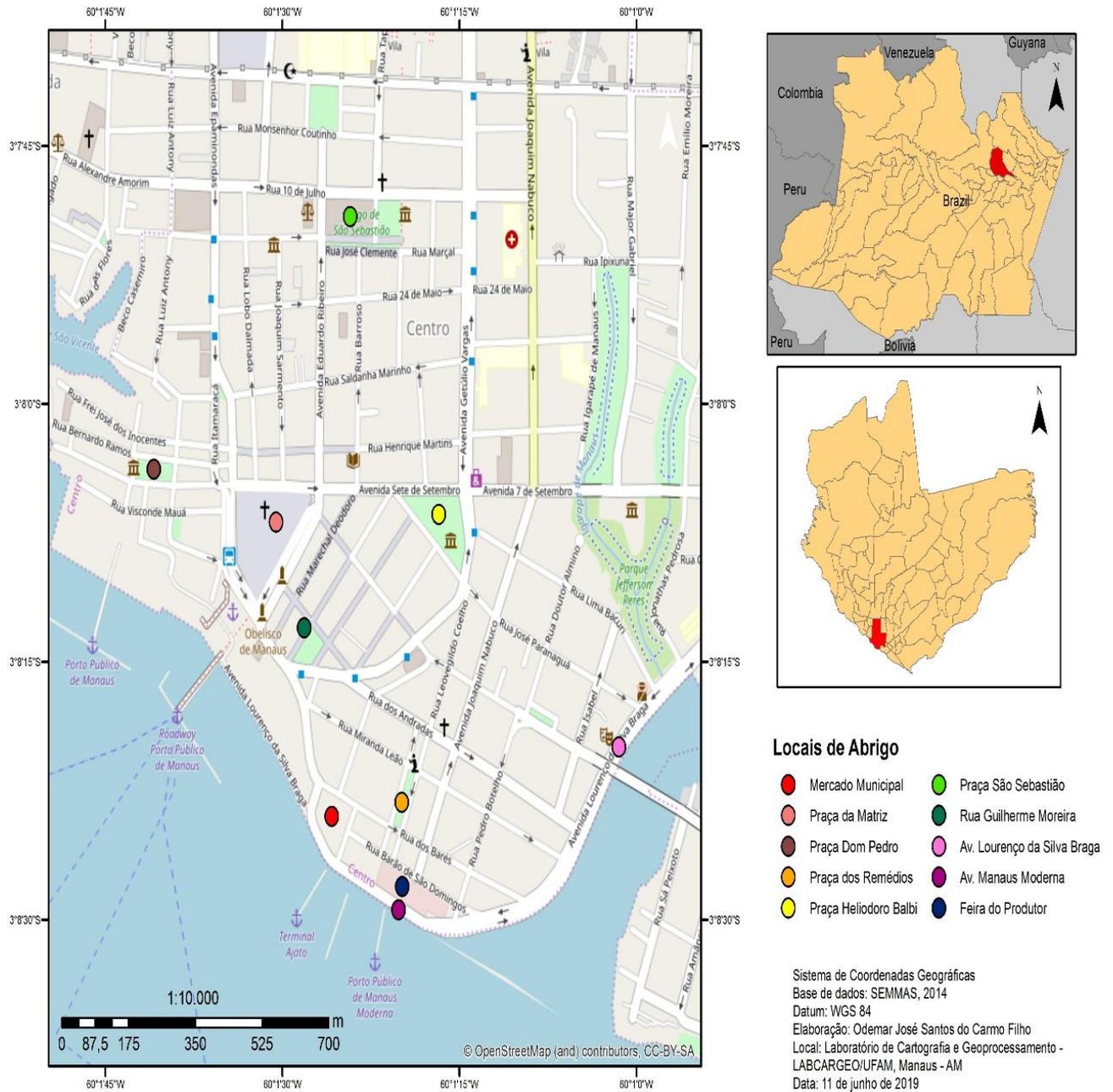
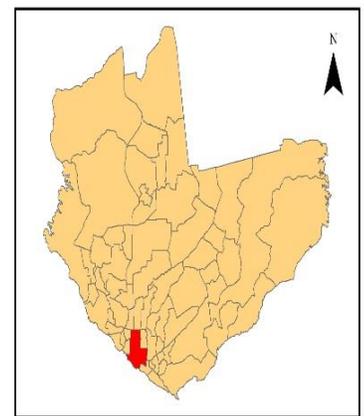
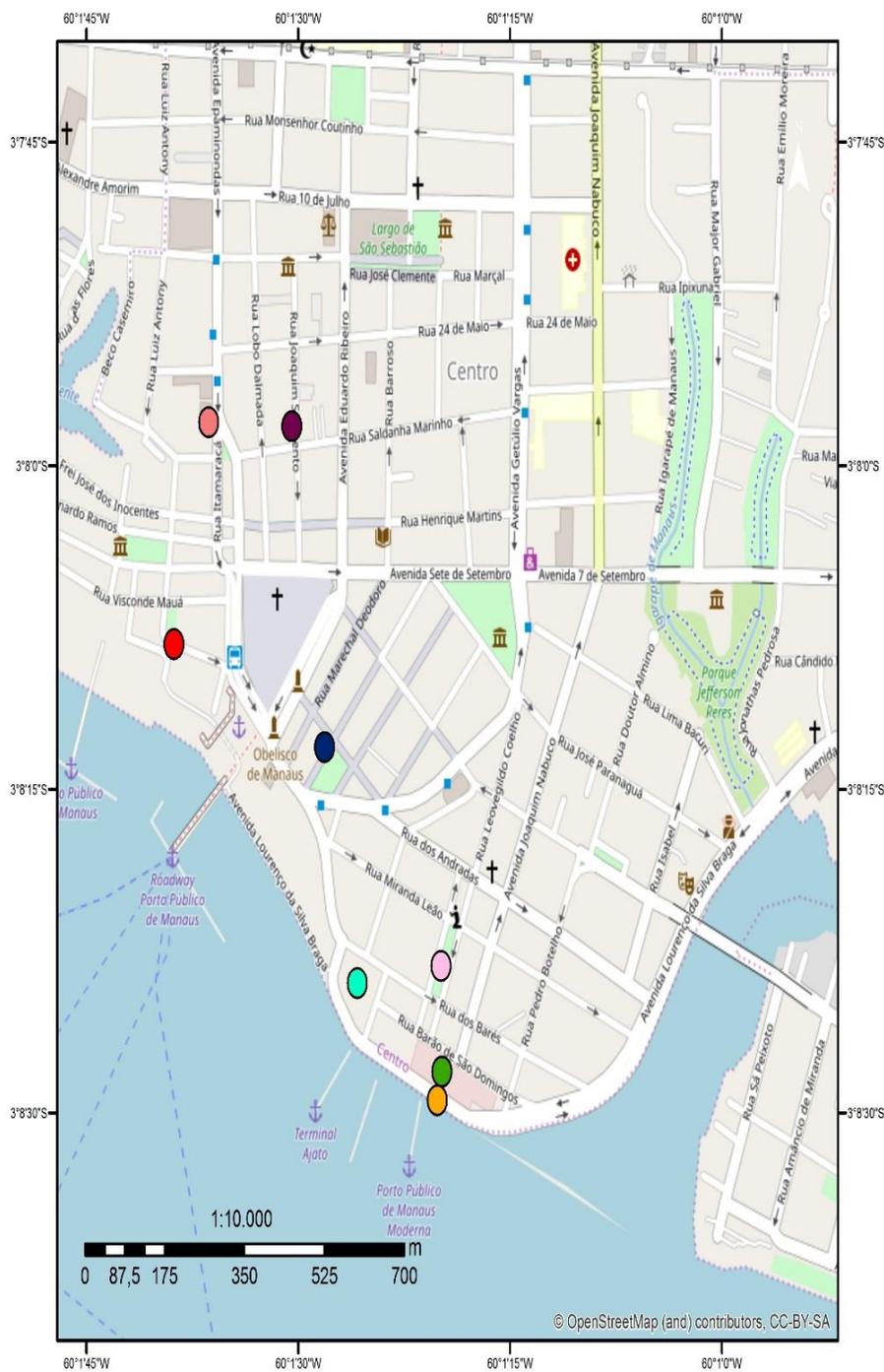


Figura 47. Mapa geral apontando alguns locais de abrigo das PSR no Centro de Manaus.



Locais para Alimentação

- Rua tamarandé
- Mercado Municipal
- Av. Epaminondas
- Praça dos Remédios
- Avenida Manaus Moderna
- Rua Guilherme Moreira
- Feira do Produtor
- Rua Joaquim Sarmento

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento -
 LABCARGEO/UFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 48. Mapa geral apontando alguns locais de alimentação das PSR no Centro de Manaus.

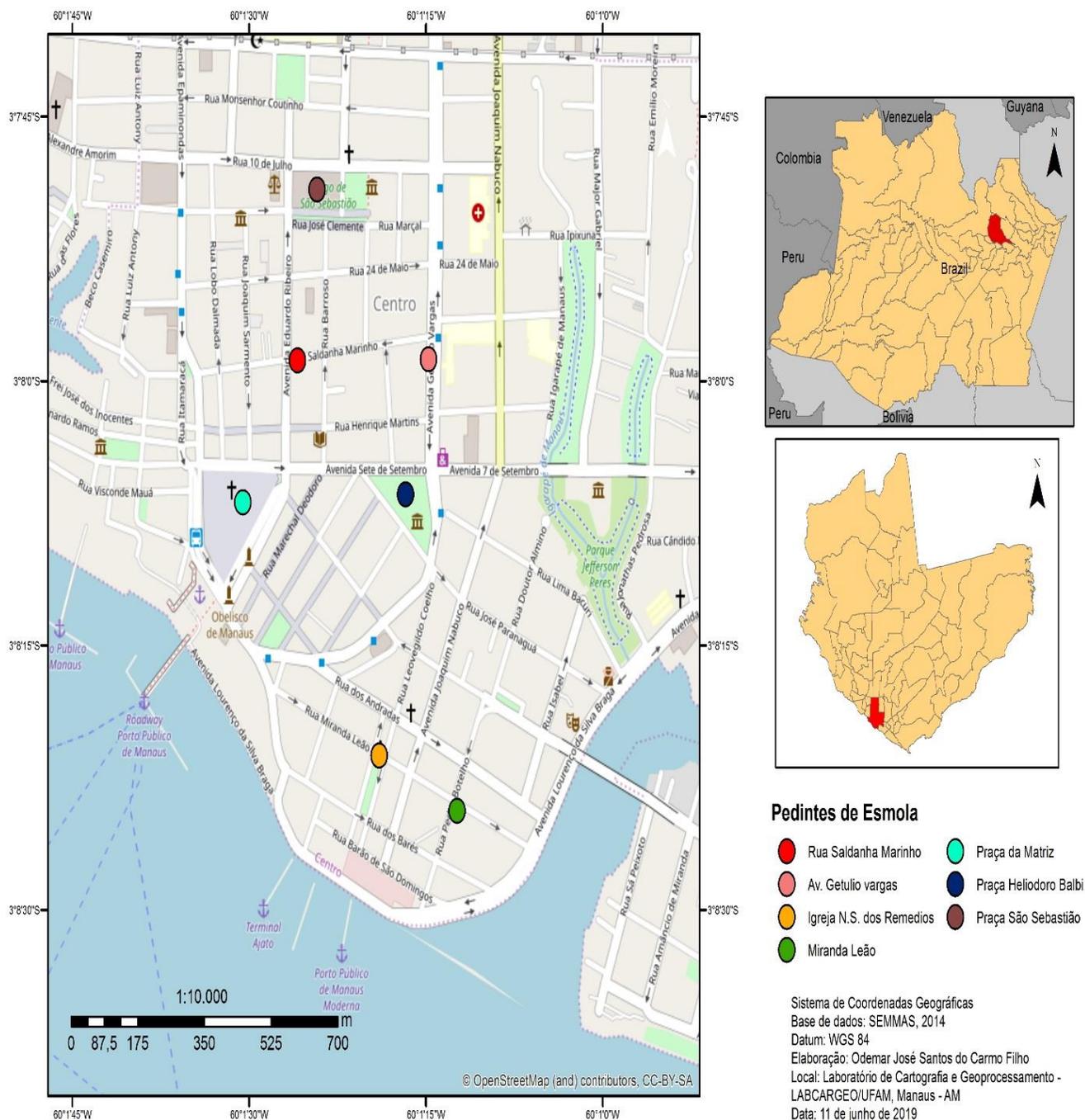
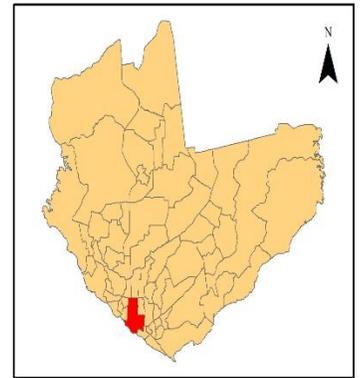


Figura 49. Mapa geral apontando alguns locais de esmola das PSR no Centro de Manaus.

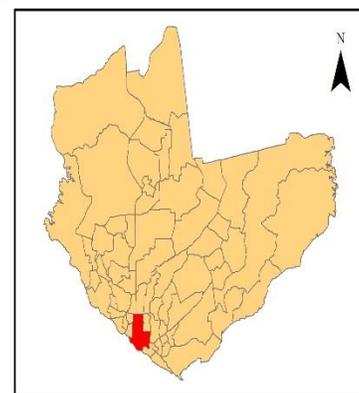
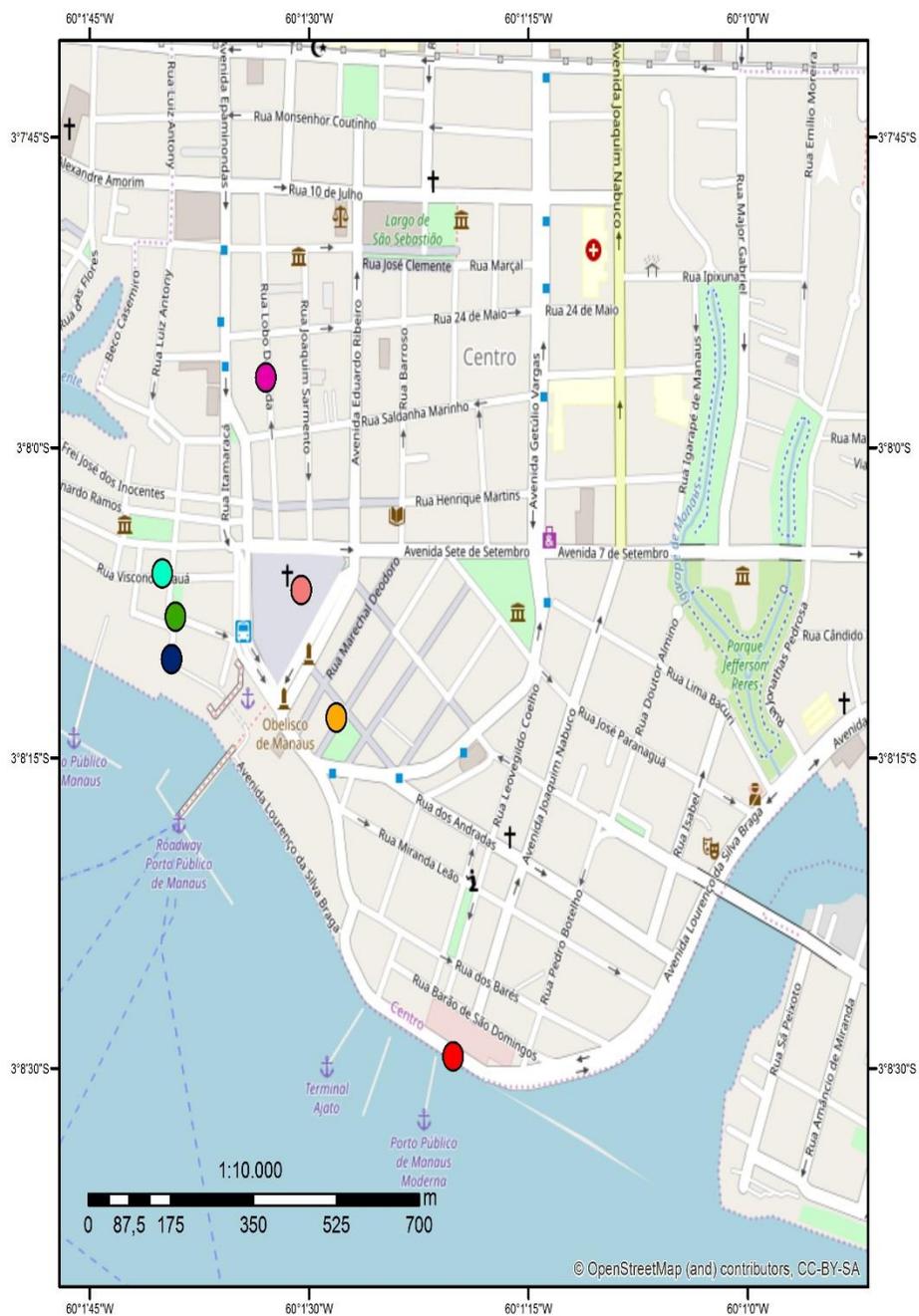


Locais de Trabalho

- Feira do Produtor
- Mercado Municipal
- Porto Flutuante
- Praça da Matriz
- Rua 10 de Julho
- Porto Hidroviário

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento - LABCARGEIOUFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 50. Mapa geral apontando alguns locais de trabalho das PSR no Centro de Manaus.



Atividade Noturna

- Rua Lobo D'Almada
- Avenida Manaus Moderna
- Praça da Matriz
- Rua Guilherme Moreira
- Rua Tamarandé
- Rua Visconde de Maua
- Travessa Vivaldo Lima

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Base de dados: SEMMAS, 2014
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Odemar José Santos do Carmo Filho
 Local: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento -
 LABCARGE/UFAM, Manaus - AM
 Data: 11 de junho de 2019

Figura 51. Mapa geral apontando alguns locais de atividades noturnas das PSR no Centro de Manaus.

No centro da cidade de Manaus podem ser elencados “pedaços do centro”, espaços de convivência de diversas tribos urbanas⁵⁹ que intercalam o mesmo espaço em horários diferentes. Na Praça da Matriz, do Congresso, dos Remédios, da Saudade e na Praça Heliodoro Balbi coexistem hippies, *emmos*, menores abandonados (cheira colas), flanelinhas, PSR, artesãos, grafiteiros, skatistas, estudantes, roqueiros, etc. Ao anoitecer, o consumo de psicotrópico e a prostituição ganham forma definida, misturando os personagens que coabitam o lugar. No centro, os sujeitos não se conhecem, mas se reconhecem fazendo parte de um mesmo grupo, pois compartilham de uma rede intrincada de relações que os aproximam enquanto “chegados”, adaptados aos riscos e aceitos comumente. É imprescindível ser aceito no grupo. A constituição de afinidades com os membros do grupo constitui passo importante para a pertença ao mundo das PSR. Para tomar acento entre eles e merecer estar entre os iguais, participar do grupo, é também uma maneira de fortalecimento e defesa diante das investidas de outros grupos, rivais ou inimigos, que estão na rua. Estar em grupo é uma forma de conhecer pontos de dormida, locais de esmola, lugares até onde o sujeito pode ir. A cartografia da ocupação de grupos diversificados no centro da cidade obedece a uma série de condições. A disputa é constante por pontos de mendicância, de trabalho, de prostituição, de drogas, de estacionamento, de comércio informal.

Assim, considerado o descrito, cabe ponderar: por que estudar pessoas de rua a partir de espaços centrais cidade? Porque, acredita-se, é no centro que se encontram “moradia”, “emprego” e “lazer”, antes com mais intensidade, mas ainda há muitos os espaços onde a vida acontece, onde há movimentos, onde há valorizações econômicas. Mesmo que fora do centro haja outros projetos mais arrojados de moradia, lazer e negócios, o centro da cidade continua ativo nessas atividades. O centro, para a pessoa em situação de rua, é a oposição à periferia. No centro da cidade há outra cidade, outra espacialidade com seus próprios territórios, que se recriam de tempos em tempos por grupos sociais sem visibilidade. Esses grupos, moleques, prostitutas, travestis, loucos, bêbados, pessoas em situação de rua, trabalhadores braçais, trabalhadores informais, habitam o centro e nele

⁵⁹ São conhecidas como tribos urbanas, pequenos grupos ou microgrupos que fazem parte de subculturas ou subsociedades que estabelecem redes de amizades com base em interesses comuns. Essas agregações apresentam uma conformidade de pensamentos, hábitos e maneiras de se vestir. Particularmente apresentam caráter volátil de vínculos internos, também apresentam resistências culturais frente ao processo de massificação (MAFFESOLI, 2006).

vivem suas histórias diuturnamente construindo e dando significados às suas identidades e aos próprios usos dos espaços públicos que podem se constituir em algo mais para eles. São espaços de trabalho, são ruas de tráfego intenso que podem também ser ruas de lazer; são espaços de relacionamentos afetivos e sexuais. Tudo pode, no centro, se transformar em espaços de interação, onde a vida é pujante, mas com outra lógica manifesta, na qual um turbilhão de coisas acontece ao mesmo tempo, em uma profusão de cores, cheiros, sabores diferentes e gente de todos os tipos. É algo surreal que embriaga os sentidos.

São muitas possibilidades de se fazer antropologia urbana a partir dessas e de outras categorias de sujeitos, todos dispostos no espaço público. São pessoas que perambulam pelo centro da cidade, se encontram, trocam experiências, apresentam comportamentos que manifestam certa regularidade dentro desse meio; esses atores compõem grupos que transitam no caos da cidade. O centro de Manaus apresenta-se como lugar de insegurança durante o dia e ao cair da noite essa situação se agrava. Torna-se necessário garantir a própria sobrevivência, com a adoção de estratégias, frente às adversidades das ruas. O porto do rodway, localizado no centro, mantém no seu pátio centenas de mercadorias e componentes que entram e saem da Zona Franca de Manaus – além de ser um porto de passageiros que vem do interior do Estado, de outros Estados e de outros países. O centro pode-se dizer, constitui-se como *locus* perfeito para se estabelecerem complexidades de crenças, atitudes, valores e ideologias. No centro da cidade há maior circulação de diferentes tipos de pessoas que interagem compartilhando suas particularidades. Nesses espaços, esses atores protagonizam ações que vão contra padrões civilizatórios da sociedade moderna (ELIAS, 1994), forjando territórios de convivência.

Sendo assim, a vida no centro de Manaus para os invisíveis está permeada por hábitos próprios da marginalidade/invisibilidade como elementos constitutivos da vida na rua. Bourdieu (2002b) conceitua *habitus* como disposições incorporadas pelos sujeitos ao longo do seu processo de socialização, na tentativa de abranger afinidades entre o comportamento das pessoas nas suas estruturas e condicionantes sociais. Nesse meio social o hábito de vestir, o esquema corporal, os atributos do corpo, a higiene, etc. podem ser exemplos de estereótipos criados pela caracterização de hábitos tipificadores. Embora para Bourdieu (2002b) essas disposições não se fazem com fixidez, não se caracterizando como

personalidade ou identidade, por exemplo, da PSR, para adaptar-se ao meio urbano, fazendo-o familiar, contrariam a ordem do espaço público. Daí as PSR, estabelecem-se em lugares que não foram feitos para elas, instituindo usos e contra-usos desses espaços para suas necessidades. Nesses habitats, tidos como espaços de heterotopia, tentam criar ambientes de liberdade ao extremo, dando vazão a sentimentos intensos expressos em ações na rua. Considerando o aprontado, passa-se no tópico que segue ao diálogo sobre a invisibilidade em razão das apropriações de uma parte da cidade que atraiu esperanças com a Zona Franca de Manaus, mas causou pesadelos para boa parte dos que se foram invisibilizados.

3.3. Sobre ser invisível

Quando falamos em invisibilidade nos referimos à desintegração das pessoas no meio social formal, o que nos vincula a acreditar no seu completo desaparecimento físico, cognitivo e psíquico. Invisibilizamos as pessoas quando ignoramos o sujeito que está ali na rua, mas que para nós não significa nada. Passamos o olhar através dele sem realmente vê-lo. O Estado as invisibiliza ao não proporcionar ações que lhes resgatem a cidadania plena. As PSR são invisíveis à sociedade quando esta se desresponsabiliza, não se mobilizando política, econômica e nem coletivamente para promover mecanismos para anemizar a situação de ser e estar na rua. Podem ser visíveis e invisíveis ao mesmo tempo. E na rua, cabe enfatizar, os invisíveis assumem outras identidades, nomes diferentes. A visibilidade se faz por via negativa, pela sujeira, mal cheiro, incômodo, violência, pena. Olhando pelo lado negativo, as pessoas afetadas pela invisibilidade sentem que não são notadas, não são percebidas, como se não existissem. Parecem que sequer são vistas. A *perceptibilidade* corresponde à capacidade de ver alguém, enquanto a visibilidade designa mais do que mera perceptibilidade porque acarreta a capacidade para uma identificação individual elementar (HONNETH, 2001, p. 113). A pessoa no meu campo de visão passa a não ser importante para mim. Honneth (2001, 2014) nos convida a perceber que a diferença entre invisibilidade visual e visibilidade se percebe com mais força quando apreendemos o conceito positivo. Quando pensamos na invisibilidade visual como a não existência de algo do campo de visão, a visibilidade física demanda de nós uma postura cognitiva perante o sujeito ou objeto dentro de uma estrutura espaço-temporal como algo

ou alguém dotada de relevância para nós. A PSR que é invisibilizada também pode ser percebida, com certeza, mas não notada. Ou ainda. É ignorada justamente porque, para quem invisibiliza, o outro não reúne características que provocam empatia. As qualidades das PSR não apetezem a quem os invisibiliza. Geralmente as pessoas veem as outras a partir do lugar que ocupam na sociedade. Está aí a causa imediata da maior parte da invisibilidade que atinge as PSR. Para Velho e Machado da Silva (1977, p. 79-80), “o que seria mais característico da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes, e, até certo ponto, estanques. Isso é o anonimato relativo”.

Encarnam-se novos personagens, papéis diferentes dos de outrora, caem suas máscaras para logo em seguida outras se sobrepõem no lugar das antigas. Em alguns casos, a busca da “liberdade” nas ruas de forma antagônica reverte-se em verdadeira condenação. Fatos causados pelas desventuras de suas escolhas os levam cada vez mais a incertezas de sua própria sanidade.

Observamos contradições inclusive na questão invisibilidade. As estruturas coletivas podem se agregar não apenas por instinto de autoproteção, mas para compor grupos de solidariedade, impondo assim sua presença nos lugares que ocupam no centro da cidade. As PSR vão ao mundo público à procura de luz, querendo viver de outra forma, e de certa maneira aparecer, embora percebemos o contrário. Todavia, elas desaparecem no turbilhão das cidades como cidadãos, na maior parte das vezes, se comportam de forma impessoal. É um tanto daquilo que se encontra em Simmel (1987), quando fala da metrópole e da vida mental, as quais relativizam diferenças, como se as PSR fossem toleradas, apenas, dentro de um entendimento em que cada um deva “ficar na sua”. A individualidade parece não ceder espaço ao altruísmo e a situação da indiferença acaba por se tornar banal. Em síntese, portanto, a busca da liberdade individual nas ruas desemboca também na impessoalidade.

Existem conflitos internos (desavenças familiares) não resolvidos e conflitos externos que tendem a se deparar diariamente com o ambiente no qual habitam, apresentando a dualidade conflitiva do “eu” com o mundo. As PSR se deparam com o não “ser”, não fazem parte do socialmente aceito. Não “ser” se configura como consequência de possíveis fracassos familiares e/ou profissionais que se apresentam em uma sociedade

cada vez mais exigente. Parecem não fazer parte de nada e suas vidas caem no vazio que se configura pela falta de lugar existencial (a invisibilidade), proporcionado, muitas vezes, pela carência familiar e ou falta de trabalho. A atitude característica para esse comportamento tem como consequência o deslocamento da sociedade formal que não faz parte, para a rua, onde procura construir outros vínculos.

Quando falamos na invisibilidade, estamos nos referindo ao desaparecimento simbólico de pessoas e/ou grupos marginalizados do centro da cidade de Manaus. Gente que não existe legalmente, não possui documentos de identificação, está fora de estatísticas de censos, não vota, está fora de programas sociais. E fora desses grupos, o invisível parece ser tratado com indiferença social, o que o constitui, para além dos seus espaços de convivência, como pessoa inexistente. Vendo por outra perspectiva, poderíamos pensar no isolamento espontâneo de determinada realidade que não mais lhe agrada, ou seja, se torna invisível para alguns, como uma fuga da vida familiar degradingolada. Porém, cada pessoa que está ali se constitui em um universo de significações que não está posto na estrutura social a qual as PSR se inserem, um universo que flerta fortemente com estados de sofrimentos mentais. Com mais especificações, nas páginas à frente de nossa tese, objetivamos tratar a temática.

A luta das PSR também é para existir. O vazio existencial no qual podem estar é profundo e difícil de sair. O papel de produtor e consumidor dentro da sociedade formal em parte, lhes é tirado, deixando lhes uma vida de estranhamentos. Por se tornarem inúteis para essa sociedade de consumo, não participando ativamente dos mecanismos geradores que costumamos chamar de progresso, as PSR são excluídas ou se excluem. As PSR tornam-se um elo fora da corrente que tende a oxidar-se e destruir-se, se não estiverem conectados com os demais elos, seguindo-os para uma direção positiva. Dessa forma, a nossa tendência é naturalizar comportamentos de uma sociedade materialista-consumista, desprezando as pessoas que não se encaixam no modelo. Naturalmente excluímos o diferente. No caso das PSR, a aparência parece ser um pré-requisito para a exclusão e isolamento. Há um entendimento que esses comportamentos vêm seguidos de sentimentos negativos de culpa, inutilidade, a depressão, “mal do século”, que se caracteriza principalmente pela total falta de prazer pela vida (anomia). A respeito da exposição pública em que se encontram, de modo geral, apresentam visibilidade negativa, onde suas

vidas são tidas como “fracassadas”. Vistos dessa forma, tendem a apresentar sintomas psicossociais que podem ser caracterizados como quadros de sofrimento mental. A situação de caos vivida pelas PSR as coloca num drama coletivo, aproximando-as nas suas dores, unindo-as na formação de um *ethos* que produz um universo simbólico próprio de vivência coletiva. Relações próprias com códigos determinados, territorialidades definidas, condutas e normas estabelecidas, adaptações feitas para o habitat urbano ao qual pertencem. Podemos ousar caracterizá-las, falando em desconstrução psicofísica do sujeito que assume o seu lugar nesse meio, colocando sua máscara para suportar as mazelas que se apresentam.

As PSR vivem aventuras repletas de contradições e paradoxos. Parecem caminhar em direção ao caos transformador. Significa dizer que a destruição ou a fragmentação de quem eram faz nascer uma outra pessoa, a PSR. Se melhorada ou piorada, vai depender de cada sujeito consigo mesmo. Para uns, condenação, para outros, liberdade embriagante que perturba a memória. A rua, por vezes, faz esquecer quem são (de verdade) e qual seu lugar no mundo.

No cotidiano turbulento, próprio do centro da cidade, mantém-se quase sempre em alerta o corpo e a mente. Temos a impressão de que o corpo entra em sintonia com a agitação do ambiente. Os comportamentos das PSR se alteram quando se encontram nessa situação. Em muitos casos, em meio a embriaguez as barreiras morais tendem a cair, expondo as mais grotescas faces do ser humano. Na rua, novas possibilidades e experiências são incorporadas para suportar a realidade de existir. Sobrevivem em uma profunda desordem do que sobra do horror urbano. Em meio à bagunça deixada depois de um dia agitado na cidade, ao anoitecer o que sobra é o lixo ao qual se misturam para tentar se manter.

Pode existir, de certa forma, rebeldia na invisibilidade de rostos indistintos, marcados pelo tempo. Resistem ao discurso posto pelo Estado (trabalho), pela religião (Deus) e pela sociedade formal (família). A impressão que tivemos em campo foi como se a “vagabundagem” tivesse pitadas de anarquismo, rebeldia que poderia se traduzir como uma espécie de ideologia libertária, guardadas algumas proporções, semelhante aos hippies. Fogem ao ritmo da vida tido como normal, o qual indica que deveriam estar voltados ao trabalho, à família e aos estudos. Usam todo o tempo para “vadiar”, o que eles

chamam de “refletir a vida”. Vivem desenraizados do lugar comum, tido como normal. Oscilam entre desobediência civil e loucura na constituição desse novo indivíduo. Invisíveis ou aterrorizantes, são produtos das ruas que se projetam como antítese do lar tal qual conhecemos.

As PSR, principalmente, convivem em universo de abandono, de modo que suas vidas sociais são encerradas em grupos de apoio e fomento interpessoal. Não seria diferente de se supor isso, já que, como tratamos anteriormente, questões como a invisibilidade, a marginalidade e os desvios (outsiders/desviantes) permeiam suas rotinas. Em algum momento da vida, as engrenagens sociais, para essas pessoas, se desencaixaram e as normas de sociedade perderam boa parte de seus sentidos. Essas pessoas passaram a serem protagonistas da sua própria história, mas dentro de um contexto totalmente diferente daquilo que a formação capital do trabalho lhes projetou. Tendemos a pensar que o caos, hoje, toma conta e transforma em desordem as construções de vida dessas pessoas. Mas de forma totalizante é preciso fazer um esforço de entendimento para que se possa compreender como se dá essa pretensa reorientação mental em função do *modus vivendi* das PSR. Como os sentimentos foram despedaçados e se reagruparam? Como os pensamentos se confundiram e se reafirmaram em seguida? Até que ponto novas diretrizes foram estabelecidas?

A busca pelo progresso e por dinheiro na sociedade contemporânea tem nos cobrado um preço muito alto, fazendo nossa existência vazia de significado. Para quê? Será que o que acumulamos nos trará felicidade? Amor? Satisfação pessoal? Ou estaremos fadados a uma eterna busca para termos o melhor da moda, da tecnologia ou para uma ligeira satisfação pessoal?

O sofrimento provocado pela situação de rua concorre para o anulamento da pessoa como indivíduo, retirando a posse de si mesmo, ou seja, da sua subjetividade. A pessoa passa a não ser protagonista da sua própria história, e no entanto vive num mundo sem máscaras. As PSR parecem vestir uma carapaça invisível de sofrimento e miséria, que, ao mesmo tempo, as marginaliza e segrega, para designar sua condição dolorosa e aflitiva. A vida se torna uma tortura brutal e covarde, que atua contra os aspectos físicos, emocionais e psicológicos do ser humano que se encontra na condição de pessoas em situação de rua.

O sofrimento parece uma camisa velha que as PSR se acostumam usar e não conseguem tirar mais.

A pessoa que desaparece como ser humano diante dos seus semelhantes e de si mesma torna-se mero corpo que, quando precisa se submeter a trabalhos indesejados – seja como mão de obra barata, seja vendendo o corpo na prostituição – assim opera: por meio de mecanismos de defesa. Essa perspectiva é abordada, dentre outros autores, por Rutter e Sroufe (2000), Cicchetti e Cohen (2006) e Salém José (2010), ao apontarem que sofrimentos mentais surgem e se estabelecem, nas ruas, em função de “inter-relações e contingências múltiplas, associadas a características pessoais (biológicas), ambientais (relacionamentos) e sociais (rede de apoio e socioeconomia), dentro de uma cadeia de fatores que se conectam” (RODRIGUES, 2014, pp. 58-59). A invisibilidade, concebida a partir dessa construção que notamos, nos ajuda a perceber vieses relacionados a saberes e fazeres urbanos.

A invisibilidade, conceitualmente, tem sido utilizada na sociedade contemporânea para designar crenças, atitudes e valores baseados em fatores econômicos, sociais e estéticos, além de figurar como antítese acerca da hipótese do ser ou não ser visível ou invisível (MERLEAU-PONTY, 1984; SIMMEL, 1986; BAUMAN, 1999; 2001). Merleau-Ponty (ID., *op. cit.*) aponta para a invisibilidade a partir de um dado perceptivo do outro, ou seja, uma pessoa é invisível na medida em que o outro não a vê por si mesma. Simmel (ID., *op. cit.*) elocubra significação sobre a invisibilidade pautada na questão de “ser diferente”, de ver o eu e outro com desigualdades, passando a tratar como gente visível apenas o igual. Fazer o outro invisível, às vezes, é uma ação inconsciente e ocorre geralmente com pessoas que estão ali e as ignoramos, como por exemplo trabalhadores da limpeza. Em algum momento, todos nós passamos por ocasiões de invisibilidade, mas saímos delas rapidamente. Bauman (2001) sugere que na sociedade moderna vivemos em estados temporários, sob a incapacidade de manter, como os líquidos, uma forma sólida constante. As PSR, partindo-se desses entendimentos, não têm como sair tão facilmente desse cenário constitutivo, já que guardam status de construção mental que as caracterizam nessa condição de “diferente”.

O pesquisador Fernando Braga da Costa, estudante de psicologia na USP, trabalhou⁶⁰ a partir de um prisma que indicou o desaparecimento simbólico de pessoas por causa da profissão (gari) e ainda por conta da sua condição social (pobre) e educacional (analfabeto ou pouco escolarizado). São características que marcam a exclusão e a desigualdade a ponto de invisibilizar o outro – como demonstrou ao se vestir de gari na cidade universitária da USP e não ser percebido por professores, amigos e colegas que ora transitavam junto a ele. A roupa de gari lhe transportou para o lugar da indiferença, da invisibilidade, o fez desaparecer para algumas pessoas. Dessa forma, Costa (2004) conseguiu se colocar no lugar do outro, ou seja, momentaneamente passou para o lado da invisibilidade, da apartação, retirando-se da posição de pesquisador para participante e agente. No caso das PSR pensamos na invisibilidade como meio de se camuflar, quando necessário, sendo uma forma pela qual podem fazer uso especialmente para suas especificidades marginais. Quando necessitam ser vistos, removem a capa da invisibilidade no intuito de buscar benefícios, como trabalhar ou “manguear”. Há o trânsito entre a situação de agente e de paciente. A vitimização faz parte de uma dialética da resignação, estratégia de desvio para obter ganhos.

Tratamos do tema enfocando populações urbanas da Amazônia que ficaram aliadas frente ao intenso processo de desenvolvimento dos últimos 70 anos. A industrialização advinda da Zona Franca de Manaus (ZFM) é parte desse processo, que tanto atraiu de modo inclusivo como excluiu boa parte da população que se dirigiu para a capital do Amazonas. A ZFM surgiu a partir de uma teorização econômica originária (PERROUX, 1977). Para o autor, os polos de desenvolvimento industrial surgem com algumas características específicas como grandes concentrações urbanas, matérias-primas, passagem ou fluxos comerciais contínuos ou grandes áreas agrícolas. Foram algumas estratégias dos governos da época para alavancar o desenvolvimento de regiões tidas como subdesenvolvidas economicamente, como entendeu-se no referente à Amazônia, onde a industrialização fabril só foi iniciar com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Via incentivos fiscais, o projeto da criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deveria ir além da proposta de industrialização, criando mecanismos de suporte

⁶⁰ *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. Fernando Braga da Costa. São Paulo: Editora Globo, 2004. 254 p. ISBN: 8525038911.

ao desenvolvimento social, como, por exemplo, a criação de conglomerados turísticos, ecológicos e agropastoris sustentáveis, biodiversos, quintais agrofamiliares, etc. – o que não foi feito de forma adequada e perene. Altos investimentos e incentivos fiscais por parte do governo federal e estadual transformaram Manaus em destino de migrantes de todo o Brasil e de outros países. A cidade cresceu de forma desordenada, provocando um desequilíbrio socioambiental significativo na região.

Milhares de brasileiros, estrangeiros e interioranos da Amazônia vieram para Manaus em busca de melhorar suas vidas. De acordo com o censo de 1970, Manaus possuía população de 314.197 habitantes, segundo o IBGE, população que por causa das migrações chegou em 1980 e 1991 respectivamente a 642.492 e 1.010.544 habitantes. A ZFM, maior polo industrial e comercial de eletroeletrônicos da América do Sul, hoje com mais de 600 empresas de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico, preconizou a ideia de emprego para todos que aqui chegassem. O crescimento econômico regional e consequente aumento populacional – mão de obra barata para a indústria – desencadeou crescimento desordenado da cidade, proporcionando invasões, favelização e bairros periféricos. Todo esse intenso fluxo migratório fez a cidade inchar, ocasionando uma situação caótica de onde emergiram problemas sociais, tais como desemprego, precarização de serviços públicos de educação, saúde, segurança e habitação, falta de saneamento básico, além de deficitária rede de transporte. Com as sucessivas crises econômicas ocorridas no Brasil nos 1980, 1990 o modelo declinou, havendo perda de metade dos empregos mais de 100 mil que existiam no início da década de 1980. Dados atuais estimam que em 2015, de uma população de 2.057.711 habitantes, há 172 mil desempregados em Manaus. Parte considerável dessas pessoas aderiu ao mercado informal, muitos acabaram nas ruas. Dados do jornal A Crítica de 25/11/2015 apontam que o Amazonas tem 10% de sua população desempregada atualmente. Somente nos últimos 12 meses o acumulado alcançou 60 mil desempregados. Situação que em 2016 piorou.

Muitas pessoas, a partir da construção socioeconômica baseada no modelo ZFM, ficaram fora do sistema não apenas pela inaptidão, mas ainda pela subversão a esse modelo estranho de produção em série implantado na região amazônica. O livre arbítrio de não se inserir ao trabalho fabril pode ser outra explicação, motivado pela falta de qualificação.

Seria uma tentativa de invisibilidade em relação ao trabalho formal posto pelo modo dominante de produção capitalista. Com a ZFM, pareceu que aquela pessoa invisível ganhou rótulo de ilegalidade no momento que rompeu com os laços que o prendiam à sociedade formal. Rompimento com a família, com o trabalho, com a religião, com o Estado, com a sociedade de controle, etc. Sobre o viés do rompimento, Tomás (2012, p. 165) trata a invisibilidade como tática de subversão correlativa à sociedade pós-moderna. A autora guia-se pela sociologia do imaginário, discutindo assim sobre “uma sociabilidade particular a certas “contraculturas”, ou microgrupos sociais, que incluem o desejo de ser invisível como uma forma de expressão identitária” (ID., *op. cit.*, p. 165).

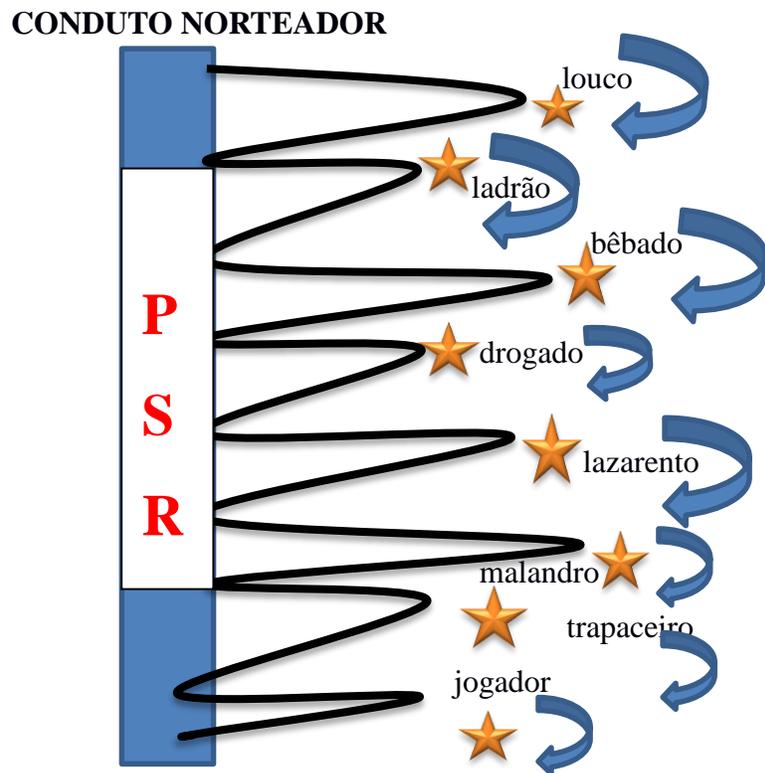
Seguindo por essa via, as pessoas fogem do controle social no momento em que não são recenseadas e ficam fora de estatísticas oficiais, além do quê, não possuem documentos pessoais e isso dificulta ainda mais a vigilância da sociedade e do Estado punidor (FOUCAULT, 1987). Como característica de fora da ordem e da lei, a invisibilidade dialoga diretamente com a clandestinidade, embasando assim pressuposições de contracultura. Configurando uma pequena inversão do modo de ser capitalista, destoando de como esse modelo se apresenta na vida cotidiana. Com a flutuação do mercado de trabalho fixo, diversas pessoas buscam a informalidade, na tentativa de autonomia e subsistência, mas essas iniciativas geralmente fracassam, gerando uma massa maior de pessoas sem ocupação. Os invisíveis socialmente fazem parte dessa população sobrando, que vive de rejeitos que a sociedade descarta, portanto, em tese, dispensáveis ao capitalismo, fora da ordem social pregada. Assim sendo, não influenciando diretamente nas tomadas de decisão do Estado no tratamento da questão social e na administração de políticas públicas, direitos e cidadania (CASTEL, 1998).

A invisibilidade é pensada também como forma de rebeldia frente ao poder de controle sobre os indivíduos. Bey (1990 *apud* TOMÁS, 2012, p. 166-167) fala de rebelião secreta, onde coloca a noção de zona autônoma temporária (TAZ, na sigla em inglês). O autor imagina uma zona de insurreição temporária que foge ao controle do Estado. Por ser volúvel, se dissolve facilmente antes de ser destruída pelo poderoso Estado. Bey idealiza um “microcosmo de uma cultura totalmente livre, como uma tática ideal, porque é invisível para a cartografia do controle. A função principal da TAZ é a liberdade total e as duas condições são a invisibilidade e o anonimato” (BEY, 1990 *apud* TOMÁS, 2012, p.

167). As PSR podem representar, para o senso comum, a negação do sujeito enquanto pessoa humana, representando a intolerância com outro. Para quem passa pelo centro, muitas vezes, há o entendimento de que seria melhor que não existissem essas pessoas. A presença das PSR pode chegar a incomodar certas pessoas que pensam que as PSR estragam a paisagem, sujando os cartões postais do centro da cidade. As PSR são ignoradas e invisibilizadas, também, por conta do incômodo que causam a transeuntes ao operarem uma imagem diferente do esperado para uma pessoa institucionalizada. Isso pode fazer parte das táticas de sobrevivência. Usa-se, quando necessário, da visibilidade ou invisibilidade. São táticas, por exemplo, perceptíveis em comportamentos animais em geral. Uma dessas táticas é a camuflagem, a qual resguarda as PSR de imbróglis, de chistes, de agressões, de violências simbólicas, físicas e de maus-tratos. No intento de passarem despercebidos ou se fazerem vitimizados, almejando a sobrevivência, podem ser submissos, dignos de pena, caridade ou podem ser agressivos, quando lhes é conveniente, quando lhes favorece, dado que usam da manipulação dos seus corpos e sentidos para manterem-se vivos. Por vezes, podem deixar de ser tolerados, quando seu comportamento destoava da imagem estereotipada de submissão e resignação, esperada deles. Quando as PSR se deslocam desses padrões esperados (humildade e resignação), geralmente podem ser encaradas como temíveis ou asquerosas.

São arquétipos criados, às vezes, para chocar. São feridas expostas, deficiências físicas e quiçá mentais demonstradas exageradamente; são formas de obter ganho nessa dialética do estranhamento e de sedução extremamente fortes e operantes a nível simbólico. E uma possibilidade de pensar as identidades possíveis para as PSR seria ver a pessoa em situação de rua a partir da representação social desses sujeitos sobre suas identidades. Há formas de compreender o termo “representações”; há vários usos acerca do ser no mundo e suas atividades executáveis, suas possibilidades e impossibilidades de interações humanas. Ao tratá-la no seu viés histórico, Roger Chartier (1990); Robert Darnton (1987) e Carlo Ginzburg (1986) não assumem totalmente o conceito de representação, mas, como nos faz lembrar Pensavento (2003, p. 17), “de uma forma geral, todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”. Se estamos em busca de retrair uma postura e uma intenção partilhada, de tentar traduzir o mundo a partir de um olhar etnográfico, é preciso

descobrir os fios soltos, entender como é tecida a trama geral desse modo de fazer das PSR, prestando atenção em elementos recorrentes, e talvez, relevar as diferenças entre os autores, o que sem dúvida é um risco que se corre. As representações funcionam como conjuntos de sentidos sobre o vivido no presente, como a apresentação de alguém ou algo (CHARTIER, 1990). Por outro lado, a psicologia social tenta tratar as representações lançando luz aos mais variados fenômenos da sociedade e suas formas mentais, a saber: ciência, religião, mito, espaço, tempo. Os sujeitos adotam práticas sociais diferenciadas do seu sistema de representação (MOSCOVICI, 2001, p. 47). A partir dessa representação, que chamaremos aqui de “conduto norteador”, notamos também a existência de uma série de eventos existentes que fogem da identidade principal (conduto norteador) das PSR. Ou seja, são desvios em forma de constelações, que gravitam em torno de uma linha de ação central (ver figura a seguir).



Faz-se aí um jogo de visibilidade quando se quer ser notado (se tornar presente), e de invisibilidade (sumir momentaneamente, sair de cena) quando não é interessante ser percebido. Esse jogo de cena implica não em provocar reações adversas contra si, tentando

por meio dessas estratégias operar ação em proveito próprio, sem ser incomodado, adquirir vantagens, preservar a sua condição de PSR. “Elas circulam sem ser vistas, perceptíveis somente por causa dos objetos que movimentam e fazem desaparecer” (CERTEAU, 1994, p. 98). O jogo de cena é realizado no sentido da subversão, de dar vazio a outras identidades que por vezes escapam do lugar comum de ser PSR. Esse “lugar comum”, que pretendemos dizer, faz referência à ideia das PSR enquanto maltrapilhas, vitimizadas, ignoradas e agredidas socialmente. Desenvolvendo essa perspectiva, temos que, enquanto identidade, a PSR possui uma linha central, um norte, um caminho traçado, mas isso não significa dizer que esse conduto seja algo imutável, fixo. Entendemos, portanto, como mostra a figura, que as constelações desviantes funcionam como táticas de vivência. No desenho, meramente representativo, as distâncias entre as identidades desviantes representam aspectos puramente ilustrativos na constelação de desvios. Não necessariamente há hierarquia nas categorias de desvio. Não queremos dizer, por exemplo, que quando a PSR assume a condição de trapaceira seja melhor ou pior do que quando é ladrão ou bandido. O substrato principal serve de âncora quando é conveniente e/ou necessária a sobrevivência nas ruas. Então, existe o conduto norteador como base principal das PSR e as constelações de desvio que são táticas de vivências marginais usadas esporadicamente para delinquir. Há um trânsito entre a identidade de PSR e as identidades da constelação de desvio. As identidades da constelação de desvio são ordenadas necessariamente pela invisibilidade do sujeito. As PSR saem do seu eixo norteador (conduto) para praticar pequenos delitos ligados à sobrevivência no meio. Essas saídas esporádicas chamaremos de “picos de desvio”. Ao apresentarem esse comportamento (o desviante), as PSR não querem ser notadas. Elas se usam da invisibilidade para serem, em dados momentos, indivíduo do tipo personagens, com atos cênicos, que vivem arquétipos: o malandro, o ladrão, o bêbado, o louco, o drogado, o lazarento, etc., são, em verdade, variantes da identidade central. Operando essas táticas desviantes de vivência, as PSR usam o que dispõem para a invisibilidade, como a camuflagem, a vitimização, o estigma, as chagas, os biscates, a embriaguez. Dessa forma, podem se esconder quando fazem algo reprovável e retornar ao status de PSR quando o desvio temporário cessa. Ao falarmos no conduto norteador dos desvios estamos explicitando nuances entre as categorias que as PSR assumem como identidades provisórias. As PSR tomam pra si posição fixa de PSR em determinados

momentos, mas, esporadicamente ou quando lhes convém, desenvolvem outras atitudes, identidades e valores que podem configurar uma constelação de desvios. Em suma, o trânsito é: ora assumem atitudes de delinquência, ora voltam ao lugar comum de PSR. Deste modo, dentro da constelação de identidades desviantes a marginalidade pode ser naturalizada como prática corriqueira.

Em determinados momentos da vida, surgem situações incontrolláveis, onde parece não haver mais saídas, dado que a sociedade formal sufoca e aprisiona a tal ponto em que se abandona tudo e ocorrem fugas em busca de liberdade. Longe de dizer que a situação de rua tem a capacidade de não aprisionar aflições, dando vasão plena à liberdade, a fuga de tudo e de todos tende a partir da ideia de se encontrar um “marco-zero”, onde o passado costuma ser esquecido (ID., *op. cit.*). Mesmo escolhendo a rua como fuga, as pessoas em situação de rua (PSR) não escapam de olhares de reprovação, que vão além dos agentes disciplinadores de controle social que diuturnamente estão a serviço do poder. Daí vem a questão: será que realmente se respira liberdade nas ruas? Na rua se quer ter a pretensão de ser o espaço da fuga do controle social, lugar da liberdade utópica, como o próprio desejo de ser invisível, vontade que no centro de uma cidade vigiada por câmeras, interligadas pela internet, se torna difícil.

A presença de pessoas em situação de rua em ambientes não totalmente regulados, como são espaços das cidades urbanas, mostra-se mais presente desde o contexto de formação de sociedades pré-modernas, ou seja, muito depois de nomadismo e tribalismo triunfarem entre comunidades nativas. Nomadismo e tribalismo remontam à era primitiva e se fazem sentir em meio a sociedades compartilhadas atualmente. Apresentam-se como novas formas de viver nas cidades, rompendo padrões, impondo novos meios de transgressão, seja através da inovação de sensibilidade e estética, seja infringindo a sociedade de vigilância, ou ainda por meio da passividade e carência (MAFFESOLI, 1988, 1997, 2006; FOUCAULT, 1987; MAGNI, 2006). São situações em que os invisíveis socialmente remontam práticas e expressões próprias de sociedades tidas como primitivas. Como nos primórdios, constroem abrigos para ficarem junto ao fogo, juntam-se com seus semelhantes em grupos para compartilharem alimentos, afetos, locais de pousadas, além de atualmente fazerem trabalhos informais, pequenos furtos e diversões, compondo desse modo os sentimentos de pertença. Não podemos generalizar que tudo entre as PSR seja

feito de maneira coletiva, pois como já mencionamos, as relações nesses grupos são transitórias. Esses indivíduos apresentam-se como grupos heterogêneos, difíceis de caracterizar e qualificar, uma vez que, por estranhamento, não se abrem; por medo, vergonha ou pela própria dor que sentem ao revelar sentimentos, muitos deixam de falar. Mas a intenção de invisibilizar-se cabe para boa parte do suposto quando lhes é necessário.

A invisibilidade se configura como meio de permanecer na clandestinidade, podendo viver no anonimato como forma de desvio social e ou forma de contestação. Evidencia-se que existem pessoas na rua porque querem estar na rua; seja por comodidade, interesse, escolha aleatória, necessidade, etc.; outros até mesmo por falta de perspectivas e alguns ainda porque a rua é tudo o que lhes restou. Para todos, o fato é que a rua lhes deu outra vida, fazendo-os deixar para trás a realidade de outrora. A invisibilidade, portanto, tende a camuflar situações supostamente cômodas ou tendenciosas, nas quais indivíduos vivem em estado de natureza (MERLEAU-PONTY, 1984), um dia após o outro, sem amplas preocupações do cotidiano. Sobre esse aspecto, o mesmo autor sublinha que desprendimentos viscerais de mundo podem ser provocados principalmente por desprezo, indiferença ou preconceito, dentro de uma dinâmica em que se torna o outro invisível simbolicamente, coisificando-o e banalizando sua condição. Na fala da interlocutora Cristiane, 37 anos, ao ser questionada como as pessoas que passam pelo centro veem as PSR, ela abaixa a cabeça e depois de um longo silêncio responde: “como um lixo”. Essa fala é confirmada em vários momentos nas conversas que tivemos com nossos interlocutores, Jackson, Breno, Salim e outros. Mesmo que não digam com as mesmas palavras, mas nas entrelinhas, falando de outra forma, nos silêncios, gestos, vem à tona a inviabilidade. Em razão de sua resposta, ficamos também emocionados e em silêncio por um longo tempo. Para quebrar o silêncio, ela falou que apesar de ver as outras pessoas naturalmente, para ela ninguém vê ninguém de rua como igual. “Quem é rico quer chegar perto de pobre, não! ”.

O excluído configura parte da sociedade onde vive em função de sua situação de rua, parcialmente alheia à produção do capital e ao trabalho formal, e conseqüentemente torna-se avesso ao consumismo e aos serviços oferecidos pela sociedade capitalista. Deparam-se constantemente com ações repressivas e punitivas, principalmente por parte do Estado que vê em muitas PSR capacidade laboral desperdiçada por comodidade ou ócio.

De alguma forma, porém, a fuga dessas relações invisibiliza as PSR como pessoas no cenário urbano, que fogem da ação reguladora do Estado, operadas em abordagens policiais e de equipes de assistência social, que promovem higienização de ambientes; e ainda por equipes da limpeza pública, que recolhem apetrechos e materiais pessoais carregados com as PSR. Enfim, essas ações de retirada tendem a representar medidas violentas, voltadas a remoções. Contudo, as pessoas em situação de rua mantêm-se firmes enquanto integrantes da cidade, mesmo sendo vistos negativamente como marginais, inseridos na paisagem urbana como partícipes da mobília cotidiana. São pessoas que estão fisicamente ocupando o espaço público, mas, destoando da paisagem, são vistos de soslaio pelos transeuntes, parecendo congeladas dentro do contexto da urbanidade acelerada. As PSR estão dispostas nesse cenário como peças desconexas ou coisas descoladas da mobília urbana. Estão lá, mas são ignoradas, pois destoam do público geral, muito por sua aparência, que de alguma forma, para a sociedade atual, seria uma das formas que determinam sua existência ou inexistência social, como um rótulo.

Importa destacar que essa “mobília” pode ser caracterizada como um conjunto de apropriações humanas e comerciais da cidade, como bancas de jornal, barracas de vendedores ambulantes, carrinhos metálicos de vendedores de frutas, carrocinhas dos carregadores, lojas pequenas, médias e grandes, boutiques, feiras, armarinhos, etc., enfim: são apropriações que dizem respeito a coisas e pessoas dispostas na rua, participando dela de forma negativa ou positiva, contribuindo para olhares de desobliquidade. As PSR, portanto, assemelham-se a mobílias até o ponto em que se constituem como parte integrante da sociedade de rua, dispostas como penduricalhos, constituintes de alguma forma de entulhamento, segundo a visão higienista pós-moderna. Parecem ser parte da mobília urbana porque se apropriam do espaço com sua presença constante, como se fossem também coisas dispostas, objetos inanimados, nesse caso desnecessário àquele ambiente. Como as empresas de publicidade fazem nos centros urbanos, padronizando o uso do espaço público por empresas privadas. Dessa maneira, a mobília urbana deixa de ser despesa para o poder público e empresas particulares passam a investir na compra, instalação e manutenção do mobiliário urbano e em troca permite-se a veiculação de publicidade no espaço público (BOYER e ROJAT-LEFEBVRE, 1994). Ser integrante da mobília faz parte do estabelecimento de substrato de fixação, posto que o sujeito pode até

ser localizado com frequência no lugar que se coloca. Instalar-se no território, mas, diferente disso, ele também estabelece ligações sentimentais com o lugar, cria vínculos de tal modo que passa a chamar de seu “ponto” o local que se aloja. Naturalmente que a lógica de vida das PSR é diferenciada, é ilógica, se comparada à vida de pessoas ordinárias.

Nas manifestações diárias de resistência para a vida, notam-se forma de protesto contra a moral triunfante do progresso, em meio a enfrentamentos relacionados ao capitalismo tardio (TOMÁS, 2012; JAMESON, 2007). A vida desregrada acaba funcionando como forma de agregar socialmente invisíveis para a festa eterna e dionisíaca, dentro de um ambiente de transgressão ao que está posto, dando a noção de alteridade como valor maior dos seres humanos (VERNANT e VIDAL-NAQUET, 1999). A comparação com a ideia de espírito dionisíaco pressupõe a liberação em face à sociedade. Nesse microcosmo de transgressão, de desordem e caos, de profusão de corpos, a festa dionisíaca funda uma nova ordem, com status coletivista e seu correlato racional, que é o social (MAFFESOLI, 2005). Nessa socialização, drogas, jogos e vadiagem constituem-se como elemento de diversão, dentro de uma elementaridade interacional nesse meio inóspito para quem vê de fora, mas que se tornou um lar para as PSR. Perguntado sobre as formas de lazer, ou seja, como se divertem na rua, o casal Cristiane, 37 anos, e Daniel, 35 anos, respondem que [a diversão] era olhar os outros cheirar cola, olhar os outros brigarem, enfim, ver os outros. “Nosso lazer é os irmão chegar, dar roupa, dar comida, as igrejas... aí é nosso lazer”. Inclusive na hora da conversa com as PSR estava sendo executada uma música de fundo no Rio Negro Clube. Foi quando indaguei: “Tem uma música aqui, tem um bar ali, dá pra se divertir, né?”. Cristiane respondeu que ali tudo é curtição. Ela disse que tem uns que bebem, outros que cheiram, fumam. “Quem não é desse meio acha que aqui é parado. Diversão [existe] pra nós que somos de rua. Então, onde a gente vai tá se divertindo”. Para fechar o assunto lazer, perguntei como eles arranjam dinheiro para comprar bebida, cerveja, por exemplo. Pois percebi que comida as PSR ganham com certa facilidade. Cristiane respondeu com naturalidade: “[a gente] ‘Roba’, engana, pede, pagam. Bebida todo mundo dá, mas um prato de comida só os irmão”.

Faz-se a contradição entre valores apolíneos (deus Apolo), promotores da ordem e rígidos controles da subjetividade, não extrapolando medidas aceitáveis socialmente. Os adeptos de Dionísio procuram romper violentamente com institucionalizações sociais,

transgredindo em busca de êxtase psicofísico. Como lá na Grécia Antiga, aqui, de uma forma aproximada, em nosso sujeito do estudo, subvertem-se as normas para o uso não apenas do vinho, como lá, mas de cachaça e drogas. Parecem querer prolongar infinitamente o tempo do lazer, a festa dos sentidos, independente das consequências. Como podemos perceber nessa fala:

Ele fumava muita pedra. E eu não uso droga, não deixava ele fumar não. Pra não dizer que ele não fumou pedra. Ele fumou uma ontem e eu fumei junto com ele. Mas eu não consegui fumar não. Não deu certo não. Graças meu bom Deus. Se eu me viciar na pedra eu vou lá na minha casa e vendo tudo o que eu tenho. Eu vendi foi minha casa com tudo dentro. Eu chamei foi o ‘boqueiro’. Até hoje meu pai não fala comigo. Eu morava lá no Lírio do Vale (casal Cristiane 37 anos e Daniel, 35 anos, outubro/2016).

A invisibilidade pode ser relativa: existe para uns de forma mais ampla e para outros com alguma leveza. Ser invisível socialmente é uma forma de não existir de direito, mas apenas de fato. Comumente as pessoas invisíveis não podem ser atendidas por serviços públicos (saúde, educação, segurança) e basicamente por não terem residência fixa e documentação pessoal estão sujeitas a processos de manutenção ou agravamento da invisibilidade. Uma coisa é viver na rua, outra coisa é não ter acesso a serviços básicos oferecidos pelo Estado.

Pode também, esse cenário de “estar invisível”, configurar-se, em certa medida, como tática para se esconder, para camuflar sua outra existência, secreta e subversiva (TOMÁS, 2012). Esse mundo invisível e anárquico exclui-se do mundo social formal e é excluído por ele, forma-se e se desfaz de modo onírico e efêmero. Precisamos ir mais a fundo para descobrirmos de que sujeito estamos falando, se é fruto da pós-modernidade, discordante dos rumos da sociedade materialista, consumista e individualista, ou um *outsider* indiferente à sua própria condição que só quer se autodestruir.

A projeção do estudo foi observar para além da aparência física das ruas, da segregação do ser, da fuga de si mesmo, notar o não-dito. Notar em que sentido pessoas com a existência caracterizada como coisa compreendem seus submundos a partir de significados próprios. Significados que reconstroem experiências de mundo relacionadas à marginalidade urbana. A perspectiva é fazer levantamento etnográfico de forma crítica, reflexiva, contornando olhares habituais que poderiam privilegiar a análise da pessoa que

mora na rua como coitada, excluída. Nos próximos capítulos, aprofundam-se considerações acerca das pessoas em situação de rua, almejando-se compreender a realidade dele por falas, gestos, intuições, objetividades, subjetividades e imaginário que permeiam o ato de viver próprio do meio.

A intenção é atentar que a invisibilidade acontece de fora para dentro, como ato exterior a indivíduos ou como ato voluntário de fuga. Em ambos os casos, tratam-se de estratégias para formação de círculos sociais de afinidade, não fechados, construídos em função de processos de socialização e aceitação. Essa invisibilidade está associada ao não reconhecimento do outro como pessoa, a estigmatizações e clichês, padronizando a todos em patamares de vagabundagem, vadiagem, prostituição, mendicância e pobreza, ou seja, segundo mazelas sociais vivenciadas. O invisível, nesse caso, tende a se sentir insignificante para a sociedade, a ter vergonha da sua condição, preferindo o isolamento e o convívio quase que somente com os seus iguais.

O isolamento é uma constante na vida das PSR no centro de Manaus. Se constitui quase como uma etapa padrão do sofrimento mental. Ao viver sua dor sozinho em meio a uma multidão de outras pessoas, vemos aí uma contradição da modernidade: pois se trata de um ser humano que se esvaiu de sentido ante a coletividade, articulando-se na composição de um individualismo perverso (SIMMEL 1987; MAFFESOLI, 1987).

A insignificância, noutro sentido, pode fomentar a construção de estratégias de segurança (insegurança) e filiação (desfiliação). Categorias pensadas pelas PSR para denominar sua condição atual de importância (ou falta dela) dentro da sociedade, que envolve ainda a segurança e a ligação de uma pessoa a outra. Essas estratégias perpassam por noções de existência, modos de vida, crenças, atitudes e valores compartilhados. No tópico que segue, considerando a perspectiva do sujeito do estudo, procurou-se explorar sentidos sobre a marginalidade das PSR. Deste modo, pessoas “invisíveis” que transitam por espaços públicos e os transformam em lugares de convivência, são cidadãos que querem um dos mais elementares direitos, o de ir e vir. São pessoas que pertencem à cidade e saboreiam viver as diferenças dela. Como não tem habitações próprias, apropriam-se e ressignificam espaços comuns, como praças, mercados, pontes, marquises, viadutos, calçadas, parques, postos de gasolina, feiras, prédios abandonados, embarcações abandonadas, praias, paradas de ônibus, terminais rodoviários, construções, galerias de

esgoto, enfim, tudo aquilo que é coletivo, transformando-o em território existencial, por domínio e afeto. Qualquer local que lhes proteja da chuva, do frio e proporcione o mínimo de segurança e privacidade, pode ser por eles recomposto, até mesmo porque a arquitetura atual das cidades se constitui de tal forma a deixar poucos espaços para quem mora na rua, a exemplo de viadutos e passagens de níveis construídas em Manaus, que ambigualmente concebem longos vãos ocios nas suas bases – em geral propositais para dificultarem moradias.

Trata-se de um claro conflito indivíduo-arquitetura, traduzido por aquele que vive nas ruas versus a sociedade, onde germinam lutas para se distinguir de rejeições. A arquitetura das cidades modernas não foi pensada inteiramente para os pedestres. O centro de Manaus apresenta ruas estreitas, algumas sem calçadas, poucas passarelas, e vários elementos que de alguma forma obstaculizam as andanças pela cidade. Enfim, trata-se de problemática do mundo contemporâneo.

3.4. Os marginais e suas marginalidades

O trabalho busca tecer reflexões entre discursos, públicos e privados, acerca da marginalidade e dos modos específicos de vida desenvolvidos no âmbito dessa caracterização social. Com foco em nosso campo de estudo, considerou-se “marginalidade” como conjunto de atos que moldam populações viventes principalmente nas ruas do centro de Manaus, capital do Amazonas, Região Norte. Essas pessoas, que ora se caracterizam como agentes controversas de seu destino ou vítimas sociais, podem tanto ser alvo de compaixão quanto de ódio. Ou ainda serem vistas como pessoas negligenciadas, famintas de existências, multidiversas, mas inteligíveis e pensadoras de si mesmas.

Nesse caminho, enfatizamos a palavra “marginal”, que de um modo um tanto equivocado tende a designar somente indivíduos que vivem à margem da sociedade (descentrados), alheios a normas e leis, muitas vezes denominados de “foras da lei” ou “vagabundos” que vivem testando seus limites e qualificando “deslimites”⁶¹. Para nós, marginal também podem ser aquelas pessoas que adotam condutas e práticas sociais geridas pelos grupos aos quais fazem parte e não pela sociedade como um todo. Nesse caso, os deslimites cooperam para vivências não convencionais, fugindo assim dos moldes

⁶¹ Ausência de limites, de impedimentos, empecilhos.

sociais preestabelecidos como padrões a serem seguidos. Grupos que entendem as leis das ruas segundo códigos e valores próprios, definidos por legalidades da sociedade envolvente, conforme a integração e não a marginalização. A ideia, tomando esse indicativo, é estudar a marginalidade tal e qual característica de ações de marginais e como forma de transgressão a normas comumente aceitas e pelas quais a sociedade se guia para viver e pensar legislações. As PSR arcam as consequências da marginalidade, na medida em que adotam modos de vida que transgridem legalidades da sociedade, fomentando a desobediência social via enfrentamentos conjunturais. Talvez não queiram rasgar a tecedura da sociedade formal, quem sabe apenas tecer suas histórias de outra forma, em outro ritmo, outro tecido, outras linhas, fazendo da rua uma colcha de retalhos tecida do seu jeito. Sem muitas pretensões, vivendo efêmeras alegrias e acumulando melancolia, são frutos de uma sociedade sem muitas esperanças de mudanças, dormem muito e sonham muito pouco.

Partindo desse suposto, notamos a marginalidade, neste tópico, tratada como correlativa à invisibilidade, a partir de outro ponto de vista, ou seja, decorrente de uma estratégia de sobrevivência ao meio hostil, que são as ruas, e uma delas é justamente a adaptação à realidade. Estar invisível é um ato estratégico e planejado de ser e estar em um mundo onde, no limite, a marginalidade tem sido configurada como patologia – apesar de estudos mostrarem que o fenômeno é mais comum do que se imagina, sendo observado a partir de relações e interações próprias da vida cotidiana – podendo ser visto como desvio social (BECKER, 2008). A problemática, portanto, interliga-se a questões atuais, a saber, o tipo de concepção de Estado praticada, cujo molde segregacionista de ricos e pobres, sendo este um aspecto latente da própria forma de governo (ZIZEK, 2003).

Seguimos com a abordagem metodológica com inspiração do viés da etnografia, a partir de um aprofundamento e de uma imersão no contexto social. O estudo, estritamente inferencial, pautado em dados de campo e com associações a teorias avaliadas, visa tematizar concepções sobre pessoas identificadas em becos e ruas do centro, entre calçadas, praças, casas de papelão, barcos abandonados, em torno dos mercados, enfim, sobre pessoas que permeiam o ir e vir do espaço público. A ideia, tomando esse indicativo, foi estudar a marginalidade tal e qual condição para múltiplas formas de transgressão a normas comumente aceitas e pelas quais a sociedade se guia para viver e pensar legislações.

A questão foi incitada no âmbito de espaços urbanos do centro de Manaus, que, constituídos de modo segregador, engendram propósitos separatistas. Nesses próprios ambientes, orientações relacionadas à higienização são apresentadas em situações não-ditas e se cristalizam como códigos normatizados de posturas, primeiro inconscientemente, depois declarados a partir de juízos de valor. Métodos desviantes fazem parte de estratégias usadas para romper processos normais de conduta dentro da sociedade, ou seja, quando falham as formas legais entram em cena contravenções como ato de constituição do ser. São essas as marginalidades as quais tomamos em conta nesse tópico. Daí que, notemos, as pessoas em situação de rua, que são *outsiders* por condição, tendem a ser seres desviantes, não cumpridoras de regras estabelecidas pela sociedade, embora elas próprias não se vejam como infratoras, vivendo às margens da sociedade formal (descentrados).

Na perspectiva de Becker (ID., *op. cit.*), são forjados acusadores e acusados. Significa dizer que classificações descritivas apontadas a *outsiders*, admitindo-os como marginais, depende do perfil de quem os marginaliza. Se puderem ser classificados “perfis desviantes” é crível notar também a significação de “perfis normais”. O comente aceito, nesse caso, desvincula-se, por exclusão, daquilo que não está descrito como regra ou norma. É a situação dualista por excelência, consolidada a partir de duas posições de fala, a do acusador e a do acusado.

Às PSR, por seu perfil semelhante às pessoas *outsider*, comumente lhes cabe o papel de acusadas, restando a algumas pessoas de fora desse habitat de rua, geralmente *habitués* da região do centro ou transeuntes incomodados com a situação das PSR, a função de acusadores. Um exprime e “viraliza” a noção de formas excludentes de ser e estar no mundo; outro acolhe em si essas formas excludentes. São duas perfilações psicológicas distintas, mas que se associam por composição. Só existe um acusador porque há um acusado: o objeto da acusação, portanto, não é só o ser em si acusado, mas todo um conjunto de comportamentos que geram, como ressaltamos, classificações descritivas sobre o acusado. Os *outsiders* a que nos referimos são as pessoas em situação de rua ora tratadas na pesquisa como desviantes, são as acusadas. São essas pessoas que, por instabilidade em aceitar regras, convivem a partir de situações desviantes que se acentuam em detrimento à situação em que os indivíduos se encontram. A rotulação do desvio é feita por pessoas que reconhecem e tomam como verdades para si padrões de comportamento

(BECKER, 2008). Os sujeitos *outsiders*, na rua, seguem a concepção de Becker (2008), quanto o autor trata da ideia de carreira, ou seja, o novato vai se tornar um antigo morador em situação de rua. Como se um dia o recém-chegado vislumbrasse ser o “cara”, o chefe do grupo, o sujeito que domina o lugar, o que tem mais experiência e poder.

Venho usando o termo 'outsiders' para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros 'normais' do grupo. Mas o termo contém um segundo significado, cuja análise leva a um outro importante conjunto de problemas sociais: 'outsiders', do ponto de vista da pessoa rotulada de desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cuja violação ela foi considerada culpada (ID., *op. cit.*, p. 27).

As PSR podem ser rotuladas como marginais em certas situações porque adotam modos de vida desviantes (*outsiders*), permanecendo nessa categoria caracterizada pela sociedade em geral e podendo assumir o desvio social como modo de vida cotidiano ou ainda adotar uma postura conformista. Referimo-nos ao desvio como um conjunto de formas de transgressão que estabelece o rompimento com normas comumente aceitas. (BECKER, 2008). Para além da noção de estigma abordada por Goffman (1980) — na qual é refletida a situação de pessoas que se acham incapazes de se enquadrarem em padrões normatizadores da sociedade, pessoas que aos olhos de outrem apresentam deformações físicas ou de caráter, não sendo assim habilitadas para a aceitação social completa —, vamos trabalhar o estigma nas PSR como uma das formas usadas para sua vivência na rua, ou seja, tal e qual estratégia usada, por exemplo, para pedir esmolas ou, como eles mesmos dizem “maguear”.

Avançando na discussão, e entendendo que no caso das PSR o estigma se caracteriza também como status social e simbólico de enfrentamento da realidade das ruas, temos que há um lugar reservado pela sociedade para determinados tipos de pessoas, justamente as estigmatizadas as quais tratamos, que são consideradas inferiores ou diferentes das outras. Dessa maneira, podemos estabelecer certa aproximação entre o estigma e o comportamento desviante. As pessoas invisíveis estão em constante conflito, tensão e ansiedade, visto que, por meio do fenômeno do sombreamento (de caráter temporário), podem manter uma imagem falsa de si mesmo que tende a entrar em colapso a qualquer momento. Situação difícil seria manter um personagem ou vários durante muito tempo, mais complicado ainda encobrir um estigma, sem ser desmascarado (GOFFMAN,

1980; 1988). Ao dar um passo em direção a esse modo vida, adquirem imagem negativa e arriscam a se transformar em outra pessoa, muitas vezes, aceitando rótulos que lhes são impostos, já que são seres desviantes e comportam-se como tais. Mas existem complexidades referentes aos universos que cercam os modos de vida das PSR. A começar pela motivação que as levou à rua. Esses motivos primordiais, com o tempo, se fragmentarão e darão origem a novas identificações da pessoa com o meio em que vive. De forma consciente ou não, o(a) marginalizado(a) naturaliza a rua e suas marginalidades como habitat natural, como lar, confortando-se muitas das vezes com a situação. No entanto, não podemos associar marginalidade necessariamente à criminalidade genérica. É mais interessante pensar a marginalidade como uma prática de mau gosto, errada para os padrões sociais vigentes, contudo natural para a PSR. Como, por exemplo, fazer necessidades fisiológicas ou higiene pessoal nos espaços públicos, as quais são infrações que reforçam o caráter marginal, mas que não se apresentam como crimes graves. Portanto, na rua, o desvio até se apresenta mais como regra e não enquanto exceção; a PSR não exhibe intenção de sair desse círculo vicioso desviante.

Pensamos nas PSR como pessoas até certo ponto livres, propensas ao banditismo como tática de sobrevivência do habitat onde vive. Se acham sem importância, não se acham integrados na sociedade formal, e dessa maneira absorvem como natural a marginalidade e o desvio. Como se sentem fora da ordem, sem família, sem patrão, sem casa, acabam representando algum perigo para a estabilidade da hierarquia social. Se acham em uma suprealidade, passam a não respeitar ninguém, e nem a eles mesmos. Faz-se constantemente do presente a rebeldia e a revolta, na medida em que não estão dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo do “mendigo” submisso. Por outro lado, existem os raivosos, os perturbados, os engraçados, os arrogantes, os recalcitrantes, os rebeldes individuais, enfim, existem todos os tipos de comportamentos que fogem de padrões pré-estabelecidos. E estão presentes na rua. Talvez sua marginalidade seja decorrente da revolta que sentem por serem invisibilizados, injustiçados e perseguidos, não se submetendo facilmente à manutenção da ordem que a sociedade lhe impõe, e preferem trilhar o caminho de resistência.

Contradições sobre a marginalidade apresentadas foram ponderadas a partir de observações de campo da pesquisa. Gestos, silêncios e muitas das falas e performances

capturadas apontam a base de nossa proposta: que muitas PSR não se encaixam no modelo clássico de marginais construídos pelo Estado (FOUCAULT, 1987). Outrossim, boa parte desses indivíduos podem até vir a falsear desvios como estratégia de sobrevivência, como mais uma marginalidade, pois nessa condição ora pode ser o carregador, o guardador de carro, o vendedor ambulante, o jogador de carteador, etc., mas tudo isso é de ato pensado, para ser ele mesmo sem levantar suspeita. Essas categorias de pessoas são diferentes das PSR, mas as PSR geralmente se aproximam muito delas, assumindo provisoriamente ou não suas funções laborais ou de lazer. As PSR têm um trânsito livre entre vários segmentos do centro, entrando e saindo das feiras, mercados e porto podem se travestir em diferentes personagens. Assim, tentam furtar sem levantar suspeitas e nem serem hostilizados pela sua identificação aparente, já rotulada de “desviante” pelo senso comum. O repertório de estratégias, “macetes” ou trambiques serve para camuflar ou esconder aparentes desvios e ainda concorre para mantê-los na invisibilidade no espaço urbano.

Para entender a origem de comportamentos e estratégias, chamamos atenção para composições acerca de discursos da modernidade e do progresso, proferidos há mais de um século para as cidades. Trazendo o disposto para o estudo ora descrito, coube inferir que o uso do espaço urbano para alijar do meio social a população pobre, negra e indígena, entre demais minorias, em Manaus, sobretudo na virada do século XIX para o XX, balizou políticas públicas da época, que preconizava o disciplinamento dos pobres (FRAGA FILHO, 1996). No centro, ainda hoje, visto como vitrine de uma cidade que se queria europeizada no passado, persiste a tentativa de normatização e ordenação pública por meio da higienização. Esse, porém, é um processo de exclusão dos pobres do centro da cidade, o que faz e ainda fez no passado surgirem zonas periféricas ao centro. Para esses locais foram enviadas pessoas indesejadas no ambiente urbano. A pobreza e a marginalização social, por conta disso, aprofundaram-se com esse surto de desenvolvimento da capital amazonense, provocando desigualdades e influenciando diretamente a construção da vida na região (COSTA, 2014).

O pressuposto do capital é a produção de riquezas de modo desigual, o que inevitavelmente causa a pobreza e a consolidação da miséria, dentro de uma lógica perversa do próprio sistema (MARX, 1971, 2004). Desde a época do surto da economia gomífera até a tentativa de desenvolvimento social do Amazonas com a Zona Franca de Manaus, foi

no centro da cidade, além dos bairros periféricos (para onde eram expurgados), que se concentraram pessoas marginalizadas. As PSR, em grande parte, assim entendendo-se, foram fruto da reprodução da ideia de higienização enquanto ato ou efeito direto da produção pré-industrial e pós-industrial. A disciplina no uso dos espaços públicos da cidade de Manaus, desde o início do século XX, passava a ser pautada pelo poder público (Códigos de Postura), principalmente no perímetro urbano. Com o fausto da economia gomífera, o centro da cidade não poderia comportar habitantes indesejados, destoando com a beleza da cidade. Foi preciso varrer para os subúrbios trabalhadores pobres, como “comerciários, gráficos, condutores de bondes, carroceiros, lavadeiras, carregadores e estivadores, donos de pequenos estabelecimentos, etc.” (COSTA, 2014, p. 136).

Como, obviamente, as PSR desenvolveram sentimentos de pertença a locais onde se estabelecem, a ponto de desconsiderarem que são locais públicos, portanto, de uso comum, como locais de apropriação, deu-se a formação de uma espécie de interdependência com seus “pontos” frequentados, sendo essa formação um conjunto de territorialidades urbanas próprias de determinados grupos de rua (SPOSITO, 2004; HAESBAERT, 2004; SOJA, 1993). A apropriação de territórios de maneira física e afetiva, assim sendo, crivou as PSR de resistências e transgressões, por conta delas serem partícipe de universos que não as aceitavam ou não estão preparados para lidar com esse tipo de constituição pessoal. As resistências e rebeldias às adversidades se deram, por exemplo, por meio de trabalhos informais esporádicos, solidificados a partir de vivências compartilhadas nesses espaços públicos. A rua para as PSR se configura, na maioria das vezes, como também, um lugar de trabalho. Há uma forte resistência em abandonar a rua, pois o sujeito acostumado com a situação pode não se prestar a abandonar esse estilo de vida. Perguntamos por que morar na rua:

Meu amigo, você acostuma na rua, é tipo ser mulher sem vergonha. Aqui você conversa com os amigos ‘vambora interar um corote?’ Daí um bota um, dois, três. Vim para aqui por uma situação aí...” (Adriano Ramiro de Souza, 63 anos, topógrafo).

A resistência às adversidades se dá, por exemplo, por meio do trabalho informal esporádico. A rua funciona sempre como lugar de trabalho, engana-se quem pensa que as PSR são vagabundas que só bebem cachaça e dormem a maior parte do tempo. Para

sobreviver fazem pequenos serviços. São ocupações como guardadores de carro, vendedores de água, bala ou apetrechos em sinais de trânsito; são catadores de materiais recicláveis (latinhas de alumínio), carregadores de porto, vendedores de resto de feira (sacolão) e os biqueiros em serviços domésticos e na área da construção civil. No centro de Manaus, por volta das 18 horas, as lojas estão encerrando o expediente. Nesse momento, aumenta o fluxo de PSR que trabalham com material reciclável. Observamos nesse horário uma situação propícia para ganho. Os lojistas descartam na frente dos seus estabelecimentos todo o lixo produzido ao longo do dia, geralmente caixas e mais caixas de papelão, de papel, além de muito plástico e muitas latinhas de alumínio. São os produtos mais recolhidos pelas PSR. Alguns catadores utilizam para o transporte dos produtos descartados carroças ou triciclos improvisados, tendo em vista recolher o máximo possível de material; outros usam carrinhos de mão, carrinhos de supermercado ou ainda sacos que levam nas costas ou arrastam pelo chão. Todo esse trabalho acontece de forma articulada, antes da coleta do caminhão da prefeitura passar para recolher o lixo.



Figura 52. Rua Lourenço da Silva Braga, atrás da feira da banana. PSR confeccionando sacolões de verdura. Fonte Google/Earth, 2016.

Ocupações que apresentam poucos lucros, além de não serem regulamentadas em leis trabalhistas. O que significa dizer que quando falham as estratégias dos “bicos”, as PSR tentam contar com a solidariedade de outrem para suprir necessidades básicas ou

mesmo o fazem no sentido de despertar a compaixão como estratégia de sobrevivência. Maiores incidências de marginalidade tendem a ser percebidas em períodos de recessão econômica, transformando a dinâmica dos mundos do trabalho das PSR. Esses trabalhadores, na medida em que falta emprego formal, o trabalho informal e o desemprego tendem a se acentuar, tendo como consequência instabilidades e afloramento das marginalidades principalmente das ruas. As marginalidades acabam se transformando em formas de ganhar a vida, e como tal uma profissão. No caso das PSR do centro de Manaus, configuram-se como grupos viventes em uma realidade em que contravenções aderem a estratégias marginais de sobrevivência. O dito comportamento antissocial, assim, pode ser visto como rebeldia ou adaptação ao meio, na medida em que tem de se adaptar a códigos e posturas existentes para poder dialogar com grupos exteriores aos de pertencimento.

Ainda hoje, para esses trabalhadores informais, na proporção em que o trabalho se torna cada vez mais escasso e a desocupação aumenta, há inúmeras instabilidades e podem aflorar novos e diferentes atos de resistência, sobretudo vistos como marginalidades, os quais acabam se transformando em formas de ganhar a vida e, como tais, implicam em uma profissão: a de bandido (HOBSBAWM, 1975). Mas não um bandido senso comum, falamos aqui do bandido-herói, ou melhor, de um verdadeiro e real anti-herói. Pedir (manguear), furtar, roubar, trapacear, mendigar, se prostituir, jogar, vender, comprar, traficar e consumir são alguns expedientes usados para se manter na rua e, por consequência, na vida. Essas práticas de resistência, igualmente ao trabalho informal já descrito, eram no passado e são no presente até certo ponto consideradas triviais no espaço público, remetendo à noção de sobrevivência imediata, sendo parte integrante da cultura das ruas (HOBSBAWM, 1990; HOBSBAWM e RANGER, 1994). Esse marginal, o bandido-herói, e seu conjunto de banditismos por conceituação, com suas referidas marginalidades, ainda resiste em obedecer ao Estado porque estava e está, em certo plano, fora do alcance do poder. Eram elas próprias, as PSR que agiam por esse *métier*, dado serem detentoras de possíveis poderes localizados, portanto, rebeldes efetivos, representativos do oposto do imaginário ideal que a sociedade higienista considerava como pessoas de retidão e justiça. Geralmente a política higienistas tende a associar as PSR ao perigo, sujeira e as doenças. Não estamos falando de meros delinquentes, fora da lei sem escrúpulos, mas de pessoas que cometem transgressões pontuais ao poder estabelecido,

funcionando mais essas transgressões como formas de protesto social. Nesse contexto marginal, muitas pessoas têm como único meio de resistência ao seu alcance o banditismo. Constitui-se esse banditismo de uma recusa à ordem estabelecida, que por vezes protege o rico em detrimento dos desvalidos, sendo uma tentativa encontrada de revanche do oprimido a seus opressores. Encarnando o personagem do cangaceiro Lampião, bandidos procuram através do crime satisfazer seus desejos de vingança contra o sistema impiedoso. Talvez haja de forma inconsciente a pretensão de representar papéis sociais do bandido-herói em busca de justiça. Na rua, esse personagem é recorrente. Alguns demonstram sua benevolência dividindo os roubos e furtos, contando suas peripécias na “arte” da delinquência. Exagerando nos detalhes, mostram seus corpos marcados com cicatrizes e tatuagens representativas de algumas situações marcantes. Como se quisessem romancear suas aventuras a exemplo de Robin Hood, ou de caubóis do velho Oeste Norte Americano ou ainda gângsteres, retratados muitas vezes na TV como bandidos-heróis. Hobsbawm (1975) contextualiza a figura do mito, que permanece na memória coletiva sobre o bandido-herói. E é nessa fraternidade que homens e mulheres livres buscam igualdade, defendem os fracos, enfrentam autoridades. Eles ressaltam o heroísmo, apesar da falta da moralidade convencional (HOBBSAWM, 1975).

Contudo, não há como negá-lo. O bandido é bravo, tanto em ação e como vítima. Morre desafiadoramente e com dignidade, e inúmeros rapazes de cortiços e subúrbios, que nada possuem senão o dom comum, porém precioso, de força e coragem, identificam-se com ele. Numa sociedade em que os homens vivem da subserviência, como escravos de máquinas de metal ou como peças moventes de maquinaria humana, o bandido vive e morre de cabeça erguida. Como vimos, nem todos os bandidos legendários da História sobrevivem assim, para alimentar os sonhos da frustração urbana (ID., *op. cit.*, p. 133).

Meios ilegais praticados por marginais podem insinuar formas de combate à pauperização. Ou seja, os marginais, outrora classificados como pobres e posicionados em categorias de inferioridade moral, psíquica e física, de alguma forma tentam vencer a miséria sem deixar de se situar em plataformas de ociosidade e expertise. Esse tipo de marginalidade *bon vivant* pode mascarar discursos que se pretendem revanchistas, mas nem sempre o são. Marginalidades praticadas socialmente, sem o aspecto do bandido “profissional”, podem se configurar como subterfúgios para o desvio, sendo dissimulações para lograr êxito sem o devido esforço laboral. Práticas que se configuram como tais são:

disfarces, exposição de moléstias ou feridas, extorsão mediante atos verbais e físicos, uso de menores e idosos, pedidos de dinheiro por vitimização, apresentação de receitas médicas, pedido de comida e passagem de ônibus, cartas ou mensagens de ajuda para voltar para o interior, etc. Essas ações estão no *hall* de algumas estratégias de delinquir dos marginalizados, os quais, circunscritos em espaços de marginalidade, pensam alternativas controversas, segundo discurso urbano e mercadológico, para ganhar a vida. E mesmo quando punidos voltam a reincidir, dado as estratégias de delinquências representarem algo de projeto de vida para eles.

Mas, cremos, a marginalidade das PSR alude, grosso modo, a formas primitivas de resistência, ora observadas em estudos já citados, relacionados ao banditismo social (HOBSBAWM, 1975, 1990), que mostram uma marginalidade tecida em razão de alternativas possíveis à clandestinidade, a qual permeia boa parte dos cotidianos dos grupos de PSR. Cotidianos que, digamos a bem da verdade, são eivados de vidas singulares, pessoas postas tais e quais famintas de existência, que fizeram suas escolhas em mundos de aventuras e desventuras, assemelhando-se a pequenos livros, onde poucas palavras podem expressar significativas histórias miseráveis. E desses dramas pessoais, as incertezas são o ápice. Pessoas que apresentam histórias maiúsculas e minúsculas, de sentimentos intensos, de loucuras, raivas e medo. Desses livros de dramas pessoais, restaram as incertezas. Sobre esse conjunto humano em modificação, há concepções que implicam acerca do estudo dessas histórias, do ponto de vista das classes, tidas como inferiores, das pessoas comuns; são concepções da história oficial que silenciaram experiências, como nos apontam Ginzburg (2008), Burke (1992), Thompson (1987), Hobsbawm (1990, 1975), Del Priore (2001), Delumeau (1996) e Ariès (1978), entre outros, sendo que Ariès situa-se mais na área de *História das Mentalidades*.

Enfatizando o discorrido, no tocante à vida miserável de homens infames, Foucault enfatiza que:

Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado; que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor., que tivessem sido

animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixaza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena. Partí em busca dessas espécies de partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores elas próprias o são, e difíceis de discernir (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Evidenciando a citação, o encampamento da análise dos aspectos da marginalidade é algo não afirmativo. Merece mais destaque, acredita-se, a reflexão aprofundada e contínua acerca das situações relacionadas à maneira de viver das PSR. Um segmento incisivo dessa reflexão pode repousar no arcabouço do trabalho, conceitualmente e categoricamente. Conclui-se, por hora, que a ideia de marginalidade no centro da cidade de Manaus tende a ser moldada mediante conceito formado a partir de questões relacionadas à sociedade em que se vive na contemporaneidade, uma sociedade segregadora. A vida, assim sendo, em um mundo globalizado, é pautada por ideologias simbolicamente violentas e de mercado, por um trabalho desvirtualizado, impessoal e naturalizado, observado como parte do cotidiano constitutivo da vida das pessoas. Uma vida que parece ser incapacitante, sobretudo ao se tomar como campo de estudo o centro da cidade de Manaus – de capitalismo tardio.

Os desafios impostos na vida contemporânea colocam-nos sob pressão diariamente, por resultados melhores no trabalho, na família, com amigos, etc. A tecnologia, o consumo, a moda, a carreira profissional, a busca por status, o narcisismo, a concorrência voraz, dentre outros fatores, tem nos levado a estados emocionais de desequilíbrio e constante estresse (em menor grau que seja), causando transtornos emocionais cada vez mais repetitivos na sociedade. São dores mentais que, reconhecidamente, são dolorosas tanto quanto dores físicas. Não só o corpo, mas a alma necessita de estar preparada para enfrentamentos concernentes aos dias difíceis e rigorosos os quais as PSR enfrentam. Por conta disso, tal é o viés que buscamos apontar e tentar perceber de modo coerente com nossa perspectiva de pesquisa.

Mais do que um claro conflito indivíduo-ambiente, é um conflito indivíduo-sociedade, traduzido por aqueles que vivem nas ruas versus o conjunto aparente de coletivos que não fazem das externalidades espaciais a sua casa, de onde germinam lutas para se distinguir de rejeições ou estigmas. Enfim, trata-se de problemática do mundo contemporâneo. Na tese, a aposta foi refletir criticamente sobre os universos das PSR e

como esses universos se constituem. As necessidades, as vontades e os desejos, enquanto projeções, foram sublinhados em certa medida – segundo se almejou propor. E ainda. A meta foi observar para além da aparência física das ruas, da segregação do ser, da fuga de si mesmo e do não-dito. E a partir daí se considerou que a existência caracterizada como coisa, compreende, fortemente, os submundos das PSR a partir de significados próprios. Significados que reconstroem experiências de mundo relacionadas à marginalidade urbana.

Portanto, a problemática da tese constitui-se em razão da invisibilidade como estratégia de desvio, que se faz na medida em que indivíduos não existem para o Estado e para outras pessoas. De certa forma, o Estado e a sociedade que os representam se tornam também inexistentes para a PSR. Quando falamos Estado nos referimos também às estruturas que dão suporte à vida em sociedade, em contrapartida dos impostos que pagamos para, quiçá, mantermos hospitais, escolas, segurança, habitação, etc. Se não existe o Estado, suas leis e normas são subvertidas com a licença da invisibilidade. Não são vistos e, portanto, não veem o Estado como representação de nada. A invisibilidade serve como tática para delinquir sem ser notado, muitas vezes sem ser punido. Daí vem a questão: Que gente invisível é essa que mora provisoriamente na rua? As estatísticas apontam Manaus com índices relativamente menores que outras cidades, talvez até por conta do leque de possibilidades de “se dar bem” na rua, disposta para grande maioria, além de certa tolerância, pode ser atrativo para a permanência errante na cidade. Mas há de se inquirir que talvez a falta de concorrência mais forte na rua possa incentivar a permanência. Embora a situação venha mudando com a constante imigração de haitianos e venezuelanos que cruzam a fronteira e chegam a Manaus sem perspectivas, vendo a rua como primeiro patamar de superação. A rua não é vista por muitas pessoas apenas como sofrimento, mas, sobretudo, como aprendizado. Em suma, essa gente representa um conjunto de pessoas que não possuem residência fixa, são errantes, trabalhadores informais ou biscates, as quais perambulam à própria sorte, em um diálogo urbano com o meio, perfazendo práticas e atividades muitas vezes consideradas ilegais ou não normativas para sobreviverem.

3.5. Políticas nacionais para PSR

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome da Secretaria Nacional de Assistência Social [extinto após o golpe parlamentar de 2016 no Brasil], a

População em Situação de Rua são todas aquelas pessoas que vivem em logradouros públicos, calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitam em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). A pesquisadora Maria Lúcia Lopes as designa como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a **pobreza extrema**, os **vínculos familiares fragilizados ou rompidos** e a **inexistência de moradia convencional** regular. Caracteriza-se pela **utilização de logradouros públicos** (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de **áreas degradadas** (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) **como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente**, bem como das **unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória** (SILVA, 2009, p. 136).

A questão dos direitos sociais fundamentais estendidos a todos os brasileiros a partir da Constituição de 1988 (Artigo 5º e 6º) ofereceu perspectiva legal por parte do Estado no fomento a políticas públicas de assistência a desamparados. Esses indivíduos que não existiam anteriormente para o Estado, em tese passam a existir como cidadãos com direitos garantidos em lei a partir da segunda metade da década de 1980. Outra promoção de política pública por parte do Congresso Nacional foi aprovação em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), combinada à Lei nº 11.258/05. Ambas se propõem a manter serviços de atenção às PSR⁶², ficando por competência dos municípios a formulação de programas de amparo à população em situação de rua. A legislação estabelece direitos, cria um novo sujeito, que deveria ter assegurado por parte do Estado, proteção integral como cidadão. Seria a garantia de dignidade e respeito. Cabe salientar que a cartilha da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Governo Federal trata superficialmente nas suas 25 páginas de caracterização, princípios, diretrizes, direitos humanos, trabalho/emprego, assistência, social, saúde, cultura para as PSR. No entanto ressalta que:

Para conferir concretude aos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política são apresentadas ações concretas balizadas por debates realizados no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre População em Situação de Rua. As propostas

⁶² Nos anexos apresentamos algumas das legislações e regulamentações referentes às PSR.

assinhaladas representam uma agenda mínima de ações, cuja implementação constitui desafio para toda a sociedade brasileira, tanto para os gestores governamentais quanto para a sociedade civil, devendo as mesmas serem detalhadas em programas, planos e projetos dos Ministérios e órgãos, contendo estratégias e mecanismos de operacionalização (BRASIL, abril, 2008).

De tal maneira que a cartilha da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Governo Federal e a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, elaboradas pelo governo federal, não citam especificidades de cada Estado ou região. Embora Manaus esteja entre as 71 cidades citadas na Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, não há nenhum dado a respeito de Manaus ou da região norte especificamente.

Embora serviços e programas do Estado não sejam suficientes e nem totalmente eficazes na promoção do resgate e reinserção dessas pessoas na sociedade, notamos que ONGs, Igrejas, associações e diferentes prefeituras no país têm projetos que minimizam os problemas das PSR. Todavia, obviamente que, em se tratando de Amazonas (e mais precisamente Manaus), não são eficazes em sua completude, pois boa parte é assistencialista em nossa região (assim como em demais regiões do país). São políticas que não conseguem fazer com que indivíduos voltem a ter uma vida fora das ruas de modo perene. Iniciativas muito tímidas se fazem presentes para a recolocação no mercado de trabalho. A maior parte são cursos básicos de artesanato, corte de cabelo, desenho e pintura. Poucos cursos de qualificação e ou educacionais são oferecidos e não há intercâmbio com entidades público/privadas para esse fim. Seria fundamental o apoio, por exemplo, de SENAI, SENAC, SESC, SEMED, SEDUC, DETRAN, dentre outros, para tentar qualificar e recolocar o indivíduo ao mercado de trabalho. Portanto, o Estado e a sociedade civil parecem não se preocuparem em instrumentalizar essas pessoas vulneráveis com ferramentas apropriadas para resistir contra esse processo de desqualificação e vulnerabilidade.

Manaus se configura, segundo pesquisa⁶³ feita em 2007, como a capital que tem o menor índice de pessoas em situação de rua no Brasil, correspondendo a 0,2%. Esse é um número bem baixo em relação à média nacional que é de 0,6%. Manaus, entretanto, tem problemas semelhantes ou até piores do que as outras metrópoles do país. Porquanto,

⁶³ Fonte: Instituto Meta/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

importa também neste estudo desmistificar a ideia de que as PSR são casos pontuais em Manaus. Concorrendo também para esclarecer que estar na rua, para muitos, é uma opção de vida, de caráter prático, configurando-se como desprendimento do mundo formal. O que parece é que as PSR dizem não a aspectos da sociedade formal e levam esse não até as últimas consequências. Da mesma forma, o rompimento com a rede de pertencimento acarreta exclusão ou auto exclusão, dentro da sociedade formal e da informal. As PSR não constam, na maioria das vezes, nas estatísticas oficiais. Ele não tem domicílio e não participa do recenseamento, portanto, não existe. Na rede pública de saúde, não pode ser atendido, pois os requisitos para ter atendimento são os documentos de identificação e endereço. Muitas unidades atendem por zona, impossibilitando o atendimento as PSR. Outrossim, cabe ressaltar que para a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) a população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

No momento em que o Estado se torna inábil e muitas vezes ausente na condução do bem estar social, as mazelas tendem a se aprofundar, se tornando parte do cotidiano. Ao tentar igualar as pessoas, nivelando pelo fator econômico mundial, a globalização escava ainda mais o abismo social existente entre ricos e pobres. Por conseguinte, defendemos a tese de que são verdadeiros agentes de transformação de práticas urbanas, com atitudes radicais, mas também acomodadoras em relação à própria vida na rua. Depois de todo um processo de *rualização*, que se inicia na chegada, adaptação e na permanência nas ruas, compreendemos como consequência sentimentos contraditórios que se assemelham ao conformismo e/ou à desobediência social (banditismo), mas com viés de acomodação.

Utilizando múltiplas estratégias de sobrevivência para suprir necessidades básicas, no entanto as PSR nem sempre almejam sair das ruas. Tentamos evidenciar, partindo-se desse princípio, que a invisibilidade funciona como estratégia de desvio e baseia certo comodismo. Até mesmo porque, se o grau de pertencimento vai se tornando mais forte com o tempo de permanência na rua, configura-se grosso modo certa normalidade de pensamento sobre um cotidiano que forja outras possibilidades de viver, práticas objetivas de desvios. Geralmente quando saem das ruas é por períodos curtos, voltando a reincidir para a condição em que se encontravam. Constatamos que quanto mais tempo a pessoa passa na rua, mais difícil é a possibilidade de sair dessa vida.

A disciplina imposta nas casas de acolhimento (albergues)⁶⁴ está como um dos principais motivos para as PSR não permanecerem muito tempo nesses locais. O controle exercido nos albergues contrasta com a “liberdade” que a rua lhes proporciona. Assemelham-se a instituições correcionais, a locais de asilamentos, como se estivessem “guardados” pelo Estado. Constatamos que a rigidez, por exemplo, nos horários, obriga aos albergados acordarem cedo, pois diariamente tem que sair do albergue cedo para irem para rua. Os albergues acabam tendo a função de dormitórios, obrigando as PSR a ficarem a maior parte do tempo na rua e sem a maioria dos seus pertences pessoais. As casas de acolhimento se assemelham a prisões semiabertas, onde a pessoa é trancada, disciplinada, por vezes vilipendiada, voltando apenas para dormir. De alguma forma, podem afirmar que sua liberdade se faz na rua, local onde se sentem livres, mas tal afirmação se faz na tentativa de justificar o retorno, dado condições de clausura nos abrigos. Aprendemos na rua a máxima de que “são as pessoas que fazem o seu lugar”. Talvez seja essa uma forma de explicar uma situação que, em muitos casos, não pode ser mudada. A transformação da rua em um lar, seu quarto, sala e banheiro, locais onde vivem e fazem suas necessidades fisiológicas, é um ato em si mesmo de resiliência. Percebemos a reprodução de espaços de sua antiga residência na rua, uma forma empírica de construir barracos improvisados com divisórias, que se assemelham a uma sala, a quartos e janelas. Tentam construir de alguma forma, mesmo que de modo provisório, laços e referências identitárias com o local por onde tecem suas vivências.

Vivemos em uma sociedade composta por laços que dão sentido a nossas identidades, substratos constituintes de quem somos e quem não somos. Na medida em que nos desvinculamos de bases de apoio (família, trabalho, amigos), saímos para outro nível de significado, onde aí, justamente, os significados da rua possam se construir. E o refazer particular da PSR pode ser encarado como liberdade ou fuga, entendendo-se um novo modelo de existência, pois na rua há a necessidade de alterar a realidade para poder viver. A liberdade ou fuga proporciona um recomeço, permitindo uma nova vida, não necessariamente uma vida boa, mas considerando que a invisibilidade das pessoas que optam pela rua é, como dissemos, um ato de resistência.

⁶⁴ Conhecidos hoje como Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP).

Ao falarmos de políticas nacionais para as PSR se faz importante explicitarmos algumas das leis e regulamentações relacionadas a essas pessoas.

Legislação e regulamentação:

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Decreto Nº. 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991.

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei n 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a lei n 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, novembro de 2004.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CONANDA. CNAS. Apoio UNICEF. Brasília, dezembro de 2006.

SUAS Plano 10 - Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência social no Brasil. Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS. Brasília, dezembro de 2005.

CAPÍTULO IV

A vida é um jogo, cada um por si e Deus contra todos⁶⁵

4.1. Entre o fantástico e as vivências marginais

Quase todas as PSR por nós estudadas estão ligadas ao trabalho ou ao jogo de alguma forma. Desse modo, elas concorrem para a formação de redes relacionais de interdependência. Mesmo em condições extremas, tendem a viver em relação direta com o outro. Essas pessoas interagem com outras e com o meio onde se ligam de forma ecossistêmica. Ou seja, a dinâmica da rua forma seu próprio ecossistema de relações onde histórias de vidas das PSR são imbricadas em teias complexas e suas interconexões. Quando falamos em ecossistemas de rede relacionais nos referimos as características presentes nesse meio que se assemelham a ambientes da natureza própria dos animais. A saber, as relações podem ser caracterizadas por cooperação (solidariedade), competição (jogo e trabalho), predação (brigas), simbiose (cumplicidade) e parasitismo (pedinte), dentre outras. No caso das PSR as redes relacionais ecossistêmicas aparecem de maneira informal, por conta da situação, dos interesses e dos valores comuns admitidos. Desse modo, as PSR se interligam na busca de interação com o meio em que vivem e com o outro

⁶⁵ Nosso título diz respeito a música - Homem Primata - (Titãs)

para conseguirem um equilíbrio possível. No uso dessas características conseguem minimamente alimentos, abrigo, trabalho, sexo, lazer, etc. (CAPRA, 1982, 1997; MATURANA e VARELA, 2001).

Tomando a contento o suposto, temos que, no capítulo quatro, verificamos subcategorias abordadas ao longo da tese e também nos detivemos com categorias centrais que dialogam de forma estreita com a problemática do jogo. Assim sendo, foi base de investigação categorias centrais e subcategorias. Todas em amplo diálogo interativo. Dentre as subcategorias, destacamos primeiramente três: heterotopias, espaço público e cidade. E dentre as categorias centrais, trabalho e jogo sustentam o que optamos por descrever e inferir. Seguimos, portanto, no sentido de analisar e discutir resultados de campo ora coletados que estão a dar base a nossa interpretação etnográfica. As subcategorias revisitadas foram tratadas no primeiro capítulo e cimentaram exatamente o trabalho de coleta de depoimentos, interações e buscas por resultados que atestassem ou contestassem nossas premissas. Também é importante destacar uma questão essencial, relacionada às nossas categorias norteadoras desta tese. Ou seria a nossa categoria norteadora? Dissemos isso exatamente porque nossas categorias centrais, trabalho e jogo, mostram-se de forma limiar, dentro de um âmbito processual ecossistêmico. Mas até que ponto podemos falar de duas categorias de análise que se interpõe? O trabalho é o jogo ou o jogo é o trabalho? Enfim, foi mister no capítulo rememorar questionamentos constantes dos capítulos passados e chamamos atenção ao fato de que usamos o termo “categoria limiar” para explica a aproximação de trabalho e jogo na formação de redes relacionais entre as PSR, sendo que tais redes são o suporte para entendermos as subcategorias engendradas.

Primeiramente, nos debruçamos sobre o que foi denominado de “categoria limiar”. Aqui faremos esse sobrevoos. A categoria limiar nos remete a ideia dessa aproximação entre o jogo e o trabalho, categorias que se entrelaçam na vida das PSR. São exatamente essas categorias limiarias que irão cimentar as relações das pessoas no grupo ao qual pertencem ou almejam pertencer. Tanto no jogo quanto no trabalho há o desempenho de papéis por esses atores sociais. A pessoa que está jogando baralho na praça, pertencendo por hora ao grupo de jogadores e suas estratégias de jogo, pode a qualquer momento, largar o “trabalho” do jogo e labutar carregando mercadoria. Como carregador, desempenha outro

papel usando outros instrumentos, como, por exemplo, a força física. À noite, essa mesma pessoa pode estar disposta a conversar em determinado grupo, trocando experiências sobre o dia de trabalho que teve, ou disposta ao lazer com grupos outros, distintos dos de outrora, nas festas, ou ainda esperar as caravanas de assistência, quando também se notam momentos de lazer para essas pessoas, tudo fazendo parte do jogo da rua. Como podemos perceber na fala de dois interlocutores:

O lazer aqui, sabe como é, tomar cachaça. Ir para a porta da igreja aqui para as pastoras conversar com nós, dar sopa, uma merendinha pra nós comer e dormir no papelão, só isso (Salim, PSR, 49 anos, setembro de 2016).

(...) nosso lazer é os irmão chegar, dar roupa, dar comida, as igrejas... aí é nosso lazer (Cristiane, 37 anos, outubro/2016).

A narrativa de nossos depoentes nos remete exatamente à ideia que queremos destacar, qual seja: que na rua tem que se saber jogar o jogo que se apresenta. Notamos claramente que as categorias centrais “trabalho” e “jogo” (por nós destacada como categoria limiar) sugerem uma situação provisória da rua e suas múltiplas facetas. Assim sendo, as PSR desempenham vários papéis com suas múltiplas identidades afins, variantes de acordo com a situação que lhes é proporcionada no jogo da rua. Os limites das categorias são muito tênues, como observamos, mas é essa proximidade que “vai dar liga”, ou conjuminar, as redes de relações. Porquanto, passamos a entender essas redes como algo que agrega interesses mútuos, amizades de momento, interesses econômicos, relações existentes formadas por pessoas tratadas como invisíveis. Portanto, são relações difíceis de enxergar para olhos pouco treinados na etnografia. As categorias “trabalho” e “jogo” também se constituem, a grosso modo, como processos de interações comunicacionais, revelando locais e práticas de colaboração entre as PSR. São características inerentes a trabalho e jogo nas redes de relações, onde atuam em conjunto. Ou seja, as PSR podem se ajudar, trocar informações, fomentando ações concretas, socializando pontos de lazer e de sonho, compartilhando ainda crenças e valores dos seus modos de vida equivalentes. Elas buscam, deste modo, conhecimento e integração entre si nas redes relacionais para minimamente terem uma organização possível ante o meio onde vivem.

Laços relacionais fundamentam elos na corrente geral de relações das PSR. Nesses elos, quase não existem partes desconexas, pois as pessoas tendem a se comunicar, e a comunicação, por meio de conversas informais, constrói e fundamenta o conhecimento sobre a rede relacional. Sem a comunicação, tende a se perceber menos pertencimento e interação, o que impacta na taxa de sobrevivência em grupo. Para Ademar, (45 anos, PSR, setembro, 2016), a “pessoa que sabe dialogar, chega assim e se explica direitinho – olha estou passando por uma necessidade por causa disso, disso...”. Percebemos nessa fala a importância da comunicação no cotidiano das PSR. Os elos independentes necessitam comungar laços relacionais. Não conseguem por muito tempo viver isolados, sem se comunicar, fora da rede. As afinidades se formam por meio da proximidade situacional e da condição social em que se encontram, mas fundamentalmente em razão da comunicação. A necessidade básica de agrupamento se faz pela busca de trabalho e lazer, contudo, por pertencimento ao grupo que interagem, essa necessidade se funda. Ser ninguém para as PSR se configura como regra geral. Em raros momentos essa invisibilidade desaparece e por instantes a PSR se torna protagonista. O jogador ou trabalhador só existe quando está trabalhando ou ganhando uma partida no jogo. Como coadjuvante não é visto, não é lembrado, continua na invisibilidade. O bom jogador aparece, se destaca, faz sua fama efêmera no lugar que o fez. Podendo ser elogiado, temido, ou odiado, o jogador constrói sua notoriedade no seu trabalho que é jogar, para ele jogar é quase sempre se dar bem, ganhar.

Considerando que já tratamos acerca da categoria limiar e sua relação com nosso campo de estudo, passemos às subcategorias presentes no capítulo I: heterotopia, espaço público e cidade.

As atitudes comportamentais e valorativas das PSR estão ligadas diretamente a heterotopias, espaço público e cidade. São essas subcategorias que podem ser observadas na medida que interpretamos as PSR e suas vivências. Fazem parte desses ambientes como práticas marginais ligadas ao jogo e ao trabalho, como supomos. Constituem-se como vivências marginais que se unem ao cotidiano da cidade. Essas atitudes e comportamentos são produzidos dentro dos grupos de PSR em interação com a cidade e seus espaços de vivência. Dessa maneira, heterotopias se apresentam para as PSR na forma do lugar irreal, dos sonhos, onde elas querem estar, dado que nesse lugar ideal elas se sentem bem, pois lá

parecem ser vistas e acolhidas. Percebemos esses lugares como micro espaços de heterotopias, onde se desenvolvem fantasias de cooperação ou competição, segundo comportamentos próprios. As PSR, no jogo e no trabalho, saem de uma realidade condicionada pela falta de um nome, de um lugar para si, de uma função na comunidade, e por alguns instantes criam outra realidade, não raro fantástica, uma realidade de vencedores. A realidade se torna muito dura se encarada sem o jogo e o trabalho. Porque o jogo é um lazer e uma válvula de escape. Porque o jogo também é um trabalho que dignifica, que nomina, que acolhe. A partir daqui entendamos o que nossos interlocutores nos disseram do mundo fantástico que é o jogo.

Você não tem uma brincadeira, tipo jogar? Qual a forma de lazer que vocês têm? Depoente: Salim, PSR, 49 anos, setembro de 2016: Nenhuma. Eu gostava de jogar baralho, mas sabe como é, eu não tenho um lazer. O lazer aqui, sabe como é, tomar cachaça.

Na fala de nosso interlocutor podemos pensar em duas possibilidades: uma sobre as regras do jogo, na qual o jogador tem que bancar sua jogada no jogo e na vida, e quando falamos em bancar sua jogada entendemos que é preciso estar com uma aposta na mão para bancar o jogo, e, no caso, a aposta é o dinheiro, mas se não há equilíbrio o dinheiro acaba com a compra de cachaça e não se pode manter no jogo; outra possibilidade é ter a mínima sobriedade, pois a embriaguez total pode lhe tirar do âmbito do jogo, e isso nos remete à ideia do quão tênue pode ser a vida entre os estados ébrio e sóbrio. São lógicas internas do jogo, válidas para o lúdico e para o labor. Nessa seara de complexidade, surgem questões que parecem se fazer pertinentes: i) como tensões diárias estão implicadas no cotidiano do jogo e do trabalho?, ii) em que medida a organização social das PSR impacta arranjos dessas categorias? São reflexões as quais nos detivemos e acreditamos que sejam proximais a nosso objeto primordial, assim como é proximal a problemática da heterotopia.

Sobre ela, em suma, afirmamos que essa subcategoria é inventada em pleno passeio público. Isso porque heterotopias se enquadram nesse âmbito da cidade como lugares reais, mas que não são aceitos, ou seja, são lugares utópico construídos momentaneamente. Como exemplo, citamos i) a aglomeração de PSR nas praças em volta das mesas improvisadas para o jogo de dominó ou baralho, ii) o grupo de PSR que se reúne para descarregar o barco que chega com mercadorias no porto do Centro, e iii) aqueles que se amontoam próximo a

pontos de alimentação e lazer, tais quais pontos de venda nas ruas no entorno de comércios varejistas e igrejas. Esses cenários foram verificados em campo, por meio de nosso trabalho etnográfico no centro de Manaus, vendo, ouvindo, sentido o ambiente. Em uma dessas incursões, em 2016, depois de sentar com as PSR na calçada para conversar, nos foi oferecido comida doada por voluntários a elas, e para manter a hospitalidade comemos. Pouco depois, cooperamos com um grupo para a compra de cachaça e bebemos com o coletivo. Como já era quase madrugada, nos convidaram para dormir com o grupo, porém, sem sermos mal-educados, tivemos que recusar cordialmente. Os lugares de heterotopias fogem do comportamento socialmente aceito para determinados espaços públicos. Forjam outros espaços, justamente espaços de heterotopias. Respondendo ao questionamento acima, deduzimos que tensões oriundas da apropriação simbólica de praças para jogar gera constantemente uma disputa de poder nesse espaço da cidade. São justamente nesses locais que os comportamentos e as condutas próprias das PSR, não aceitas pela sociedade formal, se apresentam de forma latente. O espaço das PSR nas praças, criados por elas para o trabalho e jogo, não é respeitado. É mal visto, é espaço de desvio, e, portanto, próprio de condutas imorais, como é o jogo.

Sobre as subcategorias espaço público e cidade, podemos notar que elas estão imbrincadas na própria noção de heterotopias. Já falamos que o espaço das cidades, principalmente do seu centro, é idealizado para determinado fim. No entanto, os usos desses espaços são subvertidos e transformados de acordo com as necessidades imediatas das PSR. A forma multifacetada desses espaços, nas palavras de Foucault (2009), não se faz em espaços vazios ou de neutralidade. Os espaços da cidade não são folhas de papel em branco, são espaços repletos de histórias, onde foram e são vividos dores e amores. A cidade não se faz totalmente conhecida, tanto que seus espaços apresentam pontos obscuros, policrômicos, entalhados em retângulos repletos de zonas umbralinas. Os espaços do centro da cidade se dividem em lugares rígidos e maleáveis, penetráveis e impenetráveis, por vezes espaços irreconhecíveis em determinados horários (Foucault, 2009, p. 23-4). São justamente nesses ambientes dos diferentes níveis espaciais que as PSR tentam a se reacomodar, se ajustar ou entrar em conflitos.

Seguindo a análise das subcategorias trataremos agora sobre o “trabalho e a formação do espaço da invisibilidade das PSR em Manaus”. Ao longo de toda a tese

tentamos inferir que a rua é o espaço do trabalho. Característica fundamental das PSR no centro de Manaus é que elas trabalham. Só esse fato desmistifica todo estereótipo sobre o que pensávamos a respeito do nosso sujeito. Desmistifica-se a ideia de vagabundagem. O trabalho das PSR no centro de Manaus é o mote da tese. Por meio do trabalho, mesmo que informal, as PSR se tornam protagonistas da sua vida. O trabalho, assim como o jogo, por um momento, tira-lhes da invisibilidade. Se acham úteis, importantes peças que movem a dinâmica econômica do centro. Mesmo que nas horas de descanso, deitados nos bancos das praças, reclusos nos coiros, ou simplesmente nos momentos de lazer, voltam-lhes a apontar o dedo, subjulgando-lhes como pessoas vadias. As PSR, assim podemos supor, subvertem a lógica histórica do trabalho, ou seja, a lógica de que se deve trabalhar para se manter ou ter uma vida qualificada. Elas, as PSR, de modo controverso, chegam a trabalhar de fato para sustentar seus pequenos prazeres (drogas, cigarros, bebidas, lazer, sexo), em um cenário de escapismo e necessidade de sobrevivência. Por exemplo, na rua parece que, por alguns momentos, a lógica de acumulação é subvertida. As PSR parecem atender a interesses que ordenam a lógica natural do *hominis opus*. O aqui afirmado por nós foi suposto no tópico “Trabalho e formação do espaço da invisibilidade das PSR em Manaus” (1.3), quando o estudo propiciou instantes de reflexão acerca da tênue linha entre visíveis e invisíveis no centro da cidade.

Na nossa análise, o trabalho apresenta controvérsias e ambiguidades, pois ao mesmo momento que coloca a PSR em destaque, como trabalhador utilitário, o descarta como empregado normativo, tipo CLT. O trabalho se faz dignificante em certa medida, mas nem sempre o é para as PSR, já que o vilipendia como pessoa de trabalho digno. O trabalho retira, por instantes, sua invisibilidade, mas quase sempre se trata de um trabalho sujo, que ninguém mais quer, desregrado, bárbaro. A saber: carregar peixe congelado nas costas nuas em dias chuvosos, na madrugada a dentro; descer e subir escadas com carregamentos e fardos enormes de banana; ou encontrar e classificar frutas e verduras para fazer sacolões e revender na medida do possível. Todas são situações penosas. Ainda mais quando, no caso do peixe ou frango carregado, o gelo vai derretendo e o pitiú fica impregnado no carregador, quando na busca por frutas e legumes de segunda categoria são obrigados a entrar em contêineres quentes. Enfim, pilhas de engradados nas costas, enormes sacos de macaxeira na cabeça, carregadores são “pau pra toda obra”, PSR fazem de tudo um pouco.

E como supomos, o trabalho relegado às PSR é um trabalho bárbaro, sem respeito às mínimas condições de segurança, sem direitos, trabalho objetificado, em que a mão de obra equivale a uma coisa a ser utilizada (objeto).

Por outro lado, não colocaremos as PSR como vítimas, somente, há situações de expertise em grande medida. Por exemplo, o empregador se apropria de uma força de trabalho marginal, totalmente descoberta por qualquer lei trabalhista. No entanto, as PSR estão atentas a falhas na vigilância para furtar, para comerem escondidas, para cochilarem um pouco antes de voltar ao batente, etc. Em alguns casos, quando carregam pertences de passageiros no porto de Manaus (bagagens) combinam valores bem baixos no início, mas quando chegam ao destino extorquem mediante ameaça. Então, são controvérsias no mundo do trabalho precário das PSR, onde não há lugar para vitimização. Seu estado parcial de impotência se reflete no trabalho precarizado e, segundo eles, de pouca importância. Falta-lhes o reconhecimento como trabalhadores que são, não apenas ajudantes ou “quebra-galhos”, mas o reconhecimento sobre a importante função que exercem na área do centro de Manaus, voltada para a limpeza de bons volumes de lixo. Deste modo, notamos nas nossas análises que isso, a limpeza, também se insere no conjunto de estratégias de sobrevivência. Nas conversas, as PSR se vangloriam desses pequenos golpes, pois adquirem assim certo status dentro da hierarquia simbólica da rua. São práticas que compartilham na troca de experiência no grupo. Quando sentei para conversar com o grupo da rua Guilherme Moreira, depois de um tempo uma senhora do grupo falou “lembra daquele dia que escondi debaixo da roupa aquela manta de pirarucu? Saí na maciota”. Todos riram falando quando falaram do pitiú do peixe (notas etnográficas do trabalho de campo, 30/10/2016). Nessa fala notamos estratégias de furto, considerado como parte do trabalho. Ações relacionadas a golpes ou práticas assemelhadas baseiam em parte o status de não pertencimento das PSR ao mundo do trabalho formal. Exatamente esse não pertencimento lhes confere a denominação de vagabundos pela sociedade em geral.

Em correlação aos golpes no contexto do trabalho, principalmente na área do porto do centro de Manaus, é mister supor que, também nessa mesma área, entendemos a existência do fenômeno da dominação moral. Assim como a questão dos golpes, essa dominação representa uma estratégia de sobrevivência das PSR moldada a partir da criação de reserva de mercado de trabalho para os “chegados” ou os “brothers”. Esse fenômeno diz

respeito igualmente aos pontos de trabalho, dado que se associa à ideia de golpe para sobreviver e, dentro de uma conjuntura laboral das PSR, liga-se à problemática da posse simbólica dos territórios de labuta. A pergunta chave para nortear a compreensão sobre a dominação moral é: quem pode ou deve trabalhar nesse território naquele momento? Nesse caso, a apropriação do território do trabalho se faz de forma efetiva. Dito de outra forma, há um controle do trabalho a ser realizado, que se faz pela posse moral do espaço, seguindo regras estabelecidas pelas PSR para quem deve labutar em dada área do porto. Por exemplo: a preferência dos espaços no centro é dada, pela prefeitura ou pela empresa privada gestora do porto, a empregados formalmente sindicalizados e sobretudo é preciso confiança neles para carregar ou descarregar cargas; outrossim, essa confiança é outorgada aos mais eficazes, ágeis e fortes, sempre sindicalizados, em negação às PSR, que não raro são vistas como indivíduos ladrões, trapaceiros e golpistas. Em contraposição a esse cenário, existe a precisão de aumento de lucro de patrões ou empregadores, o que dá vez paradoxalmente às PSR, que fazem o mesmo trabalho ganhando menos, em uma relação de superexploração, baseada na desqualificação, informalidade e “dessindicalização” das PSR. Daí é que surge a dominação moral dos espaços de trabalho. Para se protegerem entre si, as PSR fazem o “loteamento” de áreas de informalidade. Trata-se de mais um tipo de estratégia de sobrevivência, pautada nas brechas que sobram dos trabalhadores formalizados.

Como tratado nos dois parágrafos anteriores, fechamos por hora o tema do trabalho como item inserido no conjunto de estratégias de golpes ligadas à reserva moral do espaço de afazeres em determinada área do centro de Manaus. Trabalho, portanto, pode ser visto, a grosso modo pelas PSR, como forma de ganho, de expertise, de jogo, de status, de dominação, de subjugação, enfim, de atividade que os mantém minimamente unidos aos seus pares por algum momento em razão de sobrevivência. De maneira controversa, o trabalho aparece como controle sistemático e latente do Estado, proposto segundo regras e normatizações gerais, trabalhistas (informais), no sentido do capital como moeda, da necessidade de se estar trabalhando, ganhando o mínimo para o sustento. Mas as PSR navegam nas franjas do sistema, na medida em que não encaram o trabalho de forma rígida, como emprego formal. Ou seja, há dias de trabalho, há dias de não-trabalho. O que supomos é a existência de outras disposições de ganho que não necessariamente o laboral.

Mesmo sendo trabalhadores e trabalhadoras que contribuem com sua força de trabalho de forma efetiva para a economia, sua imagem não se constrói de forma contínua e concreta. O trabalho do PSR está na condição de invisibilidade e marginalidade, permanecendo caracterizadas, essas pessoas, como desqualificadas, depreciadas, inexistentes na prática. A desvalorização moral acentuada por preconceitos criados pela imagem estereotipada das PSR influencia diretamente na construção das pessoas em situação de rua como trabalhadoras. Trata-se de uma composição global sobre as PSR, que vai além do fato de haver, em verdade, PSR que não possuem capacidade física ou mental para trabalhar e, por necessidade, têm de se voltar à caridade alheia.

Considerando nosso viés de análise, apontamos que a sociedade em geral não vê as PSR como trabalhadores. E na rua o trabalho e o jogo se fazem presentes de forma copiosa. O senso comum cristalizado acerca das PSR, como coitadas, estigmatizadas, dignas de pena, faz-se presente com força na mentalidade coletiva. No nosso trabalho rememoramos no sentido de tentar contribuir no sentido de desmistificar esse tipo de visão controversa. Baseando-nos em diversas falas das PSR, podemos analisar que existe uma conjuntura ampla de trabalho na medida em que lhes é dada oportunidade. Em conversa com nosso interlocutor Ademar, (45 anos, PSR, setembro, 2016), falei sobre as PSR serem supostamente acomodadas, no que ele respondeu: [...] “mas, meu amigo, se disserem pra mim que eu posso fazer alguma coisa nessa árvore, eu já tinha torado isso daqui tudinho e já estava fazendo um castelo lá em cima da árvore”. Dessa forma, projetou-se como indicativo, conforme a posição do participante da pesquisa, a disposição das PSR para qualquer tipo de trabalho. Ele ainda complementou dizendo: [...] “estou aqui e aqui em cima correndo atrás todo dia”. Se existe essa força de trabalho é porque há demanda, visto que as PSR não encontram trabalho formal já que muitos são alcoólatras, doentes, idosos ou têm alguma deficiência. E aqueles que não são, em verdade, assim acabam sendo vistos e estigmatizados. Com esses pressupostos, as PSR não se enquadram na categoria de trabalhadores. Assim, os trabalhos precarizados, ou trabalhos sujos, em sentido popular, em tempos de crise não são exclusivos das PSR do centro. O desemprego força as pessoas a trabalharem na informalidade ou ainda em trabalhos pouco agradáveis, como desentupir esgotos (limpar caixa de gordura ou fossa), roçar, limpar quintal, recolher entulho ou cascalho, ajudante de pedreiro, ajudante de caminhão, ajudante de peixeiro, etc. Como

nosso trabalho se restringe ao centro da cidade, nos dispomos a ver somente essa área, embora não podemos descartar a incidência de PSR em muitos bairro e sua mão de obra sendo utilizada ou captada no centro para trabalharem em outros pontos.

Porém há casos também de pedintes inveterados, como já citado anteriormente nas nossas primeiras conversas em 2014 com Jackson, (34 anos, mecânico desempregado, PSR). O mesmo relatou que “tem quase tudo na rua”, pois os voluntários dão, e nesse caso “não precisa trabalhar”. O que é confirmado por Ademar (45 anos, PSR, setembro, 2016): “ai sim, tá acomodado. Se tudo tá dando pra ele, ele não precisa mais ir atrás de nada não...”. Trabalho e não-trabalho são faces da mesma realidade que constantemente estão em rota de colisão e acomodamento.

Depois de analisarmos a delineação do nosso sujeito no mundo do trabalho, suas heterotopias na pesquisa de campo, as ambiguidades resguardadas nos espaços públicos do centro da cidade de Manaus e a formação da invisibilidade, partimos ao exame do encadeando das PSR com a categoria jogo e suas peculiaridades.

4.2. Jogando o jogo da rua

Interessou, inicialmente, trabalhar a noção de jogo enquanto i) perspectiva histórica de vida nas ruas e ii) como elemento da sociocultura do meio. Por certo, para basear esse processo, trazemos ensinamentos de Huizinga (2007, p. III), que estudou o jogo tal e qual processo “inserido em que toda e qualquer atividade humana, já que a civilização se desenvolve e surgem no jogo e pelo jogo”. Na rua, o suposto pode ser exemplificado a partir da noção de que as PSR também usam essa estratégia como simulacro de sua vida, visto que serve como arquétipo para a criação de uma realidade cênica. Dito de outro modo, o jogo, de acordo com Huizinga (ID., op. cit.), dialoga com as *performances* socioculturais das PSR porque fazem parte da existência cotidiana, funcionando também como um dos elementos de socialização de grupos. Na rua, o jogo vai além da brincadeira ou do entretenimento. Cada dia de vida na rua representa uma partida, um certame, a partir do qual as jogadas requerem expertises, porque ganhar ou perder pode representar viver ou morrer. No jogo, como na vida das PSR, regras a serem seguidas são fundamentais, normas a serem obedecidas são essenciais. O jogo vai além do sentido material. De forma simbólica, pode significar um lugar de fala individual ou coletivo, em suma, uma posição

dentro do grupo ou do sistema de vivência nas ruas. Conforme Huizinga (2007), “grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde início, inteiramente marcadas pelo jogo”.

Para Huizinga (2007), a capacidade de excitação em razão de jogos funciona como descarga de energia, refletindo-se como contentamento para desejos insatisfeitos, agindo de modo a satisfazer, pelo viés do lúdico, aquilo que se perdeu (ou se quis perder) outrora: trabalho, família, relacionamentos, etc. Nas ruas do centro, o par jogo-jogador integra uma outra face da ideia de trabalho que as PSR possuem. Diríamos que são complementaridades, associações, são como argamassa para relações sociais, ligando o mundo do trabalho ao mundo do jogo. O jogo, a brincadeira de jogar, vai além do ganhar ou perder, abre espaço para relações de troca, sejam elas materiais ou simbólicas, projetadas segundo aproximações e reconhecimentos de igualdades e diferenças. A pessoa em situação de rua parece fazer parte de um jogo em que há uma aposta de vida. Ela almeja ganhar liberdade, usufruir do hedonismo, porém, quase sempre, a rua é um jogo perigoso, no qual se perde tanto quanto se ganha. Ou seja, trabalho e jogo são processos perigosos em si mesmos.

A situação pode ser melhor explicada em *Dostoiévski e o parricídio* (FREUD, 1928), livro em que o psicanalista de Viena fez um estudo sobre o livro *O jogador*, do escritor russo, para quem a aposta na jogatina equivale a uma aposta de cunho moral. Funciona da seguinte forma: há duas fases sequenciais para qualquer situação de aposta em jogo, uma ligada à excitação do jogador na busca pelo prazer da recompensa e outra relacionada à punição por conta da realidade da perda do próprio prazer da recompensa. Essas duas fases representam situações complexas de conflito. Dessa maneira, tomando os indivíduos de nosso estudo como perspectiva, temos que conflitos vividos na vida das PSR são deslocados para o jogo, para serem discutidos, mediados, em suma, dirimidos e definidos no jogo. Esse mecanismo, a nosso ver, constrói-se na medida em que a própria vida das PSR é construídas nas ruas. Ao se ganhar na jogatina das ruas (baralho, ‘porrinha’, dados, dama e dominó) tem-se a sensação de que a vida vai bem. Do contrário, ao se começar a perder nas apostas, toda a vida acompanha o mesmo sentido de perda no jogo. A pessoa em situação de rua, portanto, tende a entrar também em colapso a partir de perdas crônicas no jogo, porque associa essas derrotas ao decaimento da sua própria vida. Depois

de sucessivos reveses, sensações de satisfação e autoconfiança se esvaem, o que gera uma ressaca moral a partir da qual o indivíduo se sente mal e ainda se pune por assim se sentir. Essa punição tende a explicar comportamentos desviantes das PSR, até mesmo porque a realidade do jogo é construída previamente de significados particulares, específicos, conhecidos, que surgem ao longo das ações na rua, das muitas negociações. Em resumo, o jogo é um campo de significados que podem ir além do pertencimento a grupos de PSR.

Ainda falando em *O jogador*, de Dostoievski, percebemos que após a perda de dinheiro das personagens integrantes da trama, debilidades mentais são observadas e entra em erupção o caráter de cada uma delas, originando as mais drásticas modificações na história. Loucura das personagens, obsessão pelo jogo, demência, vivências indiscriminadas do jogo, avareza e luxúria, impotência diante da vida. E tudo de maneira complacente, pois posteriormente se volta a jogar, a perder e a entrar em crises. A aposta parece estar acima do amor pela existência e pelo outro, acima do ódio às vilezas, da alimentação, e por vezes até da compaixão por si e pelos demais. O jogo patológico e viciante descrito no romance, repleto de reviravoltas, envolvendo ganhos e perdas entre os personagens, aponta para representações humanas no limiar de suas condições, tendendo a acarretar estados de sofrimento.

O jogo acontece entre eles próprios versus a sociedade. Pedir, manguear, furtar, trabalhar, são atividades que fazem parte da sistemática do jogar para as PSR. Ou seja, jogo, por essa vertente, toma proporções maiores. Sai do tabuleiro de damas, da mesa de dominó, da banca do bicho e assume a vivência em termos gerais. Essas vivências, de modo interativo, vão além dos aspectos materiais da vida nas ruas, abrangendo questões simbólicas, tais como atitudes e comportamentos inerentes ao não dito durante o jogo, quais sejam: i) as regras de condutas no jogo (não falar ou aceitar comentários propensos a delação durante as partidas; não abandonar as partidas; ter o que apostar); ii) os padrões de aposta (dinheiro; bens a serem empenhados, como cigarro, cachaça, droga ou qualquer objeto de valor); e iii) os gestuais típicos no jogo (o blefe, o aceno, o chiste, “dar o migué”). Essas três conjunturas do não dito acontecem no interior das práticas construídas na rua. São atitudes e comportamentos, manipulações, como apontamos, não normativas dentro do jogo. Ou seja, são atitudes construídas a partir de elementos simbólicos, e estes não estão escritos em nenhum lugar.

Se a PSR entra no jogo das ruas, ela necessita saber jogar. Isso implica em saber e aceitar regras. As leis do jogo se acomodam, a grosso modo, segundo arbitrariedades das ruas. No desenrolar das partidas, nos espaços da jogatina, normatizações podem ser irrecusáveis, o que significa aceitação incondicional ante a arbitragem. O jogo se constitui numa imitação do cotidiano das PSR, quiçá, cheio de incertezas. Se por hábitos adquiridos na rua, as PSR não conseguem obedecer em certa medida a ordenamentos, no jogo usam por vezes de simulacros miméticos como subterfúgios para essa aceitação. Agindo assim, conseguem minimamente respeitar e seguir regras, como se notou no exemplo descrito, sobre as diversas caravanas religiosas que trazem comida. A cada denominação religiosa, a cada doutrina especificada, eles se comportam de tal ou tal maneira que mostram seus mimetismos de modo manifesto. Semelhante ao jogo, fingem sempre respeitar as regras. Dessa maneira, o jogo da rua se torna real para além do tabuleiro, transformando o ato de dissimular, de ser hipócrita e desonesto, em uma prática de sobrevivência no dia a dia, uma tática, por assim dizer, própria dos desvios das PSR. Esses jogos propõem não apenas táticas, como apontamos, que se assemelham à vida dos jogadores das ruas, mas sugerem também questões não ditas, tais como i) amizades; ii) trabalho iii) lazer; iv) sociabilidade; v) ganhos; vi) malandragem; vii) esperteza; viii) autoafirmação; ix) desafio; x) ambição; xi) excitação; xii) alegria; xiii) medo; e xiv) astúcia. São temáticas abordadas por nós neste estudo, considerando a etnografia realizada.

Antes de caminharmos trazendo mais resultados, esclarecemos que não queremos aqui definir a vida das PSR unicamente por meio dos jogos. Tratamos o jogo como variável interveniente da pesquisa, e notamos essa prática como sendo significativa para as PSR, na medida que proporciona múltiplas interjeições do ideal de vidas dessas pessoas. De forma indispensável, o jogo faz parte da natureza dos que vivem na rua. E a ele dedicamos um tanto mais de interpretação antes de seguir adiante na análise.



Figura 53. Várias bancas de jogo no Largo dos Remédios, centro. Fonte: Noélio Martins Costa, 2018.

Se as PSR interagem por meio da utilização simbólica e de significados latentes, onde podem, de alguma forma, interpretar ou determinar por avaliação inferencial uma ação, sua ou do outro, compreendemos que a vida na rua se faz por meio de um jogo de estratégias, de ganhos e perdas, de idas e vindas (BLUMER, 1969). Cada dia na rua consiste em um dia de incertezas, mas ao mesmo tempo é um dia de interações, que pode diminuir ou aumentar tais incertezas. De maneira ampla, a constituição da subjetividade do jogo ganha lugar também por que, como apontamos, o jogo é um trabalho também, é um modo como indivíduos se apresentam a outros indivíduos, é uma representação de si, é a conformação de um papel encenado para o outro. Goffman (2009) sugere a ideia de “fachada”, a qual diz respeito a um comportamento em que se adotam valores socialmente reconhecíveis por parte dos atores sociais em busca de aceitação. Nesse intuito, no teatro social da rua é oferecido a um semelhante uma visão idealizada de si, evitando assim a incompatibilidade.

O jogo nas ruas, como um teatro, credo ou não no papel que seus atores desempenham, funciona de forma automática como um conjunto de astúcias e ou artifícios para a realização de representações de mundo. Portanto, o jogo, em alguma medida, tende a definir o roteiro das representações das PSR, mantendo a coerência expressiva nas suas

performances (GOFFMAN, 2009). O jogo, como parte do cotidiano das PSR, também se mostra como uma máscara a ser usada pelos atores sociais no momento das partidas, possibilitando a cada um deles demonstrar mais uma face das suas múltiplas identidades. Dito de outra forma, em dado momento do jogo, em dada situação, utiliza-se o *self* apropriado para a *performance* desejada. Como se fossem falsetes para situações verosímeis (ID., *op. cit.*).

Como em uma aposta ruim do jogo, a situação de rua remete ao dano psicossocial. Essa situação coloca a pessoa numa espécie de regressão que tem como característica a contínua pena. Tendem a punirem-se, as PSR, pela impotência diante da vida em que se encontram. “Pune-se pela realidade da perda, por ter ousado transgredir os tabus mais fundamentais” (VALLEUR, 2005, p. 38). Supostamente, como desviantes transgressores, não conseguem sair desse ciclo vicioso da transgressão-autopunição, como veremos a seguir na fala do nosso interlocutor. É como se em suas mentes houvesse uma espécie de sentença infinita na qual a culpa nunca é totalmente perdoada. Carregam nas costas não apenas sacos e mochilas contendo seus pertences pessoais, mas fardos muito mais pesados. São situações complexas, como desavenças familiares e perdas de emprego, sendo estas questões as mais recorrentes, que concorrem para a perda da estabilidade de vida. E com as mudanças advindas da situação de rua passam a não se reconhecerem mais, uma vez que a rua os mudou. Nas rodas de conversas, dividem mais que o gole da cachaça. Eles repartem, sobretudo, suas dores. São pequenas histórias que revelam grandes dramas. Como o seguinte:

Eu sou topógrafo. Tá aqui meus documentos, você quer ver? Eu sou capixaba. Eu vim pra cá pro Amazonas porque não deu mais certo. Minha mulher morreu. Eu tenho 33 anos de topógrafo. Sabe como medir uma estrada? Jogar o ponto pra lá, medir 30 metros? Mas tudo mudou. Me joguei na cachaça. Tenho 63 anos, sou aposentado. Vim de Vila Velha. Tenho uma casa alugada no Campos Salles, mas eu venho pra cá. Aqui a gente senta, conversa. O companheiro fala “Vamos encarar um Corote”, a gente diz: “vamos” (Adriano Ramiro de Souza, 63 anos, topógrafo).

Ainda tratando sobre o jogo, refletimos um pouco sobre um típico jogo genuinamente brasileiro, o jogo do bicho. Como o próprio nome já diz, é uma aposta em animais, em que a pessoa que faz o jogo escolhe um bicho que vem com quatro números. Ao final de cada dia, apostadores ficam sabendo o nome do bicho sorteado pela banca.

Esse é fixado em locais públicos. A lógica do jogo é somente parecida com a que ocorre nas apostas particulares da dama, da porrinha e do baralho das PSR. Corre um prêmio previamente delimitado para o vencedor. Só que, no caso do jogo do bicho, a organização da premiação é não dita, secreta, não está manifesta. É um jogo que não aparece na mídia, está fora da visibilidade geral, o que concorre para dissimulações, enganos, disputas e contravenções, mas tudo dentro das ilegalidades estipuladas pelos donos do jogo.

De alguma forma, o jogo em plena praça pública por parte das PSR pode ser considerado ato ameaçador à estabilidade da condição do trabalho. Para o transeunte que passa e olha de soslaio, a imagem estereotipada de ociosidade e vagabundagem pode até parecer bem nítida. Nesses termos, o jogo de azar na praça pública remete para o outro um meio ilícito de ganhar a vida sem trabalho “honesto”. É, em ampla medida, às PSR, também um meio de ganhar dinheiro ou coisas materiais, mas não se configura de forma sólida como meio de geração de renda formal. Associado muito ao roubo, o jogo pode ser encarado como atividade ilícita, fuga do trabalho honesto. O divertimento de rua significa, em último caso, uma violação do ideal de homem trabalhador, honesto, pai de família. Dito de outro modo, o jogo praticado pelas PSR se torna inconveniente às relações sociais de trabalho. O receio quanto a essas pessoas se dá pelo desprendimento que tem em relação ao Estado, ao trabalho e a laços familiares, apresentando assim, uma certa autonomia em relação a poderes que supostamente os dominariam, configurando-se como despossuídos.

Entre um trabalho informal e outro se joga o jogo da vida e do tabuleiro. A labuta e a aposta emparelham-se. Enquanto uma lida formal não aparece, a ordem é se entregar à cachaça e às rodadas de jogos para conseguir algum dinheiro e se divertir um pouco. O jogo, como o trabalho, vai além do sentido de pura competição. Equivale a interações recíprocas que tendem a modificar seus comportamentos e seus corpos de forma quase lúdica. Há interação entre rivalidade e ludicidade na rua e no jogo (TEMPLE, 2003). Apesar de não serem tidos como trabalhadores, figuram na rua como personagens quase anônimas. Desempenham papel fundamental no processo de construção do trabalho na área portuária central. Na Amazônia, assim como existem mundos de trabalhos informais conectados a jogos legais e ilegais, existe a associação de ambos a precariedades ligadas à vida das PSR e do trabalho. As PSR estão ali para jogar, estão ali para trabalhar. O objetivo é ganhar no jogo, ganhar algum trabalho informal. A sorte pode acontecer no jogo ou no

trabalho, ou em nenhum deles. Configuram-se dimensões da universalidade da rua, dimensão a priori, que privilegia o jogo, o trabalho e a vida como constituinte do lúdico que diretamente os associa. Não são movimentos descontínuos. Parece mais palpável tratá-los como complementaridades. O jogo é o lugar da brincadeira, do encontro, do escárnio, do jocoso, da briga, da cachaça, faz parte da vivência da rua. O jogo da rua se traduz como teatralização da existência, lugar de desrazão, dos delírios do deslimite. Quando quase ninguém os enxerga ou escuta, eles mesmo fazem isso: é uma forma de visibilidade em um universo de invisibilidade e silêncio.

O jogo não se faz só entre eles, de forma prática; se faz em um diálogo simbólico com a sociedade do entorno. Jogam uns contra os outros, porquanto, direta e indiretamente. Jogar contra o outro na sua frente e jogar contra os outros do entorno, em um aspecto simbólico, é exatamente uma estratégia da rua.

Quando estávamos em trabalho de campo, houve em primeiro momento um jogador que objetivou a tática de *manguear* comigo. Ele pediu dinheiro alegando que a colega dele estava com o pé inchado e precisava comprar remédios. O pedido foi entendido naquele momento como um jogo dentro do ato do próprio jogo em si. Outrossim, foi um ato de maximizar vantagem sobre mim. Na medida em que eu lhe emprestasse qualquer valor antes mesmo de apostar no jogo, moralmente eu já entraria na partida como um perdedor. Vendo por esse viés, essa PSR já entra, ou inicia, como protagonista do jogo, obtendo vantagem sobre mim. Ou seja, ela se torna hegemônica em nosso diálogo e é ativa na relação.

Em outra situação, chegou um grupo da doutrina espírita que pediu para as PSR fazerem um círculo de oração antes da distribuição do alimento. E as pessoas assim atenderam sem titubear. Logo em seguida, chegaram evangélicos fazendo sua pregação espiritual e novamente as PSR se submeteram àquele jogo de cena (*jeu du rôle*). Foi possível, nesse entremeio, perceber que se entra ou não no jogo, como pessoa ativa da situação ou passiva, na medida em que convêm, como estratégia.

Considerando ainda perspectivas sobre o jogo das PSR em Manaus e associando essas interpretações ante a camada social que joga dados, em geral, na rua nos EUA, a chamada “gente miúda” (WHYTE, 2005, p. 37), há similitudes da ideia do autor norte-americano ao que ocorre com o jogo do bicho com direcionamento para a pesquisa

realizada na capital amazonense. No jogo de dados nos EUA, por exemplo, tomado por Whyte (IB., op. cit.) para exemplificar seu ponto de vista, era clara a distinção entre os donos do jogo e os que jogavam. Os primeiros se assemelhavam a homens de negócio e os segundos a pessoas pouco inteligentes, otários (sic!). A lógica do jogo para Whyte (2005) é ligada a organizações mafiosas e hierarquias, similar a um negócio como qualquer outro, com rotina, aparelhamento, eficiência, renda e disciplina.

Essa construção ideária acerca do jogo de dados estadunidense tem equivalências com o objeto de estudo em foco, no centro de Manaus, sobremaneira com o jogo do bicho. Igualmente, este dispõe de estruturas que vão além do aparente, se ligando à polícia, a políticos e à justiça (WHYTE, 2005). Estruturas oficiais cooptadas para fazerem a mediação entre o jogo, ilegal, e o poder do Estado e do mercado. O que entremeia a polícia, a política e a justiça é o aporte financeiro, extremamente vultoso, do jogo do bicho. São interações complexas, que põem as PSR como partícipes das atividades dos jogos entre eles mesmo, com os outros, os jogadores ilegais e invisíveis, que estão interpostos no seio dessa grande dinâmica social.

Para além do exposto, o que pensamos encaminhar como estudo são as vidas fora da ordem estabelecida na sociedade formal, a não aceitação a si e a não aceitação a diretrizes estabelecidas por normativas sociais, por leis. Consideramos que, por estarem em situação de rua, parecem viver numa eterna angústia. A partir do momento em que se encontram nas ruas, soltos no mundo, sem direção, estão sujeitos a transtornos de toda ordem. Assim, cabe pensar o que ocorre com as PSR que enfrentam além dos problemas cotidianos da sua condição, dado que elas vivenciam perturbações oriundas ou agravadas justamente por sua condição de rua (HECKERT; *et. all.* 2001).

4.3. Trajetos e invisibilidades

Pressuposto implícito almejado pelas PSR ao utilizar os trajetos envolve duas questões, as “estratégias” e as “táticas” (CERTEAU, 1994), na busca de apreender e se adaptar ao espaço por elas habitado. Os trajetos marcam os caminhos da invisibilidade, onde as pessoas em situação de risco melhor operam práticas de desvio. Nos trajetos acontecem ordenamentos com bases sobretudo em: vivências, lutas, solidariedades, amizades, empatia, sociabilidade, afinidades, pertenças, dentre outras. Sendo que tais

características visam integrar as PSR ao universo de vivências de pessoas que não estão em situação de rua como um todo. Os trajetos ainda caracterizam graus de pertencimento entre membros de diferentes grupos de PSR que percorrem os mesmos trajetos. Para avançarmos em torno de uma possível análise, pensamos nos trajetos para além de lugares comuns, de perambulação, mas sim sendo lugares de domínio, territoriais; lugares de trabalho, de invisibilidades, de descanso e lazer. A seguir, caminhamos nesse sentido de análise.

Quando pessoas trabalham na rua, expostas à informalidade, fazem parte de um grupo propenso a ser visto dentro de uma categorização específica, a de marginais. Esses marginais, em geral, enquanto categoria, podem ser definidos como pessoas que a sociedade não aceita, pessoas vistas como indignas, ou melhor, pessoas que a sociedade rejeita veementemente. No processo de rejeição, inclusive, além de marginais, passam a se tornar invisíveis. São as não-pessoas. Caminham no limiar, nas sombras da sociedade formal, nas penumbras existenciais possíveis. E justamente esses caminhos, incertos, sombrios, entendemos como sendo “trajetos” formados a partir de sua situação de desviantes. Os trajetos se configuram, assim sendo, como lugar construído em razão da existência própria das PSR, e parece ser um lugar que sobrou para eles fazerem minimamente o papel de sujeitos de suas próprias vidas. Nos trajetos, as PSR se reconhecem como marginalizadas da cidade, sendo vistas pela sociedade em geral como restos ou escória, porém, em verdade experimentam o caminho que escolheram do descentramento, ou seja, estão fora da ordem estabelecida como normal. Assim dito, consideramos os trajetos como lugares nos quais as PSR põem em prática suas vivências e seus afetos, funcionando como rotas de evasão ou de chegada rápida. Neles, as PSR desenvolvem suas identidades de acordo com as situações que vão se apresentando ao longo do caminho. É um pouco do que falamos quando tratamos das constelações de desvios (tópico 3.3. Sobre ser invisível).

Os trajetos como territórios de domínio tendem a reforçar ou inibir identidades desviantes. Em determinados trajetos, a imposição da presença das PSR pode criar enorme possibilidade de pertencimento, de apropriação e conseqüentemente de dominação, legitimando dessa forma a ideia de poder e hierarquia dominial por meio da violência. Parece que a pessoa fracassada, outrora vulnerável, ganha músculos e se transforma por

algum momento na dona do lugar. Entre as PSR, há hierarquias a serem respeitadas. Há posição de quem manda e quem obedece. Em relação ao poder de mando nas ruas, foi questionada uma das nossas interlocutoras, Cristiane, (PSR, 37 anos, outubro/2016). Perguntei a ela: “Tem alguém que manda aqui?” Ela respondeu: “Não tem ninguém que manda aqui não, só os traficantes mesmo que é os dono mesmo da rua. Da boca, que não pode bagunçar, vender, essas coisas. Pé inchado, ‘noiado’, cheira cola vivem assim no respeito aqui”. Começamos sutilmente, portanto, mediante a narrativa coletada, a perceber essas nuances supostas, principalmente ao percorrermos os trajetos em períodos noturnos. Na rua, muitas vezes, se torna necessário incorporar uma personagem apropriada ao cenário que se apresenta. Dessa maneira, as PSR tentam fazer uso de uma cidade que não lhes considera estranhas, tomam emprestado o espaço público que não lhes pertence, subjugando a ordem estabelecida pelos demais residentes. Estão no espaço central da cidade, uma área turística, comercial e residencial, não destinada às PSR de direito, mas de fato se usam de espaços que não eram para serem usados segundo normativas, o que sugere que estejam limitadas em suas opções. Vejamos o caso do nosso entrevistado Salim, (PSR, 49 anos, setembro de 2016), quando, ao perguntarmos se poderíamos conversar um pouco, foi logo respondendo: “Sim. Meu nome é Salim Martins Araújo da Silva. Sou morador de rua, eles aqui sabem, reparo esses carrinhos por aqui. Esses seguranças da faculdade, esses daqui sabem”. Nota-se, na fala dele, a insistência logo de cara em se auto afirmar como PSR conhecido do local, portanto, estabelecido com seu trabalho de guardador de carros, não sendo estranho, indicando nas entrelinhas que poderia ser pessoa confiável.

Trajetos são reconhecidos pelas PSR como espaços estratégicos de luta no cotidiano. São como uma construção simbólica de caminhos de fuga, de caminhos de calma, de caminhos de aceitação e afeto. Implica dizer que a ideia de marginalidade e invisibilidade leva as PSR a refazerem suas territorialidades, o que as remete a pensar novas geografias (cartografias), próprias a si. No caso, o Centro da cidade de Manaus representa exatamente essa construção simbólica. Os trajetos podem ser entendidos como lugares de trânsito, onde há entendimento comum reconhecível pelas PSR. A construção dos trajetos está ligada diretamente a invisibilidade dentro de espaços apropriados pelas PSR. Há forte tendência de eliminar a presença das PSR, até de forma agressiva, desses espaços. No entanto, a sua insistência em estar presente em meio à paisagem urbana vence opositoros pelo cansaço.

Por mais que o poder público e/ou comerciantes da área central tentem retirá-los, teimam em voltar. Nas suas perambulações diárias, as PSR adaptam-se aos trajetos, aprendendo a vencer peculiaridades adversas para viver. Elas se ajustam às condições oferecidas nos trajetos do centro de Manaus, vivem no limiar da subsistência humana. Pouca ou quase nenhuma roupa; alimentação e higiene precárias; saúde debilitada; fome e sede constantes; dentre outras coisas afetam as PSR. Adaptam-se à realidade de viver com o mínimo necessário diante de uma sociedade que faz o contrário. Essa, inclusive, pode ser a contradição que transforma as PSR em marginais por natureza. A forma de contestar isso pode ser a constelação de desvio, já citada anteriormente. Delinquir talvez seja a forma por eles encontrada para entrar em conflito com a ordem estabelecida. Nos trajetos, embates sutis acontecem principalmente por conta da presença e utilização das PSR do espaço público, pois a rua se configura em território favorável a atividades privadas, gerando assim confusões quanto a sua utilização. A rua se apresenta como espaço de contestação e esse é um dos motivos da frágil fixação das PSR em determinados locais por muito tempo. Faz-se necessário perambular pelos trajetos. Ao conversarmos com Ademar (45 anos, PSR, setembro, 2016), ele nos relatou que peregrina não apenas pelos trajetos do centro: “Há uns oito anos moro por aí. Não só aqui, mundo a fora por aí. Morei pra ali, morei pra ali... Vim parar aqui esse ano”. Perguntamos se constantemente anda pelos trajetos do centro, ao que Ademar respondeu que estava “fazendo a rota, a rota do mundo”.

A escolha dos lugares por onde perambulam faz parte das estratégias da rua. Necessitam a todo momento amenizar a vulnerabilidade a que estão expostos, como perigos apresentados por seus semelhantes, populares ou transeuntes. Os trajetos podem ser lugares propícios também para se fugir de extremidades climáticas da região amazônica. Imaginamos que as PSR transitam por onde se sentem seguras, acolhidas, saciadas. Significa dizer que os trajetos delimitados por nós para balizar o estudo das PSR tendem a serem locais de trabalho, descanso, jogo, lazer, alimentação, esmola, coiós, ou seja, lugares apreendidos simbolicamente para fazerem de seu.

A rua, nos seus diferentes trajetos de fuga da realidade formal, tem como prerrogativa a busca da liberdade como sinônimo de descompromisso com tudo e com todos. É uma liberdade apropriada pelas PSR e ressignificada. Consequentemente, a liberdade que procuram na rua é ambígua e tem seu preço. Elas sentem-se estrangeiras na

sua própria cidade por conta do estranhamento das outras pessoas que talvez achem que as PSR não deveriam estar ali. Simmel (1986) nos esclarece sobre a proximidade e a distância relativa do outro, que também tem a ver com a questão da liberdade ressignificada, onde o próximo pode ser o remoto, o designado estranho ou o estrangeiro, que se coloca mais próximo do distante. No caso das PSR, essa complexidade as remete a intercâmbios negativos, não existindo para os residentes da rua (fixos ou não). Na relação de distanciamento análoga, o estrangeiro é percebido pelas PSR como um indivíduo sem fixidez, ou seja, que se movimenta por diversos lugares, é uma pessoa estranha. Com a intolerância na cidade, os indivíduos invisibilizados simplesmente surgem de vez em quando, por meio de contatos específicos, todavia não se encontram necessariamente vinculados organicamente a nada e a ninguém. Assim, a condição de liberdade, para as PSR, pode ser ainda uma condição de desligamento de tudo e de todos. O disposto se dá, especialmente, em relação a estabelecimentos parentais, locais e profissionais (SIMMEL, 1986).

Exatamente a liberdade de caminhar, andar, perambular, de existir nos trajetos, por parte das PSR, pode levá-las a sua afirmação, mas ao mesmo tempo, a seu decaimento como pessoa (apagamento individual), que se configura como um desaparecimento não só físico, em termos de inação, mas, sobretudo, mental. Como dissemos: a questão é ambígua, pois estar liberto, livre, pode representar ao mesmo tempo estar em processo de adoecimento. Muitas dessas pessoas desenvolvem sintomas psicofísicos atrelados basicamente a episódios extremamente dolorosos associados a suas experiências de vida na rua. É uma liberdade que pode cobrar caro, e tudo por causa do cotidiano atribulado das PSR, engendrado em adversidades oriundas do meio onde moram e trabalham, as ruas. É uma liberdade que tende a estar, como sugerimos, conjuminada a sintomas que remetem a sofrimentos, sendo resultado da alta vulnerabilidade da situação de rua, aliada à exposição a eventos estressores e a péssimas condições de saúde mental. Esses indivíduos podem manifestar distúrbios psicossociais crônicos, expressados por apatias ou amplos déficits de autoestima, decorrentes de toda a adversidade a que estão submetidos (BOTTI, 2010). Na rua podem apresentar situações de desfiliação social, apagamento moral e rebaixamento, espalhadas em traumas e frustrações diversas. Os complexos modos de se viver nas ruas

exprimem em si mesmos um conjunto de indícios inerentes à construção subjetiva dos *ethos* das PSR (BAUMAN, 1999, 2005; POLANCZYK, 2009).

Dito isso, podemos expor vieses da invisibilidade (incorporada a fragmentações sociais e psíquicas) ligada aos trajetos por onde as PSR transitam. Mesmo sendo figuras constantes nas vias públicas do centro da cidade, onde formam seus territórios simbólicos, não são vistos de forma concreta como pessoas de fato e de direito. Entendemos os trajetos da movimentação das PSR, localizamos dessa forma seus pontos de encontro habituais, seus lugares favoritos de trabalho, descanso, de alimentação e lazer, mas também entendemos que a condição de invisibilidade apontada é mantenedora, de modo forçado, de um afastamento social ante leis e reconhecimentos. As PSR, de alguma forma, organizam suas andanças no espaço público em cadeias complexas que dividimos em três trajetos. Neles, tecem tramas e promovem experiências subjetivas. São nos trajetos onde edificam suas existências. Nos trajetos, participam do movimento da cidade, das sinuosidades. Os trajetos são desenhados de acordo com contingências do cotidiano, a saber: alimentação, trabalho, abrigo, lazer, jogos, sexo, etc. Satisfazê-las em plena rua nunca será visto como algo natural porque foge da ordem comumente aceita.

Ao longo do trabalho, tentamos perceber quem são as PSR; onde vivem; seus afazeres diários; suas formas de marginalidade; suas andanças (trajetos); relações com a cidade; lazer nos espaços do centro e principalmente a condição de invisibilidade que a categoria carrega. Esse último tópico continuaremos analisando nos parágrafos seguintes, assim como o que segue, ou seja, questões relativas a invisibilidade e práticas marginais das PSR no centro de Manaus.

4.4. O lugar dos outros: dos invisíveis, dos marginais e seus corpos

No âmbito da invisibilidade na relação das PSR com a realidade, almejamos alinhamento interpretativo com a ideia de humilhação social, proposta por Costa (2004). Esse alinhamento proporcionou desenvolvermos a perspectiva teórica de mobília urbana, que se coaduna com a noção de humilhação no sentido lato. Tal aporte teórico foi uma tentativa de evidenciar essa tendência, a da não visibilidade, principalmente ante a órgãos públicos, que deveriam promover políticas de mitigação e até mesmo reversão dessa problemática e geralmente não o fazem. E como resultado da etnografia efetivada, notamos

que os lugares vividos não são apenas lugares de fala, de silêncio ou de invisibilidade, mas, sobretudo, lugares do corpo e da mente. Na rua, são granjeados inúmeros sentidos para compor experiências e vivências próprias, refazendo de certa forma, tanto psíquica quanto física, a casa primordial, o lar de antes da rua ou mesmo transformando a rua em lar. Dito de outra forma, a PSR carrega não apenas objetivamente, nas costas, seus poucos pertences; mas ela também leva, em termos subjetivos, seus sofrimentos, angústias, sonhos, esperanças, afetos e desafetos. Essa é sua “casa”. Uma casa dentro de si. Para elas, se torna difícil no ambiente em que vivem ter corpos e mentes saudáveis. Daí, entra em cena representações criadas de novas realidades. Como, por exemplo, a distribuição dos espaços da casa trasladados para a rua já perde seu sentido prático, pois em casa se tem o lugar para se comer, dormir, fazer a higiene pessoal, etc. Já na rua esses espaços são subjetivos, criados ou arranjados de acordo com a necessidade imediata. Depois de certo tempo, comer, dormir ou tomar banho na rua, na presença de estranhos, se torna ato, por vezes, convencional. Elas, as PSR, incorporam às estruturas do urbano outros sentidos adequados às realidades das ruas. Pensamos na escassa recriação de relação no *locus* aos moldes familiares, pois estas podem ser muitas vezes traumáticas e alguns preferem recorrer a relações com outras pessoas, relações estas diferentes das vividas em família. O que tentamos relatar é que a dinâmica da mente pode se apresentar como uma balança em movimento. Nas palavras de Rodrigues (2014, p. 73) “desse movimento, o espaço de se morar enche-se de memórias e com as lembranças podem aumentar a torrente de angústias provenientes de segredos sobre os quais não se quer lembrar e dos quais não se quer esquecer”. Os pratos da balança tendem a baixar conforme o peso exercido sobre ele, variando entre altos e baixos, como a vida na rua. Não há equilíbrio que se sustente por muito tempo em meios estressores como ambiente em que vivem as PSR. Nas ruas do centro de Manaus percebemos serem recorrentes os casos de desordens relacionados a uma cadeia de fatores. Embora saibamos que não temos a competência de diagnosticar transtornos relacionados ao sofrimento mental das PSR, apenas observamos os casos mais aparentes que fogem do comportamento tido como normal. Objetivando a ação de desligamento do sujeito em relação ao mundo, colocando seu corpo e espírito a margem das expectativas projetadas pela sociedade. Não há mais tanto compromisso com nada. Boa

parte das PSR vivem em estado de penúria, largados à própria sorte, arruinados. Para Rodrigues:

A ruína da consciência gerada por transtornos mentais ou inversamente o sofrimento advindo dessa ruína tende a ser consequência do desregulamento da vida em sociedade. Muitos dos problemas registrados na cultura contemporânea, tais como consumismo, degradação ambiental, individualismo, egocentrismo e intolerância a diversidade decorrem da incapacidade humana de conviver com aquilo que está fora de si mesmo, que não lhe pertence (RODRIGUES, 2014, p. 61).

Ao se contraporem ao sistema de regras, são expostos de forma frágil e sua capacidade de reação à vida que enfrentam recai. Elas, as PSR, podem passar gradativamente a desaparecerem como indivíduos, afogando-se num mar profundo de preconceito, estigmas, indiferença e invisibilidade. Para a sociedade formal ocorrem danos estruturais. As pessoas que se perdem saem dos trilhos do que seria o certo, praticando na ruas suas marginalidades como algo quase naturalizado. Dessa forma, tudo que foge das regras aceitas na sociedade formal pode ser visto como errado; o diferente geralmente é inapropriado, portanto recusado.

O sujeito vê a rua como possibilidade de recomeçar sua vida do zero, mesmo que seja de uma forma difícil e dolorosa, pois embora esteja boa parte do dia cercado por seus companheiros de rua, no fundo as pessoas se sentem sozinhas. A sensação de abandono é constante, mas no fundo alimentam sonhos e esperanças de um futuro melhor. Podem viver seu próprio inferno, porém, em algum momento alguns lembram a fé em Deus, como percebemos nessa fala:

Estamos sempre aqui, mas eu não gosto mais de rua não. Eu já morei muito tempo na rua. Eu quero viver com meu marido. Eu conheci ele, ele me respeita. Eu quero viver. Ver ele chegar em casa do trabalho dele e ter comida feita (...) eu quero ter seis quartos, pra botar meus seis filhos tudo perto de mim. Tenho um em Barcelos e tem um em Santarém. Porque por ai tem guerra. Mas hoje já estamos vendo o que está escrito na bíblia: pai matando o próprio filho, mãe estuprando o próprio filho, filho matando pai, é irmão estuprando irmã, é tio estuprando sobrinha. O mundo tá feio. Tem gente que fala – aqui não é o inferno, não; é o inferno, sim. Você paga a metade do que você planta. Você planta limão, você não vai colher laranja, vai colher limão. Com o ferro que você fere, com o ferro você será ferido. Porque eu digo, eu já plantei cada coisa e a mesma coisa aconteceu comigo. Tudo que você fazer nesse mundo você vai pagar aqui... Depois que você morrer, vai acertar com Deus... Às vezes a gente nem fala com Deus. Porque Deus se afasta dos nossos pecados. Por isso, eu oro em nome de Deus. Mas hoje eu não orei. Eu

acordei como um bicho e dormi como um bicho (Cristiane, 37 anos, outubro/2016).

A prática da marginalidade, em termos diários, é influenciada pela dureza do clima amazônico, que se molda via temperaturas altíssimas durante o verão amazônico e chuvas torrenciais no inverno. Viver no centro da cidade, área portuária e suas peculiaridades, requer esforço maior que as demais capitais, um esforço tanto em resiliência quanto em tática de sobrevivência. Portanto, as PSR marginais do Amazonas estão nessa vida, embora constantemente flertam com a possibilidade de mudança em busca de uma história melhor. São grupos que entendem as leis das ruas segundo códigos e valores próprios, definidos por legalidades da sociedade envolvente, conforme a integração e não a marginalização. A ideia, tomando esse indicativo, foi interpretar a marginalidade tal e qual característica de ações de marginais e como forma de transgressão a normas comumente aceitas e pelas quais a sociedade se guia para viver e pensar legislações. Como resultado, temos que as PSR arcam as consequências da marginalidade, na medida em que adotam modos de vida que transgridem legalidades da sociedade, fomentando a desobediência social via enfrentamentos conjunturais.

Apesar da designação “tecido social” compreender a coletividade social, no entanto uma característica desarmônica sobressai. Há nesse tecido social a ausência de leis ou de regra, bem como o desvio das leis naturais: anarquia e desorganização, o que vamos aqui denominar que anomia. Durkheim (1999) fala de alguma coisa na sociedade que não funciona de forma harmônica, e tenta demonstrar que fatores sociais próprios da sociedade moderna influenciam a vida dos indivíduos com comportamentos que podem chegar ao suicídio, influenciados, sobretudo pela anomia. Para Durkheim (1999), há suicídio anômico ligado diretamente à falta de regulação social, provocado, sobretudo pelas mudanças aceleradas ou ainda por inconstâncias sociais advindas de crises, guerras ou catástrofes. Tudo isso pode perturbar a harmonia, afetar as normas, o bem-estar, os desejos e as expectativas, desestabilizando a vida principalmente das PSR. Portanto, a anomia indica o sofrimento ou caos provocado na sociedade por falta de regras de boa conduta comumente admitidas, podendo ser também regras que promovem o isolamento ou mesmo a predação ao invés da cooperação, ou seja, do dano estrutural. Apesar de as regras sociais diferirem no meio em que vivem as PSR, existem códigos de conduta que são

estabelecidos. Podem ser normas diferentes, mas não há ausência de regulamentos. Durkheim (1983a, 1983b) vai denominar esse fenômeno de estado de anomia social, que é quando há quebra ou ausência de normas sociais, e daí são cometidos atos imorais e criminosos. Percebemos que delitos leves para as PSR são atos normais, com exceção de quando esse delito afeta um membro do grupo. Por exemplo, a invasão de territórios de recolhimento de esmolas, a trapaça no jogo, a tomada de pontos de trabalho ou ainda a apropriação de lugares de repouso sem consentimento do “dono”. Todavia, a desordem social e marginal dos que estão na rua apresentam suas leis e seus castigos. Não se pode admitir a total vazão dos instintos humanos. A lei e a ordem foram estabelecidas como parâmetro para a criação das sociedades modernas, com o intuito de sairmos da barbárie. Para haver minimamente agrupamento social pressupõe-se um sistema de regras que congrega as estruturas coletivas existentes, suas identidades, trocas simbólicas, compondo, dessa forma, coesão social através de arranjos estruturais provisórios. Mesmo com a ausência das leis formais no meio, as PSR estruturam regulamentos que remontam a barbaridade, pois acreditam que as leis vigentes e os agentes da segurança (como a polícia) pouco são de serventia às pessoas em situação de rua. Suas estruturas mentais voltam-se para as exigências do grupo que compõem, estabelecendo dessa forma um tipo de consciência coletiva que estrutura o grupo para a marginalidade.

Para além do exposto anteriormente, outro aspecto que requer atenção é a problemática da subjetividade delas. O aspecto físico e mental não podem ser desprezados, por isso, faremos uma breve incursão a respeito da saúde e do corpo das PSR. Acreditamos que essa faixa da população em estado de anomia apresenta distúrbios mais elevados do que a população domiciliada, pois são vítimas de fatores estressantes de forma intensa e prolongada, como a violência e a falta de moradia. Eventos estressantes podem estar diretamente ligados a diversas doenças, como por exemplo, a perda de um lar (LOVISI, 2000). Doenças se agravam ou se proliferam mais rapidamente em ambientes inóspitos e/ou insalubres, como as ruas. A vulnerabilidade social associada à falta de higiene e alimentação precária afeta não só a parte física, mas, sobretudo, a mental. A má alimentação associada ao alcoolismo pode provocar perda de massa muscular, todavia afeta de tal forma o cérebro e em momentos críticos o sujeito pode não distinguir mais o que é real e o fantasioso. Shanks (1983, *apud* LOVISI, 2000, p. 31) chama atenção para a grande

incidência de alcoolismo entre PSR, em comparação à população em geral. Para o autor, essas pessoas tornam-se mais vulneráveis a acidentes, a problemas físicos e mentais relacionados ao abuso/dependência de álcool.

Muitos outros fatores levam a população pobre a negligenciar sua saúde, e isso se agrava na população em situação de rua. É um tanto daquilo que se encontra em Lovisi, 2000, ao destacar que “condições adversas de sobrevivência dos moradores de rua podem, também, desencadear problemas mentais orgânicos”. Os autores acreditam que alguns indivíduos podem apresentar distúrbios psicóticos agudos, além de outros sintomas como a apatia, retardo psicomotor e déficit de memória, decorrentes de toda a adversidade que estão submetidos. Nesse ponto relacionado à saúde, sofrem mais por não ter acesso ao SUS, todavia são acolhidos pela solidariedade de instituições religiosas, ONGs ou ainda pelos próprios colegas da rua. Temos o caso do parintinense Roberto Soares de Oliveira, 54 anos, PSR, ex-estivador, vive de solidariedade de transeuntes do centro de Manaus e de outras PSR. Há 15 anos vem sofrendo por causa de um acidente, foi atropelado enquanto trabalhava. Ficou com deficiência na perna. Segundo Agenor Alves da Silva, 75 anos, eletricitista aposentado, domiciliado, em conversa ao lado do mercado Adolpho Lisboa no mês setembro de 2016, disse: “hoje esse senhor (Sr. Roberto) depende dos colegas até para se alimentar”. Agenor perguntou se poderíamos ajudar Roberto, prometemos entrar em contato com uma colega assistente social que trabalha em parceria com a Igreja Católica. Fizemos esse contato e explicamos a situação e a localização diária de Roberto. Com esse caso vimos que o corpo, a única coisa que restou do Sr. Roberto, não lhe auxilia mais para o trabalho. Ele falava com dificuldade, sempre de cabeça baixa, parecia sofrer muito mais que as chagas aparentes do corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a face do nosso urbano vivido, do urbano manauara, por assim dizer, perpassa pela descrição inferida nesta tese, e principalmente pelo retrato transversal que almejamos realizar acerca das PSR. Composto em razão de uma dialética de representações, esse é o urbano sobre o qual nos debruçamos e acerca do qual tentamos adentrar, mediante universos densos de contradições e complexidades, carregado e repleto de sensibilidade humana. No estudo, tivemos contato com pessoas que se veem como indesejadas e invisibilizadas, gente que por diversas razões comete uma espécie de “suicídio social”, em que tenta apagar suas identidades vividas ou criar outras, novas. Nessa tarefa, percebemos que, mesmo em condições adversas, a natureza humana, por vezes, faz-se generosa e as PSR, mesmo sem bens, vaidade e quase nenhum conforto, independentemente de qualquer coisa, vivem no limite da experiência humana. Nesse limite, elas podem ter diante de si um campo aberto a possibilidades, de altruísmo e solidariedade.

A sociedade brasileira, de forma geral, tende a classificar as PSR em razão de simplismos ou conforme condições mensuráveis de degradação humana. No campo da análise subjetiva, essas pessoas tentam entender e enfrentar as dificuldades e o peso do mundo e de si mesmas, das frustrações e desilusões com a vida e com sua própria

humanidade. O exercício que se fez nesse trabalho foi uma tentativa de ver, sentir e se colocar no lugar do outro. Quisemos compreender a complexidade material e emocional, compreender como as PSR sentem e apreendem o universo complexo da rua. Esse foi o sobrevoos almejado aqui. Para isso, arriscamos quebrar barreiras que pareciam intransponíveis entre nós e as PSR, por meio de empatia e humildade. A palavra empatia foi entendida como um ato de olhar profundamente para o outro sem julgamentos, respeitando o espaço e o tempo de cada pessoa, entendendo as formas particulares, as sinuosidades que parecem sumir a partir das desigualdades que nos separam desse outro invisível. Tivemos a expectativa de colaborar com o conhecimento das PSR para a elaboração de futuras políticas públicas e planejamentos de intervenções junto a essas pessoas. A partir de uma leitura que os reconheça como sujeitos de direito pertencentes a uma cidade, respeitando seu processo, garantindo a proteção a que tem do Estado e da família. Para tanto, concluímos que é necessário respeitar o espaço da rua como significativo e complexo, e não mergulhar nele com olhares simplificadoros, mas sim totalizantes, sem reduzir os significados que lhe são intrínsecos.

A vida real nas ruas não se apresenta integralmente em uma primeira aproximação, é preciso descobri-la. Essas descobertas, a nós, foram incitadas com complexas relações das PSR com o centro da cidade. Foram observadas enquanto antíteses, tais como: casa-rua, centro-margem, visíveis-invisíveis, trabalhador-desocupado, sóbrio-bêbado, honesto-desonesto, vítima-bandido, ordem-desordem, limpeza-sujeira, e igualdade-desigualdade. Características bipolares que afetam diretamente a saúde física e mental das PSR, fazendo emergir identidades flutuantes, conceitos diacrônicos, onde o ser ou não ser faz parte do cotidiano dessas pessoas, conhecidas como errantes baldias. Existem também muitas outras características positivas e negativas, as quais foram perceptíveis a partir de uma profunda imersão no seu universo. Uma imersão que nos possibilitou a percepção da dimensão da empatia experimentada na vivência com esses seres humanos. A situação de rua equivale apenas a uma característica dessas pessoas, não constitui um fim definidor, ou seja, não é uma condição cristalizada. A invisibilidade das PSR, por nós notada no estudo, jamais conseguirá anular a essência das individualidades representadas nas ruas, ou seja, o que os faz invisíveis não extingue quem são. O trabalho foi um esforço de recorte temporal sobre estruturas complexas da vida, tentando compreendê-las na múltipla dimensão dos seus

diálogos contraditórios. Missão complicada foi inferir sobre a tessitura de relações subjetivas e ao mesmo tempo abstratas das PSR, que guardam em si uma riqueza de significados.

Nosso estudo tentou sublinhar uma visão do microsistema do centro de Manaus e, mediante isso, olhar esse universo das PSR do centro da metrópole manauara foi um exercício para se entender o diferente, os invisíveis que incomodam — mesmo fazendo parte do cotidiano da cidade — que expõem em si mesmo as contradições e desigualdades presentes na cidade. Notamos como certeza que as PSR, em seus direitos de cidadania, são altamente excluídas por causa da sua “classe”, ou seja, a partir da ideia de que no Brasil os direitos são exclusivos de alguns privilegiados. Porém, ante a essa constatação, tentamos mostrar que esses grupos, mesmo sem ter mecanismos de proteção social, sabem absorver seu estigma no sentido de inferioridade e submissão, conviver com isso e ainda desenvolvem táticas amplas de resiliência. O estudo tentou mostrar a rua como microcosmo de uma cidade cheia de disparidades. Um microcosmo que pode nos dar pistas sobre quem somos, que pode produzir de forma dialética a visibilidade e a invisibilidade. Projetamos pensar o centro da cidade e as PSR que nele vivem mediante uma perspectiva antropológica para entender seus discursos complexos, carregados de sentimentos e significados, que só fazem sentido para quem vivencia a realidade de ter a rua como um lar.

Vimos que, nas ruas, se tem de tudo e nada de uma forma muito intensa. Compreendemos dessa forma que as PSR têm suas vivências marcadas por desafios enormes. Se por um lado desistiram de uma vida que conhecemos como “normal” ou “ordinária”, por outro reconstroem suas novas trajetória estabelecendo o espaço público como casa, como lar. Como atores principais do seu destino, tecem suas histórias em lugares públicos, dando-lhes outros significados. O lugar ou “córios” se traduzem em reapropriações dos espaços públicos e poder simbólico. Não apenas relações duras, mas a sensibilidade na prática de solidariedade e agrupamento por afinidade. Se configuram como pessoas baldias, pois agem de acordo com a situação, suas atitudes variam como o nível das águas do Rio Negro. As vezes a água parece limpa, propícia até para um banho, mas frequentemente devolve o dejetos que é jogado nele. Daí insistirmos na relação pessoa-lugar no estudo, por observarmos que são intrínsecos esses relacionamentos e também porque a vida da PSR está diretamente ligada com às atividades realizadas no beiradão da

orla do Rio Negro. Por meio de expertises e conhecimento local, desenvolvem estratégias para viver. Conhecem os melhores pontos, atalhos, rotas de fuga, trajetos de evitação, prazeres, lazer e trabalho. Em certos horários, as PSR são as “donas da rua”, fazem suas próprias regras, impõem suas leis por coação. Impõem de forma simbólica princípios como i) não ser agressivo com os pares, ii) agir com gratidão ante voluntários que as ajudam, iii) evitar territórios de grupo adversários, iv) não ter relação próxima com grupos rivais, v) não tomar o ponto de ganho de outrem, vi) quando possível, ser solidário e demonstrar fidelidade e cumplicidade ao grupo e vii) não ser alcaguete.

Mesmo de maneira informal, na maior parte das vezes invisível, não reconhecível, se faz figura essencial no centro da cidade. E essa figura de “errante baldia” significa uma forma de vida, um estilo de algum modo escolhido para se viver. Errar pode significar perambular, peregrinar, vagar, mas, acima de tudo, para as PSR errantes, pode significar ter dado um mau passo na vida. Certamente a orientação e a cobrança por mudanças lhes afligem a alma. Trata-se de uma sociedade formal que cobra uma postura, para ela correta, querendo que os errantes se transformem em “acertantes”. Querendo transformar os ditos inúteis em pessoas úteis, moldando-lhes a gosto ante o que a sociedade espera deles. A questão que se coloca é: será se todos querem essa mudança? A maior parte, ao ser abordada, tendia a afirmar que esperava somente uma chance de sair da rua, queria uma oportunidade, no entanto alguns estão na rua há décadas, exatamente por escolha. Será que por tantos anos a fio não surgiu nenhuma oportunidade de sair da rua? De certa forma, a rua contagia, convida para o ócio, para a insubordinação, para a liberdade. Só que não está supostamente subordinado a nada e a ninguém é também não existir para nada e para ninguém. A vida das PSR, de algum modo, é o triunfo de um estilo de vida que desafia o sistema vigente, deslocando-se entre ele, na luta diária contra as adversidades e a pobreza. Na rua, a adaptação ao meio requer esperteza e malandragem.

As PSR por realizarem um modo de vida diferente da situação ordinária da imensa maioria, são tratadas como estranhas. Dentre outros aspectos, a contribuição do nosso estudo foi refletir sobre o modo como tratamos essas outras pessoas, sobre o grau de indiferença, mesmo que inconsciente, atribuído pelo nosso estranhamento ao oposto, por vezes ignorando-as totalmente. Acabamos repetindo o discurso vazio e sem retórica dos poderes públicos, que tratam essas pessoas como cidadãos de segunda categoria, dignas de

pena, propensas ao assistencialismo propagandista, sempre vigiadas e consideradas perigosas. De alguma forma essas pessoas foram abandonadas pela sociedade, são os novos escravos da modernidade, são a escória de uma sociedade que os descarta tal qual o lixo. É um povo que se reproduz pela carência, ou seja eles vão crescendo em quantidade por conta da pauperização generalizada. Mas ao mesmo tempo essas pessoas são vítimas do moralismo da classe média, são aquilo que a classe média rejeita, representam a antítese de “vencer na vida”. Despertam o ódio e o nojo de pessoas tidas como elitistas porque vivem em condições sub-humanas, e assim sendo podem ser humilhados sem problemas. O ódio aos mais fracos, porém, trata-se de uma contradição moral.

As PSR são pessoas que foram abandonadas pelo Estado, pelas suas famílias e pela própria sociedade formal, que não as enxergam como partícipes de fato e de direito. As PSR configuram a personificação do abandono de pessoas a sua própria sorte. Essas pessoas reproduzem funções próprias do escravismo doméstico, prestando-se a qualquer trabalho a preço vil. As PSR se colocam ou são colocadas em condições animalizadas de opressão, uma opressão que gira em torno do ódio e do desprezo como mecanismos que retiram a humanidade das pessoas. E esse desprezo vai além da questão econômica, perpassando pela questão moral, pois as classes sociais veem de cima pra baixo as PSR como se fossem amorais pelo modo de vida que escolheram. Modo de vida esse que diverge do que é esperado de uma “pessoa de bem”. Dessa maneira das PSR, como escravas modernas, lhes é tirado autoestima, família e trabalho digno, restando-lhe a rua como espaço alternativo de vida. A reprodução do sistema escravista se faz de modo marcante 131 anos pós-abolição. As desigualdades nunca foram enfrentadas de modo efetivo, nem se tem a intenção de vencê-las. Se legitima esse cenário não só na rua, mas em todas as periferias do Brasil há pessoas tidas como de segunda categoria, que não aparecem de forma positiva para a sociedade. Geralmente as PSR são invisibilizadas, aparecem como estigmatizadas, marginalizadas ou ainda dignas de compaixão, tidas como subgente. Criou-se no Brasil um sistema perverso de exploração que, de alguma forma, naturaliza a subserviência como se fosse um sistema de casta onde cada um deve ter seu lugar definido. O “olha com quem você está falando” permanece como mantra da sociedade brasileira formada da herança maldita colonizadora. Assim, encaminhamos a análise com a preocupação de resistir à maneira corrente de tratar em modos paternalistas o tema,

desenhando as PSR como necessitadas, matizando a tipologia usual construída com base em políticas do Estado. A outra face das PSR só se mostrou no trabalho de campo. Suas peculiaridades, intimidades, marginalidades e expertises podem ser vistas em lentes menores, em olhares atentos que não deixaram que perdêssemos gestos, silêncios e ausências. Como trabalhamos com uma realidade mutável, fragmentária, ela não pode ser encapsulada. As PSR passam por constantes transformações a todo momento. Não temos a pretensão de esgotar o estudo da temática no centro de Manaus. A intenção foi contribuir, propor um retrato de momento.

No limiar da vida errante, concluímos que as PSR vagueiam nos seus trajetos tentando resistir às ásperas condições impostas na rua. Nesse processo de resistência, trabalho e jogo complementam-se como parte esquemática de relações sociais construídas no interior de um universo particular, para a salvaguarda da existência na rua. Para além de ser simples meios de se conseguir dinheiro ou diversão, trabalho e jogo, as atividades principais na dinâmica dos trajetos. Em relação ao jogo, corroboramos com o pensamento de Huizinga (2007), quando fala que os jogos antecedem a cultura e vem ao longo da história construindo uma conexão muito grande com a constituição da civilização. Caillois (1990) é outro autor que trabalha o tema na perspectiva de que o jogo pode se manifestar de acordo com a tônica natural do lugar, influenciando ou sendo influenciado pelas pessoas na interação lugar-pessoa-jogo, ou o inverso. Os autores dialogam respectivamente com a antropologia e sociologia, aproximando-se muito do que concluímos com nossa abordagem, qual seja: o jogo de alguma maneira consiste em controle, lazer, trabalho, socialização, poder e expertise, e, desse modo, é uma forma das PSR desopilarem tensões cotidianas do centro de Manaus. O jogo para as PSR caracteriza-se como forma de competição lúdica e/ou de ganho, fuga ou complemento, ou ainda como pausa do trabalho. Nos aproximamos dos autores quanto ao lócus do jogo, ou seja, quanto ao seu domínio, aos locais reservados para se jogar, quanto aos limites de tempo e espaço e ainda no tocante aos ordenamentos e regras definidas (HUIZINGA, 2007; CAILLOIS, 1990). Pautamos o jogo relacionado ao trabalho e as PSR justamente por conta da incerteza que ambos ensejam. Jogo remonta e muito ao que é a vida nas ruas, e quiçá as PSR vivem sua própria sorte ou azar diariamente. Todos os dias, não há uma rotina certa, como a repetição casa-trabalho-casa, presente na rotina da imensa maioria das famílias. As PSR têm que arriscar jogadas muitas vezes perigosas,

tentando a sorte ou caindo no azar de perder. Vivenciam, como jogadoras da vida, o limiar da existência, um equilíbrio tênue que tende a variar de acordo com as jogadas feitas. Como jogadoras em potencial, as PSR colocam-se a prova todos os dias, objetivando diariamente a vitória, que a grosso modo pode significar existir. Funciona como se a cada dia as PSR tivesse que encontrar uma solução para as incertezas que as rodeiam, vencendo limites e obstáculos que as cercam em busca do ganha-pão. A condição das PSR as garante liberdade de ação dentro de um grande tabuleiro, que é o centro de Manaus. No final da partida, arcam as consequências de perder ou ganhar, sendo que nem sempre quem ganha leva o prêmio. Por vezes, ganhar pode acarretar vários riscos. Quem ganha pode ser visto como inimigo pelo perdedor, como adversário ferrenho, e ficar com o prêmio, principalmente se for dinheiro, pode trazer riscos. Dessa forma, jogar sempre será atividade excitante, prazerosa, mas sobretudo perigosa, segundo nossas percepções concludentes.

As PSR vivem seu momento de transgressão. Trabalham com mecanismos de defesa que os tiram da realidade e criam outra realidade complementar. As drogas e o álcool ajudam a suportar a situação em que se encontram, são mecanismos de defesa que de alguma forma os anestesiaram da realidade que eles não querem ver. A pseudoliberalidade buscada na rua se sustenta em uma realidade inventada. E apesar dessas pessoas parecerem se sentir confusas, perdidas, fora do caminho, elas não acreditam mais em promessas vazias, em sonhos quebrados. Não podemos julgar as PSR pela “capa”, a gente nunca sabe o conteúdo da experiência humana que está diante de nós. Se não vivemos essa experiência de liberdade, o que nos resta é só imaginar. Toda liberdade tem um preço, pagar esse preço na rua requer um equilíbrio entre a sanidade e a loucura. As PSR pagam o preço da falta do lar, do perigo e da morte. De qualquer forma, são homens e mulheres que do seu jeito limitado, mostraram que a vida pode ser vivida de forma diferente sem deixar de lado o sonho humano de igualdade, liberdade e solidariedade.

Terminamos o trabalho constatando a não existência de fato e de direito das PSR como cidadãs. Tanto por serem vistas como inumanas, subjetivamente, quanto por não serem abarcadas pela lei e terem seus direitos negados. Como são ignoradas, essas pessoas se tornam invisíveis para grande parte da população. O que não se quer ver não se percebe, portanto; e o que não é percebido, não ganha importância e por isso continua a saga inexistencial dessas pessoas. As PSR sabem da onde vêm, mas não conseguem explicar o

que são ou no que se transformaram, muito menos qual seu destino. De alguma forma, vivem desorientados em sua condição de marginalidade e invisibilidade. E nessa trama que a vida se dilui, nas personagens falhas, controversas, porém que tiveram a grandeza de ter vivido a vida que escolheram viver. Mesmo sendo, de alguma forma o caminho escolhido, a rua, nunca será um lar, pois jamais se comparará a plenitude de uma casa, como instituição que agrega a família. Talvez seja um espaço de afeto, para melhor compreendermos a questão. Terminamos nosso trabalho com a confiança de que, onde quer que esteja a condição de humanidade, haverá emoção, sensibilidade e amor. E que continuemos na tentativa, sempre, de ver o próximo de maneira plena, tal e qual nos orientamos a fazer, realizando esse trabalho a nosso ver instigante e contributivo.

FONTES

1. Declarações, entrevistas, conversas:

Tentamos, por meio de fontes orais, de pessoas em situação de rua, transeuntes, Ong's, instituições religiosas, entidades governamentais, fazer um recorte da realidade presente no centro de Manaus. Fizemos o retrato de um cenário mutável e fugidio.

Interlocutores:

- 1.1. Jackson, 34 anos, mecânico desempregado, PSR, 2014;
- 1.2. Gertrudes (Dona Tude), idade indeterminada, PSR, 2014;
- 1.3. Salim Martins Araújo da Silva, 49 anos, PSR, setembro, 2016;
- 1.4. Cláudio aparentava ter por volta de 50 anos, domiciliado, serviços gerais, setembro de 2016;
- 1.5. Ademar, 45 anos, PSR, setembro, 2016;
- 1.6. Agenor Alves da Silva, 75 anos, eletricista aposentado, domiciliado, setembro, 2016;
- 1.7. Roberto Soares de Oliveira, 54 anos, estivador, PSR, setembro, 2016;
- 1.8. Cristiane, 37 anos, manicure, 2016;
- 1.9. Daniel Souza da Silva, 35 anos, guardador de carro, 2016;
- 2.0. Adriano Ramiro de Souza, 63 anos, topógrafo, 2016;
- 2.1. Breno, 46 anos, paraibano, marceneiro, 2016;
- 2.2. Sérgio, conhecido por “passarinho”, PSR, 46 anos, poeta e açougueiro, 2016;
- 2.3. Laércio Gomes da Silva, PSR, 34 anos, 2017;
- 2.4. Júlio César Fehezze, coordenador do grupo de voluntários ‘Muito Mais Amor’, reportagem ao Jornal Acrítica em 09/11 e 19/12/2017;
- 2.5. Cristiano Chíxaro, coordenador do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos da Sejus, em entrevista ao Jornal Acrítica em 12/11/2017;

2.6. Daniela Montani, 32 anos, arquiteta, idealizadora do projeto “Sopaterapia”, em entrevista ao Jornal Em Tempo⁶⁶ no dia 12/05/17.

Periódicos:

Jornal do Commercio, Manaus, de 23, 24, 25 de outubro de 2011;

Jornal A crítica, Manaus, de fevereiro e março de 1990;

Jornal A crítica, Manaus, de novembro e dezembro de 2017.

⁶⁶ Cf. em <http://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/74838/sopa-terapia-ajuda-moradores-de-rua-no-centro-de-manaus>, acesso em 02/03/18.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011, págs. 59-88.
- ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo. (23): 191-203, 1994.
- ARENDT, Hannah. A condição humana (1958). Trad. Roberto Raposo. 10^o. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994, págs. 71-105.
- BACHELARD, Gaston, 1884-1962. A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço / Gaston Bachelard; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Joaquim José Moura Ramos . . . (et. al.). — São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)
- BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec/Unb, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Franteschi Vieira. - São Paulo: Hucitec/Unb, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. 1^a ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida; tradução, Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEY, H. TAZ: Zone Autonome Temporaire, 1990, acessado em: [http://www.hermetic.com/bey/taz_cont.html].
- BENTES, Norma. Manaus: realidade e contrastes sociais. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Trabalho e Identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.

BECKER, Howard Saul, 1928- Outsiders: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. -1.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. ISBN 978-85-378-0108-6.

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 3º ed., 1997.

BERG, Peter. O dossel sagrado. Trad. José Barcellos. Paulos, 1985. São Paulo – SP.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade tradução: Carlos Felipe Moisés Ana Maria L. Ioriatti consultor desta edição: Francisco Foot Hardman 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BLUMER, Herbert. Symbolic Interactionism: Perspective and Method, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns entre a população de rua de Belo Horizonte. Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 33, p.178-193, dez. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 22 maio 2017.

BOYER, Annie and ROJAT-LEFEBVRE, Elisabeth – Aménager les Espaces Publics: le Mobilier Urbain. Le Moniteur: Paris, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O mito da “mundialização” e o Estado social europeu. In: Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. O movimento dos desempregados, um milagre social. In: Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. Entrevistado por Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal. Brasília/DF, maio de 2008.

BURKE, Peter (org.): A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, Cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjof. Teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, Cultrix, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 368p. ISBN: 85-7244-185-9.

CASTEL, Roberto. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 1.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Introdução geral, capítulo VII. Petrópolis, RJ: Vozes, págs. 37-53; 169-191, 1994.

CHARTIER, Roger. A história cultural: Entre práticas e representações (M. M. Galhardo, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: CODO, Wanderley; LANE, Sílvia T. M. (*et al.*) Psicologia Social: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CICCHETTI, Dante, COHEN, Donald. Developmental Psychopathology. New York: John Wiley and Sons; 2006.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Org. José Reginaldo S. Gonçalves, UFRJ, 2002.

COSTA, Fernando Braga da. Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004. 254 p. ISBN: 8525038911.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana - Trabalhadores de Manaus (1890/1915). Editora Valer e Fapeam, 2014.

CRAPANZANO, Vincent. Hermes dilemma: The masking of subversion in ethnographic description. In: CLIFFORD, J; MARCUS, G.C. (ed.). Writing culture. The poetics and politics ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 51-76.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DEHAENE, Michiel; DE CAUTER, Lieven (ed.). Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society. New York; London : Routledge, 2008a.

DEHAENE, Michiel; DE CAUTER, Lieven. Heterotopia in a postcivil society. In DEHAENE, Michiel; DE CAUTER, Lieven (eds.). Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society. New York; London: Routledge, 2008b, p. 3-9.

DEFERT, Daniel. “Hétérotopie”: tribulations d’un concept entre Venise, Berlin et Los Angeles. In FOUCAULT, M. Le corps utopique, les hétérotopies. Fécamp (Fr.): Lignes, 2009.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 5º ed. –São Paulo: Contexto, 2001.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Félix. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim. [ed. original: 1972], 1976.

DELEUZE Gilles. e Félix. GUATTARI, O anti-Édipo, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado, tradução das notas Heloísa Jahn. — São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920. Aldrin Moura de Figueiredo Universidade Federal do Pará. Manaus: Valer, 1999.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Tradução Hélder Godinho. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

DURKHEIM, Émile. Da divisão social do trabalho. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

DURKHEIM, Emile. De la division du travail social, PUF, Paris, 1991.

DURKHEIM, Emile. Le suicide : étude de sociologie, PUF, Paris, 1999.

ELIAS, N. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. São Paulo; Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: Ditos e Escritos Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

FOUCAULT, Michel. "Outros espaços". In: Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b, p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema/ Michel Foucault, organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução, Inês Autran Dourado Barbosa – 2ed. – Coleção Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro. Forense Universitana, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996. 190 p.

FRANGELLA, Simone M. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009, pp. 361.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. (Org.). A pesca na Amazônia Central - Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: EDUA, 2009.

FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio [1928]. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. p. 205-223.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 29, n. 57, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jul. 2011. doi: 10.1590/S0102-01882009000100002.

- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GEERTZ, Clifford - A interpretação das culturas - Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1989.
- GEERTZ, Clifford, 1926. A interpretação das culturas / Clifford Geertz – 1 ed., 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.
- GIDDENS, Anthony. O mundo na era da globalização. Lisboa: Presença, 2000.
- GINSBURG, CARLO. Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GODELIER, Maurice. O enigma da dádiva. Lisboa, Ed. 70, 1996.
- GODELIER, Maurice. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- GOHN, Maria da Glória. A pesquisa das Ciências Sociais Considerações Metodológicas. Cadernos CEDES, 1984.
- GOFFMAN, Erving, Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada, 1980, Brasil, Zahar, Editores, p.98.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 16ª ed., Petrópolis, Vozes, 233 p, [1959], 2009.
- GUARESCHI, P. A. A ideologia: um terreno minado. Psicologia e Sociedade, São Paulo, vol. 8, n. 2, p. 82-94, 1996.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p.141-156.
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº 18, 1987, p.106.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- HALL, Edward T. - A Dimensão Oculta. Lisboa: Relógio D'Água, 1986.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

HAMMERSLEY, Martyn. What's wrong with ethnography?: methodological explorations. London: Routledge, 1992.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Introdução: a invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, págs. 9-23.

HOBSBAWM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro, Forence-Universitária, 1975.

HOBSBAWM, Eric. J. "A Outra História – Algumas Reflexões". In: KRANTZ, r. (Org.). A Outra História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HONNETH, Axel. Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder. Revista Fevereiro, n. 7, 2014.

HONNETH, Axel. Invisibility: on the epistemology of "recognition". Proceedings of the Aristotelian Society, n. 75, p. 111-126, 2001.

HORNBERGER, Nancy. Ethnography. In: CUMMING, A. (Ed.). Alternatives in tesol Research: descriptive, interpretive, and ideological orientations. Tesol Quartely, Alexandria, v. 28, n° 4, p.673-703, winter, 1994.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. O jogo como elemento da Cultura. SP: Perspectiva, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein (2003). Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro, Casa da palavra, págs. 09- 62.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2º. ed. São Paulo: Ática, 2007.

JOHNSON, Peter. The Geographies of Heterotopia. In Geography Compass, 7/11, 2013, p. 790-803.

KASPER, Christian Pierre. Habitar. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. - Campinas, SP, [s.n], 2006.

KESSLER. R., USTUN, B. The Who World Mental Health Surveys: Global Perspectives on the Epidemiology of Mental Disorder. Cambridge University Press, 2001. Disponível em <http://www.cambridge.org/us/academic/subjectis/medicine/epidemiology-public-health-and-medical-statistics/who-word-mental-health-surveys-global-perspectives-epidemiology-mental-disorders>. Acesso: 15 maio de 2014.

- KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.
- LECLAIRE, Serge. Démasquer le réel. Parias, Seuil, 1971 (ouvrages diverses) pp. 121-146.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias; São Paulo: Centauro, 2001. ISBN: 978-85-88208-97-1.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prisma). p. 1-49.
- LEITE, Rogério Proença. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 17, nº 49, julho/2002.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- LEROI-GOURHAN, André. Os Caçadores da Pré-história. Lisboa, Edições 70, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural 2. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 5ª Edição, 1996.
- LOVISI, Giovanni Marcos. Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Tese apresentada na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública. Rio de Janeiro, Junho de 2000.
- MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos; o declínio do individualismo nas sociedades de massa; apresentação de Luiz Baeta Neves; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- MAFFESOLI, Michel. Du nomadisme. Vagabondages initiatiques, Paris: Librairie Générale Française, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. A sombra de Dioniso – contribuição a uma sociologia da orgia. Trad. de Rogério de Almeida. São Paulo: Zouk, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. São Paulo: Forense Universitária, 2006.
- MAGNI, Cláudia Turra. Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Vol. 35. EDUNISC, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. In Tempo Social – Publicação do Departamento de Antropologia – Aula inaugural realizada em 10 de março de 2003 na FFLCH/USP. São Paulo, 2003.

MANDEL, Ernest. La teoría leninista de la organización. Ciudad de México: Ediciones Era, 1976.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p.61.

MALAMUT, Marcos. Paisagismo: projetando espaços livres, – Lauro de Freitas, BA: Livro.com, 2011. ISBN: 978-85-61150-50-1

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural /S.A. 1976.

MARTINS, Carlos José. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo. Imagens de Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p. 85-98.

MARTINS, José de Souza Martins. Exclusão Social e a nova desigualdade. 3.ed. São Paulo: Paulos, 1997.

MARX, Karl. O Capital. Volume 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. 1818-1883. Contribuição à crítica da economia política/ Karl Marx: tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2º ed. – São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 288.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “O Homem da Multidão” de Allan Poe. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários. Volume 12, Jun, pp. 55-65. ISSN 1678-2054, ano 2008.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena 2001.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Tradução Paulo Neves, SP, Cosac Naify, 2003.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2011. 194 f.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 1984.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O primado da percepção e suas consequências filosóficas. Campinas: Papirus, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLS, Wright. O trabalho. In: A nova classe média (white Collar). III parte. Cap. 10. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MONTEIRO, Maria Odete de Araújo. Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores das ruas de Fortaleza-CE, Brasil. 2011. 121 f.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In D. Jodelet (Org.), As representações sociais (L. Ulup, Trad., pp. 45-66). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: Revista do programa de estudos de Pós-graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na selva. Manaus/AM. Ed. Valer. 2000a.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. 2º ed. São Paulo: UNESP, 2000b.

OLIVEN, Ruben. G. Antropologia de grupos urbanos. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PACHECO DE OLIVEIRA, João, Professor Titular do Museu Nacional (UFRJ) no artigo: PLURALIZANDO TRADIÇÕES ETNOGRÁFICAS: Sobre um certo mal-estar na Antropologia, publicado em livro editado pela ABA intitulado *Saúde dos Povos Indígenas: Reflexões sobre antropologia participativa*. Esther Jean Langdon e Luíza Garnelo (organizadoras). Rio de Janeiro. Contracapa. 2004. (pgs. 9-34).

PAIM, Elison Antônio. Lembrando, eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida (Coord.) História do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 2010.

PAIS, José Machado e BLASS, Leila Maria da Silva (orgs.). Tribos urbanas: produção artística e identidades. São Paulo, Annablume, 2004. 234 páginas.

- PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.) Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR/MINTER, 1977.
- PEREIRA, Noriel Viana. Distribuição espacial da hanseníase em Manaus no período de 1990 a 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia pelo programa de Pós-Graduação de Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- PENSAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Col. História e Reflexões, 5. Autêntica. Belo Horizonte, 2003.
- POLANCZYK, Guilherme. Em busca das origens desenvolvimentais dos transtornos mentais. 2 – Rev. Psiq.- RS. 2009; 31(1): 6-12.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHTER. Jean Paul. Selina ou sobre a imortalidade. 426 páginas. Cotta'sche Verlagsbuchhandlung, Stuttgart, 1827.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque. Sofrimento Mental de Indígenas da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Núcleo de Estudos e Pesquisas em ambientes na Amazônicos - NEPAM; Editora da Ufam - EDUA, 2014. ISBN 978-85-7401-732-7.
- RUTTER, Michael, SROUFE, Alan. Developmental psychopathology: concepts and challenges. Dev. Psychopathol. 2000; 12(3): 265-96.
- SALÉM JOSÉ, Ermelinda do Nascimento. Encontro com o povo Sateré-Mawé para um diálogo intercultural sobre a loucura. Ribeirão Preto, 2010. 213 p.: il.; 30cm. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia. Orientadora: Caldana, Regina Helena Lima.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 4ª ed., 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER, Elenise & OLIVEIRA, José Aldemir (Orgs). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SENNETT, Richard. *O carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3 ed., Rio de Janeiro, Record, 2003.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHARP, Jim. “A História Vista de Baixo”. In; BURKE, Peter (Org.). *A ESCRITA DA HISTÓRIA: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.

SHANKS, N. J. Medical provision for the homeless in Manchester. *Journal of the Royal College of General Practitioners*, 33:40-43, 1983.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998, 528 p.

SILVA. Armando. *Imaginários urbanos*. Bogotá: Arango Editores Ltda., quinta edição, 2006.

SILVA. Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá, Col: Convenio Andres Bello, 2001. – (Estudos; 173). ISBN 85-273-0272-1.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, págs. 13- 28.

SIMMEL. George. “A natureza sociológica do conflito”; “A competição”; “Conflito e Estrutura de Grupo”; “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAIS FILHO, E. (Org). *Simmel*. São Paulo: Ática. 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SIMMEL, Georg. Gesamtausgabe. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (orgs.) Simmel e a Modernidade. Brasília: Unb, 1998. p. 23-40.

SOHN, Heidi. Heterotopia: anamnesis of a medical term. In DEHAENE, Michiel; DE CAUTER, Lieven (eds.). Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society. New York ; London : Routledge, 2008, p. 42-49.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1993. 324 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942- Pode o subalterno falar?; Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa - Belo Horizonte: Editora UDMG, 2010. 133p. (Babel)

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.;

SAQUET, M. A. (Orgs.) Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

STEPAN, Nancy Leys. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 336.

TEMPLE, Dominique. Teoría de la reciprocidad. La Paz, Padep-GTZ [Tomo I: “La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos”; Tomo II: “La economía de reciprocidad”; Tomo III: “El frente de civilización”], 2003.

TOCANTINS, Leandro - O rio comanda a vida: urna interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

THOMPSON, Eduard P. A formação da classe operária inglesa. Trad. Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2º ed.

TOMÁS, Júlia Catarina De Sá Pinto. "A invisibilidade como subversão pós-moderna na cultura urbana." 2012.

TUAN, Yi Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VERNANT, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: Perspectiva, 1999.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. [1943] 2005. 390pp.

WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, 23(1):27-32, ISSN 1415-6814. 2001.

VALLEUR, Marc. Engrenagens da dependência. Viver mente e cérebro; Revista de psicologia, psicanálise, neurociência e conhecimento. São Paulo. Edição n° 145, ano XIII, pág. 32-39, fevereiro, 2005.

VELHO, G.; MACHADO DA SILVA, L. Organização social do meio urbano. *Anuário antropológico*, 1977, 76:71-82.

VIANNA, Leticia. Patrimônio Imaterial: novas leis para preservar o quê? In: SILVA, Rene Marc da Costa. *Cultura Popular e Educação*. Brasília: UniCeub, 2008.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). *População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1994.

XIBERRAS, Martine. *As Teorias da Exclusão para uma Construção do Imaginário do Desvio*. Lisboa: Instituto Piaget. 1993.

ZALUAR, A. *A Máquina e a revolta*. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ZANELLA Andréa Vieira. Sujeito e Alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia e Sociedade*. Santa Catarina, n. 17, maio/ago., 2005.

ZIZEK, Slavoj. Da história e consciência de classe para a dialética do esclarecimento... e volta. *Revista Lua Nova*, n° 59, pp 159-176, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Manaus: Projeto Nova cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições*, 2009.

BABA, Homi. O local na cultura. Introdução; cap. 1. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 1998, págs. 19-69.

BATISTA, Djalma. Amazônia – Cultura e Sociedade. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2º Ed. Valer, Edua e Inpa. [1976] 2007. 408 p.

BECKER, Berta K. “Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia”. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 5, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000100003&lng=pt&nr m=iso>. Acesso em 25 mar. 2011. doi: 10.1590/S1981-81222010000100003.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 421-443.

BIBLIA, Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. E autorizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BLASS, Leila Maria da Silva. Desfile e tribos urbanas: a diversidade no efêmero. In: PAIS, José Machado; _____ (Orgs.). Tribos urbanas: produção artística e identidades. São Paulo: Annablume, 2004.

BOSI, Ecléa. Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias. Petropolis: Vozes, 1981.

BOSI, Alfredo. “Cultura como Tradição”. In: Bornheim, Gerd (org). Cultura Brasileira: tradição e contradição. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, pág. 13 – 116.

BÜCHMANN, Georg. Geflügelte Worte. Der Citatenschatz des deutschen Volkes. 19. Auflage. Haude & Spener'sche Buchhandlung (F. Weidling), 1898, S. 223–224

CAILLOIS, Roger. Os jogos e os homens. 1ª edição, editora: cotovia. Lisboa: Portugal, 1990.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs). Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais na globalização (prefácio à edição inglesa, “o diálogo norte-sul nos estudos culturais”). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, págs. 11 – 31.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima; MANESCHY, Maria Cristina. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais da Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson. Caminhos sociológicos na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2002.

COSTA F. Braga. Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese [Doutorado em Psicologia] — Universidade de São Paulo; 2008.

CUNHA, Euclides. Amazônia: um paraíso perdido. Manaus: Valer, 2003.

DAMATTA, Roberto. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1978.

DAVIS, Shelton H. Vítimas do Milagre: o Estado e os Índios do Brasil. São Paulo: Zahar, 1978.

DE ANDRADE, Mário. Macunaíma/ Mário de Andrade. Edición crítica, Telê Porto Ancona Lopez, coordenadora. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996, págs. 3-13.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Traduzido por Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

DOISE, Willem. L'explication en psychologie sociale. Paris: PUF, 1982.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologiasocietal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 2002.

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa”. In: Projeto História, São Paulo, (nº 10), dez/1993.

FENELON, Déa Ribeiro. “O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?” In: História e Perspectivas, no 6. jan/jun , Uberlândia: UFU, 1992.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *A Viagem filosófica ao Rio Negro*. 2º ed. Organização de SANTOS, Francisco Jorge dos; UGARTE, Auxiliomar Silva e OLIVEIRA, Mateus Coimbra. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... (et al.)*. 4. ed. Ver. Ampliada. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.) *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

FREITAS, Marcílio de, SILVA, Marilene Corrêa. *Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: EDUA, 308 p. 2000.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2º Ed. Editora Valer. Manaus, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 1ª ed., Petrópolis, Vozes, [1967] 2011, 255 p.

GINZBURG, Carlo. *O QUEIJO E OS VERMES, O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2ª Reimpressão. São Paulo, Editora Schwarcz, 2008.

HALL, Stuart. *Minimal Selves, in Identity: The Real Me*. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, págs. 7-102, 2003.

HECKERT, U.; AMARAL, A.M.M.; CUNHA, R.C.S.; RASO, D.C.; SILVA, J.M.F. Programa de saúde mental para a população de rua: PRORUA. *HU Revista*. Juiz de Fora, v.27, n.1, p. 305-308, 2001.

HOGGART, Richard. La cultura obrera em la sociedad de masas. México: Grijalbo, (1990 [1957]), págs. 1-7.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A desterritorialização. In: IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: [http:// www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

LA CONDAMINE. Charles-Marie de. Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas. Rio de Janeiro: Pan-Americana, 1944. Biblioteca Brasileira de Cultura n.º 1.

LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LIPOVETSKI, Giles. A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, págs. 153-205.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. In Revista de Antropologia – Publicação do Departamento de Antropologia – FFLCH/USP, São Paulo, vol. 35, 1992.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da Sociedade Industrial. 6° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Maurício Aguiar Serra / Ramón García Fernández. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 108 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Unesp/Facamp: Campinas, 2009.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MONTAIGNE, Michel de. Ensaio. São Paulo. Abril Cultural, 1972. Os Pensadores, v. XI. Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAES, Rosângela Dutra; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal (org). Subjetividade e trabalho com automação: estudo no polo industrial de Manaus. Manaus: Edua, 2011

MORIN, Edgar - *Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3ª ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NASSER, Ana Cristina Arantes. “*Sair para o mundo*” - Trabalho, Família e Lazer. CADERNOS CERU. Série 2 - nº 9 - 1998.

OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). Cidade de Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir. Espaços urbanos na Amazônia – Visões geográficas. Manaus Editora Valer, 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. Ciência e Cultura. Versão on-line, Vol. 58, nº 03. São Paulo, jul/agost, pp. 27-29. ISSN 2317 6660, ano 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: EDUA; VALER, 2003.

ORTIZ, Renato (2004) Estudos culturais. In: Revista Tempo Social. Vol.16 nº1, Junho. São Paulo: Universidade de São Paulo, págs. 119 – 127.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Viagens das ideias. Manaus, Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

RANGEL, Alberto. Inferno Verde (Scenas e cenários do Amazonas). 4.a ed., Tours: Arrault, 1927.

REIS FILHO, Milton Melo dos. A saga dos operários em Manaus – 1980. Manaus: Edua, 2013.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins/ Odenei de Souza Ribeiro. - Manaus: UFAM, 2012. 326 f.;. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Rodolfo Garcia - Introdução. In: Renan Freitas Pinto (org.) - O Diário do Padre Samuel Fritz. Manaus: EDUA, 2006.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. OLIVEIRA, José Aldemir, AMOEDO, Pedro Marinho. Efeitos da desterritorialização ocasionada pela construção de grandes projetos estruturantes na Amazônia: o caso da matriz energética. Revista T & C Amazônia, jan-jun 2010.

ROJAS, Alonso de. Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje. S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado. São Paulo: Nacional, 1941, p. 120.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (org.). O Trabalho na história do Pensamento Ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral" In: Revista Brasileira de História. São Paulo. v.9, nº 19, pp. 219-243, set.89-fev.90.

SANTANA, Luiz Henrique. O porto da Manaus Moderna: Degradação ambiental e trabalho precário. Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. PPGSCASA, UFAM, 2006.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Capítulos 1, 2 e conclusão. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, págs. 15-64; 411-414.

SENNETT, Richard. O artífice. Prólogo, capítulos 1, 2 (parte um) e conclusão. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2009, págs. 11-95; 319-329.

SERRA, Celso Luiz Rocha. Cruz, Wilson Rodrigues da. *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. Introdução, capítulos 1, 2 e conclusão. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, págs. 17-152.

SILVA. Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e População de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 136

SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA FREITAS, Marilene Corrêa da. O Presente na Tradição: Reconhecimento e Busca. Folhas Soltas. Departamento de Antropologia Departamento de Ciências Sociais. ICHL/UFAM. Vol. 06, Setembro/2012, pp. 35-56. ISSN: 2238-4154.

SILVAN, Denison. Trabalho e relações de trabalho na mineração Taboca. Manaus: Edua, 2014.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Cortez, 1998.

SIMONIAN, Lúcia T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado. Belém: GEPEM, 1995.

SOLLER, Maria Angélica e Maria Izilda S. (Orgs). O Imaginário em Debate: Gênero, Música, Pintura, Boêmia. Editora Olhos d'água, 1998.

SUAS Plano 10 - Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência social no Brasil. Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS. Brasília, dezembro de 2005.

SUAS e População em Situação de Rua. Normativas sobre a atenção à População em Situação de Rua. 1988: Constituição Federal, 2004: PNAS.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente - Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia). Petrópolis, Vozes, 1993.

TAVARES FILHO, Thomé Eliziário. Padrões de valores e expectativas de futuro dos menores marginalizados em Manaus. Manaus: EDUA, 2001.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, págs. 13-24; 353-397.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, Iraildes Caldas. Noção de Trabalho e trabalhadores na Amazônia. In: Somanlu: Revistas de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1. Nº 1. Manaus: Edua/Capes, 2000.

TORRES, Iraildes Caldas. Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas (org). O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Valer, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas. O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Valer/Fapeam, 2012.

TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos – Belo Horizonte – Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell. Prefácio à edição de 1957, introdução, Parte III - capítulos 5, 6 e conclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, págs. 9-21; 290-361.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Capítulos 1, 5, 14, 15, 24. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, págs. 11-21; 81-94; 241-277; 456-470.

WILLIAMS, Raymond. “Conceitos Básicos”. In: Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do estudo sobre pessoas em situação de rua intitulado - A RUA COMO LAR: Invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus - conduzida por Noélio Martins Costa do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação do Professor Sérgio Ivan Gil Braga.

Este estudo tem por objetivo:

1. Compreender a dinâmica no ambiente geográfico e humano no centro da cidade de Manaus descobrindo como são vivenciados e reelaborados os sistemas simbólicos de troca cultural e sociabilização das pessoas em situação de rua (PSR) no centro de Manaus;
2. Perceber como é fomentada a sobrevivência no cotidiano desses grupos sociais entendendo a “ordem” no espaço habitado, seus usos e apropriações pelas PSR caracterizando (o pertencimento a cidade) e suas atividades cotidianas (fazer parte de um trabalho);
3. Mostrar quais os embates que se dão dentro do cotidiano vivido por cada um na sua trajetória de vida, perceber o momento onde o individual pode trazer em si as expectativas do coletivo;

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

O estudo não acarretará riscos a integridade física ou qualquer tipo de constrangimento. Esclarecendo também que a participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em estudos etnográfico envolvendo observação participante, com pesquisa qualitativa constituída de questionário semiestruturado, narrativas coletadas e análise do discurso.

As entrevistas serão feitas nas ruas e praças onde as PSR estão dispostas. A duração vai depender da disponibilidade de fala do participante. Faremos as perguntas do roteiro, podendo haver espaço para outras perguntas formuladas no momento da conversa ou feitas pelo nosso interlocutor. Procuramos falar, na maior parte das vezes, com uma pessoa por vez para não contaminar com muitas vozes a gravação de áudio. O conteúdo das entrevistas estará disposto como anexo no final da tese. Além do caderno de anotações e gravador de áudio, em alguns casos, poderemos pedir permissão para gravar a entrevista em vídeo.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Em alguns casos os participantes usam pseudônimos, se negando a falar seu nome verdadeiro e na

maior parte dos interlocutores usamos pseudônimos para preservar a sua identidade, integridade, segurança e manutenção do sigilo do participante.

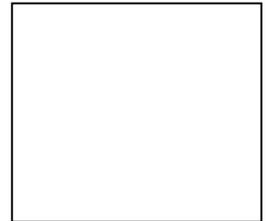
O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos de forma isolada participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Manaus, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante ou impressão do dedo polegar, caso não saiba escrever: _____



Assinatura do pesquisador: _____

Contatos do pesquisador responsável: Noélio Martins Costa, professor, e-mail: noeliomartins@hotmail.com; telefone (92)99124-4559.



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DE CAMPO

Prezado (a) entrevistado(a),

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de tese, do curso de Pós-graduação em Sociedade e Cultura no Amazonas – PPGSCA, cujo objetivo é conhecer e perceber concepção etnográfica de pessoas em situação de rua no centro de Manaus-Am, bem como de sua trajetória de vida até momento de situação de rua.

Os assuntos abordados na análise foram: identificação; tempo e justificativa de vida na rua; como se configura a vida na rua; necessidades e cuidados básicos; segurança; trabalho; tratamento recebido nas ruas; direitos e deveres; saúde; experiência nas ruas e expectativas de sair dessa situação.

PERFIL DO ENTREVISTADO (A)
NOME:
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
IDADE: 18 e 29 () 30 e 41 () 42 e 53 () 54 e 65 () 66 ou mais ()
ESCOLARIDADE:
() não alfabetizado () alfabetizado
() ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto
() ensino médio completo () ensino médio incompleto
() ensino superior completo () ensino superior incompleto
() pós-graduação lato sensu () stricto sensu
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) () CASADO(A) () OUTRO

TEMPO MORANDO NAS RUAS:
() menos de um ano () mais de um ano () outro

1- Porque está na rua?

- () Drogas e bebidas alcoólicas
- () Desavenças familiares
- () Sem trabalho
- () outros _____
- () todos

2- O que faz na rua?

3- Você faz parte de algum programa de inclusão social?

sim () não ()

Se faz, quais?

4- Você acredita que vai superar essa fase? Como?

sim() não() não sei()

JUSTIFIQUE:

5- Recebe ajuda?

sim() não() não sei()

De

quem _____

6- De que forma os cursos de capacitação realizados tem auxiliado na sua atuação profissional?

7- Os cursos de capacitação proporciona retorno de que natureza?

8- Qual o nível de satisfação em relação aos cursos de treinamento realizados pela empresa?

Excelente () bom () ruim () péssimo ()

9 – Como você vê as outras pessoas que não estão na rua? Vê como seu igual ou diferente?

10 – Você se acha diferente dos outros?

11 – Quais as formas de lazer que vocês tem aqui?

12 – Que tipo de trabalho vocês fazem para sobreviver?

13 – Vocês têm namoradas (os)? Relações afetivas de amizade?

14 – Quais são seus sentimento em relação a viver na rua?

15 – Quais seus maiores sonhos?

16 – Como vocês fazem para comer, beber e dormir?

17– Como vocês chamam esse lugar aqui?

18 – Quem é o chefe aqui? Por quê?

19 – O que vocês fazem de interessante a noite?